

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

RODRIGO LUIZ NERY

**ANÁLISE DE DISCURSO NA REDE SOCIAL: O PROGRAMA “ESCOLA SEM
PARTIDO” E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A LEGITIMAÇÃO DA
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA**

ALFENAS / MG

2019

RODRIGO LUIZ NERY

**ANÁLISE DE DISCURSO NA REDE SOCIAL: O PROGRAMA “ESCOLA SEM
PARTIDO” E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A LEGITIMAÇÃO DA
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de “Mestre em Educação” pela Universidade Federal de Alfenas.

Linha de Pesquisa: “Educação e Sociedade: Questões Históricas, Filosóficas e Sociológicas”. Eixo Temático: “Psicologia e Sociologia da Educação”.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Sena Mariano

ALFENAS / MG

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

Nery, Rodrigo Luiz.

N456a Análise de discurso na rede social: o programa “Escola sem Partido” e suas contribuições para a legitimação da masculinidade hegemônica -- Alfenas/MG, 2019.

176f. : il. –

Orientador: André Luiz Sena Mariano.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, 2019.

Bibliografia.

1. Educação. 2. Masculinidade. 3. Escola Sem Partido. 4. Estudos de Gênero. I. Mariano, André Luiz Sena. II. Título.

CDD-370

RODRIGO LUIZ NERY

ANÁLISE DE DISCURSO NA REDE SOCIAL: O PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO” E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A LEGITIMAÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

A banca examinadora, abaixo-assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de Concentração: Fundamentos da Educação e Práticas Educacionais.

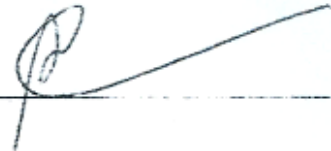
Linha de Pesquisa: “Educação e Sociedade: Questões Históricas, Filosóficas e Sociológicas”. Eixo Temático: “Psicologia e Sociologia da Educação”.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Sena Mariano

Aprovado em: 30/09/19

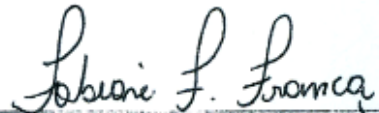
Prof. Dr. André Luiz Sena Mariano
Instituição: Universidade Federal de Alfenas –
UNIFAL-MG

Assinatura:



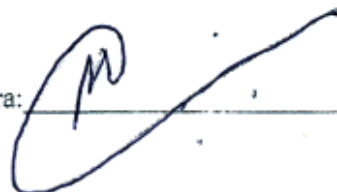
Profª. Dra. Fabiane Freire França
Instituição: Universidade Estadual do Paraná –
UNESPAR-PR

Assinatura:



Prof. Dr. Natalino Neves da Silva
Instituição: Universidade Federal de Alfenas –
UNIFAL-MG

Assinatura:



AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Prof. Dr. André Luiz Sena Mariano, pela orientação e dedicação durante este processo, e por acreditar em meu potencial, mesmo com tantos obstáculos que surgiram em minha vida durante este percurso, se colocando sempre como mais do que um professor e orientador, mas sim como um ser humano, compreensivo e amigo, tornando essa jornada mais leve e possível de se concretizar.

Agradeço à Universidade Federal de Alfenas e à coordenação e toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de nós, mestrandos(as), discutirmos assuntos tão pertinentes à Educação.

Agradeço à Universidade Federal de Lavras que, por meio do curso de pós-graduação em “Gênero e Diversidade na Escola”, transformou a minha vida e a minha forma de enxergar as identidades de gênero, as orientações sexuais e os preconceitos e enfrentamentos diários da população LGBT, o que me motivou a continuar os estudos e chegar até essa pesquisa.

Agradecimentos especiais a algumas pessoas que passaram ao longo da minha vida e que foram essenciais para que eu chegasse até aqui:

Alfredo Nastari, obrigado por ter sido a primeira pessoa a me dizer que eu era “normal”, e por ter se tornado um exemplo de ser humano para mim. Admiro-te muito!

Allyson de Freitas, obrigado por entrar em minha vida e me “obrigar” a cursar com você a pós-graduação na UFLA, e por ter sido o maior incentivador para que eu chegasse até aqui. Obrigado pelas longas e ricas conversas e discussões e, principalmente, por ter acreditado em mim quando nem eu mesmo acreditava.

Hamilton Vieira, obrigado por todo incentivo, por todo apoio, por me fazer acreditar que eu conseguiria ser aprovado neste Mestrado, por todas as sugestões, pelo tempo que se dedicou a me “preparar” para uma etapa tão importante, e por ter se tornado um amigo tão especial.

Eduardo Aldo, obrigado por, nesta reta final, ser meu suporte nos momentos de tensão, por ser compreensivo e parceiro, por respeitar meus momentos e por entender minhas limitações.

Leandro Borges, Grace Kelly, Giovana Carine, Tatiane Bernandes, Lúcia Helena, e o querido casal amigo, que o GDE me presenteou, Marcos e Danilo, obrigado a/às todos/as vocês pela amizade, pelas conversas, pelos momentos de alegria e diversão, por estarem comigo nas alegrias e também nas tristezas. Vocês fizeram a diferença quando eu mais precisei.

Mãe, obrigado simplesmente por ser a minha mãe, e me ensinar, por meio de atitudes, valores tão importantes e por sempre estar ao meu lado. Você sempre foi e será o meu maior motivo para continuar... mesmo quando eu nem souber para onde remar...

Por fim, gostaria de agradecer a todos/as os/as professores/as que cruzaram o meu caminho e que marcaram profundamente a minha vida. Alguns/as de forma mais intensa, mas todos/as com a sua importância. Quando eu passei em vários vestibulares e, com o espanto de muitos/as, eu escolhi uma licenciatura, foi porque vocês me fizeram enxergar o quanto é maravilhosa e digna essa profissão. Eu sempre acreditei em vocês! Obrigado por nunca me censurarem e me ensinarem que a escola é um espaço democrático!

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

(...) Através da dança renitente de vaga-lumes purpurinados, diremos sim no meio da noite atravessada pela execração que os senhores do poder emitem para nos ofuscar. Assim, a opressão que tenta sufocar nosso desejo, ela mesmo será o motor da nossa luz e da nossa dança de vaga-lumes na noite. Quanto mais escuridão dos opressores, maior será a luz emitida pela purpurina dos oprimidos.

(TREVISAN, 2018, p. 578)

RESUMO

Pesquisas científicas no campo da Sociologia e da Educação têm buscado cada vez mais respostas para questões em torno dos preconceitos que as pessoas que não se adequam às normas sociais sofrem em nossa sociedade, inclusive no espaço escolar. Esta pesquisa tem como referencial teórico os estudos da socióloga australiana Raewyn Connell sobre a Masculinidade Hegemônica (CONNELL e MESSERCHMIDT, 2013), visando discutir como os estudos de gênero têm importante papel na busca por uma sociedade mais justa para as pessoas que não pertencem a esse padrão de masculinidade, principalmente a população LGBT. A partir da discussão desses estudos, esta dissertação se apresenta como uma análise dos discursos compartilhados na rede social *Facebook*, na página oficial do Programa “Escola Sem Partido”, no que se refere às questões de gênero e sexualidade. Esses/as interlocutores/as apóiam a implantação do programa com o objetivo de impedir que professores/as discutam determinados temas em sala de aula e, no caso dessa pesquisa, o tema em questão é o que eles chamam de “ideologia de gênero”, termo não reconhecido pela comunidade científica, que se originou na Igreja Católica e hoje é muito utilizado por políticos conservadores e diversos líderes religiosos para atacar pesquisadores/as envolvidos/as nos estudos de gênero e sexualidade e aquelas pessoas que não são heterossexuais e/ou cisgênero. Utilizando-se da Análise de Discurso Crítica, de Norman Fairclough (2001), esta pesquisa traz as publicações que discutem temas como gênero e sexualidade que mais repercutiram na página do Programa “Escola Sem Partido”, analisando seus principais comentários, concluindo que esse programa corrobora e legitima o padrão de masculinidade hegemônica tão valorizado em nossa sociedade, inferiorizando as mulheres e os homens que não pertencem a esse padrão. Toda a discussão é também amparada nos discursos políticos do atual contexto nacional, evidenciando o quanto a preposição “sem”, na nomenclatura do programa, não faz nenhum sentido.

Palavras-chave: Educação. Masculinidade. Escola Sem Partido. Estudos de Gênero.

ABSTRACT

Scientific research in the field of sociology and education has increasingly sought answers to questions about the prejudices people who do not conform to social norms suffer in our society, including in the school environment. This research has as theoretical reference the studies of the Australian sociologist Raewyn Connell on Hegemonic Masculinity (CONNELL and MESSERCHMIDT, 2013), aiming to discuss how gender studies plays an important role in the search for a fairer society for people who do not belong to this hegemonic pattern of masculinity, mainly the LGBT population. From the discussion of these studies, this dissertation presents itself as an analysis of the speeches shared on the social network Facebook, on the official page of the "School Without Party" regarding gender and sexuality issues. These interlocutors support the program implementation in order to prevent teachers from discussing certain topics in the classroom and, in the case of this research, the theme in question is what they call "gender ideology", term not recognized by the scientific community, which originated in the Catholic Church and is now widely used by conservative politicians and various religious leaders to attack researchers involved in gender and sexuality studies and those who are not heterosexual and / or cisgender. Using Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis (2001), this research brings the publications that discuss topics such as gender and sexuality that most resonated on the "School Without Party" page, analyzing its main comments, concluding that this program corroborates and legitimizes the hegemonic pattern of masculinity so valued in our society, that inferiorizes women and men who do not belong to this standard. The whole discussion is also supported by the political discourses of the current national context, showing how much the preposition "without" in the nomenclature of the program makes no sense.

Keywords: Education. Masculinity. School Without Party. Gender Studies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	SOBRE MASCULINIDADES	14
2.1	Percepções e estudos sobre as masculinidades.....	14
2.2	A homossexualidade masculina no Brasil.....	26
2.3	Estudos e pesquisas sobre as masculinidades no campo da Educação.....	41
2.4	Os perigos da narrativa “ideologia de gênero”.....	46
2.5	O Programa “Escola Sem Partido”.....	55
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
3.1	A Teoria Social do Discurso e a Análise de Discurso Crítica.....	62
3.2	A coleta e a análise dos dados.....	66
4	ANÁLISES DAS PUBLICAÇÕES E COMENTÁRIOS	77
4.1	Uma professora da Educação Infantil contra a “ideologia de gênero”.....	77
4.2	O único candidato à Presidência comprometido com o ESP.....	95
4.3	Escolas Particulares na mira do ESP.....	104
4.4	“Militantes” disfarçados de professores.....	116
4.5	Reboliço nas escolas de Foz do Iguaçu.....	131
4.6	A insistência na existência de uma “ideologia de gênero”.....	143
4.7	Psicóloga cristã não é bem recebida em evento da UFRN.....	150
4.8	Manifestações contra os estudos de gênero na BNCC.....	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
	REFERÊNCIAS	171

1 INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar, por meio do *Facebook*, na página oficial do Programa Escola Sem Partido (ESP¹), os discursos encontrados nas publicações, e seus respectivos comentários, que discutem questões referentes a gênero e à sexualidade, buscando compreender como os/as apoiadores/as deste programa pensam sobre essas temáticas. Mas, primeiramente, gostaria de explanar sobre as motivações pessoais que me trouxeram até esta pesquisa, que são inúmeras, de modo que se tornaria difícil encontrar uma ordem cronológica para cada fato e cada dor desencadeada ao longo desses anos. Além do mais, se eu fosse citar todas essas motivações, essa introdução se tornaria uma longa autobiografia. Decido, então, citar algumas passagens de minha vida que, durante esses longos meses de pesquisa, vieram à tona das mais distantes lembranças. Situações que, inicialmente traumáticas, tornaram-se hoje uma forma de resistência contra toda essa sociedade tão tóxica e preconceituosa em que estamos inseridos.

Lembro-me que bem criança, talvez com uns quatro ou cinco anos, gostava muito de desenhar e colorir, e ouvi meu pai dizer para minha mãe que eu era diferente dos meus irmãos, que aquilo – desenhar e colorir – não era “coisa de menino”. Continuei desenhando, era algo que eu gostava muito, mas, com o tempo, aquele primeiro comentário ouvido ainda tão criança começou a pesar quando eu percebia apenas os olhares de reprovação. Cheguei a pedir para entrar num curso de desenho, mas meu pai me matriculou em um curso de computação. Desenhar e colorir muito bem para a idade que eu tinha era algo visto como negativo, e pior ainda foi quando cresci e passei a ter a “letra bonita”. Sobre a caligrafia, considerada “feminina”, também ouvi comentários de meu pai para minha mãe, mas mesmo assim tive a serventia em preencher à mão todos os convites de casamento dos meus dois irmãos.

Falando neles, lembro-me que aos seis anos, quando eu estava ansiosamente feliz por iniciar meus estudos, não poderia imaginar o que vivenciaria logo nos primeiros meses do então chamado “pré-primário”. Logo no primeiro dia fui colocado para dividir uma mesa com mais três coleguinhas: dois garotos e uma garota, e aqueles seriam, então, meus companheiros de mesa naquele ano. Naturalmente a amizade surgiu, sem maldades e sem rótulos. Eu não havia percebido que um dos meus novos amiguinhos não se enquadrava nos moldes adequados para um menino, mas percebi que alguns – principalmente os meninos mais velhos

¹ A sigla ESP será utilizada durante toda a dissertação para se referir ao Programa Escola Sem Partido.

de outras classes – o maltratavam, chamavam-no por nomes que eu não entendia muito bem, mas notava o tom de desprezo e deboche. Mais tarde fui entender que meu amigo era considerado “efeminado”, e que gostava de brincadeiras consideradas de meninas.

Mas eu não me importava com isso, e nem os meus outros amigos que dividiam a mesma mesa durante toda a tarde, até que um dia meu irmão, que estudava no período da manhã, apareceu na escola à tarde e me viu durante o recreio com meu amigo. A partir daquele dia meu irmão ameaçava contar aos meus pais que eu tinha “aquele amigo”, tudo era motivo para me chantagear e me lembrar que eu tinha um amigo “inadequado”, e o pior é que eu não entendia o que tinha de errado, mas me sentia culpado. Relembrar isso é bastante doloroso e até mesmo confuso, mas me lembro que esse meu amigo, em seu aniversário, me convidou para a festa e eu não tive coragem de falar para os meus pais, e ele ficou esperando eu chegar para cantar os parabéns, e eu não fui. Na ocasião, o pai do meu amigo foi até minha casa pedir aos meus pais para ele me levar. Lembro-me de minha mãe não entendendo o porquê de eu não ter contado e pedido para ir ao aniversário, e da cara do meu irmão pensando, talvez, em como ele poderia usar aquilo contra mim mais tarde.

Resumindo, com as insinuações e posturas do meu irmão, em poucos meses eu aprendi que era “errado” ser como meu amigo e que não seria bom andar na sua companhia, então eu briguei com ele, usei a violência contra ele sem motivos, talvez apenas para provar para o meu irmão que eu não era como ele insinuava o tempo todo. Esse fato, até hoje, é algo que me incomoda, dói e me faz compreender que foi o início de uma construção de um personagem para agradar essa sociedade hipócrita e perversa, que rotula pessoas a ponto de tachá-las como erradas ou certas, adequadas ou inadequadas, superiores ou inferiores, criando violências de diversas formas. A construção desse personagem, por anos, acarretou em diversos episódios que só me fizeram ver cada vez mais nitidamente o quanto a sociedade não se importa se você não está feliz ou se você não está sendo inteiramente você, desde que você esteja agradando-a e seguindo seus padrões ideais de como ser e se comportar como homem e como mulher.

Em outra ocasião, quando já adulto, meu outro irmão foi até a minha casa me dizer o quanto me admirava, por sempre ter sido tão estudioso, dedicado, ter passado em diversos concursos, conseguido crescer profissionalmente, mas deixou bem claro que não conseguiria me aceitar se eu não fosse heterossexual, que não poderia me ver como seu irmão caso eu fosse gay. Os exemplos citados até aqui são muito poucos diante de tantas situações que vivenciei e que me serviriam para justificar, de modo pessoal, o que me motivou a aprofundar os estudos sobre a construção das masculinidades, porém, entendo já serem suficientes para que possa dizer o quanto a sociedade valoriza o padrão ideal e heteronormativo de

masculinidade. O que eu enxergava – e ainda enxergo muitas vezes – é que mesmo que você tenha sido um profissional bem-sucedido, tenha estudado, tenha conseguido realizações pessoais e profissionais, se você não se encaixar nesses padrões, você quase sempre será tachado prioritariamente pela sua orientação sexual ou pela sua identidade de gênero, como se aquilo se sobressaísse sobre todas as suas outras construções sociais.

Alguns exemplos que sempre vejo sobre essa afirmação que acabo de fazer estão em algumas notícias do mundo do entretenimento quando anunciam filmes, séries e novelas. Quando vão anunciar que um ator irá interpretar um personagem heterossexual, nunca enfatizam essa orientação sexual, normalmente anunciam que o fulano vai viver um médico, um astronauta ou um hippie. Mas quando vão anunciar um personagem cuja orientação sexual é homo, muitas vezes simplesmente anunciam que fulano vai interpretar um gay, ou cicrana vai interpretar uma travesti ou uma lésbica, como se esses personagens se resumissem em sua orientação sexual ou identidade de gênero, e não tivessem uma profissão e outras construções consideradas tão ou mais importantes.

Sendo assim, posso dizer que esse ideal de masculinidade imposto pela sociedade sempre esteve muito latente em minha vida, oprimindo-me desde criança, forçando-me a enxergar que qualquer outra possibilidade de masculinidade seria um “erro” que me traria sérias consequências. Foi apenas com 22 anos de idade que comecei a me compreender e a aceitar que eu poderia ser um jovem “normal”, e nesses 11 anos, desde então, foi preciso muito estudo, muitos diálogos, muitos choros e decepções para que eu quebrasse diversos preconceitos e tivesse a maturidade de olhar para mim mesmo e entender conceitos e situações que discutirei nessa pesquisa. Esta dissertação será composta por três capítulos denominados: “*Sobre Masculinidades*”, “*Procedimentos Metodológicos*” e “*Análise das Publicações*”.

O primeiro capítulo é dividido em cinco subcapítulos, sendo o primeiro intitulado “*Percepções e Estudos sobre as Masculinidades*”, abordando a temática a partir de estudos de gênero, com ênfase na teoria da “*Masculinidade Hegemônica*”, de Raewyn Connell, além de outros/as importantes pesquisadores/as da área. O subcapítulo também discutirá conceitos como machismo e patriarcado, relacionando-os ao conceito de masculinidade para melhor compreensão dos comportamentos que observaremos nos discursos analisados, na tentativa de identificar se estes legitimam o papel da masculinidade hegemônica em nossa sociedade.

No segundo subcapítulo – “*A homossexualidade masculina no Brasil*” – serão apresentados alguns dados importantes para entendermos a construção das masculinidades no país desde o Brasil colônia até os dias atuais. Neste tópico, a obra de João Silvério Trevisan

(2018) se fará essencial como referencial. Na terceira parte, deste primeiro capítulo, “*Estudos e Pesquisas sobre as Masculinidades no Campo da Educação*”, apresentarei alguns dados relevantes que evidenciarão o quanto ainda é incipiente estudos sobre a temática nesta área.

No quarto subcapítulo, intitulado “*Os Perigos da Narrativa Ideologia de Gênero*”, realizarei uma discussão para melhor entendermos como essa narrativa se construiu tão forte no Brasil e ganhou espaços e apoiadores/as, tornando-se um dos grandes temas polêmicos do Programa ESP. E, por fim, o último subcapítulo apresentará o mencionado Programa, explicando como ele se apresenta e como importantes pesquisadores/as o percebem, além de tentar evidenciar o quanto sua imposição, no que se refere às questões sobre gênero e sexualidade, pode reforçar preconceitos e legitimar a Masculinidade Hegemônica, camuflando-se num discurso em prol da proteção da família tradicional cristã e da moral e dos bons costumes.

O segundo capítulo será dividido em dois tópicos, o primeiro trazendo os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, explicando a Teoria do Discurso e a Análise de Discurso Crítica, de Fairclough (2001), evidenciando o porquê essa é a metodologia mais adequada, e o segundo tópico trazendo informações sobre a coleta e a análise de dados. Para concluir, o terceiro e último capítulo trará oito publicações e os seus principais comentários, com as análises discutidas a partir do referencial teórico. Cada publicação será apresentada, juntamente com seus respectivos comentários, em um subcapítulo que juntos, ao final, conduzirão às considerações finais a serem apresentadas.

Por fim, aproveito para reconhecer a importância da interseccionalidade², quando nos demonstra que raça, classe e gênero estão indissociavelmente ligados. É indiscutível que questões etnicorraciais e de classe, quando discutidas em contextos sobre gênero e sexualidade, nos apresentam representações de desigualdades sociais e de opressão diferenciadas e com diversas possibilidades de análises. De acordo com Connell e Pearse (2015 apud GATTI e MENDONÇA, 2018, p. 87):

² A interseccionalidade é o estudo da sobreposição de marcadores sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. A teoria interseccional sugere e procura examinar como diferentes categorias biológicas, sociais e culturais, tais como gênero, raça, classe, capacidade, orientação sexual, religião, casta, idade e outros marcadores de identidade interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultaneamente. Esse conceito foi criado pela feminista e professora especializada em questões de raça e gênero Kimberlé Williams Crenshaw, e foi usado a primeira vez em 1991 numa pesquisa sobre as violências vividas pelas mulheres negras nas classes desfavorecidas nos Estados Unidos. Na revista virtual “Medium” está publicado artigo traduzido de Kimberlé Crenshaw: “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-18324d40ad1f>. Acesso em: 6 ago. 2019.

A noção de gênero constitui-se intrinsecamente como um conceito multidimensional, que não diz respeito apenas a uma identidade, à classe, a raça/etnia, ao poder ou à sexualidade, mas a tudo isso de modo indissociável. Portanto, padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais e históricos distintos.

. Poderíamos, por exemplo, fazer diversas discussões sobre as diferenças, nos mais diversos aspectos, entre um homossexual branco e classe média alta e um homossexual negro e da periferia, buscando comprovar o quanto relações de classe e raça são marcadores sociais tão importantes quanto relações de gênero e sexualidade quando se analisa discriminações. Porém, nesta pesquisa, a opção foi por um recorte que não enfatizará as relações etnicorraciais e as relações de classes, ampliando o foco nas questões que buscam compreender a construção das masculinidades nas discussões de gênero e sexualidade no interior dos discursos do Programa Escola Sem Partido e de seus/as apoiadores/as na rede social *Facebook*.

2 SOBRE MASCULINIDADES

2.1 Percepções e estudos sobre as masculinidades

Quando se busca no dicionário o significado do substantivo “masculinidade”, verifica-se que ele significa “qualidade do masculino; qualidade de másculo; virilidade”, e o adjetivo “masculino” significa “varonil, másculo, enérgico”. Porém, quando se busca o significado da palavra “feminilidade”, depara-se com o significado de “caráter próprio da mulher”, e o mais interessante é o significado do adjetivo “feminino”, quando relativo às mulheres: “a fraqueza feminina” (FIGUEIREDO, 1913). Neste breve debruçar sobre os significados dessas palavras consideradas “gramaticalmente” antônimas, depara-se com a ideia tão enraizada em nossa sociedade de que a mulher é o sexo frágil, enquanto o homem é aquele possuidor do poder, o sexo forte. Mas a palavra “masculinidade” – derivada do termo latino *masculus* – só no século XVIII começou a ser usada porque existia uma extrema necessidade da sociedade, até mesmo por meio de esforços científicos, em estabelecer critérios bem claros de diferenciação entre os sexos (OLIVEIRA, 2004).

Mas para abordarmos as masculinidades é preciso falarmos sobre gênero, e como aponta Connell (2016), discutir sobre gênero não é apenas o que se pode ver em muitas pesquisas que se dedicam a diferenciar as categorias masculino [*male*] e feminino [*female*], de uma forma estática e categórica, o gênero “precisa ser compreendido como parte de uma economia global do conhecimento” (CONNELL, 2016, p. 27). Há muitas formas de definir gênero, seja como um papel, uma identidade, uma formação discursiva, uma classificação dos corpos, ou outros modos; mas, de fato, o que vai fazer com que qualquer uma delas tenha valor na sociedade é o que pode ser feito com essas identidades ou classificações de forma coletiva, como práticas sociais, sejam em igrejas, fábricas, na mídia, nas prisões e até mesmo na escola.

Estudar gênero, por muito tempo, como aponta Connell (2016), foi entendido como sinônimo de “mulheres³”, como se os homens não estivessem envolvidos também nas relações de gênero. E pesquisas sobre masculinidades/homens só começaram a ganhar espaço muito recentemente: “A primeira síntese global, na forma de um livro-texto, com pesquisas sobre homens e masculinidades em todo mundo, foi publicado em 2005” (CONNELL, 2016,

³ Louro (2014) ressalta que “estudar gênero” ficou, por muito tempo, associado aos estudos sobre mulheres, por ter sido este o foco inicial do feminismo e dos estudos de gênero entre o final do século XIX e início do século XX, quando a principal conquista almejada por elas era o direito ao voto.

p. 93). Assim, homens eram tratados nas pesquisas de gênero como não tendo gênero, pois esta palavra significava “mulheres”, o homem era tido como a “norma”, representante universal; mas nessas pesquisas iniciais da contemporaneidade – sobre os homens – vale ressaltar que eram principalmente realizadas por eles (os próprios homens), e que colocavam as mulheres na marginalidade. Essa lógica só foi desconstruída a partir da crítica feminista dos anos 1970, quando se passou a analisar os homens como indivíduos ativos nas relações de gênero e suas práticas sociais associadas neste contexto, evidenciando, então, as masculinidades que, embora sempre existiram, não eram percebidas e discutidas.

O sociólogo francês Welzer-Lang (2004) também problematiza que o masculino e os homens são raramente contextualizados nas problemáticas em torno de gênero e ressalta que, nos estudos de sociologia dos sexos, os homens ficaram muito tempo ausentes, surgindo depois estudos que procuravam desconstruir o masculino a partir de dois pólos: em torno de um grupo de homens antissexistas heterossexuais, e outro em torno das homossexualidades masculinas especificamente. O sociólogo conclui que desde o ressurgimento desses estudos:

os homens parecem estar divididos em dois grupos. Os que seriam *normais*, sobre os quais nem é necessário enunciar qual é a cor dos seus amores, de tal modo a heterossexualidade parece triunfante em nossa época; e os outros, que assumem a sua homossexualidade e procuram compreender por que são considerados diferentes dos primeiros, tanto nos textos científicos quanto na lei (WELZER-LANG, 2004, p. 110).

Faz-se necessário entender que é impossível pensar em relações de gênero sem pensar em corpos que vivem e transitam em sociedade. Connell (2016, p. 17) diz que “o gênero pode ser definido como a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história”, o que ela chama de “corporificação social”, que se refere ao “processo coletivo e reflexivo que envolve os corpos em dinâmicas sociais, e as dinâmicas sociais nos corpos” (CONNELL, 2016, p. 48). Essa “corporificação social” é entendida como uma “co-construção” do biológico com o social. O gênero, então, é corporificado, e os corpos humanos, desde os primórdios, estão envolvidos em grupos sociais e, principalmente nos dias atuais, a produção, o crescimento, o desenvolvimento, a danificação e a destruição desses corpos ocorrem em ambientes muito bem estruturados na sociedade. É por isso que gênero não pode ser entendido apenas com o que diz respeito à sexualidade, porque os corpos estão constantemente em transformação num processo que ultrapassa o biológico e o simbólico, envolvendo um longo processo de formação na história, presentes nos mais diversos contextos que o gênero está embrenhado:

(...) nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e na criação das cidades, na luta contra o *apartheid* e nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais (CONNELL, 2016, p. 33)

A masculinidade, então, é bem mais complexa do que a definição que inicialmente vimos no dicionário e que ainda muitas pessoas entendem como relacionada simplesmente à sexualidade e ao biológico. Na verdade, não se pode falar em uma única masculinidade; de acordo com pesquisas ao redor do mundo, muitas construções de “masculinidades” foram registradas em cada continente. Segundo Connell (2016, p.94), masculinidades “são padrões socialmente construídos de práticas de gênero. Esses padrões são criados por meio de um processo histórico com dimensões globais”. E quando pensamos em masculinidades nesse contexto, envolvendo as dinâmicas de ordem mundial de gênero, percebemos que homens são tão afetados quanto as mulheres, embora aqueles sejam menos discutidos. Se observarmos os diferentes grupos de homens existentes na sociedade, percebemos que eles estão em posições diferentes, como mostram Donaldson e Poynting (2007 apud CONNELL, 2016) em estudos sobre homens e classes dominantes, que comprovam que apenas uma parcela muito pequena dos homens é detentora de poder e riqueza, enquanto a outra enorme parcela se vê enfrentando “pobreza, deslocamento cultural, ruptura de relacionamentos familiares e uma renegociação forçada dos significados de masculinidade”.

Entre os anos de 1985 a 2005, Connell (2016) relata que houve um crescimento acima do normal de estudos sobre novas escalas de masculinidades⁴, além de muitas análises culturais da construção das masculinidades presentes na mídia, esportes, cinema e publicidade. Estudiosos/as também passaram a refletir sobre a violência masculina e sobre a paternidade, e toda essa explosão de novas reflexões foi importante para romper a literatura popular⁵, principalmente na psicologia popular, que sempre tratava a masculinidade como uma entidade fixa e a-histórica, sendo os homens um grupo homogêneo. E foi nesse cenário

⁴ No capítulo 4, da segunda parte do livro “Gênero em termos reais”, Connell, logo na introdução, ressalta que foram as mulheres quem inseriram a “igualdade de gênero” na agenda política justamente por serem elas “as preteridas pelos padrões vigentes de desigualdade de gênero; e a elas, portanto, cabe a reivindicação de reparações” (CONNELL, 2016, p. 90). Porém, ela também evidencia que são os homens os maiores controladores de acesso a essa almejada igualdade de gênero. Dessa forma se fez necessário iniciar as pesquisas sobre masculinidades para que se pudesse entender como esses meninos e homens são compreendidos e como se posicionam diante das relações de gênero. Connell ainda enfatiza que o capítulo foi constituído, além da pesquisa, a partir da elaboração prática de políticas, uma vez que a socióloga esteve envolvida nas discussões junto às Nações Unidas sobre “o papel dos homens e meninos na conquista da igualdade de gênero”, que culminou no primeiro documento político que mundialmente discutiu essa questão, em 2004, durante a CSW *Commission on the Status of Women* (Comissão sobre a Situação das Mulheres).

⁵ Os termos “literatura popular”/“psicologia popular” são utilizados na obra de Connell (2016, p. 162) no que parece remetê-los ao sentido de “senso comum”. No artigo “Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito” (CONNELL; MESSERCHMIDT, 2013) o termo também aparece nesse mesmo sentido.

que, por todo mundo, espalharam-se as pesquisas que comprovavam a diversidade de masculinidades existentes no âmbito social. Era possível, então, perceber que as vidas dos homens e os dilemas que cercavam as masculinidades em toda parte do mundo também faziam parte da globalização:

(...) seja nas discussões na América Latina sobre o impacto da reestruturação neoliberal dos modelos tradicionais de paternidade patriarcal, seja nas discussões no Oriente Médio quanto à turbulência cultural sobre a masculinidade ser resultado da influência cultural do Ocidente, da dominação econômica e das resistências locais. Certamente. A ideia de “globalização” em boa parte desta discussão era muito simplificada, mas pelo menos ela fornecia um quadro de referência amplamente conhecido (CONNELL, 2016, p. 165).

Embora essas diferentes masculinidades fossem produzidas no mesmo contexto social, as relações de gênero incluem também as relações estabelecidas entre os homens, sejam elas uma relação de dominação, de marginalização ou de cumplicidade. Connell (1985, p. 189) diz que “uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. (...) [e] qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória”. Temos que pensar que:

se a ‘masculinidade’ significasse simplesmente as características dos homens (aquelas socialmente aceitas como masculinas), não poderíamos falar da feminilidade nos homens ou da masculinidade nas mulheres (exceto como desvio) e deixaríamos de compreender a dinâmica do gênero (CONNELL, 1985, p. 189).

Mas acerca da masculinidade hegemônica, comentada anteriormente, Connell (1995) explica que ela é um padrão de práticas que permitiu que os homens continuassem colocando as mulheres numa posição de subordinação, distinguindo-a das demais masculinidades, principalmente as subordinadas. Essa masculinidade hegemônica se assumia como normativa, mesmo que apenas uma minoria dos homens a desempenhasse, porém, ela expressaria a maneira mais honrada possível de se posicionar como homem na sociedade, fazendo com que todos os homens que não se encaixassem nesse modelo se subordinassem àqueles que se encaixavam. A masculinidade hegemônica então “legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (Connell, 1995, p. 245), e também legitima a subordinação dos demais homens aos homens que se encaixam na normatividade exigida pela masculinidade hegemônica.

De uma maneira otimista, Connell (1995) deixa bem claro que é possível acreditar numa forma mais humanizada do homem, que fosse menos opressor, tornando este um modelo hegemônico masculino, abolindo as hierarquias de gênero, visto que elas são passíveis de mudanças ao longo da história. Sobre as categorias de masculinidades, existe, também, uma interessante pesquisa sobre masculinidades e violências que, por meio da escuta de prisioneiros acusados de estupro, acusados de violência física contra suas parceiras e jovens infratores, apontou uma interessante reflexão sobre a busca pela honra. Nessa pesquisa, Machado⁶ (2004) expõe que, de forma paradoxal, as categorias de masculinidade transitam entre dois tipos de homens: o homem *bicho danado* e o *homem honrado*. Ela descreve o homem *bicho danado* como aquele que não se pode domesticar, que age irresponsavelmente e que pode ser danoso às mulheres porque nele não se pode confiar. Já o *homem honrado* é aquele que precisa provar à sociedade e a sua família que ele detém o controle de sua mulher (ou suas mulheres), mesmo que para isso seja preciso violentá-las fisicamente. Vale também usar a força física para honrar essas mulheres que o cercam contra aqueles homens que possam aproximar-se delas de maneira inadequada, desrespeitosa. O que espanta é o fato desses comportamentos agressivos e violentos serem tão naturalizados em nossa sociedade, a ponto de serem entendidos como inerentes ao ser masculino.

Acerca dessas duas categorias discutidas por Machado (2004), podemos dizer que ambas se enquadram no que Connell chama de masculinidade hegemônica. Tanto o homem *bicho danado* quanto o *homem honrado* trazem práticas sociais que entendem a mulher como um objeto passivo e pertencente a eles, com as quais podem decidir o que fazer da forma que para eles (e nunca para elas) seja melhor. Essas categorias de homens são heranças das normas construídas pelo patriarcado, como aponta Connell (2016, p. 60) quando reflete que “a maior parte das ordens de gênero, contudo, é patriarcal, ou seja, constrói privilégios para os homens e subordinação para as mulheres, enquanto grupos”. Diante disso, ordens sociais patriarcais vão deixar claro que a mulher deve ter sua capacidade definida pela procriação, pois elas serão valorizadas como mães, principalmente como mães de filhos homens, além de terem que cumprir seu papel de donas de casa e esposas sempre dispostas a saciar os desejos sexuais de seus parceiros.

⁶ A pesquisa de Lia Zanotta Machado reúne diversas reflexões que foram realizadas ao longo de pesquisas, com referência no Distrito Federal, sobre a construção social de gênero e construção social de violências em contexto urbano contemporâneo brasileiro. A pesquisa mencionada privilegiou a escuta de prisioneiros condenados por crimes de estupro, homens acusados de violência física contra suas mulheres e de jovens infratores.

Seguindo esse raciocínio de que a mulher se encontra como objeto do homem que entende que a possui, vale explorarmos um pouco mais a pesquisa de Machado (2004), que traz interessantes percepções dos prisioneiros ouvidos que legitimam essa masculinidade hegemônica. A pesquisadora ressalta que existe bem clara uma concepção de sexualidade que coloca como antagonistas o masculino (sujeito da sexualidade) e o feminino (objeto da sexualidade). As mulheres, então, seriam corpos femininos controlados e disponíveis, não sendo vistos como pessoas que se inserem em relações sociais, e, para os agressores, a masculinidade se articula com a “busca pelo controle dos desejos e vontades de outrem” (MACHADO, 2004, p. 36). A mulher, para eles, não tem desejo próprio, ela simplesmente é um objeto disponível que tem a obrigação de proporcionar e sentir prazer quando eles querem. A pesquisa ainda aponta, baseado nos estudos de Lacan, que o falo ocupa lugar de destaque, uma vez que grande parte dos sujeitos (masculinos e femininos) orientam seus desejos em torno da posse do falo; o homem como portador do falo é o detentor da potência, enquanto o feminino se prende na ideia da castração, por não o possuir:

Deste modo, o feminino tende a ser portador do reconhecimento da impossibilidade da completude humana, distanciando-se da posição de portador de lei simbólica ocupada pelo masculino. São definidas assim as estruturas e posições respectivas do masculino e do feminino e as funções paterna e materna, de tal modo que a divisão anatômica continua a dar origem a uma divisão dos gêneros em torno da concepção de que *somente o ‘órgão erétil’ simboliza o lugar do gozo* (MACHADO, 2004, p. 38-39).

Essa valorização do falo fica mais evidente em Oliveira (2004), principalmente quando ele utiliza o termo “cultura falocêntrica”, de Derrida, que apoiava e estimulava a valorização social do lugar simbólico representado pela masculinidade. Quando Oliveira (2004) traz reflexões acerca da masculinidade e a lei, ele ressalta o formato de uma lei omissa que está infiltrada nos lares, facilitando o poder que os homens exercem sobre as mulheres e crianças no contexto familiar, favorecendo a masculinidade hegemônica:

A lei se arrogou o direito de invadir a privacidade sempre que esta não se conformava aos ditames da ordem moral burguesa. Esta foi uma característica bastante clara no que diz respeito às práticas sexuais não convencionais, evidenciando a imbricação e o acoplamento entre os ideais societários registrados na lei e o ideal moderno de masculinidade (...) § No que tange às relações familiares, às regras de estabelecimento do matrimônio e às práticas sexuais, o código legal vigente nos países ocidentais explicitou invariavelmente uma posição bastante vinculada aos ideais societários favoráveis à masculinidade hegemônica. O laço heterossexual sempre teve centralidade nas regras que estabeleciam as condições para a união matrimonial (OLIVEIRA, 2004, p. 68).

Dessa forma, de acordo com Olivera (2004), somente a heterossexualidade poderia caminhar para uma das principais bases da sociedade moderna: o casamento; enquanto a homossexualidade seria vista como prática perversa indicativa de desvio moral exercida por indivíduos lascivos com algum problema fisiológico ou psíquico. Era como se a lei indiretamente operasse na vigilância do comportamento masculino visando que apenas o modelo ideal de masculinidade funcionasse na prática social. A homo-orientação, então, é vista como a contradição do ideal masculino, indesejável e contrária à moralidade. Assim, nesse contexto envolvendo heterossexualidade, masculinidade hegemônica e falocentrismo, é interessante perceber a questão que gira em torno da ‘virilidade’, palavra que, até no dicionário, observamos estar muito associada aos vocábulos ‘masculinidade’ e ‘masculino’.

Na pesquisa de Machado (2004), os estupros surgem nas entrevistas com os violentadores como se atos sexuais “comuns” fossem, porque, na visão dos agressores, a sexualidade masculina é entendida como aquela que toma para si o corpo do outro para nele penetrar. Fica nítido que o agressor assume que transgrediu uma regra, uma lei, porém, ele afirma que essa transgressão não deveria ser considerada um crime, utilizando-se das frases: “todos os homens fazem”; “todos os homens fazem com prostitutas”, “todos os homens fazem com todas as mulheres: elas sempre dizem não, mas sempre querem” (MACHADO, 2004, p. 41). Para eles existe algo muito mais importante do que assumir que transgrediram uma lei ao praticarem um ato violento: é culturalmente ‘normalizado’ que a iniciativa sexual vem do homem (sujeito), enfatizando mais uma vez que a mulher é o mero objeto na relação.

A pesquisa de Machado (2004) ainda traz muitas outras reflexões importantes sobre a masculinidade, como por exemplo, nas relações heterossexuais, o fato de se pensar que o masculino é visto como aquele que se apodera por ser o sujeito que penetra, mas a pesquisadora traz uma interessante percepção sobre o ato de se apoderar de outro corpo que foge do modelo erótico ocidental, em que a mulher pode ser percebida como sujeito:

Poder-se-ia pensar, ao menos logicamente, que o sexo que se apodera é, não o que penetra, mas o que absorve, o que engloba, o que traz para o interior, ou então que os dois se apoderassem um do outro. Contudo, a penetração peniana tomou a primazia, tornando-se o único instrumento que se apodera sexualmente. Isso leva, paralelamente, a identificar o portador do sexo masculino como o sujeito e não o objeto da relação sexual (...). (MACHADO, 2004, p. 41)

Mas essa masculinidade que não aceita ver a mulher como sujeito no ato sexual, é a mesma que se sente insegura e frágil ao receber um “não” de uma mulher. A mesma pesquisa

de Machado (2004) traz um cenário que mais parece um jogo, em que o homem precisa, a todo custo, transformar em “sim” aquele “não” recebido de uma mulher numa investida para se conseguir sexo. Quando esse “não” persiste, a capacidade de conquista desse homem está em jogo e sua virilidade pode ser denunciada. Nessa situação, o homem passa a perceber o insistente “não” como um ritual de sedução, e o corpo feminino, mais uma vez mero objeto, aparece como sacrificial. Assim, após cometerem o estupro, a palavra “fraco” aparece para justificar o ato violento, pois o macho, do ponto de vista sexual, não consegue se segurar. Machado (2004, p. 43) conclui que “A virilidade supõe, então, a disponibilidade total para a realização da atividade sexual e está associada ao lugar simbólico do masculino como lugar da iniciativa sexual”. Outro fato importante destacado na pesquisa é que o erotismo ocidental, ao determinar o feminino como passivo e o masculino como agressivo, fez com que não ficassem tão claras as diferenças entre sexo consentido e estupro. Possuir o falo, mais uma vez, denota possuir potência e força, fazendo com que o masculino se compare à lei que é imposta no ato, enquanto a mulher vai ser suprimida três vezes: “enquanto corpo sexuado que pode se apoderar do corpo do outro, enquanto sujeito desejante e enquanto sujeito social que participa na confecção da lei” (MACHADO, 2004, p. 46). Essa conclusão da autora nos deixa claro o quanto é importante e urgente a discussão acerca das masculinidades nos estudos de gênero.

Quando Machado (2004, p. 36) expõe que, para se buscar uma pacificação nas questões que envolvem masculinidades e violências, é preciso “repensar e reinventar as concepções vigentes de masculinidade e as relações simbólicas entre os gêneros”, chegamos ao que Connell (2016) vem discutindo dentro das preocupações que envolvem os estudos sobre os homens, quando enfatiza que, em diversos lugares do mundo – como na Índia, na Alemanha, no Canadá e na África do Sul – vem sendo discutidas questões como patriarcado e violência a fim de mudar a conduta dos homens, além da criação de centros para homens (como no Japão), debates na mídia e seminário itinerante em diferentes lugares do mundo na intenção de discutir questões sobre homens, masculinidades e igualdade de gênero. Mas algo que Connell (2016) aponta é que, apesar de muitos homens acreditarem que eles têm muito a perder desses dividendos patriarcais que adquiriram ao longo dos anos, eles também têm “um padrão vinculado de desvantagens ou de toxicidade”: apesar dos homens terem melhores salários e conseguirem melhores cargos, eles também são os que mais sofrem com acidentes no trabalho, pagam maiores impostos e também são mais pressionados pela sociedade quando se encontram desempregados. Connell (2016) também nos informa que os homens, apesar de terem o maior controle das instituições de coerção e dos meios de violência, também são

aqueles que, em proporções muito maiores que as mulheres, são alvos da violência militar e de criminosos, além de serem maioria nas estatísticas de presos e executados; é o que a cientista social australiana define como “as condições das vantagens”. É como se os homens, para conseguirem a manutenção desses benefícios, tivessem que “pagar” de forma drástica por isso, um dos exemplos está no sentimento de ligação que muitos homens perdem com seus filhos pequenos por não poderem se beneficiar dos trabalhos domésticos e cuidados que são, socialmente, inerentes às mulheres.

Se até agora falamos de masculinidades, não podemos deixar de discutir sobre o machismo. Márcia Tiburi reflete que o “o machismo é o ‘ismo’ do patriarcado que o feminismo vem perturbar. O machismo é um modo de ser que privilegia os ‘machos’ enquanto subestima todos os demais” (TIBURI, 2018, p. 62). E a autora aponta que a presença do machismo vai desde a microestrutura até a macroestrutura cotidiana, tanto de forma subjetiva como objetiva, muitas vezes introduzida por muitas pessoas, até mesmo mulheres, de forma externa ao desejo delas porque o machismo é, em nossa sociedade, “um modo orgânico de pensar, de sentir e de agir” (TIBURI, 2018, p. 63), e isso dificulta demasiadamente modificá-lo.

Tiburi (2018) ainda traz uma ideia, que nos remete à masculinidade hegemônica de Connell, quando destaca o machismo como um sistema de crenças em que a superioridade dos homens, devido à sua masculinidade, é aceitável. Porém, é interessante a ressalva feita pela autora ao dizer que essa masculinidade não é bem vista e aceitável se percebida em uma mulher, da mesma forma que a feminilidade deve ser uma característica apenas destinada às mulheres, pois seria um “erro da natureza” se percebida em um homem. Sendo assim, para o patriarcado existem duas programações pré-definidas para serem aplicáveis nos únicos dois sexos existentes em sua percepção: a masculinidade nos homens e a feminilidade nas mulheres. Diante dessa afirmação, fica mais evidente que é inaceitável a ideia de múltiplas masculinidades e feminilidades.

Para refletirmos um pouco mais sobre patriarcado e os papéis de seus personagens, é interessante buscarmos na história de nosso país fatos que nos ajudem a entender um pouco dessas construções sociais ainda tão latentes. Trevisan (2018) nos apresenta, em sua obra acerca da homossexualidade no Brasil – da Colônia à atualidade –, que o Estado, já na terceira década do século XIX, percebendo as condições sanitárias sub-humanas presentes no lar patriarcal e o alto índice de mortalidade infantil, buscou modificar esses lares, modernizando-os de forma a conscientizar a população da necessidade de gerar filhos(as) sadios(as) para a pátria:

Foi através do especialista em higiene que o Estado se imiscuiu no interior das famílias. Com livre trânsito nesse espaço outrora impenetrável à ciência, o médico-higienista acabou impondo sua autoridade em vários níveis. Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferências desse especialista, cujos padrões higiênicos visavam melhorar a raça e, assim, engrandecer a pátria. A partir da ideia de um corpo saudável, fiel aos ideais de superioridade racial da burguesia branca, criavam-se rigorosos modelos de boa conduta moral, através da imposição de uma sexualidade higienizada, dentro da família. Acreditava-se que a libertinagem enfraquecia as nações. Como dizia o médico-higienista Pires de Almeida, nosso próprio país já “não goza da mesma virilidade” Por quê? Por causa da perda de potência masculina. (...) (TREVISAN, 2018, p. 168).

Como percebemos, na busca pela higienização da masculinidade, mais uma vez o substantivo “virilidade” aparece atrelado à masculinidade, num contexto de um período em que se reestruturava o casamento buscando legitimar nele o prazer sexual ao qual o casal tinha direito, buscando rigorosa fidelidade com o intuito de diminuir o alto índice de doenças venéreas que se espalhara nas antigas famílias patriarcais devido ao sexo extraconjugal. Pode-se dizer que ser viril e saudável era sinônimo, então, de ser um heterossexual que se enquadrasse naquele novo modelo que se buscava, visto que foi nesse momento que os papéis sexuais foram bem delimitados, sendo a masculinidade identificada como paternidade, e a feminilidade identificada como maternidade. Assim sendo, este padrão regulador estabelecia que tudo que fugisse dele era anormal:

A partir daí os médicos da época passaram a condenar com insistência os libertinos, celibatários e homossexuais, tidos como cidadãos irresponsáveis e adversários do bem-estar biológico-social, pois desertavam do supremo papel de homem-pai (...) § O libertino era recriminado por se expor às doenças venéreas, acarretando males tanto domésticos quanto sociais, de ordem física e moral. (...) Se a paternidade mal exercida (como no libertino) e a negação da paternidade (como no celibatário) constituíam faltas graves no código higienista, ainda mais grave era negar-se à vocação “natural” de homem, como no caso do sodomita, que passou a ser chamado de uranista, pederasta ou, em linguagem chula, *bagaxa*. (...) (TREVISAN, 2018, p. 169).

Nota-se que os homossexuais, pertencentes a masculinidades subordinadas ao padrão hegemônico estabelecido como normal, além de terem sua virilidade inferiorizada, anulada ou invisibilizada, também eram vistos como anormais por fugirem do que até mesmo a medicina considerava “natural” e saudável. Esse discurso não é muito diferente do que hoje lemos e ouvimos dos/as conservadores/as que tanto se amedrontam com a palavra “gênero” e os estudos acerca de gênero e sexualidade. Tiburi (2018, p. 73) expõe que “‘gênero’ passou a ser demonizado em certos contextos. (...) As feministas e os estudiosos de diversas áreas ligadas

ao tema têm sido acusados, em uma inversão de sentidos, de ‘ideólogos de gênero’”. Esse tema será tratado mais a frente.

Para se enquadrar no padrão ideal de masculinidade, além de ser heterossexual (ou pelo menos se passar por um), ser violento também é uma característica que valoriza o macho, como já vimos na pesquisa de Machado. E buscando entender o porquê desse comportamento estar tão naturalizado no ser masculino, é interessante observarmos o trabalho de Schnoor (2013, p. 85), que traz a expressão “riscar o chão” para mostrar a realidade da masculinidade e o mundo rural entre o Brasil Colônia e o Brasil Império. Segundo o autor, “atravessar o ‘risco’ poderia incitar um conflito, uma contenda. Adentrar um conflito era símbolo de masculinidade”. Até o século VII, bastava a iniciação sexual para se legitimar a masculinidade de um homem, porém, nesse período, ser macho exigia outras marcas sociais:

O horizonte ampliou-se no mundo público. As ruas das vilas eram abertas, bem como as estradas. Nelas, os jovens teriam de interagir. Muitas vezes estariam por si, sem família para acudir. Ser respeitado nas ruas e nas estradas era um requisito básico ao estabelecimento social. O jovem que viveu entre a colônia e o império tinha de ter várias facetas sociais. Entre outras, aquelas moldadas pela violência e/ou pelo sexo. (SCHNOOR, 2013, p. 85).

Como percebemos, a violência vem desde então como um dos pilares que sustentam a masculinidade, atrelada à supervalorização do sexo. Talvez por isso, nas entrevistas com os estupradores, apresentadas por Machado, seja tão “normal” para eles considerarem que o crime cometido não seja tão grave, a ponto de justificarem o ato como sendo da natureza do macho. Nessa mesma época, tanto Schnoor (2013, p. 85) quanto Trevisan (2018, p. 124), apontam em seus trabalhos, que a sífilis espalhara pelo Brasil e era ostentada pelos homens como sintoma de virilidade. Rapazes que não apresentassem em seus corpos sinais sífilíticos eram “ridicularizados e considerados virgens ou menos machos”. A preocupação em apresentar-se para sociedade como um sujeito sexual ativo e violento era mais importante do que cuidar da sua própria saúde. Essa percepção pode nos fazer entender melhor porque até os dias atuais os homens se preocupam menos com sua saúde do que as mulheres. De acordo com Hurrelmann e Kolip (2002 apud CONNELL, 2016) a ordem de gênero sobre os homens gera efeitos tóxicos a eles, e aponta que:

(...) pesquisas em saúde registraram problemas específicos de homens e meninos. Entre eles, a morte prematura por acidente, homicídio e suicídio; acidentes ocupacionais; níveis mais altos de abuso de drogas, principalmente álcool e tabaco; em alguns países, a relativa resistência dos homens de procurar assistência médica quando necessária. Tentativas de afirmar uma

masculinidade robusta e dominante sustentam alguns desses costumes tóxicos.

Como se percebe, existe o ônus de se enquadrar na masculinidade hegemônica, e Priore e Amantino (2013, p. 10) abrem o livro “História dos homens no Brasil” discutindo essa questão quando apontam que não só de feitos heroicos se constroem os homens, mas também de “sofrimento, dores e humilhações que os condenam a sofrer calados: ‘bom cabrito não berra’. ‘Homem que é homem não chora’, dizem os provérbios populares!”. E ainda complementa que a história desses homens é construída por meio de lutas num “ambiente material, tecnológico e econômico extremamente adverso”. Acerca dessas adversidades, destaca-se sobreviver diante da falta de educação e saúde e a busca constante por melhores oportunidades de vida para si e sua família pelo Brasil afora, exigindo muitas vezes deixar suas origens. Mas essa história dos homens não era e nunca foi uma história única, pois:

(...) entre os homens, existiram diferenças econômicas, de cor e condição que incentivaram a exploração de uns sobre os outros. Não se trata, portanto, de uma história sem tensões, mas de uma história feita no entrelace de conflitos, dominação, subserviência e violência. E também de afetos, coragem, astúcia e negociações” (PRIORE; AMANTINO, 2013, p. 10).

Verifica-se o quanto ser homem é complexo quando existem tantas questões que podem determinar em que posição este homem está em relação aos outros homens, e até mesmo em relação às mulheres. Além disso, percebe-se que chegar até o padrão de masculinidade “ideal” é difícil e requer muito além de se mostrar viril e heterossexual, é preciso atingir o poder e dominar outros homens e se mostrar superior a eles. Diante disso, faz-se urgente reconhecer como legítimas e dignas diferentes maneiras de ser homem.

É importante que se entenda, até aqui, as diferenças entre três conceitos até agora discutidos: machismo, patriarcado e masculinidade. O machismo refere-se ao comportamento de indivíduos que não aceitam a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, e expressam essa não aceitação por meio de opiniões e atitudes que colocam o gênero feminino como inferior ao gênero masculino. O patriarcado se refere ao sistema social que entende o gênero masculino como detentor do controle das propriedades, incluindo sua família (esposa, filhos e filhas). O patriarcado tem na figura do homem – pai e/ou marido – a autoridade máxima da família. E a masculinidade é um conjunto de comportamentos que histórica e socialmente foram associados a homens e meninos que se comportam de formas semelhantes, existindo, assim, várias formas de masculinidades.

Neste primeiro tópico, abordo algumas pesquisas de autores/as que considero importantes para falarmos sobre masculinidades, sociedade e violência, visto que são três temáticas preocupantes quando analisamos as opiniões que envolvem os/as defensores/as do Programa “Escola Sem Partido” dentro do que este chama de luta contra a “Ideologia de Gênero”, que trataremos mais a frente. O principal objetivo é entendermos como a Masculinidade Hegemônica se coloca em nossa sociedade como um padrão normativo, aceitável e exemplar para todos os indivíduos que, ao nascerem, são identificados biologicamente como pertencentes ao sexo masculino, impossibilitando todas as outras masculinidades de serem vistas e tratadas como normais, aceitáveis e saudáveis. No próximo tópico irei apresentar alguns dados importantes acerca da masculinidade homossexual, buscando entender como o homem homossexual se situou e foi visto durante toda história do Brasil até os dias atuais.

2.2 A homossexualidade masculina no Brasil

Entre tantas discussões polêmicas que envolvem identidade de gênero e sexualidade dentro do Programa Escola Sem Partido⁷, sem dúvida alguma, a homossexualidade se mostra como um grande medo que assola os/as defensores/as do projeto de lei. Para eles/as, discutir essas temáticas em sala de aula pode “tornar” crianças homossexuais, como veremos ao analisar as publicações na rede social. Esse pânico se alastra quando eles/as imaginam que os meninos possam aceitar a cor rosa em seu cotidiano, brincar de casinha ou demonstrar emoções. Neste tópico irei usar como principal referência a obra de Trevisan (2018), que em sua quarta edição recém-atualizada, traz uma consistente pesquisa sobre a homossexualidade desde o Brasil Colônia até as polêmicas discussões de cunho político que envolvem o “Escola Sem Partido” e a ascensão da Direita e da bancada evangélica no cenário político nacional, que afirmam existir uma “ideologia de gênero” com intuito de acabar com a tradicional família brasileira cristã.

Inicialmente, é importante frisar que para Trevisan não é importante buscar a origem da homossexualidade e nem discuti-la, embora ele saiba o quanto historicamente a

⁷ De acordo com a página oficial do próprio Programa ESP, trata-se de uma proposta de lei para tornar obrigatória a afixação em todas as salas de aulas de Ensino Fundamental e Médio de um cartaz contendo os deveres do professor, com o intuito de informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org>. Acesso em: 8 ago. 2018. Mais adiante, nesta pesquisa, irei discutir a respeito do PESP.

necessidade por essa resposta tem obcecado as mais *diferentes* áreas, como Medicina, Psicologia e Direito, e traz para complementar a sua opinião a resposta do dramaturgo francês Jean Genet, que respondeu “que buscar a origem da homossexualidade lhe parecia tão irrelevante quanto tentar saber por que seus olhos eram verdes” (TREVISAN, 2018, p. 29). É sabido que, principalmente a partir dos anos 1990, até mesmo a biogenética vem buscando, por meio de pesquisas, diferença cromossômica para justificar a homossexualidade, mas o fato é que não se pode buscar em que momento ela, de fato, começou, visto que há registros de relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo em todas as épocas e lugares, e, além disso, não se pode negar que as masculinidades e feminilidades se diferenciam em cada cultura e sociedade, veremos isso melhor, como será exemplificado nos parágrafos a seguir.

Há um interessante relato do pesquisador alemão Avé-Lallement no qual, ao viajar pelo Nordeste brasileiro em 1859, deparou-se com os índios da tribo Botocudo e não conseguia diferenciar os homens das mulheres, descrevendo que haviam “homens-mulheres” e “mulheres-homens”, uma vez que na tribo não existia a cultura patriarcal-ocidental que constituiu a força como característica masculina e a fragilidade como característica feminina:

Essa indiferenciação, segundo Freyre, não distinguiria dentro da tribo aqueles “efeminados” ou “desviados dos extremos” [sic], tanto quanto costuma ocorrer em outros grupos, por força de uma acentuada diferenciação cultural entre masculino e feminino (TREVISAN, 2018, p. 64).

Há outro caso interessante que foi testemunhado pelo alemão Karl Von den Steinen, em 1894 na tribo Bororó, em que dentro do *baito*⁸, com a maior naturalidade, os homens se relacionavam sexualmente entre si e faziam trabalhos manuais com admirável delicadeza, conforme é descrito pela própria testemunha, citado no livro *Sobrados & mucambos*:

Quão elegante e nitidamente os homens trabalhavam, notava-se principalmente no arranjo das flechas. Havia aí muitas habilidadezinhas que parecia mais natural devessem ser confiadas a delicadas mãos femininas. Por exemplo, o adorno feito de miúdas e variegadas penugens, que eram postas uma a uma no chão e meticulosamente arranjadas. E mesmo numa roda de fiandeiras não se podia tagarelar e rir do que aí no *baito*! Certamente, era pouco feminino quando de repente, para variar, levantavam-se dois dos trabalhadores e ofereciam o espetáculo de uma luta corporal que os demais acompanhavam com o maior interesse. Erguiam-se, lutavam, derrubavam-se e depois continuavam seu trabalho, ou deitavam-se para o *dolce far niente*. Muitas vezes encontravam-se pares enamorados que se divertiam debaixo de um comum cobertor vermelho. Ninguém se incomodava com isso, excepto alguns amigos atormentados pelo ciúme e que haviam de contentar-se com o

⁸ Casa dos homens, onde só se permitia a entrada de varões, após severas provas de iniciação na tribo Bororó.

poderem sentar-se ao lado do casal e palestrar com este (FREYRE, 1977 apud TREVISAN, 2018, p. 64-65).

Nota-se o quanto os papéis sociais não são perfis imutáveis e padronizados. Os exemplos acima comprovam que os índios, antes da chegada e da imposição do modelo patriarcal europeu, viviam suas masculinidades de formas diferenciadas de acordo com suas culturas e tribos. Em ambos os exemplos expostos, não existiam as características tão predominantes culturalmente as quais somos expostos que tornam efeminado um homem frágil e delicado. No caso dos índios da tribo Bororó, que possuíam tanta destreza em confeccionar adornos com penas, nota-se que, para o europeu observador, isso os tornava efeminados, pois na cultura europeia se esperava das mulheres tal desenvoltura, posto que até hoje alguns homens que se desafiam nas artes são tachados de termos que os menosprezam de forma a compará-los com a figura feminina (que como já vimos, é subordinada ao padrão de masculinidade hegemônica e, por isso, é inferior assim como o homem que age e se comporta com características tidas como tal). Porém, o europeu observador deixa claro que a “feminilidade” vai desaparecendo no momento em que esses índios deixam seu trabalho manual para se entreterem na luta corporal. Neste momento há a presença do homem mostrando a sua força, característica que o faz respeitado na cultura patriarcal-ocidental, ainda mais por ser um esporte que evoca a violência, pois em ocasiões de desentendimento, quem sabe melhor lutar terá mais sorte.

Mas o florescimento da prática homossexual no Brasil, se já existia entre muitas tribos indígenas, não se delimitou apenas a esses nativos. Estudiosos acreditam que até dentro dos colégios jesuítas brasileiros, repletos de órfãos trazidos de Portugal, acontecia a prática homossexual. Os padres também não ficavam de fora, como apontam os escândalos clericais:

Em 1761, numa carta ao conde de Oeiras, o bispo do Rio de Janeiro denunciava a devassidão do clero na cidade de São Paulo, onde havia “mestres dissolutíssimos em concubinação com discípulos”. Citava particularmente o padre Manuel dos Santos, amancebado com o estudante Antônio José, futuro clérigo; o padre Inácio Ribeiro, amancebado com o músico Inacinho; e um certo Pedro de Vasconcelos, amancebado com Joaquim Veloso, ambos ligados à Igreja. (PRADO, 2012 apud TREVISAN, 2018, p. 130).

Claramente notamos a hipocrisia já instaurada no Brasil pela Igreja, que muitas vezes ocultava as relações homossexuais de alguns de seus padres, mas julgava quem as praticasse, inclusive os índios, que nem poderiam ser tachados como “imorais”, uma vez que não conheciam as regras e os bons costumes daquela cultura europeia que invadia suas terras.

Vale ainda lembrar que a Inquisição também esteve em solo brasileiro, embora com maior tolerância que na Europa, como apontam estudos mencionados na obra de Trevisan. Porém, somando-se as duas Visitações ocorridas na Bahia – em 1591 e em 1620 – destacaram-se em segundo lugar os crimes por sodomia (44 pecados sexuais⁹ – 16% do total), enquanto crimes por blasfêmia ficaram entre os mais cometidos no país.

Se a Inquisição foi uma das primeiras elites homofóbicas em terras tupiniquins, vieram depois dela outras forças elitizadas fiscalizar as práticas homossexuais entre os brasileiros, como os códigos penais, as portarias policiais e a censura estatal. Trevisan explica que no conceito de “elite” não só inclui os mais evidentes donos do poder – político, econômico ou religioso – mas também a emergente classe burguesa, sempre sedenta por ascensão social, e o setor intelectual, geralmente intencionado a preparar caminhos ideológicos de dominação da população. Acerca dessas elites, Trevisan (2018, p. 155) ressalta:

Depositárias dos ideais de tradição patriótica e dos valores patriarcais, as elites brasileiras sempre se apresentaram muito defensivas e, por isso mesmo, vulneráveis ao fantasma do desejo desviante. Tornaram-se permeáveis ao pânico homofóbico na mesma proporção com que zelaram pela estrita observância das normas morais – “que são aspirações legítimas da família e da sociedade”, no dizer do antigo cardeal primaz do Brasil, d. Avelar Brandão Vilela [...] § Foram também essas elites que reorganizaram continuamente a moldura da repressão sexual, de maneira sutil ou não, na vida brasileira. Às vezes criando uma densa muralha de justificações teóricas (vide os cultores da psiquiatria), às vezes disseminando em doses homeopáticas preceitos de naturalidade e normalidade, os grupos oligárquicos estiveram envolvidos em atividades que coibiram incansavelmente as práticas homossexuais entre os brasileiros em vários momentos [...].

Percebemos, então, que por trás de um discurso patriótico em prol da moral, condenou-se a homossexualidade como imoral e ilegítima da família e da sociedade. Isso se estende até os dias atuais para muitos grupos, como os/as conservadores/as que defendem o Programa ESP. A homofobia mata há séculos e, mesmo assim, durante a aprovação da nova Constituição de 1988, em Brasília, o plenário do Congresso Constituinte votou quase que por unanimidade contra a inclusão do item que proibia discriminar qualquer cidadão ou cidadã “por orientação sexual”. A falta de respeito foi tamanha que a bancada evangélica aplaudiu a derrota do que eles nomearam de emenda dos “viados”¹⁰. Carlos Sant’Anna, líder do governo, apelidou a emenda de “emenda da desorientação sexual”, enquanto Carlos Pereira, aliviado,

⁹ Incluía práticas sexuais entre dois homens, duas mulheres ou entre um homem e uma mulher (nesse caso, especificamente o coito anal) (SIQUEIRA, 1978 apud TREVISAN, 2018).

¹⁰ grafia utilizada na obra de Trevisan (2018)

considerava que aprovar esse item na Constituição seria “trazer para o Brasil a maldição de outros países, [...] igual à que existia em Sodoma e Gomorra” (TREVISAN, 2018, p. 156).

Se o fato ocorrido em 1988, durante a aprovação da nova Constituição, nos parece algo já um pouco distante, saltemos para 2009, quando o ex-presidente Lula estava em seu segundo governo, e a Secretaria Especial de Direitos Humanos apresentou um projeto que visava à criação de um Conselho LGBT. Por mais inusitado que pareça, o texto que foi aprovado pela Câmara vetou que o Conselho fosse criado e retirou a sigla LGBT, substituindo apenas por “minorias” o foco do projeto. Mais uma vez, a bancada evangélica vibrou, e o Governo PT foi acusado pelas lideranças LGBT por ter negociado suas reivindicações em troca de outros interesses entendidos como prioritários:

(...) o antropólogo e fundador do Grupo Gay da Bahia, Luiz Mott, reconhece se tratar de um governo de “boas intenções e poucas ações”. De mãos atadas, o próprio responsável pelas políticas LGBT na Secretaria de Direitos Humanos confirmou que as censuras ao texto ocorreram por pressão dos evangélicos: “Qualquer menção ao projeto de lei que tivesse a questão LGBT e o combate à homofobia, eles cortaram”. Ainda mais grave foi a trajetória do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122, de 2007, para criminalizar a homofobia, rejeitado repetidamente desde 2001, quando ainda era o Projeto de Lei n. 5003. Os políticos evangélicos se recusaram a aceitá-lo, preocupados ante a possibilidade de pastores não poderem mais condenar a homossexualidade em templos, programas de rádio e televisão, como sempre fizeram com absoluta impunidade. O então senador Marcelo Crivella afirmou que, mesmo sendo favorável aos direitos de homossexuais, era necessário “preservar o livre exercício do culto religioso” [...] (TREVISAN, 2018, p. 459).

A bancada evangélica jamais seria favorável a algo que pudesse prejudicar seus líderes religiosos. A criminalização da homofobia adjetivaria como criminosos os pastores que condenam homossexuais e prometem cura-gay, com discursos carregados de preconceito. Para eles, crimes violentos contra homossexuais parecem ser apenas conseqüências prováveis de ocorrerem por estes não terem “optado” pela heterossexualidade, muitas vezes até como um castigo divino. Como exemplo de um crime motivado por homofobia que envolveu a política e, na época, foi bastante comentado, temos o assassinato do vereador Renildo dos Santos, em Coqueiro Seco, no estado de Alagoas. Ao assumir sua bissexualidade num programa de rádio da cidade, em 1993, Renildo foi afastado de seu mandato na Câmara Municipal por “quebra de decoro” e, a partir de então, passou a ser constantemente ameaçado de morte, até que alguns dias depois (mesmo tendo solicitado proteção à Justiça) foi sequestrado e brutalmente assassinado: seu corpo foi encontrado decapitado, com os genitais mutilados, pernas quebradas, dedos e unhas arrancados e, num rio, sua cabeça apareceu

boiando sem os olhos, orelhas e língua. De 1993 para os dias atuais, é assustadora a quantidade de assassinatos motivados pela homofobia no Brasil, mas mesmo assim, para a bancada evangélica, no Congresso Nacional, proteger o discurso de seus pastores parece ser mais importante do que evitar ou minimizar tais crimes brutais.

Outro triste episódio de preconceito contra os homossexuais ocorreu na Câmara Federal, em 1997, quando ocorria, mais uma vez, um debate proposto pela deputada Marta Suplicy sobre o projeto de parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo, que foi vulgarmente chamado de “casamento gay”:

A discussão, que só acabou após as 23h30 horas, atingiu um nível de baixeza poucas vezes visto até então naquela Casa. Segundo jornalistas presentes, os deputados faziam gestos obscenos, vaiavam, gritavam gracinhas e grosserias não só a Marta Suplicy, mas também a outros deputados favoráveis ao projeto, como Fernando Gabeira e até mesmo o então líder do governo Luís Eduardo Magalhães. Alguns conservadores protestavam que o projeto era “um desrespeito à Casa e uma aberração da natureza”. Respeito à democracia e amor ao próximo? Nem mesmo da parte dos líderes religiosos. Em 1997, o arcebispo de Maceió, d. Edvaldo Amaral, declarou a um jornal local, a propósito do projeto de união civil: “Sem querer ofender os cachorros, acho que isso é uma cachorrada! Esta é a opinião de Deus e da Igreja” (TREVISAN, 2018, p. 157).

A intolerância por grande parte dos/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as, como se pode ver, era escancarada e justificada como algo ratificado por Deus. Mas esse preconceito não estava só nesses setores explicitamente conservadores, a intolerância também se disfarçava como pesquisas científicas no campo da Medicina. Trevisan (2018, p. 157) relata que por muito tempo, no Brasil, um guia médico de homeopatia, do Dr. Nilo Cairo, foi bastante utilizado. Nele, num capítulo chamado “desordens sexuais”, encontravam-se várias formas de cura para “homens pederastas e mulheres lésbicas”. Além deste guia, muitas medicinas alternativas surgiram e “alimentavam preconceitos com raízes pretensiosamente científicas”. Houve um livro, no final dos anos 1970, que apontava o “homossexualismo” masculino (o feminino nem sequer era mencionado) como “patologia psíquica ou somática”, e que poderia ser curado “através dos mais diversos tipos de tratamento, apresentados pela macrobiótica, acupuntura, do-in, homeopatia, fitoterapia, shiatsu e hatha-yoga, (...)”. Ainda havia uma seção chamada “conselhos especiais” que recomendava que fossem evitados, para os meninos, doces e alguns alimentos artificiais, como chocolate, sorvetes e balas, para não “pegar” homossexualidade. (BONTEMPO, 1979 apud TREVISAN, 2018, p. 158).

Como se vê, um guia de bolso de medicina natural, do final da década de 1970, já trazia dicas de como pais poderiam evitar que seus filhos se tornassem gays. Essa patologização da homossexualidade surgiu, no Brasil, já no Código Penal do Império (1830), quando ser homossexual deixou de ser crime:

“(…) os loucos e menores de idade eram considerados ‘irresponsáveis’, cabendo ao juiz decidir se deviam ou não ser recolhidos em ‘casas para eles destinadas’. Ao mesmo tempo que buscava a ajuda da psiquiatria, a jurisprudência outorgou legitimidade à tutela psiquiátrica, utilizando como ponte a medicina legal, que também procurava se impor com um estatuto científico. Agora considerado doente, o pederasta não era mais culpado por transgredir a norma, o que significava a sua inimizabilidade, por empurrar, a sexualidade para o território da psiquiatria (TREVISAN, 2018, p. 172).

Começou, então, a busca incessante dos estudiosos pelo conhecimento daqueles aspectos considerados desviantes na sexualidade. E na Alemanha, em 1869, surgiu a figura clínica do “homossexual”, que se espalhou por todo mundo, instaurando o “homossexualismo” como categoria científica, com intuito de obter um enfoque menos subjetivo. No Brasil, o médico legista Leonídio Ribeiro, em sua obra “Homossexualismo e Endocrinologia” (1937), afirmou que a tendência homossexual “passou então a ser estudada à luz da ciência, verificando-se que se tratava de uma *anomalia* caracterizada por uma preferência, do ponto de vista sexual [...] por outro indivíduo do mesmo sexo [...] (TREVISAN, 2018, p. 173).

Desde então, buscou-se tratamentos para os homossexuais, além da prevenção. Acreditava-se que era por meio de uma educação que fortalecesse o caráter e reiterasse a virilidade, além do respeito pela sociedade, que se iria construir o indivíduo heterossexual masculino. Mais uma vez a virilidade se apresenta como indispensável na formação do homem ideal, e mais uma vez a homossexualidade se apresenta como desrespeitosa à sociedade. Trevisan (2018, p. 181) nos apresenta uma grande preocupação do médico higienista Leonídio Ribeiro para o perigo que os jovens estavam expostos ao ter contato com o proselitismo exercido nos meios artísticos e literários:

(…) onde ‘é mais freqüente essa anomalia do instinto sexual’. Como se sabe, alertava ele, há ‘a preocupação dominante, entre os invertidos sexuais, de conquistar por todos os meios, novos adeptos de suas tendências amorosas anormais.

Se antes o discurso contra os artistas surgia dos médicos, hoje ele vem de muitos/as religiosos/as. É muito comum assistirmos a vídeos nas redes sociais, veiculados nos perfis de políticos da bancada evangélica, por exemplo, em que eles condenam exposições em museus,

programas de televisão, obras teatrais, e outros produtos artísticos, afirmando que os artistas são ideólogos de gênero que querem transformar as crianças brasileiras em gays e lésbicas e, assim, destruir o conceito de família.

Um artista brasileiro que se destacou como um dos pioneiros contra os padrões de masculinidade foi Ney Matogrosso. Sua figura surge como uma afronta sexual quando, em meados da década de 1970, causava perplexidade aquele corpo másculo e peludo, com rosto maquiado e coberto por *glitter*. Mesmo quando seu grupo musical “Secos & Molhados” acabou, Ney continuou sozinho a brilhar, e desde Carmen Miranda, “o Brasil não via surgir um ídolo da música popular tão fascinante e exótico. Atrevido como ninguém ousara antes dele, Ney teve que enfrentar muita agressão e insultos por onde andou (...)” (TREVISAN, 2018, p. 275). Ney, que era filho de militar, chegou a ser expulso do palco, num festival de música no curso Objetivo em São Paulo, sendo vaiado pela platéia de estudantes que, sob xingos, atiravam contra ele latas de cerveja vazia e bolas de papel molhado.

Ney Matogrosso admitia ter qualidades chamadas femininas e numa entrevista em 1978 ousou dizer o que evidenciou o quanto os padrões de gênero eram fixos para uma sociedade tão patriarcal e preconceituosa: “Sou uma pessoa que tem emoção e sensibilidade e me orgulho de não ter que escondê-las. Eu manifesto. Agora, se dentro dos padrões isso é feminino, caguei” (TREVISAN, 2018, p. 277). Mas em contrapartida a todos os atos de preconceito, também surgiu, na época, um amor por Ney, sobretudo por idosos/as e crianças que o devotavam por toda a parte, cantando suas músicas, o que acabou surpreendendo e comparando a sua importância em relação à mudança de comportamento à força da televisão na imposição da moda. Na atualidade, temos bem mais artistas que ousam colocar em xeque os padrões de gênero e sexualidade, como é o caso de Pablló Vittar¹¹, cantor, compositor e drag queen que atingiu reconhecimento internacional, sendo indicado a prêmios como *Grammy Latino*, *MTV Music Awards* e *MTV Millennial Awards Brasil*; e, em 2017, ele conseguiu obter mais seguidores, numa famosa rede social, que a *drag queen* Ru Paul, até então, a mais famosa *drag* do mundo. Mas a história de Pablló foi marcada também por muito preconceito devido a suas características consideradas femininas desde criança.

Um caso recente, envolvendo a arte, que causou muita polêmica e alvoroço por parte da direita religiosa foi a exposição “*Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*”, apresentada em agosto de 2017, no espaço do Santander Cultural, em Porto Alegre. A exposição trazia obras de vários artistas já exibidas em vários museus e galerias do

¹¹ Em diversas ocasiões, Vittar afirmou não se importar com o gênero no qual se referem a ele, por isso, optei por manter o uso de artigos e pronomes masculinos em sua referência.

mundo todo, com o objetivo de ilustrar a diversidade sexual nas artes brasileiras. Trevisan (2018, p. 475) esclarece que a obra “Travesti da Lambada e Deusa das Águas”, de Bia Leite, trazia um propósito transgressivo ao apresentar com jocosidade irônica duas figuras infantis expressamente “viadas”, fazendo uma alusão ao *bullying* que muitas crianças efeminadas sofrem na sociedade. Já no primeiro mês de exposição, surgiram protestos diante do espaço Santander que discordavam da exposição, por meio de agressões verbais aos visitantes e pichações em agências do banco Santander (patrocinador da mostra) com a frase “Banco pedófilo”.

Enquanto isso, nas redes sociais, espalharam-se manifestações com vídeos denunciando a exposição por praticar blasfêmias e apologia à pedofilia e à zoofilia. Quem estava ativamente por trás dos protestos era o Movimento Brasil Livre (MBL), que passava, então, a se colocar em defesa da moralidade pública e dos valores cristãos. De acordo com o economista José Pinheiro da Fonseca, o MBL “se apropriara dos protestos da direita religiosa e bolsonariana para aumentar seu prestígio nacional – através de algo que sabia fazer muito bem: barulho”. O articulista ainda enfatizou que perder uma produção cultural independente de agenda ideológica era um dos piores sintomas da polarização política. Percebemos que a censura começa, num momento de pré-eleições presidenciais, a tomar formas mais concretas nos espaços culturais e artísticos. A proibição do quadro que apresentava as crianças “viadas” acaba por se mostrar um *bullying* às avessas, disfarçando-se de um ato de defesa à inocência infantil.

Neste mesmo mês, no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, mais um protesto contra a incitação à pedofilia. Na abertura da exposição *Brasil em Multiplicação*, o artista Wagner Schwartz performava nu, fazendo referência à famosa série de esculturas *Bichos*, de Lygia Clark. Juntamente com chapas metálicas, o público interagia com o artista, formando diferentes esculturas vivas. Bastou um vídeo ser divulgado nas redes sociais em que uma menina de aproximadamente cinco anos, acompanhada da mãe, tocava os pés e mãos do artista deitado, que até o Ministério Público de São Paulo foi chamado para apurar se a instituição, a mãe e o artista haviam violado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante o protesto, até agressões contra funcionários do MAM ocorreram. O curador do museu deixou claro que havia sinalização de nudez sobre a performance, e que a mesma não tinha caráter erótico, e não acatou a suspensão da exposição diante da fúria e intimidação dos/as manifestantes. Situações como as citadas acima, servem para evidenciar como atualmente se configuram os padrões de protestos em favor da moralidade pública:

retiravam os eventos do seu contexto e os moldavam dentro dos formatos prontos para gerar escândalos e intolerância. A presença da criança na performance serviu de mero pretexto para o insuflamento, tanto que ninguém se lembrou dos prejuízos que a imagem da menina exposta na internet poderiam lhe acarretar. Ademais, ali se configurava uma questão sensível: certamente o escândalo não teria adquirido tal dimensão se o corpo nu fosse de uma mulher – talvez até se elogiasse a “naturalidade” da beleza feminina. Na confrontação pública com o homem pelado, estavam imbricados não apenas pudicícia e carolice. Paradoxalmente, ali se evidenciava o medo da sociedade falocrática ante o fascínio que o pênis exposto poderia exercer e, por extensão, um gesto de defesa contra o fantasma onipresente da homossexualidade. (TREVISAN, 2018, p. 478-479).

Interessante observar como os/as defensores/as da moral e dos bons costumes se aproveitam de situações que causem polêmica para fazer pânico na sociedade contra a liberdade de expressão de artistas. Como Trevisan ressalta, ainda mais o fato de ser um homem nu, algo que a sociedade não aceita, ao contrário da nudez feminina tão banalizada. Trevisan ainda complementa que, em outros países, exposições como essas são valorizadas e assistidas por toda família. Ele exemplifica com o caso da famosa mostra guei¹² do museu *Tate Britain*, de Londres, que em comemoração ao 50º aniversário da descriminalização da homossexualidade no país, indicava idade mínima de 12 anos para o evento, e eram vendidos pacotes de ingressos para toda família.

Não podemos também deixar de relembrar a visita da filósofa norte-americana Judith Butler ao Brasil, em novembro de 2017. Os/as apoiadores/as da “nova direita” se reuniram para marcar o ápice da luta contra a “ideologia de gênero” no país. Para os/as pensadores/as que comandavam o protesto contra Butler, ela seria a criadora do conceito “identidade de gênero” e da teoria *queer*. Para Trevisan (2018, p. 482) havia ali dois mal-entendidos ou distorções de má fé:

Apesar de teorizar sobre feminismo, questões de gênero e teoria *queer*, Butler não era a inventora do conceito cultural sobre os gêneros e, menos ainda, das questões de identidade de gênero. Além do mais, sua extensa obra estava longe de se esgotar no tratamento desses temas, abordando desde ética até sionismo, sempre num contexto de aprimoramento democrático. Tanto que viera, a convite da equipe organizadora, participar de um seminário sobre “Os fins da democracia”, no Sesc Pompeia. Após uma petição na internet com mais de 300 mil assinaturas não conseguir o cancelamento da sua palestra, aconteceu um protesto estrondoso diante do local onde o evento se realizava. O grupo, pequeno mas barulhento, reuniu pessoas motivadas por convicção religiosa ou inclinação militarista, especialmente revoltadas pela proposta subversiva de que alguém nascido

¹² No decorrer de sua obra, Trevisan esclarece que opta pelo termo em inglês “gay” quando cita obras originais que a cita; mas no seu texto prefere escrever “a forma mais adequada às especificidades gramaticais do português” (TREVISAN, 2018, p. 14).

com pênis pudesse se julgar mulher, ou vice-versa. (TREVISAN, 2018, p. 478-479).

Trevisan ainda ressalta que os/as manifestantes/as gritavam contra a filósofa que perturbava a moral vigente no país. Na ocasião, viam-se bandeiras e faixas sensacionalistas: “Misturava-se ali a bandeira de Israel, protestos contra a ONU, cartazes com ‘Pedofilia não!’ (...), ‘Menos Butler mais família’, ‘Xô Butler’ (...)”. Foi queimada até uma boneca bruxa com o rosto de Butler, na ocasião, trazendo das profundezas, lembranças da Inquisição e da Ditadura Militar. O mais estarrecedor era que, enquanto policiais circulavam pelo Sesc para proteção da filósofa contra os ataques dos/as protetores/as da moral e da família, a mesma palestrava sobre a importância da democracia para que as pessoas e suas diferenças coabitassem pacificamente um território.

Não bastasse toda essa comprovação de intolerância contra Butler, dois dias após a palestra, a mesma foi atacada verbal e fisicamente no aeroporto, junto de sua companheira, por parte de manifestantes fundamentalistas que jogaram o carrinho de bagagens sobre as pernas da filósofa e gritavam em inglês “Você não é bem-vinda aqui”, “destruidora de famílias” e “corruptora de menores”. Enquanto um homem elogiava a atitude das mulheres e chamava Butler de “assassina de crianças” e “defensora do aborto”, uma mulher negra que tentou defendê-la foi ofendida com palavras racistas e levou um tapa. Um dos agressores fez questão de filmar quando percebeu a aproximação de Butler e, no próprio vídeo, percebemos que ele mesmo incita a violência contra ela. Essas foram apenas três situações, mas tiveram muitas outras que marcaram 2017 como um ano de constatada intolerância por parte dos fundamentalistas religiosos no Brasil.

Essa força política do fundamentalismo religioso no Brasil, a partir da década de 1990, deve-se principalmente ao grande investimento das igrejas neopentecostais nas eleições de seus pastores (ORO 2003; MACHADO, 2006 apud MIGUEL, 2016, p. 593). Embora seja chamada de “bancada evangélica”, não se pode deixar de compreender que ela também é composta por protestantes e católicos mais conservadores:

Evangélicos e católicos trabalharam juntos e obtiveram o banimento da temática de gênero do plano nacional e de muitos outros, estaduais e locais (Britto e Reis, 2015; Bergamim Jr., 2015). Durante a apreciação dos planos de educação, era comum ver câmaras ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando deputados e vereadores (...) (MIGUEL, 2016, p. 599).

Outro tema que sempre foi associado à homossexualidade é o surgimento e a propagação da AIDS. Trevisan, no decorrer de sua obra, sempre traz informações que comprovam como os homossexuais pagaram um preço alto desde o surgimento da doença, principalmente quando surgiram os primeiros casos de infectados no Brasil e os homossexuais foram vistos como o principal grupo de risco. Aparecia então o argumento da *naturalidade*, apontando que a AIDS foi o “resultado de um descompasso entre a natureza e os costumes, pois sempre que o ‘homem invade o nicho ecológico, contrai novas doenças’”, de acordo com as palavras da Ana Maria Barbosa, numa matéria intitulada “Aids: Não há como remediar. Só prevenir”, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, em 1985 (TREVISAN, 2018, p. 24).

Assim, era sugerido que a natureza estaria se vingando do homem, por romper um equilíbrio natural – ao praticar o coito anal – e, assim, atingiria a humanidade com uma pandemia, surgindo assim, a AIDS. Trevisan (2018), então refuta tal ideia:

Aceitando esse raciocínio, é espantoso que não tenha ocorrido nenhum surto de pragas sexuais em vários povos antigos, por exemplo, ou em tribos indígenas de todo o mundo, inclusive brasileiras, praticamente seculares e reiteradas dessa “ruptura de equilíbrio natural” entre pessoas do mesmo sexo. Convém lembrar que argumentos equivalentes em oportunismo foram usados para explicar a eclosão da sífilis no continente europeu, em fins do século XV, quando supunha-se que até mesmo a masturbação provocava a nova doença (p. 24-25).

Percebe-se que, com a AIDS “homossexualizada”, cria-se uma preocupação ainda maior com os homossexuais do sexo masculino que, desde sempre, já eram marginalizados pela sociedade. As travestis também foram “devastadas” com o advento da AIDS, conforme pesquisa realizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na década de 1990, numa amostragem de 50 travestis, 47 estavam infectadas pelo vírus, pois “campanhas antiaids revelaram-se quase inoperantes, pela dificuldade mesmo de atingir um grupo marginalizado” (TREVISAN, 2018, p. 387).

Os treze primeiros casos de doentes de AIDS em São Paulo foram constatados em outubro de 1983, com nove mortes. O pânico se alastrou quando detectaram, em abril de 1984, que duas mulheres de prática heterossexual e sete homens de prática bissexual haviam sido contaminados, e as autoridades da área de saúde apelaram para que “grupos de risco (homens de prática homossexual e usuários de drogas injetáveis) se abstivessem de doar sangue” (TREVISAN, 2018, p. 395). No início de 1985, um novo caso de infectado era registrado a cada dia no Brasil, levando o Brasil a ser “o quarto país do mundo com maior número de doentes de aids, logo após a França, o Haiti e os Estados Unidos”.

Eclode, então, o puritanismo moral que estigmatizara aquele que contrai a AIDS como pertencente a um grupo de risco e merecedor daquela doença, pois esta foi diretamente associada à “doença moral” da homossexualidade, como entendiam muitos conservadores da época:

Considerado desregrado, perigoso e anormal, o “comportamento que produz a aids é encarado como [...] irresponsabilidade, delinqüência – o doente é viciado em substâncias ilegais, ou sua sexualidade é considerada divergente”. § Em resumo, salvo prova em contrário, o doente de aids era culpado pela sua doença. Se diante da fatalidade do câncer as pessoas sadias sentiam pena, em relação à aids elas tendiam a sentir raiva, a partir de um julgamento moral que a via como *doença do corpo* resultante de uma *alma conspurcada*. Criou-se então certa mitologia que, infelizmente, tendeu a se cristalizar em forma de arquétipo coletivo: *a aids é obscena*.

Fica evidente o quanto sofria preconceito o homossexual assumido neste momento de pânico com a expansão da doença. Nos anos oitenta, os jornais publicaram a opinião do professor de infectologia da Faculdade de Medicina da USP, Dr. Ricardo Veronesi, como mostra Trevisan:

[...] em termos de saúde pública, o direito deles [os homossexuais] vai até o ponto de não interferir no direito dos outros”. É claro que, manhosamente, não se explicitava quais seriam esses direitos: brandia-se a autoridade sanitária para propor um basta nos “direitos dos homossexuais”. Em nome do mesmo argumento, da saúde pública, médicos sugeriram, no Rio de Janeiro e em São Paulo, “medidas coercitivas” e de “vigilância sanitária”, tais como fechar saunas de frequência homossexual e proibir realização de bailes gueis durante o Carnaval carioca. (Atenção, as providências solicitadas não abrangiam nem saunas mistas, que tantas vezes não passavam de prostíbulos disfarçados, nem bailes carnavalescos heterossexuais, onde acontece de tudo). [...] Nesse sentido, o desejo acabou sendo muito mais ameaçado pelas correntes de repressão – que se seguem às doenças metaforizantes do pecado e da culpa – do que pelas doenças em si.

Os homossexuais, então, estavam destinados à vigilância da sociedade que os percebiam como ameaça ao direito dos heterossexuais de gozarem de boa saúde longe do vírus letal que se estabeleceu metaforicamente à prática homossexual. Tudo isso foi um passo para que a homossexualidade também fosse associada ao mal, como ocorreu ao constatarem, de acordo com uma teoria anunciada pela Revista Planeta, na década de 1980, que o vírus se disseminou com tanta força entre os haitianos porque eles praticavam a magia do vodu, abrindo um portal natural por onde essa força maligna entrou no planeta Terra. Então Trevisan (2018, p. 401) questiona e responde por que o vírus se disseminou também entre os

homossexuais: “Porque, tanto quanto nas magias dos haitianos, haveria nos homossexuais a “tendência [...] de invocar as forças do mal”.

Tais elementos mistificadores e irracionais apenas reforçaram a homofobia e, assim, concluiu-se, apoiado também pelo discurso das autoridades médicas, que para defender-se do mal e da morte pela AIDS, era completamente válido o argumento de legítima defesa. A violência contra os gays seria, a partir de então, ainda mais constante e legítima num sistema em prol da família e da moral. Além de todo peso que os homossexuais carregavam neste período, ainda era preciso suportar piadas e comentários infames, inclusive na televisão, em programas infantis, como ocorreu no dominical *Domingo no Parque*, em que Sílvio Santos elegeu, num concurso de charadas, a pergunta feita por um menino de dez anos de idade como a melhor charada: “Por que o papagaio não pega aids?”. Resposta: “Por que ele só dá o pé”. Trevisan (2018), ressalta que a educação homofóbica passou a ser sádica, conforme relato:

Uma psicóloga amiga me contou de um menino, também nos seus dez anos, cuja mãe descobriu que ele transara com um coleguinha mais velho, possivelmente como passivo. A mulher passou a lhe dizer que ele iria pegar aids. Mais tarde, num consultório terapêutico, o menino atormentava-se porque lhe nascera uma espinha que, segundo ele, já era sintoma da aids. A psicóloga Ana Maria Barbosa, que na década de 1980 acompanhava terapeuticamente doentes de aids, reportou o caso de certa mãe que, ante a morte iminente do filho atacado por essa doença, lhe confidenciou: “Prefiro um filho morto a um filho homossexual” (p. 403).

O terrorismo, então, passava a ser um excelente mecanismo de controle sobre os corpos, principalmente de crianças e adolescentes. Apenas para ilustrar de forma mais evidente o quanto definitivamente a AIDS era sinônimo de homossexualidade, o autor ainda traz casos que ouvira de amigos, como quando um deles visitou a família no interior de São Paulo e ouviu da sobrinha de 9 anos que ela não gostava da banda Menudos porque sua amiguinha havia dito que eles eram gueis e tinham AIDS. Outro amigo ouviu uma garota comentar, ao ver na TV um cantor com camisa colorida e gestos exagerados: “Ih, esse aí tem aids!”. A imprensa também fez seu terrorismo moral, circulando diariamente notícias com tons repressivos de que só havia uma forma de evitar a AIDS: “sendo monogâmico quando não deixando de transar inteiramente (leia-se: homem com homem)” (TREVISAN, 2018, p. 403).

Mesmo que notícias de todo mundo trouxessem situações que apresentassem a AIDS fora de relações predominantemente homossexuais; aqui, no Brasil, ser homossexual sexualmente ativo tornou-se um problema de saúde pública, existindo até um médico que

sugeriu, em 1987, cirurgia peniana que impedisse a ereção e a ejaculação em homens infectados pelo vírus HIV “‘para que não possa[m] contaminar outras pessoas’, pois seria um desrespeito aos direitos humanos, segundo ele, permitir que ‘a ereção inflame a aids e contamine a humanidade’” (TREVISAN, 2018, p. 414). Mas com o tempo, a aids mostrou que não tinha preferências por certa orientação sexual, como previam os estudos iniciais. Conforme os boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, o número de homens homossexuais infectados foi diminuindo, enquanto o número de mulheres heterossexuais infectadas aumentou:

Entre as faixas etárias de quinze e dezenove anos, já havia um número igual de homens e mulheres com HIV. Mais ainda: as estatísticas indicavam grande número de mulheres monogâmicas infectadas, conforme alerta dado por Pedro Chequer, chefe do Programa Nacional de DST/Aids, em 1997. Desmoronava assim a fantasia da peste guei. Fenômeno previsível e óbvio, o vírus não manifestava predileções sexuais, atacando indistintamente homos e héteros, para desencanto dos arautos da homofobia. (TREVISAN, 2018, p. 419-420).

Mesmo diante dessa constatação, ainda é possível encontrar conservadores/as, no Brasil, que propagam a falsa afirmativa que associa a homossexualidade à promiscuidade, acusando as práticas homossexuais como disseminadoras da AIDS, como se comprova numa pesquisa de Natividade (2009, p. 150-151), quando cita dados de uma revista da Assembleia de Deus, intitulada “Mensageiros da Paz”:

É recorrente também aqui a representação da diversidade sexual como fonte de perigo, associando-a principalmente à difusão da epidemia de AIDS no país. Uma reportagem do Mensageiro da Paz (Edição 1478, julho de 2008), intitulada “OMS admite que contaminação por AIDS é própria da prática homossexual”, retoma o tema. Este artigo afirma que “quem pratica ato sexual diferente daquilo que Deus projetou sofre consequências graves”, sugerindo que a AIDS seria uma dessas consequências: “Dados revelam: só há epidemia de HIV entre homossexuais, usuários de drogas injetáveis e promíscuos que praticam o que a Bíblia chama de sexo não-natural”. Segundo a reportagem, informações da Organização Mundial de Saúde revelariam que “inexiste a epidemia de AIDS entre heterossexuais no mundo”, pois “a epidemia entre heterossexuais nunca existiu”. A mídia teria manipulado dados para “despertar a simpatia com a causa homossexual”.

Porém, as informações contidas no jornal religioso acima são fáceis de serem refutadas. Basta verificarmos os dados do boletim epidemiológico do Departamento de DST,

Aids e Hepatites Virais, do Governo Federal, publicado em 2013¹³., e que utilizei em um relato de experiência realizado em 2015, sobre enunciados homofóbicos na rede social *Facebook*:

Dados do boletim epidemiológico [...] revelam que, entre os homens, 43,5% dos casos de infecção ocorreram através de relações heterossexuais, enquanto 24,5% por relações homossexuais, 7,7% por relações bissexuais, e o restante por outras formas de contágio (BRASIL, 2013 apud NERY, 2019, p. 143).

De acordo ainda com Terto Júnior (2002), mesmo com o passar das décadas, desde o surgimento da aids nos anos 1980, os estigmas e preconceitos que ligam a homossexualidade à doença continuam perseguindo os homossexuais. Essa doença que recebeu diversas nomenclaturas para sua ligação com a prática homossexual – como “câncer gay”, “câncer rosa”, “peste gay” e “GRID (*Gay Related Immunodeficiency*)” – por muitos/as fundamentalistas religiosos/as homofóbicos/as é vista nessa mesma perspectiva da década de 1980 até hoje, como apontado na revista “Mensageiros da Paz”. Porém, é extremamente importante destacar que foram os próprios homossexuais que se mobilizaram e foram os pioneiros no enfrentamento da epidemia, criando manuais que visavam orientar sobre prevenção e a promoção dos direitos humanos, o que certamente levou a diminuir, nas estatísticas de 2013, o número de homens homossexuais infectados pelo vírus HIV.

Neste tópico, procurei trazer alguns dados históricos que retratam a realidade do homem homossexual no Brasil. A obra de Trevisan (2018) ainda será muito útil nos próximos tópicos quando adentrarmos no conceito de “ideologia de gênero” e na discussão sobre o Programa ESP, defendida pelos/as conservadores/as e protetores/as da moral e da família.

2.3 Estudos e pesquisas sobre as masculinidades no campo da Educação

Em uma pesquisa no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁴, no dia 31 de maio de 2018 – e atualizada em 05 de fevereiro de 2019 – não encontrei muitos trabalhos que tratavam sobre masculinidades relacionadas à educação. Quando se busca por títulos que contenham os termos “masculinidades” e “educação” são encontradas quinze pesquisas (TABELA 1), sendo seis delas relacionadas ao professor do

¹³ O boletim epidemiológico em questão foi utilizado por mim em um relato de experiência realizado em 2015, sobre enunciados homofóbicos na rede social *Facebook*, porém a página do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais consultada na época não está mais disponível.

¹⁴ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 07 jul. 2018.

gênero masculino na educação infantil, duas delas sobre masculinidades na Educação de Jovens e Adultos, outras duas relacionadas à educação e saúde voltadas para homens, e as demais tratando de temáticas mais específicas, porém, nenhuma delas abordando o Projeto de Lei “Escola Sem Partido”.

Quando se procura, numa mesma busca, por títulos que contenham os termos “ideologia de gênero” e “escola sem partido”, na BDTD, encontra-se apenas uma dissertação, defendida em 2018, intitulada “Concepções de educadores da área de ciências da natureza associadas ao Programa Escola sem Partido e à Ideologia de Gênero”. A pesquisa é interessante por buscar entender como os educadores das disciplinas de Biologia, Física e Química, de uma escola estadual, percebem o Programa Escola Sem Partido e as questões relacionadas às discussões de gênero no que se refere à presença de mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas. De acordo com pesquisadora:

Considerando a definição da “Ideologia de Gênero” pelo Programa Escola sem Partido e frente ao interesse de mulheres por carreiras científicas e tecnológicas e as questões de gênero relacionadas ao ensino de ciências, compreende-se que o programa inviabiliza discussões no contexto escolar que objetivam problematizar os estereótipos e os papéis pré-estabelecidos, para homens e mulheres, pela sociedade e promover ações de equidade entre os gêneros. (OROFINO, 2018, p. 60)

E ainda de acordo com a pesquisadora, o Programa Escola Sem Partido é entendido pelos educadores entrevistados como um mecanismo opressor, e que os pressupostos do programa representam a “falsa dicotomia estabelecida pelo programa, a existência de uma escola ‘com’ partido” (OROFINO, 2018, p. 60). Porém, o foco da pesquisa não são questões referentes às masculinidades e como estas são reforçadas ou oprimidas pelo programa ESP.

Ainda sobre as buscas na BDTD, quando se busca por títulos que contenham o termo “masculinidade hegemônica”, apenas é encontrada uma pesquisa sobre violência conjugal. E quando se busca por títulos com o termo “ideologia de gênero”, encontra-se a mesma pesquisa discutida no parágrafo anterior e mais quatro outras (TABELA 1), sendo duas delas sobre a Ideologia de Gênero no Plano Nacional de Educação / Plano Municipal de Educação de João Pessoa, uma sobre autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, e outra sobre trabalho docente feminista, na rede municipal de Porto Alegre, diante da narrativa conservadora da “ideologia de gênero”; ou seja, nenhuma com ênfase na(s) masculinidade(s).

Tabela 1 – Pesquisas encontradas na BDTD, em 05 de fevereiro de 2019:

(continua)

Ano de defesa:	Autoria:	Título:	Descritores utilizados na busca:
2004	Guedes, Berenice Lagos	O Gaúcho, a Dominação Masculina e a Educação na Fronteira Sul-Riograndense: o Passado no Presente (Dissertação)	masculinidades; educação
2005	Madureira, Valeria Silvana Faganello	A visão masculina das relações de poder no casal heterossexual como subsídio para a educação em saúde na prevenção de DST/AIDS (Tese)	masculinidades; educação
2008	Menezes, Cristiane Souza de	As masculinidades na escola: histórias e memórias da escolarização de alunos da Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de João Pessoa (Dissertação)	masculinidades; educação
2008	Zica, Matheus da Cruz e	Educação e masculinidade na produção jornalística e literária de Bernardo Guimarães (1852-18823) (Dissertação)	masculinidades; educação
2009	Brito, Rosemeire dos Santos	Masculinidades, raça e fracasso escolar: narrativas de jovens na educação de jovens e adultos em uma escola pública municipal de São Paulo (Tese)	masculinidades; educação
2011	Queiroz, Sheylane Beltrão de	Educação e envelhecimento: um olhar sobre a participação masculina nos grupos de terceira idade de Manaus (Dissertação)	masculinidades; educação
2012	Alves, Benedita Francisca	A experiência vivida de professores do sexo masculino na educação infantil uma questão de gênero? (Dissertação)	masculinidades; educação
2012	Carvalho, Karenina Elice Guimarães	Cuidado de enfermagem ao adolescente: proposta de educação em saúde sobre o preservativo masculino (Dissertação)	masculinidades; educação
2013	Santos, Josué Leite	Silêncio e naturalização na construção das masculinidades na Educação Básica (Dissertação)	masculinidades; educação
2014	Pastana, Marcela	Muito Prazer!/? discussões sobre sexualidade, gênero e educação sexual a partir da análise de revistas femininas e masculinas (Dissertação)	masculinidades; educação
2014	Santos, Lilian Borges dos	Gênero e educação infantil: o trabalho de educação e cuidado de um auxiliar do sexo masculino e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola infantil (Dissertação)	masculinidades; educação
2014	Silva, Peterson Rigato da	Não sou tio, nem pai, sou professor! : a docência masculina na educação infantil (Dissertação)	masculinidades; educação
2015	Carvalho, Ana Márcia de Oliveira	Vozes masculinas no cotidiano escolar: desvelando relações de gênero na Educação Infantil sob a perspectiva fenomenológica de Alfred Schutz (Dissertação)	masculinidades; educação
2015	Freitas, Solange Bassetto	E agora José? Ideologias de gênero e autores de violência sexual contra crianças e adolescentes (Tese)	ideologia de gênero

Tabela 1 – Pesquisas encontradas na BDTD, em 05 de fevereiro de 2019:

(conclusão)

Ano de defesa:	Autoria:	Título:	Descritores utilizados na busca:
2016	Moreno, Meire Ellen	Feminismos e antifeminismos na política brasileira: “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação 2014 (Dissertação)	ideologia de gênero
2017	Aguiar Júnior, José Durval	Professores de bebês: elementos para compreensão da docência masculina na educação infantil (Dissertação)	masculinidades; educação
2017	Cavalcante, Joel Martins	Análise da “Ideologia de Gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025) (Dissertação)	ideologia de gênero
2017	Sousa, Fernando Santos	A construção da profissionalidade docente do pedagogo do gênero masculino iniciante/ingressante na educação infantil e na alfabetização (Dissertação)	masculinidades; educação
2018	Junqueira, Bruna Dalmaso	Possibilidades para um trabalho docente feminista: professoras mulheres da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora da “ideologia de gênero”	ideologia de gênero
2018	Orofino, Paula Santos	Concepções de educadores da área de ciências da natureza associadas ao Programa Escola Sem Partido e à Ideologia de Gênero (Dissertação)	ideologia de gênero

Fonte: BDTD

Diante desse número tão pequeno de pesquisas envolvendo o Programa Escola Sem Partido, Masculinidades e Ideologia de Gênero, localizados na página da BDTD, irei me debruçar sobre uma bibliografia disponível no site do movimento social “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP), que se trata de um grupo de estudantes e professores/as que se colocam contrários/as às idéias do Programa ESP e os diversos projetos de leis incentivados por este que tramitaram e tramitam em várias casas legislativas do país. Este grupo começou na rede social *Facebook* e, hoje, já possui um site com material rico para análise e reflexão sobre os perigos camuflados no discurso do Programa ESP. No site do movimento encontra-se o link “Referência Bibliográficas e Documentos”¹⁵, contendo, em consulta atualizada em 05 de fevereiro 2019, vinte e sete artigos sobre o “Escola Sem Partido”; três artigos sobre as campanhas Transnacionais contra “ideologia de gênero”, “gender”, “genderism” e movimentos articulados; e nove pesquisas – entre monografia, dissertações e teses – sobre o “Escola Sem Partido” e ataques aos debates de gênero nas escolas (TABELA 2); além de doze textos de embasamento da crítica ao “Escola Sem Partido”.

¹⁵ Disponível em: <https://profscontraoesp.org/bibliografia-referencias-academicas/>. Acesso em: 8 ago. 2018.

Tabela 2 - Pesquisas sobre o “Escola Sem Partido” e sobre ataques aos debates de gênero nas escolas disponíveis na página “Professores contra o Escola Sem Partido”:

Ano da defesa:	Autor(a):	Título:
2016	Moura, Fernanda Pereira de	“Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história (Dissertação)
2016	Travincas, Amanda	A tutela jurídica da liberdade acadêmica no Brasil – A liberdade de ensinar e seus limites (Tese)
2017	Carolli, Andre Luís	Desconstrução de discursos discriminatórios sobre a diversidade de expressão da sexualidade e da identidade de gênero expressos entre alunos e alunas do ensino médio (Dissertação)
2017	Katz, Elvis Patrik	Escola Sem Partido: Uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes (Dissertação)
2017	Liquer, Isabella Ribeiro	Educação e Cidadania: Reflexões sobre a (in)constitucionalidade do projeto de lei brasileiro “Escola Sem Partido” (Dissertação)
2017	Pinheiro, Cristiano Guedes	Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP): tensões e discursos nas redes sociais (Tese)
2017	Santos, Thiago Pereira dos	Corpo, Sexualidade e resistências: o contraste entre as propostas dos projetos denominados Escola Sem Partido e as perspectivas foucaultianas. (Dissertação)
2018	Caldas, Renan Rubim	Narrativas em movimento: Do “Escola Sem Partido” à “Educação Democrática”: história pública e trajetórias docentes (Dissertação)
2018	Yamauchi, Cyntia Regina de Oliveira	Ética na perspectiva bakhtiniana e a formação crítica docente em tempos de Escola Sem Partido: A palavra como fenômeno ideológico (Monografia)

Fonte: Professores contra o Escola Sem Partido

As pesquisas acima podem ser consideradas pioneiras em se tratando de pesquisas científicas com foco no Programa Escola Sem Partido e, por isso, algumas delas serão de grande importância nas discussões ao longo dessa minha pesquisa, que entendo ser bastante oportuna pelo fato de se aprofundar numa análise que visa comprovar o poder que a

Masculinidade Hegemônica exerce sobre a sociedade, e como ela é legitimada por trás dos discursos defendidos e propagados pelos/as defensores/as do Programa ESP, no que diz respeito às discussões de gênero e sexualidade. Através de um olhar atento pelas publicações e comentários acerca de discussões sobre gênero e sexualidade na escola, buscarei evidenciar como esse estereótipo de masculinidade hegemônica é visto como o padrão ideal para homens e meninos, e como também afeta as outras masculinidades e até mesmo as mulheres.

2.4 Os perigos da narrativa “ideologia de gênero”

É importante, num primeiro momento, entendermos como surge o conceito de “Ideologia de Gênero” e como ele foi difundido no Brasil. De acordo com Furlani (2016):

A Ideologia de Gênero é uma narrativa que surge no interior da Igreja Católica e do Movimento Internacional e Nacional Pró-Vida e Pró-Família, com o objetivo de frear, de interromper, e se possível, retroceder as mudanças sociais e políticas decorrentes, no mundo, do uso do conceito gênero, especialmente, nas políticas de educação, saúde, legislação e direitos humanos.

Furlani (2016) ainda explica que essa narrativa intitulada “Ideologia de Gênero” se utiliza de conceitos dos Estudos de Gênero, teorias feministas e contextos históricos de uma forma muito questionável, criando sua própria lógica interpretativa e argumentativa. Aqui no Brasil, o que começou na Igreja Católica, com importantes nomes, como o Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, o Padre José Eduardo de Oliveira e Silva, o Professor Felipe Nery e a Professora Fernanda Takitani, logo também foi adotado pelos evangélicos, como o Pastor e Senador Magno Malta (autor do Projeto de Lei “Escola Sem Partido”), o Pastor Silas Malafaia, o Pastor e Deputado Marcos Feliciano e o recém-eleito presidente da república Jair Bolsonaro. No protestantismo, destacam-se a Psicóloga e Ministra Evangélica Marisa Lobo e a Pastora e Professora Damares Alves, atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal.

Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior¹⁶, por exemplo, disponibiliza, em seu site oficial, um vídeo de 53 minutos, publicado em outubro de 2013, intitulado “Sexo ou

¹⁶ Padre Paulo Ricardo é um sacerdote católico, escritor e professor universitário. Foi ordenado sacerdote pelo Papa João Paulo II em 1992 e atualmente é vigário paroquial na paróquia Cristo Rei, em Várzea Grande/MT. Foi apresentador de um programa semanal de grande destaque na TV Canção Nova, e possui mais 1,4 milhão de seguidores no *Facebook*. Ele é considerado uma das grandes lideranças religiosas da Direita Conservadora no Brasil

Gênero?¹⁷”. Neste vídeo ele apresenta a sua preocupação com projetos de leis que trariam “linguagens de gênero” dentro, por exemplo, do corpus do Código Penal Brasileiro, e com o Plano Nacional de Educação, que na época estava em tramitação no Congresso. Segundo o Padre, esses projetos queriam que as crianças fossem educadas a partir da “Ideologia de Gênero”, o que ele afirma ser uma “linguagem complicada”. Mais adiante, ele diz que há projetos de lei relacionados à violência contra a mulher que, na verdade, usam como “desculpa” a violência contra as mulheres para introduzir “coisas da agenda” da Ideologia de Gênero. No texto que acompanha o vídeo, Padre Paulo Ricardo afirma que a teoria de gênero é, segundo uma literatura especializada que ele não referencia, a “ideologia mais radical da história, já que, se imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e simultaneamente acabaria com a sociedade”.

No vídeo, o padre ainda traz sua preocupação com a utilização da palavra “gênero”, após ela se tornar politizada pelas feministas. Existe uma preocupação imensa com a destruição da família, como apresentado a seguir:

É preciso dizer claramente que, em uma sociedade democrática, cuja soberania é teoricamente exercida pelo povo, a destruição da família tradicional é, tragicamente, uma possibilidade. No entanto, à luz da doutrina da Igreja, que recorda que a complementaridade afetivo-sexual do homem e da mulher é uma questão de direito natural, é impossível atentar contra a instituição do casamento, fixada pelo próprio Deus no início dos tempos [Cf. Gn 2, 24: “Por isso, o homem deixa o seu pai e a sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne”], sem que se destrua a sociedade. Não bastasse a audácia da proposta do Estabelecimento de Gênero, que declara guerra à própria natureza humana, eles tentam promover sua agenda à revelia da população mundial, enganada por uma “espiral do silêncio” midiática e ludibriada por um discurso encapado de “diálogo democrático”. Os ideólogos de gênero querem destruir a família, mas fazem-no secretamente, sem que o povo, soberano, tenha consciência do que está acontecendo.

No final do seu texto, o Padre traz alguns nomes do que ele chama de “personagens” que agem nos bastidores contribuindo para a causa de gênero, o que ele chama de trabalho demoníaco:

Friedrich Engels, Margaret Sanger, Sulamita Firestone e Judith Butler são nomes de apenas alguns personagens que, agindo nos bastidores, contribuíram – ou têm contribuído – enormemente para a causa de gênero. A este trabalho demoníaco é preciso opor a resistência dos filhos da luz. Para elas, é um ofício muito mais penoso legitimar suas ideias, já que, sendo fruto apenas da produção ideológica, precisam ser sustentadas por um novo vocábulo e um novo imaginário social. Com os cristãos, ao contrário, está a

¹⁷ Vídeo disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/sexo-ou-genero>. Acesso em 07 de jul. 2018.

verdade, com sua força própria e fora de cujo conhecimento nenhum homem pode ser genuinamente livre [Cf. Jo 8, 32: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos livrará”].

É perceptível que o Padre, assim como os/as demais religiosos/as citados/as que propagam a existência de uma “Ideologia de Gênero” destruidora da Família Cristã, defendem suas ideias baseadas em versículos bíblicos e de uma forma superficial e sem estudos científicos que as respaldem. Transcrevo, a seguir, uma parte do vídeo que considero ser uma forma bem clara da definição do que eles chamam de “Ideologia de Gênero”, mostrando que não existe claramente uma explicação sensata de como pode ser prejudicial à família e à sociedade levar para a Escola a igualdade e o respeito às questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual:

(...) estamos falando de Ideologia de Gênero, para as pessoas que não pegaram a primeira parte ou que não compreenderam, vamos, assim, de forma muito breve dizer do que se trata. Trata-se do seguinte: existe uma visão de mundo baseado no Marxismo, originariamente, que acha que a família é um lugar de opressão e ela precisa ser destruída, ou seja, o papel de pai, o papel de mãe, e o papel de filhos, normal, como nós conhecemos na família tradicional é algo ruim porque, segundo a visão dessas pessoas, isto seria uma Ideologia Hegemônica que colocou na cabeça das pessoas que o homem é superior, a mulher é inferior, e que as crianças têm que obedecer a mulher; e a mulher não tem que ser feminina e frágil, o homem não tem que ser másculo e robusto; o papel de pai e o papel de mãe, tudo isso, que homem gosta de mulher, e mulher gosta de homem, isso tudo é uma construção social, não vem da natureza, não vem de Deus, é uma ideologia. Então eles vêm agora com a nova ideologia: Nós queremos agora fazer o seguinte, destruir a família. Destruir a família e fazer com que as pessoas entendam – e aqui que está a batalha – que você não nasce homem, não nasce mulher, e que para ser homem não precisa ser desse jeito que tá aí, né? Por que o homem tem que ser másculo? Não, o homem pode ser meio afeminadinho, né? Hoje ele gosta de ter relações com um outro garoto, daqui a pouco ele gosta de ter relações com mulher, daqui a pouco ele quer ter relações com animais, tanto faz, isso daí é a liberdade. Então essa coisa fixista, de que a natureza faria com que o ser humano tenha que obedecer é uma realidade tipicamente burguesa, opressora, dessa ideologia hegemônica. Então como nós vamos fazer para mudar essa sociedade? Bom, eles dizem: Vamos fazer o seguinte, fazer com que as pessoas entendam que existe o sexo biológico, onde você nasce com um pênis ou com uma vagina, mas isso é sexo biológico. Agora, a sua identidade, o seu papel social precisa ser construído, porque tanto faz, você nasce mas você não é necessariamente masculino, você não é necessariamente feminina. Ora, você vê claramente que isso está destruindo a família, então, e isso ensinado nas escolas será um grande perigo para as pessoas (...).¹⁸

¹⁸ Excerto retirado da própria fala do autor, no vídeo disponibilizado na sua página oficial, acessado pelo link - <https://padrepauloricardo.org/episodios/sexo-ou-genero> - a partir da segunda parte, aos 30 minutos e 18 segundos. Acesso em: 7 jul. 2018.

Os/as defensores/as do conceito “ideologia de gênero” não aceitam nem que outras formas de famílias, diferentes da forma tradicional – pai e mãe heterossexuais – sejam abordadas e tratadas na escola. Caldas (2018) traz como exemplo um professor chamado Orley¹⁹, que em seu blog denuncia práticas do que ele chama de “doutrinação” nos livros didáticos fornecidos pelo Ministério da Educação:

Uma de suas principais críticas está em dizer que o objetivo dos livros atuais é “apresentar a família de acordo com a ideologia de gênero”. Dentre os livros que estão sendo criticados, vemos alguns que afirmam que na sociedade existem diferentes configurações familiares (não só de casais héteros mas também casais homossexuais, famílias com mãe solteira, famílias constituídas por negros, etc). No entanto, para Orley, isso seria uma demonstração da “doutrinação pela ideologia de gênero”. Além disso, Orley denuncia também as versões da Base Nacional Comum Curricular ainda em discussão e em processo de implementação, afirmando que a mesma abre espaço para um “projeto de desconstrução da família natural, da sexualidade natural e desconstrução da moral religiosa cristã”, de acordo com a “ideologia de gênero” (CALDAS, 2018, p. 91-92).

Como se vê, para os/as fundamentalistas religiosos/as, famílias constituídas por mães ou pais solteiros, casais homoafetivos, ou qualquer outra construção que fuja do padrão considerado por eles natural (casal heterossexual e seus filhos biológicos) são ameaças para a moral religiosa cristã, e caso sejam tratadas temáticas sobre essas formas “não-naturais”, como eles dizem, estará havendo “doutrinação ideológica” com intuito de destruir a família “natural”. Porém, de acordo com o Censo 2010, os arranjos familiares que destoam daquele visto como “natural” pelos conservadores parecem estar cada vez mais comuns. A pesquisa ²⁰ revela que 16,3% das famílias são resultantes de recasamentos; 2,5 milhões de enteados moram com padrastos e madrastas; 36,4% dos casais não oficializaram a união nem no civil e nem no religioso; 31% da população brasileira é divorciada; 881 mil lares têm homens vivendo com filhos, sem cônjuge; 20,2% dos casais não têm filhos; e 58 mil casais se declaram homossexuais e 13% desses se declararam casados.

Evidencia-se, então, que não é possível afirmar que só exista uma única estrutura tradicional de família, “pelo simples fato de que os tipos de organização familiar se diversificaram nas sociedades modernas, em consonância com inúmeras variantes” (TREVISAN, 2018, p. 474), e traz como exemplo, estatísticas do IBGE de 2014 que revelam

¹⁹ Professor Orley José da Silva é evangelista na ADCampinas (Goiânia), mestre em Letras e Linguística e mestre em estudos teológicos. Também é administrador do Blog “De Olho no Livro Didático: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/>. Acesso em: 7 jul. 2018.

²⁰ Os dados do CENSO 2010 estão apresentados em matéria da Revista IstoÉ, disponível no endereço: https://istoe.com.br/247220_O+RETRATO+DA+NOVA+FAMILIA/. Acesso em: 7 jul. 2018.

que 39,8% do total de lares brasileiros são chefiados por mulheres, aumentando 37% em apenas dez anos.

Furlani (2016) também traça um comparativo mostrando como esses/as religiosos/as e/ou conservadores/as, que propagam a existência de uma suposta “ideologia de gênero”, se colocam contra os estudos de gênero. Primeiramente, ela destaca que os estudos de gênero se opõem ao destino biológico inquestionável, que não reconhece o conceito gênero, apenas o conceito sexo, defendido pelos/as difusores/as da ideologia de gênero”. Estes/as também não são capazes de reconhecer o sujeito “plural” e defendem seus argumentos com a frase “Deus criou o homem e a mulher”. Eles/as são incapazes de enxergar que os estudos de gênero querem mostrar que o sujeito é múltiplo de identidades: sexo, gênero, orientação sexual, raça-etnia, religião, condição física, etc. Os/as propagadores/as do termo “ideologia de gênero” não aceitam os sujeitos da diversidade sexual com “legitimidade”, uma vez que o ser humano nasceu à imagem e semelhança de Deus, e não pode ser modificado, eles/as não entendem que os/as estudiosos/as envolvidos nas pesquisas de gênero querem apenas mostrar que as identidades estão em processo de construção constantemente em diferentes contextos, como histórico, social e cultural.

Trevisan (2018, p. 476) traz muito clara essa mesma posição sobre a “ideologia de gênero”, como um conceito que a direita conservadora militante se apoderou para atacar o feminismo e até mesmo a ideia de que os gêneros feminino e masculino são construídos culturalmente, mesmo que isso já estivesse ratificado por renomadas instâncias como a ONU e legislações de inúmeros países: “se existe na natureza o sexo da fêmea e o do macho, o mesmo não se dá com o conceito de gênero feminino e masculino, que é uma criação cultural sujeita a mutações através das épocas e das diferentes prescrições sociais”. E ainda continua:

Ser mulher e ser homem têm diferenças físicas que podem sim gerar diferenças psicológicas – abordadas até em estudos psicanalíticos contemporâneos. Mas as percepções socialmente consagradas do que são o “feminino” e o “masculino” não se esgotam nem decorrem necessariamente da genitália e suas implicações orgânico-psicológicas. Envolvem construções dos papéis de gênero, exercidos de acordo com narrativas históricas totalmente mutantes. Ou seja, feminino e masculino são papéis interpretados conforme a época e o espaço geográfico. Graças à sua “performatividade”, os gêneros não autorizam a percepção de que ser homem ou mulher se esgota numa determinação meramente biológica e, portanto imutável. Se as mulheres não votavam até primórdios do século XX, ser mulher não implica que ela não possa votar em eleições políticas sob pretexto de ter menos discernimento e responsabilidade social. Igualmente, ser homem não significa que ele tem a exclusividade, até o fim dos séculos, de estar nos postos diretivos de empresas, pressupondo maior poder de decisão. Indignados ante essa relativização dos papéis de gênero –

sujeitos a chuvas e tempestades das várias culturas –, grupos conservadores criaram o conceito de “ideologia de gênero” (TREVISAN, 2018, p. 473-474).

Outro apontamento interessante é o fato de os estudos de gênero reconhecerem a origem etnicorracial, a identidade de gênero e a orientação sexual como um pertencimento identitário, lutando para que as populações LGBT e as religiões de matriz africana sejam aceitas e respeitadas, porém, aqueles/as que defendem a existência de uma ideologia de gênero não reconhecem essas populações nem essas religiões. Temos como exemplos o envolvimento dessas pessoas e seus/as seguidores/as contrários/as às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; sendo a primeira aquela que alterava a LDB para a inclusão no currículo oficial da rede de ensino da obrigatoriedade dos estudos sobre a história e cultura afro-brasileira, e a segunda aquela que, além dos estudos sobre a história e cultura afro-brasileira, também incluía sobre a história e cultura indígena. Caldas (2018, p. 92) também traz a opinião do *blogueiro* Orley sobre a discussão de cultura afro-brasileira na escola, que considera ser a desconstrução da moral religiosa cristã:

(...) Orley afirma que, “a pretexto de estudar cultura afro-brasileira”, o MEC, por meio dos livros didáticos, está doutrinando as crianças sistematicamente no Candomblé e na Umbanda”, por tratar de representações iconográficas de divindades dessas respectivas religiões e tratar de seus aspectos culturais.

Temos também a questão do determinismo biológico, muito bem apontado por Furlani (2016), pois quem criou e usa o termo “ideologia de gênero” acredita que a procriação é algo associado às relações naturais, sendo assim, são contra os estudos de gênero que questionam esse determinismo biológico e entendendo a reprodução como uma “opção”, não sendo a maternidade e a paternidade algo natural para todos os seres humanos, entendendo, ainda, que relações homoafetivas, por exemplo, devem ter os mesmos direitos que as relações entre heterossexuais; pois as relações devem ser baseadas em amor, afeto e respeito, independentes de ocorrer procriação ou não. Desta maneira, todas as formas de família passam a ser aceitas – homoafetivas, monoparentais, adotivas ou qualquer outro arranjo familiar –, já os/as criadores/as e difusores/as da narrativa “ideologia de gênero” reconhecem como família apenas o modelo conforme a tradição judaico-cristã: homem, mulher e seus filhos naturais gerados em um casamento.

Furlani (2016) ainda ressalta aqueles/as que são contra discussões como direito de livre escolha da mulher, os direitos sexuais e reprodutivos, o aborto, as formas de anticoncepção, a eutanásia e as pesquisas em células-tronco, por exemplo. Esses temas,

tratados de forma relativizada em estudos de gênero, são vistos como aberrações pelos/as conservadores/as. Outra questão muito importante discutida pelos estudos de gênero é a “cultura do estupro²¹”, que os/as conservadores/as também não reconhecem.

Acerca dos Direitos Humanos, a autora também nos traz o fato de que os/as conservadores/as da narrativa “ideologia de gênero” aceitam apenas o direito natural baseado nas raízes judaico-cristãs, ou seja, não é possível negociar as políticas de identidade porque eles/as não aceitam discutir “novos direitos”, fazendo surgir mais um atrito com as pesquisas de gênero, visto que os direitos devem sempre ser negociados ao longo do tempo, incluindo direitos das mulheres, das populações LGBT, das comunidades negras, quilombolas, indígenas. Isso faz com que as pesquisas de gênero estejam integradas e auxiliando na definição e construção de políticas de Direitos Humanos da ONU e da União Européia; fato que faz com que os/as conservadores/as da ideologia de gênero sejam contrários às políticas que reconhecem a diversidade humana promovidas por essas organizações.

Esses/as conservadores/as entendem os estudos de gênero como absurdos, não reconhecendo o feminismo e desvalorizando e ridicularizando as pessoas feministas. E, por fim, ainda aponta que, enquanto os/as estudiosos/as de gênero valorizam o Estado Democrático de Direito e o Estado Laico, os/as conservadores/as que usam da narrativa da “ideologia de gênero” entendem que o mundo deveria ser regido pela ideologia judaico-cristã, substituindo o Estado Laico por uma Teocracia. Em 2015, por exemplo, o PSOL fez o Deputado Cabo Daciolo, evangélico, desistir de apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição que, caso fosse aprovada, substituiria o texto “todo poder emana do povo”, do artigo primeiro da Constituição, por “todo poder emana de Deus”. Sua justificativa, no plenário, era que estava ocorrendo “uma guerra espiritual entre principados e contestados”. Após o episódio, o deputado foi expulso do PSOL e afiliou-se ao Avante e, atualmente, está filiado ao Patriota.

Para entendermos melhor quando surge essa “ideologia de gênero” no Brasil e como ela se colocou contra a educação em prol da diversidade, precisamos voltar em 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleceu que a União elaborasse um plano decenal, juntamente com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, que estivesse alinhado com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990. De acordo com

²¹ “Cultura de estupro” é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. Definição e mais informações disponíveis em <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>. Acesso em: 1 set. 2019.

REIS; EGGERT (2017, p. 15) foi elaborado então o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) que vigorou entre 2001 e 2010:

As deliberações da Coneb de 2008 e da Conae de 2010 foram vistas, portanto, como se constituindo “em marco para a construção de um novo Plano Nacional de Educação com ampla participação das sociedades civil e política” (BRASIL, 2010, p. 14), uma vez que o primeiro PNE estava chegando ao fim na época.

Porém quando em dezembro de 2010 foi apresentada a proposta do novo PNE na Câmara dos Deputados, contemplando as deliberações das Conferências Nacionais de Educação sobre equidade de gênero e o respeito à diversidade, o artigo 2º estabeleceu:

“São diretrizes do PNE [...] III - a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012d). Segundo, em toda a redação foi utilizada flexão de gênero, por exemplo, os/as profissionais da educação, indicando claramente a intenção do Plano em ser um instrumento de promoção da sensibilização quanto à equidade de gênero, deixando de se referir às pessoas apenas no masculino. (REIS; EGGERT. 2017, p. 15)

Todavia, foi aprovado um Substituto ao Projeto de Lei, em dezembro de 2013, que retirou da citação acima, no inciso III do artigo 2º, o enunciado “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” e ainda retirou, de todo o texto, a flexão de gênero dos substantivos adotando a forma genérico apenas no masculino. (BRASIL, 2013d apud REIS; EGGERT, 2017, p. 15)

Mas quando pensamos em tudo isso que foi apresentado, para entendermos como os/as conservadores/as defendem a existência do que eles/as chamam de “ideologia de gênero”, percebemos que não há explicitamente a presença do “masculino” e das “masculinidades”, porém, a força do masculino está presente e de formas bem marcantes, uma vez que a maioria das idéias defendidas por essas pessoas é de cunho machista, como o explicitado acima, ao retirar a flexão de gênero no feminino, mantendo apenas a flexão masculina. A mulher, na visão desses/as conservadores/as, não tem poder nem mesmo sobre seu corpo, ela é uma mera coadjuvante na história de homens protagonistas. O homem ideal, aquele que se encaixa na “masculinidade hegemônica”, precisa ter ao seu lado uma mulher sempre disponível, submissa e que nunca o questione, também deve ser boa mãe, boa dona de casa e entender que o prazer sexual do marido deve ser saciado, mesmo que seja por outras mulheres. Quando uma mulher não se encaixa nesse modelo, os/as conservadores/as que espalham a narrativa

“ideologia de gênero” vão culpar as feministas e os estudos de gênero por “desviarem” as mulheres de seu correto destino para se viver em sociedade.

É muito importante entendermos que o conceito de “ideologia de gênero” é terminantemente rejeitado pela academia e pelos movimentos sociais e LGBT que estudam temáticas referentes às orientações sexuais e às identidades de gênero:

(...) Sendo assim, quem trata do assunto considera a “ideologia de gênero” uma terminologia pejorativa, utilizada por setores conservadores da sociedade e, principalmente, por representantes das igrejas de matriz cristã, no Congresso Nacional, como forma de desqualificar a discussão com o objetivo de alterar a legislação relativa à Educação e o consequente impedimento de se tratar do assunto na escola. Com a adoção dessa nova bandeira, agregada à questão da “doutrinação ideológica”, o ESP ganha novos interlocutores e conquista um espaço exponencialmente maior que até então possuía. Obviamente que o crescimento do ESP enquanto antimovimento, não ocorreu somente pela adoção dessa nova bandeira, está vinculado também a um novo panorama conjuntural nacional iniciado a partir das Jornadas de Junho de 2013. Devemos lembrar, no entanto, que o ESP surge em 2004 e nos 10 anos seguintes fica num certo ostracismo, vindo a ganhar um espaço mais efetivo, no cenário nacional, justamente, após os acontecimentos políticos de 2013 (PINHEIRO, 2017, p. 110-111).

Junqueira (2017, p. 222) também faz uma ressalva importante quando destaca que “teoria do gênero” (também chamada de “ideologia de gênero”) não é sinônimo de “Estudos de Gênero”, já mencionado por Furlani e conforme comentado anteriormente. Junqueira ainda sublinha que tanto “teoria” de gênero quanto “ideologia” de gênero “são sintagmas fabricados na forma de *rótulos* políticos. E, enquanto rótulos, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização”.

Vale ressaltar, também, que Furlani (2017) encaminhou à coordenação geral do “Fazendo Gênero 11”, evento organizado pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, uma carta solicitando que a Plenária Final do evento aprovasse uma nota à Comunidade Acadêmica que ressaltasse o não reconhecimento do termo “ideologia de gênero”:

O Fazendo Gênero, bem como a Comunidade Acadêmica, no campo das Ciências Humanas e Sociais, não reconhece a narrativa “ideologia de gênero”. Essa narrativa, criada no interior da Igreja Católica e do Movimento Internacional Pró-Vida-Família é totalmente distinta dos Estudos de Gênero ou dos Estudos das Relações de Gênero. Entendemos que a narrativa “ideologia de gênero” apresenta inúmeros equívocos conceituais e, visivelmente foi criada para se opor aos direitos das mulheres e das populações LGBTs, causando um pânico moral e social, pelas inúmeras confusões que apresenta. O Fazendo Gênero 11 recomenda que estudiosas e estudiosos que usam o conceito gênero como categoria analítica, não

utilizem o termo “ideologia de gênero” como sinônimo de Estudo de Gênero (FURLANI, 2017, p. 13).

Diante desses apontamentos, faz-se necessária a pesquisa em apontar, dentro do Programa ESP, o quanto a narrativa da “ideologia de gênero” tenta calar os estudos de gêneros que procuram evidenciar posturas cissexistas, heterossexistas, misóginas e machistas, fazendo transparecer que estes estudos irão abalar a família tradicional e a moral das religiões cristãs, simplesmente por estarem evidenciando o quanto é importante a equidade de gênero e o respeito às diferenças para se combater questões tão latentes em nossa sociedade como a violência contra a mulher, a homofobia e a transfobia.

2.5 O Programa “Escola Sem Partido”

Para entendermos melhor o que é o Programa “Escola Sem Partido”, irei usar a definição do próprio programa, contida no site oficial²² do mesmo, que se autointitula como um “movimento”:

O Escola Sem Partido se divide em duas vertentes muito bem definidas, uma que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior²³.

Fica claro que o programa tem a intenção de se passar por um movimento em prol de uma educação sem contaminação político-ideológica, porém, analisando mais detalhadamente, verifica-se que existem intenções, inclusive de cunho político, muito bem traçadas numa tentativa de inibir o pensamento crítico sobre temas importantes na sociedade atual e, em contrapartida, difundir ideias conservadoras – religiosas e políticas – buscando manter o que seus/as defensores/as chamam de interesses da família tradicional cristã.

Para Trevisan (2018, p. 463), o “Escola Sem Partido” talvez tenha sido um dos mais importantes projetos quase implantado em nível nacional pela “direita renovada”, no que diz respeito às questões que envolvem educação, gênero e sexualidade. Ele chegou a ser implantado em alguns estados brasileiros, mas logo foi considerado inconstitucional. A “lei contra o abuso da liberdade de ensinar” pressupõe que exista, nas escolas, uma doutrinação

²² Site oficial do Programa Escola Sem Partido: <https://www.programaescolasempartido.org>.

²³ Definição assinada por Miguel Nagib, coordenador do Programa ESP, disponível no endereço: <https://www.programaescolasempartido.org/movimento>. Acesso em: 31 maio 2018.

esquerdista em que grande parte dos/as professores/as “aproveitavam-se do lugar de autoridade para promover as suas preferências políticas e comportamentais, desrespeitando as escolhas dos alunos, inclusive quanto à liberdade de crença”.

A proposta do Programa ESP é que o/a professor/a seja “neutro/a”, que ele/a cumpra seu papel de respeitar a pluralidade cultural dos/as seus/as alunos/as sem manifestar sua opinião, seu ponto de vista. Porém, o que é contraditório, neste contexto, é o fato de o programa e seus/as apoiadores/as só se colocarem contra os/as professores/as que defendam pontos de vistas sobre questões que eles/as não apóiam, o que os/as defensores/as do programa chamam de “doutrinação”. Segundo o Projeto de Lei²⁴ que foi criado a partir do programa ESP, a solução seria anexar em todas as salas de aula um cartaz que evidencia até que ponto o/a educador/a pode se comunicar durante a regência de suas aulas:

Art. 5º. No exercício de suas funções, o professor:

I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

II - não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

V - respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (BRASIL, 2016).

Diante disso, devemos nos perguntar, então, se a necessidade da figura do/a professor/a já não se tornaria obsoleta e desnecessária. Se fosse preciso apenas entrar numa sala de aula para transmitir um conteúdo programático, o Governo poderia, então, economizar com folha de pagamento e criar teleaulas que atingissem todo o país, com apenas um/a mero/a instrutor/a virtual. Bagdonas e Azevedo (2017, p. 262) trazem uma rica contribuição acerca disso em suas pesquisas quando evidenciam que há décadas as pesquisas em educação comprovam que muito mais do que transmitir conteúdos, a função principal do/a educador/a é auxiliar na construção do conhecimento de seus/as alunos/as “a partir da seleção de

²⁴ Projeto de Lei do Senado nº 193/2016.

informações relevantes, da pesquisa, interpretação e reflexão crítica sobre temas socialmente relevantes, preparando-se para a atuação como cidadãos em uma democracia participativa”.

Trevisan (2018, p. 464) destaca que a estratégia da implantação desse projeto – que inicialmente surgiu em 2004, como um projeto elaborado pelo procurador do estado de São Paulo Miguel Nagib, mas que ganhou força em 2015, quando foi apresentado no Congresso Nacional –, tinha a intenção de que o Programa ESP fosse incluído entre as diretrizes e bases da educação nacional (PL 867). Este programa se articulou tão bem que, rapidamente, vários projetos de lei similares no Senado e nas Câmaras Legislativas Estaduais e Municipais começaram a surgir, a maioria deles defendidos por parlamentares católicos ou evangélicos. Além disso, foi criado um marketing bastante efetivo nas redes sociais com a hashtag *#EscolaSemPartidoJá*:

Disfarçado de legítimo incentivo à liberdade de pensar, o projeto criava um modo capcioso de coibir temas que os políticos conservadores e religiosos fundamentalistas consideravam desconfortáveis, quando não inadmissíveis, sob pretexto de perverter as crianças. Emergia aí um dos temas prediletos para os defensores da família brasileira: a pedofilia. Como esse projeto de lei fazia parceria com outros que propunham, por exemplo, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, seu objetivo último era, na verdade, permitir a doutrinação dos alunos dentro de uma pauta rigorosamente conservadora. Além do aspecto político-partidário, no centro das preocupações estava, mais uma vez, a obstrução dos direitos LGBTs. Não por acaso, seus termos visavam coibir qualquer discussão nas salas de aula envolvendo questões de gênero, orientação sexual e diversidade sexual.

Como se vê, o Programa Escola “Sem” Partido na verdade é um programa “com” partido; no caso, de extrema direita. E esse partidarismo visa à conservação da Masculinidade Hegemônica como normativa em nossa sociedade, de forma que todos os preconceitos que envolvem gênero e orientação sexual permaneçam “aceitáveis” em nossa sociedade, porque são atos que cumprem o papel de guardar a moral e preservar a família tradicional cristã e seus princípios bíblicos. O Movimento ESP, segundo o site da própria organização, foi criado com o intuito de dar visibilidade ao que eles chamam de problema gravíssimo que assola grande parte das escolas e universidades do país: “a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos”. O Movimento garante anonimato aos alunos que denunciarem os casos, se propondo a enviarem aos/às professores/as denunciados/as e às instituições de ensino o relato dos casos, permitindo que os/as professores/as, caso desejem, manifestem direito de resposta.

Na seção “Objetivos”, da página oficial do Movimento ESP, destacam-se as principais causas de luta da organização: a descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas; a busca pelo respeito à integridade intelectual e moral dos/as estudantes; e o respeito ao direito dos pais e das mães de darem aos/as seus/as filhos/as a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Ficam ainda destacadas as seguintes pretensões:

apoiar iniciativas de estudantes e pais destinadas a combater a doutrinação ideológica, seja qual for a sua colocação; orientar o comportamento de estudantes e pais quanto à melhor maneira de enfrentar o problema; oferecer à comunidade escolar e ao público em geral análises críticas de bibliografias, livros didáticos e conteúdos programáticos; promover o debate e ampliar o nível de conhecimento do público em sobre o tema “doutrinação ideológica”, mediante a divulgação de atos normativos, códigos de ética, pareceres, estudos científicos, artigos e links dedicados ao assunto.²⁵

Para o Programa ESP, os/as profissionais da educação devem estar atentos/as ao que consta na Constituição Federal no que versa sobre o respeito aos diferentes pontos de vista e crenças pessoais de cada discente:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (...)

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; (BRASIL, 1988).

De acordo com Bagdonas e Azevedo (2017), além do que estabelece a Constituição Federal, muitos documentos publicados pelo Ministério da Educação, após a ditadura militar, têm destacado a importância do espaço escolar como lugar privilegiado para promoção e formação de indivíduos críticos, que sejam capazes de respeitar às diferenças. Os autores destacam a LDB que estabeleceu, como diretrizes e bases da educação nacional, que o ensino religioso seria de matrícula facultativa assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do país, sendo proibida qualquer forma de proselitismo (BRASIL, 1996 apud BAGDONAS; AZEVEDO, 2017, P. 261). Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental também são apontados pelos autores, visto que neles a pluralidade cultural é um dos temas

²⁵ Trecho disponível no item “Objetivos” do site oficial do Programa ESP, no endereço: <http://www.escolasempartido.org/objetivos>. Acesso em: 11 jul. 2018.

transversais com intuito de cumprir uma função social, uma vez que é preciso enxergar o quanto são complexos os obstáculos sociais, étnicos e culturais que se estendem por todo país:

A escola tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é um espaço em que pode se dar a convivência entre estudantes de diferentes origens, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família (BRASIL, 1997, p. 123 apud BAGDONAS; AZEVEDO, 2017, p. 261).

Se vivemos em uma democracia e precisamos de cidadãos e cidadãs participativos/as e capazes de refletir de forma crítica sobre os dilemas sociais que nos afligem, parece-nos ingênua a crença do Projeto de Lei ESP de que o/a aluno/a seria capaz de se tornar esse cidadão ou cidadã se seu/a professor/a fosse apenas um/a mero/a transmissor/a de conteúdos disciplinares. Para Caldas (2017, p. 11), o ESP é um antimovimento social que visa negar a produção de subjetividades nos espaços públicos, uma vez que os princípios políticos e morais do ESP “incitam a denúncia, a vigilância e a repressão violenta, seja física e/ou simbólica, ao invés do diálogo e da troca compreensiva”. O pesquisador ainda enfatiza que o Programa ESP nega o que preconiza um “movimento social”, pois “nega ao outro as suas próprias condições de liberdade de afirmação identitária, seja pessoal ou coletiva. Ou seja, nega a produção de sua própria subjetividade ligada a uma coletividade cultural específica. E essa é a característica mais marcante” do ESP.

Como se pode verificar no próprio site do “movimento” ESP, existe um *link* com o modelo de notificação extrajudicial que é chamado de “arma das famílias contra a doutrinação nas escolas”, em que o “movimento” explica como notificar extrajudicialmente um professor que esteja abusando da liberdade de ensinar “para que ele se abstenha de adotar certas condutas em sala de aula, sob pena de responder judicialmente pelos danos que vier a causar²⁶”. Verifica-se o quanto existe uma fiscalização acirrada contra os/as educadores/as que tentam formar cidadãos e cidadãs críticos/as. Verificaremos, no decorrer dos enunciados analisados desta pesquisa, o quanto os/as admiradores/as e apoiadores/as do ESP estão empenhados/as nesse processo contra o/a professor/a formador/a de opinião.

Porém, em 2016, diante de muitos protestos e objeções contra o ESP, O Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal “denunciaram a inconstitucionalidade do PL 867/15,

²⁶ Trecho retirado da página oficial do Programa ESP no item chamado “Modelo de Notificação Extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas”, disponível no endereço: <http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas>. Acesso em: 23 jun. 2018.

que teve sua aplicação suspensa provisoriamente, até a decisão final do Supremo sobre o assunto” (TREVISAN, 2018, p. 464). Mas os/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as não desistiriam tão fácil, principalmente após a ascensão de Jair Bolsonaro como presidente da república. Uma nova versão do projeto já foi apresentada em 2019 e, de acordo com matéria recentemente publicada pela revista Exame, intitulada “O que mudou no novo projeto do Escola Sem Partido”²⁷, a censura contra a liberdade de expressão em sala de aula continuará sendo o objetivo do programa.

De acordo com a matéria, as premissas continuarão as mesmas, e uma das principais mudanças é que o PL será aplicado apenas em escolas públicas, não sendo mais incluído nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que faria ser aplicável também em escolas particulares. A matéria também ressalta que o novo projeto não cita o termo “ideologia de gênero” pelo fato do mesmo não ter um conceito muito claro, e que o termo “gênero” não é mais explicitamente proibido como no antigo projeto.

Outro fato interessante, citado na matéria, é que o Ministério Público, quando denunciou a inconstitucionalidade do ESP, em 2016, declarou que o projeto impedia o pluralismo de ideias. Então, dessa vez, a autora decidiu, em diversos momentos do texto, destacar que o PL “desenvolve o pluralismo político e de ideias”, porém, o/a professor/a fará a apresentação dos temas aos/às alunos/as de “forma justa”. O novo ministro da educação (segundo a ocupar a pasta no primeiro semestre do governo Bolsonaro) já se manifestou a favor do ESP quando declarou que é preciso combater a “esquerdização e balbúrdia”²⁸ nas Universidades Federais. Na contrapartida, a matéria já ressalta que o PSOL já protocolizou o projeto de lei “Escola Sem Mordça”, e a deputada federal pelo partido, Talíria Petrone, já publicou em sua rede social *instagram*: “Queremos estudantes que possam pensar e professores que possam ensinar. Censura nunca mais!”²⁹.

De acordo com Santos (2017, p. 83), os políticos reacionários que estão por trás do projeto ESP se fortalecem nessa empreitada pelo medo de que uma política social seja percebida pelos/as alunos/as, que “ao conhecerem por meio desses professores uma

²⁷ Matéria publicada em 06 de fevereiro de 2019, disponível no endereço: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-que-mudou-no-novo-projeto-do-escola-sem-partido/>. Acesso em: 8 fev. 2019.

²⁸ Matéria “Plano de Bolsonaro para ‘desesquerdizar’ educação vai além do Escola Sem Partido”, publicada no “El País” em 23 de maio de 2019, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html. Acesso em: 9 ago. 2019.

²⁹ Parte da legenda da publicação do dia 06 de fevereiro de 2019 no perfil da rede social *instagram* @taliriapetrone, referente à protocolização do primeiro projeto de lei da deputada ao assumir o seu mandato, o PL “Escola Sem Mordça”.

perspectiva que se distancie dos valores neoliberais de seus partidos, deem visibilidade, a partidos de esquerda”. E ainda complementa:

Uma escola mais libertadora nunca foi o sonho destes políticos, pois é por meio do biopoder que atuam, e um governo que tenha maior orientação para a ética e que permite maior liberdade aos sujeitos é entendido como ameaça a seus objetivos. Desse modo, uma onda reacionária em defesa da criação de mecanismos biopolíticos de controle se encontra instada em nosso país, sendo a proposição do Programa Escola sem Partido um dos dispositivos organizados na tentativa de silenciar as vozes dissidentes dentro das escolas.

Dessa forma, mais uma vez enfatizo que o Escola “Sem” Partido é um projeto “partidário”, que tenta silenciar o espaço escolar para manter-se no poder. Nesta pesquisa serão tratados os discursos que envolvem a narrativa chamada “ideologia de gênero” dentro do ESP, uma vez que discutiremos as questões que envolvem gênero, sexualidade e diversidade, evidenciando o quanto o papel protagonista da masculinidade hegemônica sufoca e tenta tirar a voz das demais masculinidades e feminilidades que tentam se equiparar a ela em direitos e respeito. O ESP traz consigo um discurso machista, misógino, homofóbico, lesbofóbico e transfóbico por traz do que chamam de preservação dos bons costumes em prol da família brasileira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A Teoria Social do Discurso e a Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica (ADC) foi a metodologia utilizada nesta pesquisa, uma vez que este procedimento, desenvolvido no final da década de 1980, é capaz de abordar o papel do discurso como prática social; e entendo ser bastante cabível nessa análise da linguagem utilizada em uma rede social na defesa de um movimento que envolve toda a sociedade, como é o caso do Programa Escola Sem Partido.

Para Fairclough (2001, p. 19) não existia, entre os métodos de análise linguística, um que conseguisse “reunir métodos para analisar a linguagem desenvolvidos na linguística e nos estudos da linguagem com o pensamento social e político relevante, para desenvolver uma teoria social da linguagem adequada”. Surgem, então, estudos desenvolvidos por um grupo de lingüistas britânicos, da Universidade de Lancaster, que buscam um método que fosse capaz de encontrar essa teoria adequada: a Teoria Social do Discurso, que teve como um dos nomes de destaque Norman Fairclough. Em uma das muitas pesquisas que adotaram a análise de discurso crítica como método, Santos (2013, p. 33) reflete que:

A Teoria Social do Discurso reúne teorias, especialmente das ciências sociais críticas para analisar a linguagem, não só no que concerne à análise lingüística e discursiva, mas também, abrangendo análises de cunho explanativo crítico, relacionadas ao pensamento social e político.

Como se vê, a preocupação não estaria apenas em uma análise da linguagem enquanto um discurso linguístico, mas também relacionando-se ao pensamento social e político, o que esta pesquisa tanto buscou atingir, uma vez que foram analisados discursos que trazem consigo conservadorismos de cunho social, político e ideológico ao defender um movimento que tenta censurar professores/as nas instituições de ensino. A partir dessa Teoria Social do Discurso surge a chamada Análise de Discurso Crítica (ADC), que de acordo com Fairclough (2001, p. 28), “implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo, oferecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem”; por isso o adjetivo “crítica” acompanhando o termo “análise de discurso”.

Sobre a importância da criticidade numa análise discursiva, Costa (2007, p. 21) apresenta como ela colabora para que se possa ter a percepção das relações de causa e efeito nas questões sociais:

Essas relações, de um modo geral, vão sendo naturalizadas e estabelecem distorções; por isso é fundamental analisá-las. Essa foi uma das ideias registradas por Fairclough em 1985, no artigo *Critical and descriptive goals in discourse analysis* (Metas críticas e descritivas em análise do discurso), publicado no periódico *Journal of Pragmatics* (Revista de Pragmática). Nesse texto, Fairclough utilizou pela primeira vez o termo ‘Análise de Discurso Crítica’. Hoje a ADC é uma área disciplinar (que se estabelece com relações interdisciplinares, multidisciplinares ou mesmo transdisciplinares) reconhecida internacionalmente.

É preciso, também, entendermos que, para Fairclough (2001, p. 91), “o discurso é uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”; isto é, o discurso “molda as estruturas sociais, ao mesmo tempo em que é moldado por elas, numa relação dialética” (SANTOS, 2014, p. 33). E, para Fairclough, pode-se distinguir três aspectos dos efeitos construtivos do discurso:

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’ (...). Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo o discurso – o que denominarei as funções de linguagem ‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’. A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91-92).

É importante, ainda, entendermos que a Teoria Social do Discurso contribui para a transformação da sociedade na medida em que não se pode separar o discurso das práticas ideológicas e políticas, como é apontado por Fairclough (2001 apud SANTOS, 2014 p. 34):

O discurso como prática política pode estabelecer, manter e transformar as relações de poder. Além disso, o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os “significados do mundo de posições diversas na relação de poder”.

Sylvestre (2013, p. 10), em sua dissertação que se utiliza da Análise de Discurso Crítica para uma pesquisa também em redes sociais, explicita a relação dialógica que vimos mais acima e sua importância no contexto das redes sociais:

A linguagem constitui a sociedade e é por ela constituída em uma relação dialógica, complexa e indissociável (Fairclough, 2001). Assim, em interações e relações socialmente mediadas pelo discurso têm o potencial de construir identidades sociais, que, em consequência, influenciarão as interações sociais. Todo esse complexo processo está alicerçado em relações

e interações sociais, e em estruturas hegemônicas de poder. Importa, então, investigar como essas relações de poder, imbricadas em construções identitárias, se estruturam no âmbito das Redes Sociais.

A pesquisadora ainda ressalta que diante de tantos novos meios de se comunicar virtualmente, que surgiram na vida cotidiana, como *smartphones* e *tablets*, as interações sociais digitais passaram a existir nos mais variados locais e situações, se tornando cada vez mais recorrentes, fazendo com que sejam cada vez mais relevantes as reflexões acerca dos discursos que transitam nos espaços virtuais. Ela ainda ressalta que as Redes Sociais foram criadas a partir da “evolução da sociedade, e dessas novas tecnologias que passam a fazer parte dela e a modificá-la”. Essa investigação nos discursos virtuais se torna importante para que possamos “perceber as características das novas relações e interações sociais, e conseqüentemente identificar mudanças em curso na sociedade” (SYLVESTRE, 2013, p. 10).

Sobre os discursos, Sylvestre (2013, p. 21) esclarece que ele é construído na interface entre o linguístico e o social, “e o texto materializa discursos por meio de sistemas simbólicos; neste caso o sistema linguístico”, e retoma as palavras de Chouliaraki e Fairclough ao afirmarem que:

a Análise do Discurso Crítica se inicia de uma percepção do discurso (língua, mas também outras formas de semioses, tal como imagens visuais) como elemento de práticas sociais, que constituem outros elementos e também são moldados por estes. Questões sociais são, então, em parte, questões do discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 apud SYLVESTRE, 2013, p. 21).

Interessante observar que o compromisso prioritário da Análise do Discurso Crítica é “identificar questões de natureza social onde seja possível evidenciar relações de poder assimétricas, e por diversas vezes desigualdades sociais e manipulações discursivas acabam por ser reveladas” (SYLVESTRE, 2013, p. 22). Nesta pesquisa sobre os discursos publicados na página oficial do Programa Escola Sem Partido, essa análise crítica se faz necessária uma vez que se buscou evidenciar as relações de poder sobre a escola e sobre seus/as profissionais da educação. Existe uma pressão política e religiosa que tenta impor condições para que a educação se estabeleça da forma que convenha para essas duas categorias, reduzindo os/as educadores/as a meros/as transmissores/as de conteúdos, não devendo expor suas opiniões nem estimular o pensamento crítico de seus/as alunos/as. Em outra dissertação que se utiliza de Análise do Discurso Crítica, Cardoso (2015, p. 29) também ressalta:

Essas práticas sociais opressoras de um grupo em relação a outro criam uma relação assimétrica de poder, o que implica uma noção de hegemonia. Gramsci (1988) entende a hegemonia como um consentimento instável por

parte do grupo dominado, e não uma submissão estabelecida à força, uma vez que essa inspiraria uma reação. Esse consentimento ocorre por meio da naturalização de determinada estrutura social, que é tratada como um fato inerente àquela sociedade e que jamais será modificado.

Ressalto aqui que tanto Norman Fairclough, na “Análise do Discurso Crítica”, quanto Raewyn Connell, na teoria da “Masculinidade Hegemônica”, derivam da “hegemonia cultural”, do teórico marxista Antonio Gramsci, o conceito sociológico de “hegemonia” em suas obras. Fairclough (2001, p. 122) traz algumas considerações sobre hegemonia:

O conceito de hegemonia, que é peça central da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária na Europa Ocidental (Gramsci, 1971; Buci-Glucksmann, 1980), harmoniza-se com a concepção de discurso que defendo e fornece um modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder que permite um foco particular sobre a mudança discursiva, mas ao mesmo tempo um modo de considerá-la em termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos. Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio instável”.

Ao longo dos discursos coletados e observados, ficou evidente o quanto determinados grupos detentores de poder, nas esferas econômica, política, cultural e ideológica, tentam dominar e liderar grupos sociais. No caso desta pesquisa, a força de políticos e religiosos conservadores tentam a todo custo impor sobre a sociedade que suas crenças e discursos são fundamentais e mais importantes que qualquer outro e, por isso, a eles cabem continuar no poder para que a sociedade permaneça caminhando da forma como está. Não existe respeito a pensamentos nem crenças diferentes, muito pelo contrário, aqueles/as que pensam diferentes são vistos como inimigos/as, não só deles, mas de toda a sociedade. A busca, por parte dos detentores do poder, é de continuarem priorizando a desigualdade – com suposto argumento de que ela é natural, social e divinamente estabelecida - e detendo a hegemonia:

Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Dessa forma, esta pesquisa buscou, por meio da Análise de Discurso Crítica, destacar as formas de manipulação social exercidas pelos defensores, apoiadores e divulgadores do Programa Escola “Sem” Partido, já apontado no capítulo anterior como um movimento de conversadores/as e que é formado, em sua grande maioria, por partidários de direita, com o intuito de evidenciar como o discurso não consegue se desvincular dessas práticas políticas e ideológicas, e como a preposição “sem” não faz nenhum sentido na nomenclatura do Movimento em questão.

Vale ainda destacar que fui questionado por colegas e outros/as pesquisadores/as se a “Netnografia³⁰” não seria uma metodologia mais adequada para essa pesquisa, visto que irei analisar discursos em uma rede social online; porém, não existe netnografia sem participação ativa, em que os/as envolvidos/as tenham a ciência de que seus discursos serão analisados, e em que o pesquisador é participante ativo das discussões, situações estas que não ocorrerão nesta pesquisa. No tópico seguinte será detalhada a forma de coleta e análise desses dados.

3.2 A coleta e a análise dos dados

A análise dos discursos foi realizada a partir de algumas publicações, e seus respectivos comentários, expostos na página oficial do Programa Escola Sem Partido³¹, na rede social *Facebook*. Foram realizadas buscas pelo sistema de pesquisas do próprio *Facebook* – “procurar publicações nesta página” – de conteúdos que continham a palavra “gênero”. A escolha da palavra se deve pelo fato do Programa ESP, ao discutir assuntos ligados a relações de gênero e sexualidade na escola, trazer quase sempre o termo “ideologia de gênero”. Quando se buscou o termo “masculinidade”, o retorno da pesquisa se deu pela mensagem “*Desculpe, não foi possível encontrar resultados para essa pesquisa*”; porém, quando o termo pesquisado foi “gênero”, foram encontradas 80 publicações³², sendo a mais antiga de 12 de março de 2015 e a mais recente de 09 de maio de 2019 (TABELA 3³³). Embora a busca pela palavra “masculinidade”, na ferramenta de pesquisa, não tenha apresentado nenhum resultado, nos conteúdos analisados, está subentendido o poder de sua significação, e é a partir dessas coletas que iremos procurar evidenciar se existe, então, a

³⁰ KOZINETS, Robert V. Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

³¹ Página Oficial do *Facebook*: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial>. Acesso em: 3 jul. 2018.

³² Pesquisa atualizada em 12 de maio de 2019.

³³ A ordem da organização da tabela está de acordo como foram apresentadas as publicações no sistema de buscas.

legitimação da masculinidade hegemônica nos discursos, legitimação esta que se dá pelo silêncio que decorre da própria força da naturalização dessa masculinidade.

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(continua)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações ³⁴ :	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
Ícone do movimento feminista e dos fanáticos da "religião do gênero", Frida Kahlo invadiu as escolas brasileiras. A lavagem cerebral começa no fundamental I. Nesse caso, pelo menos, a professora teve o cuidado de precaver os pais sobre o "conteúdo adulto" da biografia da artista.	9 de maio de 2019 às 17h37	667	194	180
Deputado Douglas Garcia cobra Governador João Dória sobre atividades "culturais" que promovem a agenda LGBT e de gênero em escolas do ensino fundamental. Enquanto isso, o MP não mexe uma palha para defender a integridade psíquica das crianças. É nojento. #DeixemNossasCriançasemPaz	9 de maio de 2019 às 18h45	255	24	64
Lavagem cerebral patrocinada pelo Governo do Estado de São Paulo. Vejam o que a militância LGBT e os fanáticos da “religião do gênero” estão fazendo com os nossos filhos e netos dentro das escolas. [Gazeta do Povo - Governo paulista financia projetos com temática LGBT para crianças]	9 de maio de 2019 às 15h01	561	84	267
Na ALESP, Deputado Douglas Garcia denuncia promoção da ideologia LGBT em escola de ensino fundamental.	7 de maio de 2017 às 23h54	327	48	120
Querem falar de gênero? Falem com essa médica aqui, e dizem as crianças em paz.	13 de setembro de 2017 às 21h29	1,3 mil	84	988
Parabéns, Jair Bolsonaro! O Escola sem Partido é um movimento cuja pauta se resume a um único item: a defesa do Programa Escola sem Partido (...). Logo, não tem legitimidade para manifestar seu apoio a qualquer político ou partido, uma vez que o programa dos políticos e dos partidos compreende uma infinidade de itens que são alheios à pauta do ESP (...).	28 de agosto de 2017 às 11h48	985	108	S/I ³⁵
Bia Kicis manda recado ao Ministro da Educação: "Não à ideologia de gênero!"	17 de março de 2017 às 16h55	407	31	S/I

³⁴ Reações, no Facebook, até fevereiro de 2016, eram possíveis apenas clicando no botão “curtir” (simbolizado por uma mãozinha fazendo “jóia” com o dedo polegar). A partir dessa data, surgiram novas cinco reações: amei (coração), haha (uma carinha gargalhando), uau (uma carinha de espanto), triste (uma carinha expressando tristeza), e Grr (uma carinha de raiva). Na quantificação da tabela, todas as reações são consideradas nas publicações a partir de 2016.

³⁵ S/I – Sem indicação de quantidade de compartilhamento. Algumas publicações não apresentaram esse quantitativo ou talvez não ocorreram compartilhamentos.

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(continuação)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações:	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
Ué, mas a ideologia de gênero não tava fora da BNCC? Eis a prova (e muitas ainda vão aparecer) de que todo o esforço das famílias e das igrejas contra a inclusão da ideologia de gênero, primeiro, no PNE, depois, nos planos estaduais e municipais de educação, e finalmente na BNCC foi rigorosamente inútil. (...)	27 de janeiro de 2018 às 10h22	492	102	255
Mãe de aluno de 5 anos pede socorro. Alguém, por favor, passe esse vídeo para o Promotor da Infância e Juventude de Campinas, Dr. Rodrigo Augusto de Oliveira, que disse que vai abrir um inquérito contra o Escola sem Partido.	15 de setembro de 2017 às 14h13	967	101	384
Casamento gay na quadrilha da festa junina do Colégio Pedro II. Era pra ser uma inocente Festa Junina para adolescentes no Colégio Pedro II campus Tijuca/RJ, mas introduziram a Ideologia de Gênero e realizaram um casamento gay. Quando um pai ou uma mãe permite que seu filho vá à uma festa dentro colégio, imagina que irá presenciar uma cena dessas?!	11 de julho de 2017 às 12h46	506	122	S/I
Vídeo importantíssimo da Paula Marisa. Assistam e compartilhem!	8 de setembro de 2016 às 11h55	95	9	130
Para quem acredita que a mera supressão da palavra "gênero" da BNCC vai impedir os militantes de enfiar a ideologia de gênero na cabeça dos alunos...	5 de dezembro de 2017 às 10h35	1 mil	282	509
É preciso dizer “não” à ideologia de gênero na BNCC.	9 de setembro de 2017 às 17h05	850	70	648
Vídeo importantíssimo da Paula Marisa. Assistam e compartilhem! [publicação repetida]	8 de setembro de 2016 às 11h56	149	18	S/I
Divulguemos! Ideologia de gênero em 45 segundos!!! Para versão do video para Whatsapp, deixar contato inbox.	4 de agosto de 2016 às 00h12	790	70	1
Manipulação psicológica a serviço da ideologia de gênero: Cartazes feitos por alunos da Escola Alfredo Zimmermann, em Guarimirim-SC. O objetivo da atividade não é ampliar o conhecimento dos alunos sobre o que quer que seja, e sim promover o seu engajamento na causa da "diversidade". Para impedir esse tipo de prática - que viola o princípio da dignidade da pessoa humana -, a proposta do ESP proíbe expressamente o uso de técnicas de manipulação psicológica destinadas a obter a adesão dos alunos a determinada causa (...)	18 de dezembro de 2018 às 10h07	571	220	194
Professora da educação infantil revela os reais objetivos da imposição da ideologia de gênero nas escolas. Não deixe de assistir. Desta vez, o MEC não vai enganar as famílias.	28 de agosto de 2017 às 14h44	2 mil	89	2,4 mil

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(continuação)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações:	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
Até agora, Jair Bolsonaro é o único candidato a Presidente da República a se comprometer publicamente com a aprovação do Escola sem Partido e o combate à ideologia de gênero.	10 de agosto de 2018 às 16h55	2,9 mil	89	809
Ideologia de gênero e desrespeito às convicções morais de estudantes e pais, em escola de fortaleza. Igualar “homofobia” — expressão cunhada para desqualificar qualquer juízo negativo sobre o ato homossexual — a racismo é uma forma de criminalizar as convicções religiosas e morais de grande parte da população brasileira.	27 de abril de 2018 às 23h54	413	133	165
Para quem quer entender um pouco mais sobre a ideologia de gênero. Genial! O palestrante é o professor Domenico Sturiale, do Instituto Federal Tocantins.	15 de março de 2017 às 23h15	221	23	73
Ex-aluno do Colégio Pedro II na década de 60 e ex-presidente do grêmio do campus Engenho Novo, Alzir Rabelo, jornalista, Diretor do Jornal Golfinho On-line dá a sua opinião sobre o momento atual do Colégio. Ele fala sobre a doutrinação marxista que os alunos estão sofrendo dentro do Pedro II. #EscolaSemPartido	15 de julho de 2017 às 17h26	333	14	S/I
Ideologia de gênero grassando nas escolas de Pernambuco e do Brasil	21 de agosto de 2018 às 11h49	634	50	786
Entenda um pouco mais sobre a ideologia de gênero e as razões jurídicas pelas quais não deve ser incluída nos Planos de Educação dos Estados e Municípios.	23 de junho de 2015	130	8	S/I
Ideologia de gênero pode sair caro para donos de escolas particulares. MP de Minas Gerais entra com ação contra mantenedora do Colégio Santo Agostinho em BH, pedindo a condenação da entidade ao pagamento de reparação de danos morais coletivos causados aos alunos pela imposição da ideologia de gênero. Leia a excelente petição inicial.	26 de novembro de 2018 às 00h10	2,1 mil	74	1 mil
Deixem nossos filhos em paz. Guilherme Zamba - Deixem as crianças em paz. (Música contra a Ideologia de Gênero)	7 de outubro de 2017 às 10h19	525	70	120
Agenda dos alunos do Colégio Marista Conceição, de Passo Fundo-RS. Escola Católica. "Muito se fala em igualdade de gênero hoje em dia. Na prática, no entanto, nem sempre o discurso dialoga com a ação. Ainda se propaga muito preconceito, intolerância e discriminação. Por isso, é fundamental refletir o nosso jeito de lidar com as diferenças. Essa abertura para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária depende da força e do engajamento de cada um de nós. Somente assim podemos viver em harmonia, cultivando o respeito e o amor."	20 de fevereiro de 2019 às 17h59	258	134	48
Infância ameaçada: famílias portuguesas reagem contra ideologia de gênero. Para assinar a petição, acesse: https://goo.gl/sbPxkU	30 de outubro de 2018 às 22h30	657	39	164

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(continuação)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações:	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
"A drag mais quente de Salvador" exibindo-se numa escola da ci...". O dia a dia das escolas brasileiras (agora, com respaldo oficial da BNCC!) Drag Queen se apresenta no colégio Odorico Tavares, em Salvador-BA (projeto sobre identidade de gênero e sexualidade).	4 de dezembro de 2017 às 14h06	1,1	418	387
Não se iludam: os militantes da ideologia de gênero não estão esperando a aprovação da BNCC ou uma autorização do governo para martelar esse assunto na cabeça dos alunos.	7 de abril de 2017 às 10h56	695	150	337
Imagens do evento "Diário de gente: gênero e sexualidade na escola", promovido pelo professor Daniel Melo Macedo numa escola pública do sertão alagoano. Conheçam o perfil militante do professor Daniel e calculem a influência que esse funcionário público -- nascido em Maceió e formado em Educação Física pela UnB e psicologia pela UFAL - está exercendo sobre as crianças e adolescentes dessa escola pública da humilde São José da Tapera, cidade de 32 mil habitantes do sertão de Alagoas. Isto, sim, é revolução: https://www.facebook.com/daniel.melomacedo	6 de setembro de 2017 às 11h54	1,3 mil	636	652
Denúncia de cerceamento à liberdade acadêmica na PUC de Goiás. Essa é uma das mais graves e bem fundamentadas denúncias já divulgadas pelo ESP. O caso aconteceu em 2015. Assista ao vídeo, conheça o Prof. Jean Marie Lambert, e entenda a natureza e as origens históricas do movimento que tiraniza o ensino e a pesquisa científica no ocidente democrático.	9 de abril de 2018	228	5	52
Não sei quem é o autor do vídeo mas foi publicado na página Culhões & Consciência a quem dou os créditos. Assistam, é muito impressionante e revelador. Conheçam a ideologia de gênero e seu impacto sobre as crianças e a sociedade europeia. Curtam e compartilhem!	2 de março de 2017 às 10h33	510	39	S/I
Daqui a pouco, hangout com Thiago Flores, o prefeito que está sendo processado pelo Ministério Público, por defender as crianças do município contra a ideologia de gênero.	24 de fevereiro de 2017 às 20h01	154	5	162
Para conquistar o voto dos eleitores cristãos, Ibaneis Rocha disse que era contra a ideologia de gênero nas escolas. Mas, uma vez eleito, indicou para Secretário de Educação do DF alguém que ridiculariza a preocupação daqueles eleitores com a ideologia de gênero... O nome disso é traição.	27 de dezembro de 2018 às 13h19	480	59	151
Professora é expulsa de escola pública em Canoas/RS, por exigir que os pais fossem informados de palestra sobre ideologia de gênero para seus filhos, em desobediência à lei municipal, estadual e federal. Eles não ligam para as leis. Simplesmente as descumprem. Pais, são seus filhos que estão sendo abusados nas escolas. São vocês que estão sendo desrespeitados. Assistem e se mobilizem! Isso aconteceu lá em Canoas mas acontece em todo o Brasil, acontece na sua cidade. Mexa-se!	25 de julho de 2015 às 08h01	306	27	585

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(continuação)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações:	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
Escândalo! Na Universidade Federal de Lavras (UFLA), calouro que não se submeter à lavagem cerebral feminista e gayzista será desligado da universidade! Vejam o material informativo abaixo: se o calouro se recusar a assistir às aulas de Gênero e Sexualidade, Gênero e Trabalho, Questões de Gênero e História da Lutas do Movimento LGBT, não poderá cursar a universidade. E os desgraçados ainda chamam isso de "boas-vindas". Para ver a íntegra da programação oficial, acesse: https://goo.gl/bgbbDS	5 de março de 2018 às 22h52	1,3 mil	728	1,1 mil
Futuro Secretário de Educação do DF faz pouco caso da preocupação das famílias com a ideologia de gênero nas escolas. E aí, Ibaneis Rocha?	27 de dezembro de 2018 às 11h13	430	64	60
Não dê moleza para o militante disfarçado de professor: primeiro, notifique; depois, processe. Para ver o modelo de notificação extrajudicial do Escola sem Partido -- que pode ser feito anonimamente -- acesse: https://goo.gl/mPyAA2	20 de outubro de 2017 às 12h15	2,4 mil	47	1,4 mil
Parabéns, Murilo Resende Ferreira! é o Brasil inteiro dizendo “não” à ideologia de gênero.	21 de junho de 2015 às 14h19	272	20	S/I
Em decisão individual, Toffoli ignora congresso e libera ideologia de gênero nas escolas de Foz do Iguaçu. Veja notícia na página do STF: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp...	6 de julho de 2018 às 17h36	1,6 mil	376	2,5 mil
Excelente vídeo do Prof. Maro Schweder. Não deixem de assistir! Ideologia de Gênero no Colégio Pedro II, ainda... Parabéns para a mãe Maria Inez!!!	9 de abril de 2017 às 18h59	731	34	201
Leia e compartilhe. Homossexualidade não é doença, mas ideologia de gênero é. Blog do Percival	11 de outubro de 2017 às 10h50	3,4 mil	64	1,1 mil
Vejam o que fez essa mãe para "enquadrar" a escola do seu filho de 4 anos, quando descobriu que ele estava sendo vítima de manipulação psíquica inspirada na ideologia de gênero. https://www.youtube.com/watch?v=ZqiMrOg7kMs&feature=youtu.be	21 de agosto de 2015 às 10h30	119	16	37
Governador eleito Ibaneis Rocha prestigia futuro Secretário da Educação do DF, um militante da causa LGBT e da ideologia de gênero que chamou Bolsonaro de NAZISTA.	29 de dezembro de 2018 às 10h33	386	81	35
Deputada Sandra Faraj denuncia da tribuna da Câmara Legislativa do DF a obrigatoriedade do ensino da ideologia de gênero nas escolas do Distrito Federal.	12 de março de 2015 às 22h30	65	1	S/I
Por meio de "curso de cartazes", UFSC promove ideologia de gênero em creche! Postagem original: https://goo.gl/t15t8d	23 de setembro de 2018 às 22h16	287	37	104

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(continuação)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações:	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
Assistam a esse impressionante depoimento de uma mãe que descobriu que seu filho de 4 anos, isso mesmo, 4 anos, estava sofrendo com a ideologia de gênero na escola. Professoras queriam obriga-lo a brincar de boneca e se portar menos como " machista". Você pode fazer como essa mãe e salvar seu filho, sua filha, das garras desses psicopatas, antes que o estrago esteja feito. By Bia Kicis	21 de agosto de 2015 às 10h19	53	4	20
Assista ao bate papo com Miguel Nagib, Bia Kicis, Thiago Flores - prefeito de Ariquemes - e Eduardo Bolsonaro, ocorrido após a audiência pública na Comissão Especial do projeto ESP, na Câmara dos Deputados	8 de março de 2017 às 12h09	89	1	S/I
Ok, admitamos que, ao convidá-lo para o cargo de Secretário de Educação do DF, o governador eleito Ibaneis Rocha não sabia que Rafael Parente é um militante da ideologia de gênero. Mas agora ele sabe. Logo, não tem pra onde correr: ou mantém o convite, ou mantém a palavra.	27 de dezembro de 2018 às 15h43	312	32	67
Uma das atividades do NIGS da UFSC é o concurso de cartazes contra a homo, lesbo transfobia, que nada mais é do que dissonância cognitiva a serviço da ideologia de gênero. E as vítimas, é claro, são as crianças.	24 de setembro de 2018 às 10h31	367	47	102
Universidade brasileira: tûmulo do pluralismo. Psicóloga cristã é ameaçada de morte por falar contra ideologia de gênero.	25 de novembro de 2017 às 19h07	1,9 mil	58	905
Concurso de redações sobre "Igualdade de Gênero" (ao que parece, para professores). A estratégia dos ZIGs (Zumbis da Ideologia de Gênero) é Fazer a cabeça dos professores, na certeza de que os professores Farão a cabeça dos seus alunos, violando o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 12, 4). A foto abaixo, afixada no mural da Escola Estadual Padre Rogério Abdala, município de Monsenhor Paulo-MG, foi enviada por um aluno.	9 de junho de 2016 às 00h54	268	42	66
Doutrinação ideológica disfarçada de aula de português. Camuflada no meio do livro, sem o conhecimento dos pais, a ideologia de gênero vai-se impregnando lentamente na mente dos alunos.	14 de março de 2018 às 15h16	318	44	150
Secretaria de educação de são paulo ignora luta das famílias contra a ideologia de gênero nas escolas. Link da postagem original: https://goo.gl/o2QXTA	14 de setembro de 2017 às 00h29	203	55	34
Para quem acha que basta excluir a palavra "gênero" dos planos de educação.	1 de março de 2016 às 11h20	151	46	155

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(continuação)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações:	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
Excelente artigo sobre as origens da ideologia de gênero. Não deixem de ler! O Aspecto Gnóstico da Ideologia de Gênero – Burke Instituto	22 janeiro de 2019 às 00h02	994	26	487
É claro que o PT tinha de estar por trás de mais essa agressão às famílias brasileiras. Vejam o que diz o art. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: "os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções."	3 de junho de 2015 às 09h52	152	33	S/I
Escola Sem Partido no Uruguai: De passagem por Montevidéu, o advogado Miguel Nagib, fundador do Movimento Escola sem Partido, foi recebido ontem pelo Deputado Gerardo Amarilla, ex-Presidente da Câmara de Representantes do Uruguai. No encontro, falaram sobre o problema da doutrinação e da ideologia de gênero nas escolas e universidades, um tema que interessa, segundo Amarilla, a toda América Latina.	27 de dezembro de 2017 às 12h21	611	25	109
Gravíssimo! Patrulha LGBT impede curso sobre ideologia de gênero, em perspectiva crítica, na PUC/GO. Professor diz que foi impedido de dar curso sobre ideologia de gênero na PUC-GO e processa universidade - https://g1.globo.com	5 de julho de 2018 às 14h04	1 mil	57	197
Vitória das famílias do Distrito Federal! Pressionado, Rafael Parente promete "não dar espaço" à ideologia de gênero nas escolas. Secretário de educação do DF promete combater 'ideologia de gênero'.	7 de janeiro de 2019 às 17h50	1,2 mil	170	247
A presença desse militante da ideologia de gênero no primeiro escalão do governo do DF é uma afronta e uma traição aos eleitores que votaram no candidato Ibaneis Rocha, acreditando na sua promessa de não permitir a promoção da ideologia de gênero nas escolas. #RafaelParenteNão	3 de janeiro de 2019 às 09h54	1 mil	61	192
Há anos este grupo da Univ. Federal de Santa Catarina vem espalhando ideologia de gênero pelas escolas da grande Florianópolis. Oais e mães, fiquem de olho! Para saber mais, visitem a página do NIGS: http://nigs.ufsc.br	24 de setembro de 2018 às 10h13	185	12	61
Grêmios estudantis não podem promover atividade político-partidária. No entanto, cada vez mais, os grêmios estudantis vêm sendo aparelhados pelos partidos de esquerda, principalmente o PSOL.	9 de outubro de 2018 às 19h22	654	46	232
Ideologia de gênero: não basta não prever; é preciso proibir. http://www.programaescolasespartido.org/	6 de março de 2016 às 23h33	333	8	89
Parnaíba - Piauí comemora a vitória da população, que se mobilizou e conseguiu que fossem retirados do PNM as alusões à ideologia de gênero. Continuem de olho e lutando. E contem com o Escola Sem Partido.	5 de agosto de 2015 às 18h17	428	47	73
Receita para o caos: • erotização infantil, • "orientação" sexual, • ideologia de gênero, • indisciplina e desordem. Misture tudo, e é isso o que você vai ter.	28 de agosto de 2018 às 13h41	1,1 mil	161	1,5 mil

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(continuação)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações:	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
Diga não à ideologia de gênero na BNCC.	9 de setembro de 2017 às 23h32	2,3 mil	92	730
Pastor e professora dão alerta ao público cristão sobre o perigo que a ideologia de gênero representa para as famílias cristãs. Atenção pais, avós e familiares! (MBL – Movimento Brasil Livre)	20 de outubro de 2017 às 10h14	664	75	S/I
Existem, hoje, dois tipos de juízes no Brasil: os lacradores de toga e os desinformados, que não têm a menor ideia do que está acontecendo nas nossas escolas. (Justiça derruba proibição de discussão de gênero nas escolas de Niterói – O Globo)	13 de setembro de 2018 às 10h30	996	55	205
ESP em Montadas, PB!	17 de outubro de 2017 às 13h00	102	3	8
Enquanto as famílias do DF se exasperam com a indicação de um militante da ideologia de gênero para a Secretaria da Educação, onde estão os deputados distritais que foram eleitos com o compromisso de defender a família?	30 de dezembro de 2018 às 22h36	502	41	107
A vida do militante disfarçado de professor está ficando cada dia mais difícil... Só depende de nós acabar com a doutrinação nas escolas e universidades.	11 de outubro de 2018 às 13h00	2 mil	69	1 mil
Ainda que a presença dos alunos não tenha sido obrigatória, a escola jamais poderia ter realizado um evento sobre tema tão controverso, apresentando apenas um dos lados da controvérsia... o nome disso é doutrinação ideológica. Está na cara que os responsáveis pelo evento estavam tentando fazer a cabeça dos alunos, impondo-lhes como verdadeira uma teoria que é, no mínimo, controversa. Sim, há muitos estudiosos que negam a cientificidade da chamada "teoria de gênero". Por que não foram convidados para falar aos alunos? Onde está o pluralismo de ideias? onde está o respeito à liberdade de aprender dos estudantes?	1 de dezembro de 2017 às 17h08	1,1 mil	119	S/I
Com essa questão, simbolicamente colocada no início da prova, os responsáveis pelo ENEM enviam um recado muito claro a todas as escolas do país: nós continuaremos a promover a temática de gênero. É bom que vocês façam o mesmo, se quiserem que seus alunos obtenham bons resultados no nosso exame.	24 de outubro de 2015 às 23h34	882	137	723
"Justiça proíbe universidade de expulsar calouros por não participarem de oficinas com “gênero” e “movimento LGBT”. Decisão menciona convicção “filosófica ou religiosa”; UFLA queria obrigar estudantes a participar de oficinas com teor ideológico” (Gazeta do Povo)	12 de março de 2018 às 19h02	1,5 mil	66	406
Professor Jean Marie encontra dificuldades para falar na ESA-OAB-GO sobre ideologia de gênero (Jornal Hora Extra)	20 de maio de 2018 às 10h07	488	49	149

Tabela 3 - Pesquisa com o termo “gênero” nas publicações da página oficial do “Escola Sem Partido” na rede social “Facebook”. A apresentação das publicações, na tabela, está na ordem em que foram apresentadas no resultado da pesquisa, atualizada em 12 de maio de 2019:

(conclusão)

Título da Publicação:	Data e hora da publicação:	Quantidade de reações:	Quantidade de Comentários:	Quantidade de Compartilhamentos:
A favor do Escola Sem Partido, só existe um candidato com chances de vencer: Jair Bolsonaro. Se forem eleitos, Ciro Gomes, Marina Silva, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad - o pai do "kit gay" – nada farão para impedir o uso do sistema de ensino para fins de propaganda ideológica, política e partidária. Se depender desses políticos, nossos filhos e netos continuarão sendo vítimas indefesas da doutrinação esquerdista e da ideologia de gênero nas escolas.	11 de setembro de 2018 às 10h18	1,2 mil	116	362
Se o Estado é laico, ele deve ser neutro em relação a todas as religiões. Não pode favorecê-las ou prejudicá-las. Ora, as religiões não se constituem apenas de narrativas, ritos e dogmas; elas também possuem a sua moralidade. A moralidade cristã, por exemplo, é inseparável da religião cristã. Logo, o Estado laico não pode usar a sua máquina para promover uma moralidade que seja hostil à moralidade dessa ou daquela religião. Se o fizer, estará deixando de ser neutro em relação a essa religião. Portanto, assim como o sistema de ensino não pode ser usado para promover a moralidade cristã, ele também não pode ser usado para promover valores que lhe sejam hostis, como são, inquestionavelmente, os postulados da ideologia de gênero.	4 de junho de 2016 às 01h26	781	112	1
Estudantes são usados como cobaias em experimentos de engenharia social. Manipulação psicológica e comportamental: é isso, nada além disso, o que os professores têm em mente quando dizem que é preciso "falar de gênero" nas escolas. Os responsáveis por essa atividade têm de ser processados por danos morais.	5 de setembro de 2017 às 10h19	1,3 mil	199	460
Para os sonsos de todo gênero que fingem não saber o que é “doutrinação”. Doutrinação é o ato por meio do qual o professor se aproveita da situação de aprendizado para tentar fazer a cabeça dos alunos. Juridicamente: é o abuso da liberdade de ensinar do professor — assegurada pela CF — em prejuízo do direito dos alunos ao pluralismo de ideias, à impessoalidade, à intimidade, à educação, à liberdade de aprender e à liberdade de consciência e de crença.	10 de novembro de 2018 às 18h56	356	3	108

Fonte: Página Oficial do Escola Sem Partido no *Facebook*

Diante da grande quantidade de publicações e seus respectivos comentários, o recorte dessa pesquisa se limitou pela análise de oito publicações que estão entre as dez que mais receberam “reações” dos/as participantes/as e leitores/as – todas com mais de 1,5 mil “reações” e dezenas ou centenas de comentários. Devido à repetição de discursos e ideias em muitas delas, considerei os comentários mais relevantes de cada publicação para que pudesse discutir com o referencial teórico. A pesquisa traz essas oito publicações e seus principais comentários buscando traduzir comportamentos ali expressos que reforcem a legitimação da masculinidade hegemônica, por meio de discursos machistas e preconceituosos.

No que diz respeito à coleta e exposição dos dados, seria impossível o consentimento expresso de todos/as os/as comentaristas das publicações analisadas, porém, cada um/as dos/as usuários/as das diversas redes sociais espalhadas pelo universo virtual, incluindo o *Facebook*, utilizam-nas mediante a aceitação dos termos de uso e políticas de privacidade, o que torna os dados informações públicas a partir de suas postagens. De acordo com a Política de Dados³⁶ do *Facebook*:

Informações públicas podem ser vistas por qualquer pessoa, dentro e fora de nossos Produtos, inclusive se essa pessoa não tiver uma conta. Isso inclui seu nome de usuário do Instagram; qualquer informação que você compartilha publicamente; informações de seu perfil público no Facebook; e o conteúdo que você compartilha em uma Página do Facebook, conta pública do Instagram ou qualquer outro fórum público, como o Marketplace do Facebook. Você, outras pessoas que usam o Facebook e o Instagram e nós podemos fornecer acesso ou enviar informações públicas para qualquer pessoa dentro e fora de nossos Produtos, inclusive em outros Produtos das Empresas do Facebook, em resultados de pesquisas ou por meio de ferramentas e APIs. É possível também visualizar, acessar, compartilhar novamente ou baixar informações públicas por meio de serviços de terceiros, como mecanismos de pesquisa, APIs e mídia offline como a TV, e por meio de aplicativos, sites e outros serviços que se integram a nossos Produtos.

No caso específico desta pesquisa, a página oficial do Programa “Escola Sem Partida” é uma página pública³⁷ de acesso a todos/as os/as usuários/as da rede social *Facebook*, inclusive de não seguidores/as da página – como é o meu caso –, ou seja, todo conteúdo é de acesso público indiscriminado. No entanto, como o único interesse é o discurso dos comentários analisados de uma forma ampla, a fim de revelar o que os/as apoiadores/as do Programa ESP pensam e defendem em seus discursos, não se faz necessária a exposição de quem os dissertou; dessa forma, a foto e o nome dos/as comentaristas serão ocultados por uma tarja, por não se tratar de análises individuais, mas de dados públicos disponíveis na página.

O objetivo, ao final das análises, é entender como idealizadores/as e apoiadores/as do Programa Escola Sem Partido participam das relações de poder, na comunicação virtual, buscando identificar evidências de que, por meio desses discursos disponíveis nas publicações da página oficial, no *Facebook*, legitima-se o padrão de masculinidade hegemônica como o ideal, não só dentro da escola, enquanto instituição social, mas em toda a sociedade, fortalecendo comportamentos machistas, heteronormativos e lgbtfóbicos.

³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/privacy/explanation>. Acesso em: 11 maio 2019.

³⁷ O Enquadramento à resolução nº 510/2016, desta pesquisa, foi confirmado junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas.

4 ANÁLISES DAS PUBLICAÇÕES E COMENTÁRIOS

A seguir, serão iniciadas as análises dos conteúdos publicados na página oficial do Programa ESP, na rede social *Facebook*. Serão expostas figuras capturadas das publicações que obtiveram mais reações e, em seguida, serão explicadas e analisadas para que, posteriormente, os comentários surgidos a partir dessas publicações também sejam analisados. As publicações virão individualizadas em oito subcapítulos a seguir, cada uma com seus respectivos comentários de maior destaque. Os títulos de cada subcapítulo serão de acordo com o tema principal da publicação em discussão.

4.1 Uma professora da Educação Infantil conta a “ideologia de gênero”

A primeira publicação analisada foi disponibilizada em 28 de agosto de 2017, na página oficial do Programa ESP, obtendo 89 comentários, duas mil reações e 2.428 compartilhamentos, apresentando um vídeo que alcançou mais de 43 mil visualizações. O título da publicação ainda traz um apelo aos seguidores para que não deixem de assisti-lo, pois afirma que desta vez o MEC não irá enganar as famílias. O vídeo³⁸ contém pouco mais de dois minutos e traz uma jovem, que se apresenta como Mariana Pereira, professora da Educação Infantil, em uma tribuna (não é mencionado o evento em que ela participa, mas é possível verificar no telão a sigla CNE, provavelmente do “Conselho Nacional de Educação”):



³⁸ Não há referência sobre o evento no qual o vídeo foi gravado. Vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/videos/902529459898046> - Último acesso em: 10 jun. 2019.

A jovem, que se diz então professora da Educação Infantil, inicia seu discurso querendo fazer uma ponderação no campo da BNCC³⁹ (Base Nacional Comum Curricular) que se refere à Educação Infantil, quando este defende a necessidade de serem criadas oportunidades para que as crianças valorizem suas identidades, reconheçam as diferenças que as constituem como seres humanos e manifestem oposição a qualquer forma de discriminação. Segunda a professora, a luta contra a discriminação é fundamental, e afirma que a base existe para respeitar o pluralismo, mas que entre os/as educadores/as é sabido que existe uma diferença entre os propósitos que são declarados e aqueles que realmente são colocados em prática. Para a educadora é preciso ter muita cautela ao interpretar os textos da BNCC, e mais uma vez reconhece que as minorias são discriminadas e que essa questão precisa ser combatida. O que espanta é que a mesma já continua seu discurso afirmando que estão se aproveitando dessa situação para introduzir “teorias de gênero” que teriam, na verdade, a intenção oposta da Base Nacional Curricular Comum. Nas palavras da educadora:

(...) o propósito real da teoria de gênero é ensinar que os alunos não têm identidade sexual, que a identidade de gênero é uma construção social sem base biológica, que o próprio sexo também é gênero, e isso contradiz os dados mais evidentes da ciência [*momento algum a professora trouxe esses dados e suas fontes*]. O propósito real da teoria de gênero é promover a desconstrução da identidade. (...) Onde não há identidade não há como respeitar as diferenças, não há alguém para se valorizar, o que há é alguém com crise de identidade. Qual a relação real com o combate à discriminação? Não há como promover o respeito às mulheres, aos homossexuais e às minorias se o conceito que será ensinado é que não existem gênero e identidade sexual. Em vez de promover os pressupostos para o reconhecimento das diferenças, estamos desconstruindo o ser humano sem respaldo científico. Todos estão alertando há tempos a esse respeito, mas novamente os propósitos declarados não são os propósitos reais.

É possível perceber uma grande confusão de ideias neste trecho do discurso da professora. Podemos verificar o uso do termo “teoria de gênero”, que assim como o termo “ideologia de gênero”, são terminantemente rejeitados pelos movimentos sociais e pela academia, no que se referem aos estudos sobre orientações sexuais e identidades de gênero. Ela afirma que, segundo esses estudos, sexo e gênero seriam sinônimos, o que na verdade sempre foi muito bem diferenciado pelos grandes pesquisadores da área. A proposta da inclusão dessas temáticas nunca foi a “desconstrução” da identidade de gênero de nenhuma criança, mas simplesmente prepará-las para uma sociedade diversa, na qual existam pessoas

³⁹ Página oficial: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> – Acesso em: 10 jun. 2019.

que fujam dos padrões de masculinidade e feminilidade que são considerados normativos, independente das orientações sexuais que essas pessoas possam desenvolver ao longo das suas vidas, e que elas merecem ser respeitadas como qualquer outra pessoa.

Mais absurda é a afirmação de que é possível destruir uma identidade introduzindo essas temáticas em sala de aula, e que, sendo ela destruída, não há o porquê de se discutir sobre respeito às diferenças e valorização dos indivíduos. Ainda afirma que tudo isso acontece sem respaldo científico, o que não é verdade, visto que há décadas inúmeras são as pesquisas científicas nas mais diversas áreas que vêm sendo divulgadas acerca da importância das temáticas sobre diversidade na escola, respaldadas em renomados/as cientistas, principalmente das Ciências Sociais e Humanas. Acerca do conceito de gênero, por exemplo, pode-se dizer que:

(...) nasceu de um diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas e as pesquisadoras de diversas disciplinas – história, sociologia, antropologia, ciência política, demografia, entre outras. Uma figura emblemática desse movimento de ideias é a filósofa Simone de Beauvoir que, em 1949, escreveu o livro *O Segundo Sexo*⁴⁰. É dela a famosa frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com esta formulação, ela buscava descartar qualquer determinação “natural” de conduta feminina e dar continuidade e impulso aos movimentos em defesa dos direitos das mulheres que vinham ocorrendo desde o final do século XIX (CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009a, p. 25).

Esse conceito de gênero, que ganhou maior destaque com as pesquisas de Simone de Beauvoir, traz para as ciências sociais e humanas o entendimento de que o sexo anatômico explica a diferença entre o macho e a fêmea na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e a maneira de ser mulher se constrói culturalmente, não dependendo da anatomia de seus corpos:

O modo como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero e segundo cada contexto social. Há uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem se comportar na família, no trabalho, no lazer, na vida amorosa, dentre outras esferas sociais. Esses comportamentos são elaborados a partir da cultura, não havendo, portanto, um padrão universal para comportamento sexual ou de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou, *a priori*, o melhor. Explicações que tomam a biologia para tratar das diferenças de gênero encobrem o longo processo de socialização que nos tornou humanos/as e que divide os indivíduos em gêneros distintos. Em síntese, é a cultura que

⁴⁰ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, Volume I.

_____. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, Volume II.

constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas. (CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009a, p. 25).

Já no campo da sexualidade e da orientação sexual, podemos citar como exemplo de grande pesquisadora do assunto, na área das Ciências Humanas, a brasileira e Doutora em Educação Guacira Lopes Louro. Suas observações são apontadas inclusive no material de formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações etnicorraciais, desenvolvido em 2009, pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, que foi utilizado por diversas universidades públicas no curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE):

(...) embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeito de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais”⁴¹. Por exemplo, a ideia de “normal” da sexualidade conduz à união de um homem e uma mulher, e de que qualquer outra alternativa representa um “problema” que pode ser “bem ou mal resolvido”. O desafio para educadoras e educadores é adotar um olhar reflexivo sobre esses preconceitos e as situações de desigualdades que eles geram, para ser capaz de abordar tais questões na sala de aula. (CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009b, p. 114).

Fica bem evidente, no trecho acima, que a instituição escolar tem um papel importante quando o que ela impõe como “normativo” passa a ter valor de uma verdade absoluta. Se a escola, então, afirma que um menino sentir atração por outro menino é errado, ela está desconsiderando totalmente que “corpos, desejos, sentimentos e comportamentos não são convergentes e não correspondem necessariamente às expectativas do que é tido como ‘natural’, ‘certo’ e ‘normal’” pela sociedade, reforçando o preconceito. (CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009b, p. 114)

Visto isso, a professora do vídeo publicado quer defender a ideia de que os/as professores/as “doutrinadores/as” estariam usando daquele campo da BNCC para fazer o oposto do que é de fato orientado, e que isso estaria sendo realizado com o aval do MEC, uma vez que o ministério estaria ignorando o alerta do povo, visto que após retirar a “ideologia de gênero” dos planos municipais, estaduais e nacional da educação⁴², reintroduziu-a novamente

⁴¹ LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 21.

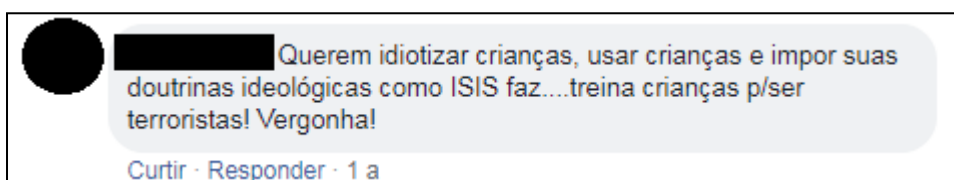
⁴² Segundo reportagem da Folha, de março de 2016, o MEC havia tirado, sem alarde, três menções ao respeito à identidade de “gênero” e “orientação sexual” da terceira versão da base; porém, após análise

“como se nada tivesse acontecido”. E a educadora ainda finaliza seu discurso com uma exemplificação descabida:

Não se pode pular de um prédio de dez andares só porque o MEC pretende abolir a lei da gravidade. É dado científico que a identidade humana tem base biológica, mas o MEC insiste em afirmar que a Terra não é redonda e que o povo não deve ouvir a voz de todos, mas deve confiar cegamente em seus especialistas.

Como pode ser verificado, temos outros trechos confusos proferidos pela professora, e mais uma vez sem citar referências. De onde vem a afirmativa de que o MEC, durante os governos de Lula, Dilma e Temer, havia afirmado que a identidade humana não teria base biológica? E sobre a Terra não ser redonda? A questão do ser humano ter base biológica é indiscutível, assim como a teoria da Terra plana não passar de uma teoria da conspiração. Não há registro de nenhum livro ou material do MEC em que se defenda essas duas falácias discursadas. É visível que não passou de um discurso típico de uma pessoa que não possui referenciais científicos e que apenas quer causar polêmica e pânico em pessoas menos informadas que ela, com uma linguagem simplista e causadora de impacto numa sociedade formada por considerável parcela da população que já cresceu numa sociedade que a convenceu que as orientações sexuais e as identidades que fogem do padrão heteronormativo são anormais, desviantes e/ou erradas.

Aqui já vale destacar que o discurso traz de forma subentendida a legitimação da masculinidade hegemônica, quando pretende fazer com que se aceite a sociedade como ela vem sendo normatizada ao longo dos séculos, mantendo as minorias como inferiores e fora do padrão adequado, já que não se deve discutir a inclusão das mesmas. Não aceitar que se promova a equidade entre os gêneros e orientações sexuais diferentes é uma forma silenciosa de colocar a masculinidade hegemônica e a heteronormatividade que lhe complementa como a forma mais legítima de “ser homem”. A seguir serão analisados os principais comentários acerca dessa publicação.



da veículo de comunicação, identificaram ao menos dez trechos suprimidos pela equipe de Mendonça Filho (DEM-PE), ministro da educação na época. Matéria completa disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-temer-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2019.

No comentário acima, a apoiadora do discurso da professora compara a introdução de temáticas sobre gênero e sexualidade na escola ao treinamento efetuado pela organização ISIS⁴³ na preparação de algumas crianças dos países islâmicos para se tornarem futuros terroristas. Fica evidente que qualquer apoio à diversidade é extremamente ameaçador aos/às conservadores/as, afinal, para eles, instruir uma criança a respeitar mulheres, homossexuais e transexuais pode ser destruidor tanto quanto instruir uma criança a se tornar um homem-bomba. Nessa comparação, para os/as conservadores/as, a destruição seria da família tradicional cristã e seus valores, a partir do momento em que novas formas de famílias, diferentes da tradicional – pai e mãe cisgêneros e heterossexuais e seus filhos biológicos –, começassem a não ser vistas na marginalidade e começassem a conviver nos mesmos espaços sociais sem discriminação.

Na apresentação do livro “História do Movimento LGBT no Brasil”, que traz diversas pesquisas que contam a história de militância das quatro últimas décadas, verificamos que já na Ditadura Militar a sexualidade passou a ser tema pertinente à segurança nacional para os militares, principalmente após o ano de 1968:

Os desejos e afetos entre pessoas do mesmo sexo também foram alvo do peso de um regime autoritário com pretensão de sanear moralmente a sociedade e forjar uma nova subjetividade à imagem e semelhança da família nuclear, monogâmica, patriarcal e heterossexual (GREEN et al., 2018, p. 10).

Num momento atual em que os/as conservadores/as a favor da moral e dos bons costumes vangloriam nostalgicamente a Ditadura Militar, chega a ser entendível que o pensamento em pleno ano 2019 seja tão parecido àquele dos conservadores pós-golpe militar, como mostra a obra anteriormente citada, quando se afirma tão importante no momento atual, em que nos encontramos pós-impeachment da presidenta Dilma Rousseff:

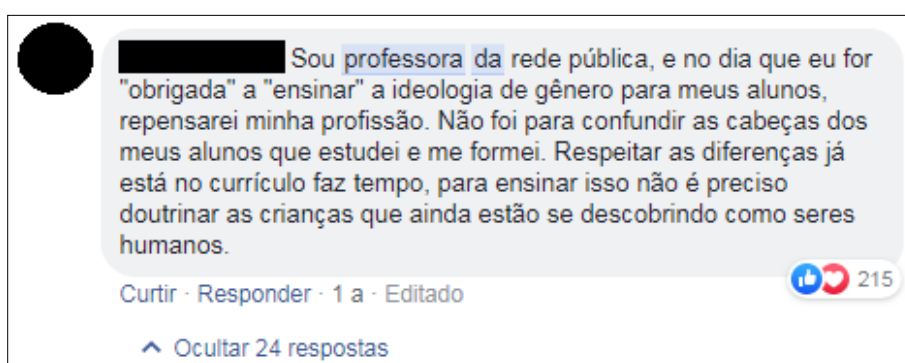
(...) a presente obra adquire importância ainda maior no nosso país, sobretudo, após o golpe jurídico-parlamentar-empresarial de 2016. Desde então, passamos por um momento em que juízes proíbem peças de teatro sob o único fundamento de haver uma atriz travesti ou, ainda, em que magistrados retomam discursos patologizantes para permitir que se ressuscitem terapias psicológicas de “reconversão ou reorientação sexual”. Exposições artísticas e performances em museus são perseguidas e canceladas apenas porque tematizam, de modo livre – como dever ser a arte –, questões humanas como gênero e sexualidade. Patrulhas morais invadem escolas e buscam retirar de docentes a liberdade de cátedra e de ensino

⁴³ ISIS – Islamic State of Iraq and Syria. Na imprensa brasileira é chamado simplesmente de “Estado Islâmico”, e é considerada pela ONU uma organização terrorista.

tentando impor um obscurantismo que só vem ganhando mais força com o crescimento das bancadas fundamentalistas religiosas nas casas legislativas por todo país. (GREEN et. al., 2018, p. 12).

Se, para os/as conservadores/as, a exposição de crianças às temáticas sobre diversidade, envolvendo gênero e sexualidade, é um ato terrorista; patologizar a homossexualidade, perseguir pessoas transgêneros, e assistir ao Brasil se destacar no topo dos rankings internacionais como país que mais mata pessoas LGBTs no mundo não parece ser preocupante. Nesse processo, o Programa ESP é, sem dúvida, um ator protagonista, uma vez que ele fiscaliza professores/as a fim de silenciá-los/as, fazendo com que se perpetuem todas as mazelas que a legitimação da masculinidade hegemônica traz consigo para a sociedade, incluindo o machismo, o patriarcado, o sexismo, a misoginia e lgbtfofia.

Abaixo, um comentário de uma professora apoiadora do ESP que afirma que se for “obrigada” a ensinar a “ideologia de gênero” irá repensar a profissão, já que acredita que não estudou e se formou para “confundir” a cabeça de seus/as alunos/as. A professora recebeu inúmeras frases de apoio, principalmente de teor religioso, e afirma que defende o respeito às diferenças sem doutrinação. Porém, o que fica claro é que, para os/as conservadores/as, respeitar as diferenças – sem doutrinação – é não falar sobre as diferenças buscando minimizar preconceitos, ou seja, é manter da forma como está. Ela ainda afirma que este é um momento em que as crianças estão se descobrindo como seres humanos, mas a sexualidade faz parte desse processo, crianças são curiosas, inclusive sobre questões que envolvem sua sexualidade. Em outro comentário, a mesma professora agradece o apoio recebido por outro comentarista e afirma que seus princípios éticos estão em primeiro lugar, sugerindo que discutir sobre sexualidade e gênero seria antiético por parte do profissional da educação:

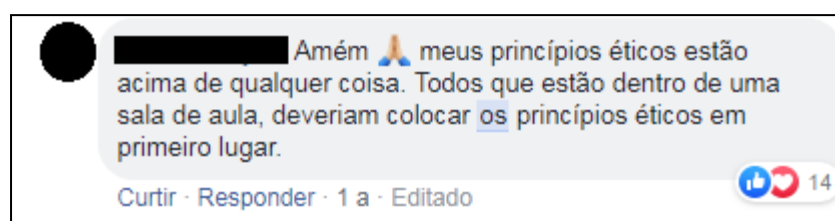


Sou professora da rede pública, e no dia que eu for "obrigada" a "ensinar" a ideologia de gênero para meus alunos, repensarei minha profissão. Não foi para confundir as cabeças dos meus alunos que estudei e me formei. Respeitar as diferenças já está no currículo faz tempo, para ensinar isso não é preciso doutrinar as crianças que ainda estão se descobrindo como seres humanos.

Curtir · Responder · 1 a · Editado

215

^ Ocultar 24 respostas

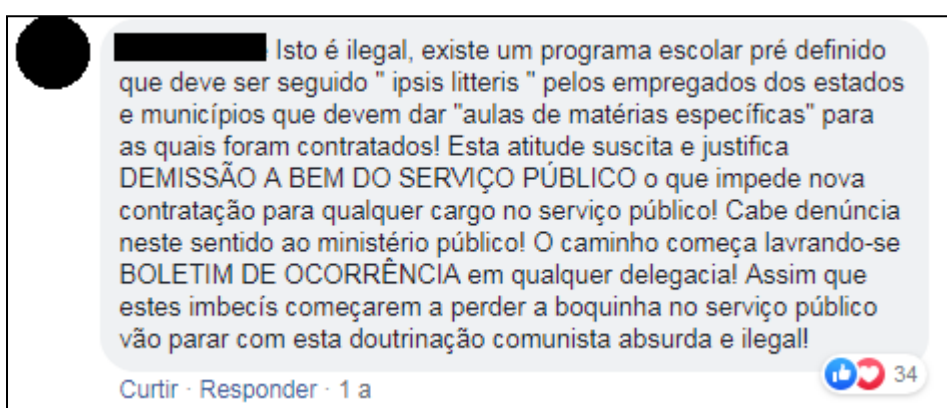
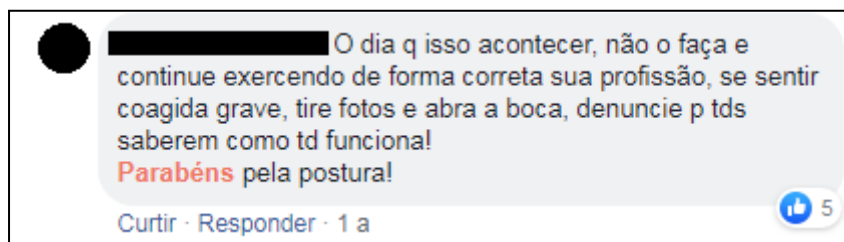


Amém 🙏 meus princípios éticos estão acima de qualquer coisa. Todos que estão dentro de uma sala de aula, deveriam colocar os princípios éticos em primeiro lugar.

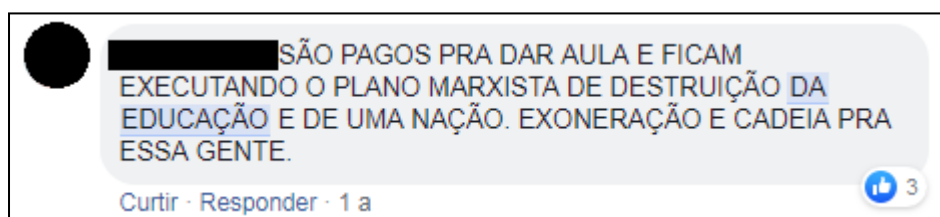
Curtir · Responder · 1 a · Editado

14

Vejamos a seguir que o posicionamento da professora dos comentários acima gerou alguns comentários de apoio e que incentivam e concordam com a denúncia de professores e escolas que fazem discussões sobre gênero e sexualidade:

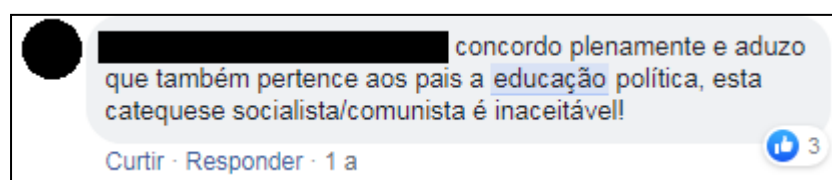
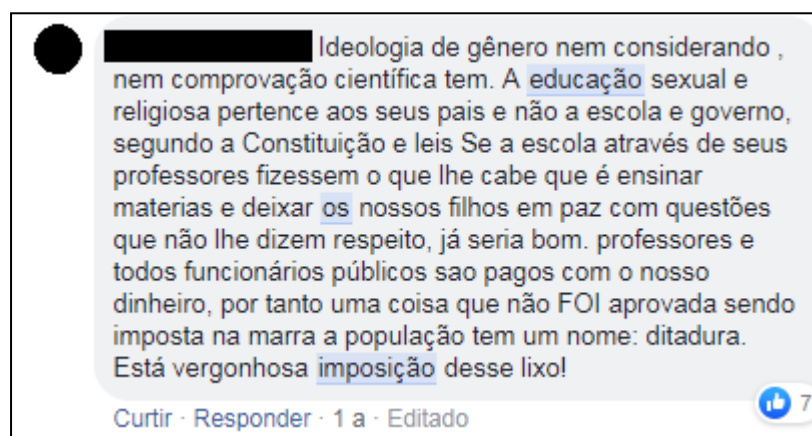


Como se vê nos comentários acima, os/as apoiadores/as do Programa ESP são a favor da vigilância dos/as professores/as no intuito de denunciá-los/as como se um crime estivessem cometendo, caso discutissem os assuntos que, para eles – o conservadores/as –, são considerados “ideologia de gênero”. O primeiro comentário reafirma que a postura da professora é correta e que, caso ela se sinta coagida a tratar das temáticas sobre gênero e sexualidade, não deve se calar e deve denunciar. O segundo comentário vai um pouco além, defendendo a ideia de que o/a professor/a é um/a mero/a transmissor/a de conteúdos e que qualquer discussão acerca das temáticas indesejadas deve ser denunciada ao ministério público, levando à exoneração do/a servidor/a. Abaixo outro comentário com o mesmo teor, mas além da exoneração, exigindo a prisão de professores/as:



O/a professor/a que se compromete a tratar a diversidade como um tema importante no desenvolvimento dos/as seus/as alunos/as em prol de uma sociedade mais justa e menos intolerante é visto/a pelos/as conversadores/as e apoiadores/as do Programa ESP como inimigos/as da sociedade, comparados/as a criminosos/as que merecem ser punidos/as.

O comentário abaixo compara as discussões sobre diversidade em sala de aula à ditadura, como se fosse uma imposição capaz de mudar a identidade de gênero e a orientação sexual dos/as alunos/as. Outro detalhe que chama a atenção no comentário é o fato de os/as conservadores/as acharem que “educação sexual” e “educação religiosa” pertencem aos pais e mães, e não à escola e ao governo; e em seguida, outro seguidor da página concorda e ainda complementa que a educação política também não cabe à escola:



É do conhecimento de todos que a escola tem papéis importantes que vão muito além da transmissão dos conteúdos programáticos. A escola tem o dever de tornar os/as alunos/as cidadãos e cidadãs críticos/as capazes de discernir sobre os mais diversos temas, além de formá-los/as jovens e adultos/as que respeitem as diferenças. Quando pessoas conservadoras dizem que a escola não deve tratar da educação sexual, religiosa e política, elas não estão dizendo que a escola deve ser neutra sobre esses assuntos, o que seria menos grave, mas sim que a escola deve ser parcial, e debater somente a parte que agrada essa sociedade conservadora: tratar somente a relação heterossexual como normal, discriminando bissexuais e homossexuais; desconsiderar as religiões de matrizes africanas e indígenas, destacando somente as religiões cristãs, mesmo o Estado sendo laico; e contando apenas uma parte da

história do nosso país, escondendo o que de fato foi a Ditadura Militar, por exemplo, e outros marcos que sejam reprovados pela Direita ou que lhe ameacem de alguma forma.

Mas todo esse conservadorismo, discursado nos comentários dos/as apoiadores/as do Programa ESP, só evidencia que o programa tem seu lado partidário e ideológico, como fica bem evidente num artigo intitulado *O Movimento Escola Sem Partido e a “Escola Com Religião”*, em que Freitas (2018, p. 77) nos esclarece muito bem essa ideia que tanto se associa ao que é discutido no parágrafo anterior a partir dos comentários analisados:

Através de ações articuladas entre o movimento e políticos de viés conservador – quando não reacionários – têm sido propostos em diversas casas legislativas país afora – a partir de suas interpretações deturpadas da Constituição Federal – projetos de lei com a intenção de intimidar professores, em um claro atentado à liberdade de cátedra, um dos pilares das sociedades democráticas. O projeto representa uma tentativa de amordaçar os educadores, ao sugerir que estes possuem “partido” (portanto, doutrinadores), enterrando a possibilidade de construção do conhecimento, que se dá através do diálogo entre educandos e educadores (FREIRE, 2005, p. 79). Sob o pretexto de combater uma suposta “doutrinação ideológica” por parte dos professores, o movimento revela sua própria ideologia, conservadora e a serviço dos grupos dominantes.

Outro ponto trazido por Freitas, muito interessante nessa discussão, é o fato de que o Programa ESP, e seus/as apoiadores/as, não admitem que os/as professores/as tenham “partido”, porém, parece conveniente que estes/as tenham religião. A neutralidade exigida fica apenas no campo político, e existe uma grande contradição que colocaria a escola como desnecessária, uma vez que se ela tiver que ser um lugar para ratificar o senso comum – como o pensamento conservador e fixista do Programa ESP – a ciência não teria como ser tratada e discutida, já que é calcada na ruptura de paradigmas. Assim, subentende-se que “as crianças e jovens teriam todo aprendizado que necessitam na família” (FREITAS, 2018, p. 79).

Sobre as questões acerca de sexualidade e de identidade de gênero, dentro dessa onda conservadora que o país vivencia, Trevisan (2018, p. 473) nos retrata como a “ideologia de gênero” se torna protagonista na luta em prol dos desejos da família tradicional cristã brasileira:

Mesmo que o vetusto e homofóbico Olavo de Carvalho pudesse não existir como farol do pensamento conservador, as questões LGBT – em especial a identidade de gênero – seriam necessariamente colocadas no centro dos embates fundamentalistas, funcionando como cimento que previne rachaduras. Para combater as ideias de gêneros mutantes, experimentadas em várias frentes da sociedade, a direita militante tirou do baú um velho conceito que se integrou rapidamente na onda conservadora: a “ideologia de gênero”, tão cara às lideranças evangélicas moralistas. Além dos velhos

temas de defesa da família e combate à pedofilia, adicionou-se a tal “ideologia de gênero” ao protagonismo dos conceitos brandidos.

Por fim, por trás de todos esses discursos conservadores e religiosos, está implícito o poder da Masculinidade Hegemônica, que diretamente faz com que pessoas LGBT continuem na marginalidade e com menos direitos garantidos, fazendo com que a sociedade não se dê conta de que é possível vivermos em sociedade de forma mais respeitosa, independente da orientação sexual ou identidade de gênero de cada indivíduo. E essa possibilidade fica cada vez mais distante enquanto houver atores tão emblemáticos na luta pela manutenção desse conservadorismo, como os políticos que formam a chamada bancada evangélica, por exemplo, que também possui membros católicos em sua composição:

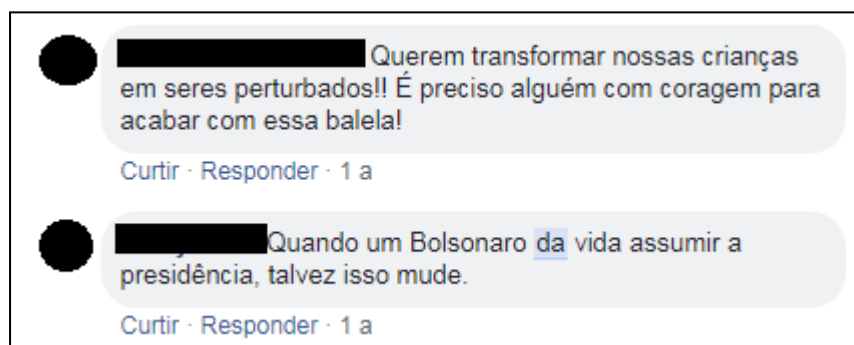
(...) o fato do deputado federal Marcos Feliciano (PSC-SP), dos deputados estaduais Edino Fonseca (PEN-RJ) e Flávio Bolsonaro (hoje no PSC-RJ) – para citar exemplos mais conhecidos – se manterem fiéis às suas promessas de campanha ao agirem como representantes do conservadorismo, antagônicos aos direitos de pessoas LGBT. Eles buscam, com isso, a manutenção e a fidelidade de uma parcela do mercado eleitoral que se vê representada por esses posicionamentos moralistas contra o aborto, o “casamento gay” e na defesa dos “valores tradicionais da família” (SARAIVA, 2017, p. 43).

Assim, fica notório que tais políticos ganharam a graça do povo justamente por terem esse posicionamento e, para se manterem em seus cargos, continuarão com seus discursos preconceituosos cada vez mais afiados, no intuito de manter seu eleitorado e conquistar novos/as eleitores/as. Saraiva ainda traz o termo *holding conservador-fundamentalista*⁴⁴ para explicar que existe um investimento grande por trás das campanhas que elegem esses políticos. Além disso, o autor também nos mostra que a própria população LGBT muitas vezes não têm consciência do poder do seu voto, e muitas vezes acaba votando em políticos contrários aos interesses dessas minorias:

Ao que parece, a maioria das pessoas LGBT não percebe seus problemas e seus déficits de direitos como um “problema político”, o que poderia levar a comunidade LGBT a exercer um voto coeso e vinculado aos seus interesses. Em alguns casos, há uma naturalização dos fatos em afirmações do tipo “é assim mesmo, não tem jeito”, como se as instituições da democracia representativa fossem produzidas de forma alheia ao ser humano (SARAIVA, 2017, p. 45).

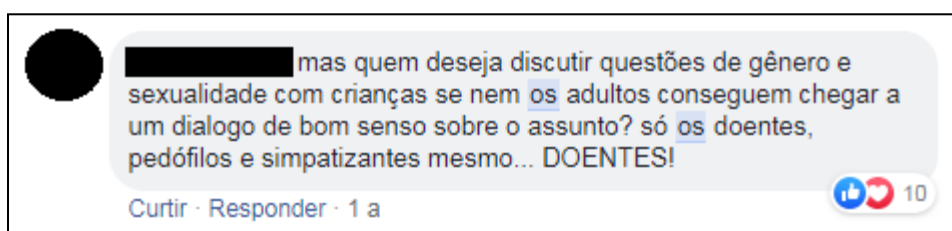
⁴⁴ Trata-se de uma aliança entre diversas instituições conservadoras. São igrejas pentecostais/neopentecostais (que formam a fisionomia evangélica mais perceptível para o senso comum), em aliança com protestantes tradicionais conservadores e católicos carismáticos e/ou ultraconservadores, todos embalados pelos bilhões do mercado gospel no Brasil e seus diversos tentáculos midiáticos (SARAIVA, 2017, p. 61).

Como se vê, parece que aqueles que exercem a masculinidade hegemônica têm muito bem estruturados seus planejamentos para até mesmo fazer com que parte da população LGBT entenda que é subordinada e inferior. Continuaremos a seguir a observar e analisar os comentários surgidos a partir do vídeo publicado na página do Programa ESP:



Os comentários acima mostram claramente que os/as apoiadores/as do ESP usam de discursos polêmicos para colocar a sociedade contra os estudos de gênero, que visam levar temáticas sobre respeito à diversidade para as escolas, e que, desde muito antes das recentes eleições presidenciais, já acreditavam que somente a ascensão de um presidente de extrema direita, a favor do militarismo e defensor de ideais conservadores seria capaz de enfrentar o que eles acreditam trazer grande “perturbação” às crianças.

Abaixo outro comentário interessante: um seguidor afirma que falar sobre sexualidade já é complicado entre adultos, e questiona como se quer tratar desse tema com crianças, chegando a afirmar que pessoas que fizessem isso só poderiam ser pedófilas ou simpatizantes do crime.



Neste momento, cabe ressaltar que a pedofilia é bastante associada, por conservadores/as mal informados/as e/ou mal intencionados/as, a pesquisadores/as dos estudos de gênero, como já foi exemplificado, no primeiro capítulo, no caso ocorrido com Judith Butler em sua visita ao Brasil. Esse discurso grave que acusa importantes pesquisadores/as de serem pedófilos/as se deve porque fundamentalistas religiosos/as sempre tentaram acusar homossexuais de tudo que pudesse os inferiorizar e os patologizar, e a

associação a esse crime foi uma das maneiras que encontraram. De acordo com Natividade (2009 apud NERY, 2019, p. 148):

Em 2006, quando o Projeto de Lei da Câmara nº 122/06 propunha a criminalização de qualquer forma de discriminação motivada pela orientação sexual, os/as religiosos/as e/ou homofóbicos/as se uniram em uma estratégia de atuação contra o PLC, convocando a população para reagir contra a tramitação do projeto, através de orações, jejuns, passeatas, envio de abaixo-assinados aos/as parlamentares, entre outras ações. A argumentação era que a aprovação do projeto acabaria conduzindo “ao ‘extermínio do heterossexual’, à ‘destruição da família brasileira’, a atitudes heterofóbicas, ao crescimento da pedofilia no país, ao aumento da difusão da epidemia de AIDS.”

É evidente que os/as fundamentalistas religiosos/as sempre usaram de discursos maldosos para causarem pânico na sociedade. Se para eles a criminalização da homofobia já seria motivo para afirmarem que isso aumentaria crimes de pedofilia, epidemia de AIDS, destruição da família, e atitudes heterofóbicas que culminariam no extermínio da heterossexualidade, imaginemos o quanto os amedronta o fato de a instituição escolar querer tratar de temas que visem o reconhecimento da diversidade sexual. Sendo assim, é mais fácil atacar com frases de impacto, já que não possuem argumentos científicos para defenderem seus preconceitos.

Neste momento, cabe ressaltar que 13 anos após o Projeto de Lei da Câmara 122/06, citado por Natividade, ter sofrido toda essa enxurrada de críticas, no último dia 13 de junho⁴⁵, o Supremo Tribunal Federal permitiu a criminalização da homofobia e da transfobia. A decisão do tribunal prevê pena de até três anos, podendo chegar até cinco anos nos casos mais graves de declarações homofóbicas. Por 8 votos a 3, os ministros consideraram que atos preconceituosos contra homossexuais e transexuais devem ser enquadrados em crime de racismo. Porém, a decisão atendeu parcialmente as ações apresentadas pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros e pelo Partido Cidadania, pois faltou fixar um prazo para que o Congresso aprovasse uma lei específica sobre o tema.

Outra questão importante é que os ministros fizeram algumas ressalvas para proteger líderes religiosos que se manifestam contra a homossexualidade em seus templos. Conforme os votos apresentados, dizer em templos religiosos que é contra a relação homossexual não será considerado crime, mas incitar ou induzir em templo religioso a discriminação ou o preconceito será criminalizado. Porém, com o poder de persuasão que um/a líder religioso/a

⁴⁵ Matéria completa e detalhada disponível no portal de notícias G1 no endereço: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2019.

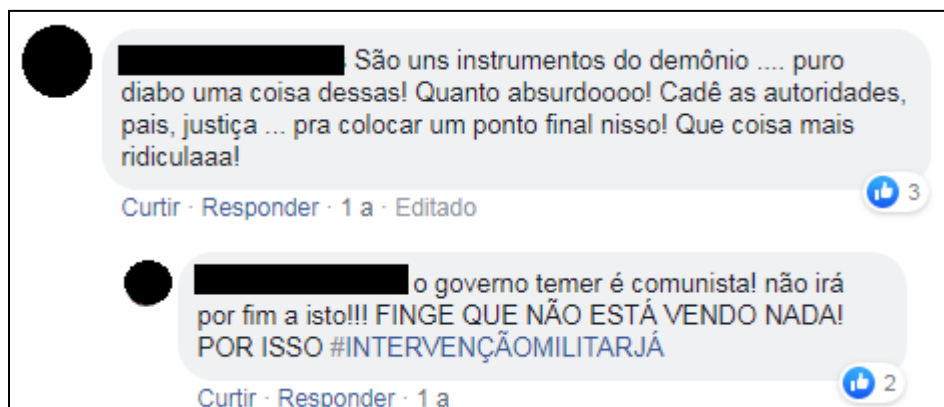
tem sobre o seu “rebanho”, discursar sobre a relação homossexual já sugere que seus/as fiéis não devem aceitar essas relações como naturais, o que evidentemente continuará gerando preconceito, como sempre gerou. No dia 16 de junho, Marco Feliciano, deputado da bancada evangélica, em entrevista ao jornal “O Dia”, disse que, com a criminalização da homofobia, os cristãos estão em perigo: “Essa tal discurso de ódio é tão vago que nós cristãos estaremos em constante perigo (...) as disparidades de interpretação atingirão de morte os nossos púlpitos”⁴⁶.

Até o presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, manifestou-se contra a criminalização da lgbtobia: “Prejudica o próprio homossexual essa decisão. Os homossexuais agora, alguém vai dar um emprego? Vai pensar duas vezes antes: ‘se der um problema aqui dentro? Ele me acusa disso ou daquilo (...)’⁴⁷. O discurso do presidente, embora articulado de maneira a mostrar preocupação com o aumento do desemprego de pessoas homossexuais, assemelha-se com o pensamento de grande maioria dos homens – e de até mulheres – de comportamento homofóbico, até porque eles/as acham legítimo discriminar a população LGBT. No caso da afirmação do presidente, podemos também entender que a preocupação está no fato de que quando a homofobia passa a ser considerada uma atitude criminoso, o empresário que tem essa postura preconceituosa precisa pensar duas vezes antes de contratar, para não ser processado depois, ou seja, podemos inferir que pessoas que concordam com a frase do presidente acham mais coerente a homofobia persistir do que ocorrer uma mudança comportamental na sociedade.

Dando prosseguimento aos comentários, a seguir temos um discurso comparando professores/as que debatem assuntos ligados à identidade de gênero e à sexualidade com “demônios”, sendo respondido por um defensor da Ditadura Militar que, por meio de uma *hashtag*, pede a intervenção militar:

⁴⁶ Matéria completa disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2019/06/5653819--nos-cristaos-estaremos-em-perigo---diz-feliciano-sobre-criminalizacao-da-lgbtobia.html>. Acesso em 9 ago 2019.

⁴⁷ Matéria completa disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/decisao-do-stf-contra-homofobia-pode-afetar-empregos-de-homossexuaisdiz-bolsonaro-23740203>. Acesso em 9 ago 2019.



Associar pessoas LGBT a demônios não é nenhuma novidade. Gays, lésbicas e pessoas transexuais sempre foram perseguidos/as pela maioria das religiões cristãs. Já vimos até que foi o segundo crime mais punido pela breve passagem da Santa Inquisição pelo Brasil. Os discursos homofóbicos estão em muitos/as líderes religiosos/as, como é apontado por Natividade (2009, p. 145):

Os sujeitos marcados como impuros nesses discursos evangélicos podem, eventualmente, ser demonizados, evidenciando uma sinergia entre intolerância sexual e intolerância religiosa. Um exemplo é o artigo de autoria atribuída ao Núcleo Cristão de Informação (NCI), intitulado “Adeus à inocência: manifesto cristão de alerta contra o avanço da defesa da pedofilia e da relação íntima entre ativismo homossexual e movimento pedófilo”. O texto veiculado no site deste grupo sugere a existência de uma agenda comum entre estes “movimentos”, e que uma parcela dos praticantes do homossexualismo que supostamente advogam em prol da pedofilia poderia ser de endemoniados: Isso mesmo: endemoninhados, possessos por espíritos malignos.

Mais uma vez a associação entre homossexualidade e pedofilia aparece, juntamente com a associação a entidades demoníacas. A população LGBT é, para maioria dos/as fundamentalistas religiosos/as, a escória da sociedade e o botão prestes a ser acionado para destruir o modelo de família tradicional cristã. Porém, muito estranho é o fato de os/as líderes religiosos/as omitirem os inúmeros casos de pedofilia que ao longo dos anos vieram à tona de dentro das suas igrejas⁴⁸. Seriam esses líderes religiosos e estupradores também seres endemoniados?

Numa pesquisa sobre adoção de crianças por casais homoafetivos temos relevantes dados que contrariam esse discurso associando homossexualidade à pedofilia. A pesquisadora

⁴⁸ De acordo com reportagem de 2013, do jornal O Globo, em 2011, 147 pessoas discaram para o número 102 denunciando violação de direitos de crianças e adolescentes em instituições de qualquer tipo de religião, sendo 102 desses casos contra menores. Matéria completa disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/pedofilia-na-igreja-fantasma-tambem-no-brasil-7707371>. Acesso em 3 ago. 2019.

traz citações diretas em inglês de pesquisas de uma Associação Americana de Psicologia que se posicionam contrárias aos argumentos que tentam proibir a adoção de crianças por pessoas LGBT que se sustentam na preocupação de que elas sejam violentadas sexualmente se forem adotadas. De acordo com Penha (2008, p. 86):

(...) a Associação Americana de Psicologia já se posicionou sobre o assunto, afirmando não haver nenhuma tendência maior de ocorrência de pedofilia em homossexuais, e que esta ligação entre homossexuais e pedofilia não tem bases em nenhuma literatura de investigação sobre o tema.⁴⁹

Freitas (2008, p. 86) também traz outra pesquisa com dados bem esclarecedores, elaborada por uma entidade norte-americana, chamada *American Civil Liberties Union* (ACLU), que emitiu o seguinte posicionamento:

(...) 90% dos casos de abuso infantil são cometidos por heterossexuais homens. Além disso, em um estudo de 269 casos de abuso infantil, apenas 2 (dois) ofensores eram gays ou lésbicas. Esse estudo ainda concluiu que, o risco de uma criança ser molestada por seus parentes heterossexuais é 100 vezes maior do que por algum indivíduo que se identifique como homossexual.⁵⁰

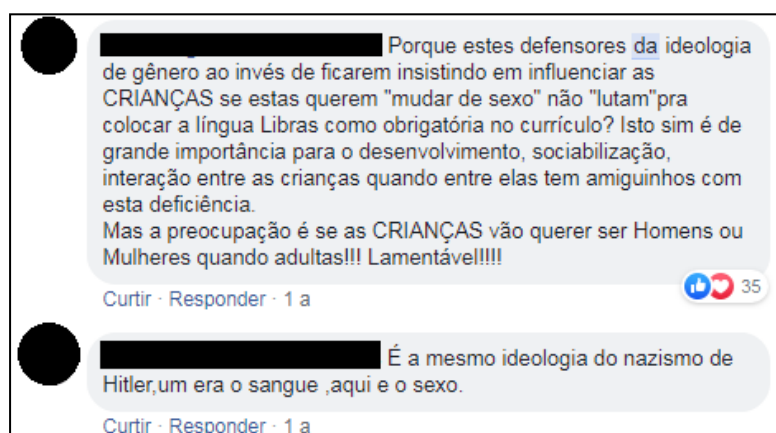
Diante dessas estatísticas fica evidente que relacionar a pedofilia a homossexuais é só mais um meio encontrado pelos/as conservadores/as, preconceituosos/as e fundamentalistas religiosos/as de manter homossexuais na marginalidade da sociedade, e como pertencentes às masculinidades subordinadas à hegemônica.

A seguir mais dois comentários de apoiadores/as do Programa ESP, o primeiro destaca que seria mais importante incluir a língua de libras nas escolas do que se preocupar se as crianças “vão querer ser homens ou mulheres quando adultas”, como se as discussões sobre diversidade em sala de aula quisessem influenciar uma orientação sexual ou uma identidade

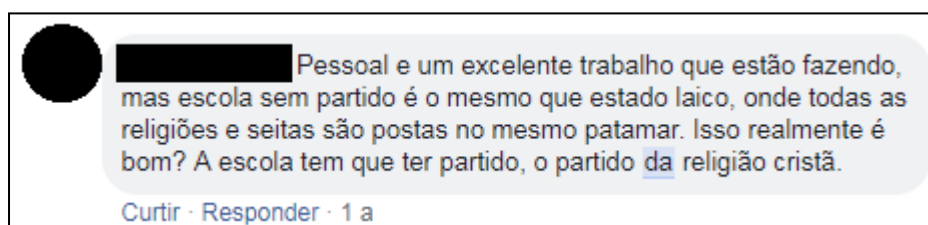
⁴⁹Available evidence reveals that gay men are no more likely than heterosexual men to perpetrate child sexual abuse. (Groth & Birnbaum, 1987; Jenny et al., 1994; Sarafino, 1979). (...) | Fears that children in custody of lesbian or gay parents might be at heightened risk for sexual abuse are without basis in the research literature (PATTERSON, *Children of Lesbian & Gays Parents*, 2008, s. p.).

⁵⁰There is no connection between homosexuality and pedophilia. All of the legitimate scientific evidence shows that. Sexual orientation, whether heterosexual or homosexual, is an adult sexual attraction to others. Pedophilia, on the other hand, is an adult sexual attraction to children. Ninety percent of child abuse is committed by heterosexual men. In one study of 269 cases of child sexual abuse, only two offenders were gay or lesbian. Of the cases studied involving molestation of a boy by a man, 74 percent of the men were or had been in a heterosexual relationship with the boy's mother or another female relative. The study concluded that "a child's risk of being molested by his or her relative's heterosexual partner is over 100 times greater than by someone who might be identifiable as being homosexual, lesbian, or bisexual^{10b}". (Carole Jenny, et al., *Are Children at Risk for Sexual Abuse by Homosexuals?*, *Pediatrics*, Vol. 94, No. 1 (1994); see also David Newton, *Homosexual Behavior and Child Molestation: A Review of the Evidence*, *Adolescence*, Vol. XIII, No. 49 at 40 (1978) ("A review of the available research on pedophilia provides no basis for associating child molestation with homosexual behavior")⁶³. (AMERICAN CIVIL LIBERTIES UNION, 1999, s. p.)

de gênero aos/às alunos/as, e a segunda chama de “nazismo do sexo” a tão falada “ideologia de gênero”.



A seguir um comentário que considero extremamente interessante nessa discussão, pois o comentarista afirma que um movimento com o nome “Escola Sem Partido” não é o mais adequado, visto que, assim como o estado laico, que determina que todas as religiões e seitas devem ser respeitadas em nível de igualdade, uma escola “sem” partido seria influenciada por todos os partidos existentes no país. Para ele, o ideal é que a escola tenha um partido, o partido da religião cristã:



É bastante evidente que o Programa Escola “Sem” Partido já comunga de um partido cristão, mesmo que seus/as idealizadores/as neguem. Os/as seus/as apoiadores/as e principais representantes, na maioria dos casos, têm fortes ligações com religiões evangélicas e católicas, como já enumeramos ao longo desse trabalho, e pregam muitas vezes versículos bíblicos como “referenciais teóricos” para despejar seus preconceitos, principalmente no que diz respeito à diversidade sexual. Abaixo, um seguidor da página do Programa ESP publica nos comentários do vídeo a foto de uma família com uma faixa dizendo “Menino nasce Menino / Menina nasce menina”, ilustração que representa muito bem o pensamento dos apoiadores do programa que acreditam existir uma ideologia de gênero com o intuito de destruir a família tradicional cristã.



Essa crença de destruição da família cristã pode ser mais bem entendida quando aprofundamos um pouco mais na origem e nas ideologias do Programa ESP, como aponta Moura (2019), em seu artigo sobre o movimento. Ele chama o Programa de projeto de “desinformação” em curso, que se utiliza dos discursos da “doutrinação ideológica” e da “ideologia de gênero”, que se retroalimentam, para se colocar como defensor da moral e dos bons costumes na busca da manutenção da família tradicional, e retrata como o conservadorismo e o fundamentalismo religioso atuam para propagação dos projetos de lei que defendem a censura aos educadores:

A maioria dos propositores de PLs de censura à educação faz parte da chamada “bancada da Bíblia”, isto é, são membros da Frente Parlamentar Evangélica ou da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. Como destaca o deputado Givaldo Carimbão, criador e líder da frente católica, os dois grupos atuam juntos politicamente na defesa de algumas das pautas mais reacionárias no Congresso Nacional hoje. São contra a “ideologia de gênero”, defendem o Escola Sem Partido, são contra o aborto, a eutanásia, a pesquisa com células-tronco, defendem “comunidades terapêuticas” religiosas como espaço adequado para tratamento de dependentes químicos, a volta da educação moral e cívica nos currículos escolares e o ensino religioso confessional nas escolas públicas.

O que causa mais espanto é o fato de os/as defensores/as do Escola “Sem” Partido afirmarem com tanta veemência que, visando a proteção da família e, principalmente das crianças, a população não pode aceitar que se discuta gênero e sexualidade em sala de aula, porém, se calam diante dos fatos comprovados, conforme Moura (2019) destaca:

Em um país onde 70% dos casos de estupro têm como vítimas crianças e adolescentes e, na maioria das vezes, o agressor é um conhecido ou membro da família, esses grupos querem negar o acesso dos jovens às discussões sobre gênero e sexualidade, alegando que estas resultam em uma “sexualização precoce”. Também defendem que o aborto deve ser proibido em qualquer caso, inclusive em gravidez decorrente de estupro ou que represente perigo para a vida da mãe, como é o caso das gestações de adolescentes e pré-adolescentes. São, ainda, os mesmos grupos que

trabalham pela redução da maioria penal, alegando que um jovem de 16 anos tem plena consciência de todos os seus atos. Em suma, adolescentes podem ser pais e mães, podem ser presos, só não podem ter garantido o seu direito constitucional à liberdade de aprender.

Diante dessa reflexão trazida por Moura, e de tudo que foi discutido neste tópico, podemos então dizer que o discurso do vídeo publicado na página oficial, contendo a então professora de educação infantil clamando para que não se discuta gênero e sexualidade em sala de aula, está na verdade, ferindo a própria Constituição, no que diz respeito ao direito à liberdade de aprender do indivíduo e, no caso, de aprender sobre questões que podem vir a lhes proteger contra abusadores. Verifica-se, então, o quanto o Programa ESP carrega consigo fortes características da Masculinidade Hegemônica, negando até mesmo o direito aos/às mais frágeis e vulneráveis de perceber quando estão sendo violados/as e desrespeitados/as, garantindo assim a perpetuação dessa hegemonia e todas as mazelas sociais que ela tenta naturalizar.

4.2 O único candidato à Presidência comprometido com o ESP

Em 10 de agosto de 2018, o Programa ESP publicou um vídeo⁵¹ que obteve mais de 20 mil visualizações, com o título “Até agora, Jair Bolsonaro é o único candidato a Presidente da República a se comprometer publicamente com a aprovação do Escola Sem Partido e o combate à ideologia de gênero”. É interessante ressaltar que a publicação foi um pouco antes das eleições presidenciais, e traz um trecho de dezesseis segundos, do então candidato, no debate exibido pela TV Bandeirantes:




⁵¹ A figura apresentada (assim como todas as figuras referentes às publicações apresentadas neste capítulo) é uma captura de tela do vídeo publicado na página do Programa Escola Sem Partido, disponível em: <https://www.facebook.com/cristiano.sil.942/videos/199582337579724/>. Acesso em 11 jul. 2019.

No breve trecho deste vídeo, o candidato Jair Messias Bolsonaro declara o que considera importante para presidir o país: “*Um presidente que honre e respeite a família, que trate com consideração criança em sala de aula, não admitindo ideologia de gênero, impondo a escola sem partido*”. Primeiramente, vamos ver comentários de pessoas que criticaram o fato do Programa Escola “Sem” Partido publicar um político fazendo apoio ao programa, o que podemos inferir que, na verdade, se trata de uma Escola “Com” Partido muito bem definido:

  Escola sem partido apoiando partido na eleição!
  39 sem  1


  Escola Sem Partido com partido kkkkk
  39 sem

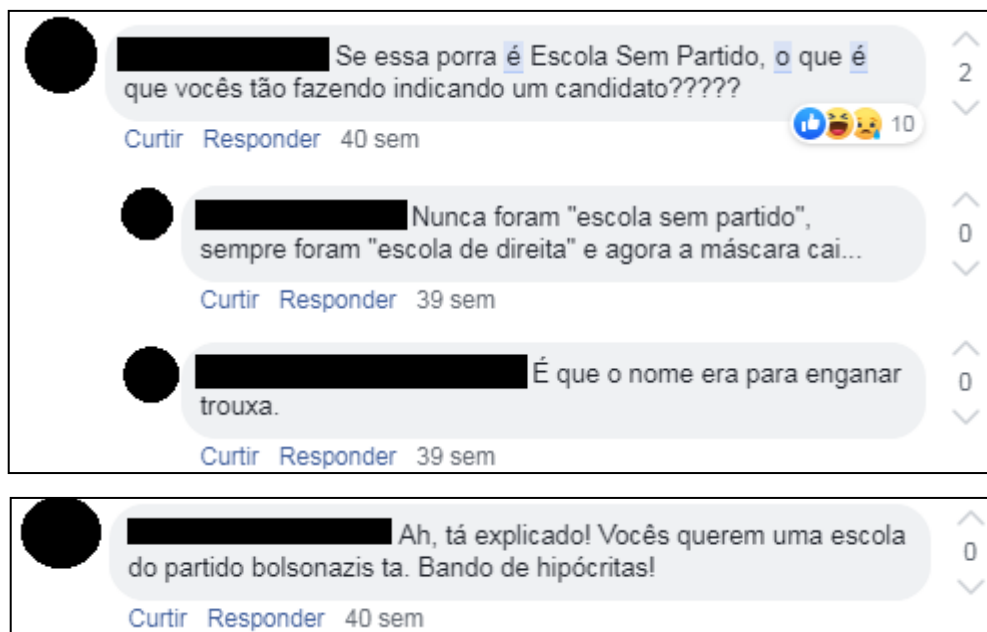
  Escola sem partido fazendo campanha para candidato politico? kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk Cade a neutralidade? kkkkkkkkkkk
  39 sem    5

  Ué escola sem partido fazendo campanha politica? Entendi...
  40 sem   3

  engraçado que ele mesmo vai nas escolas fazer doutrinação
  40 sem  1

  Mas essa porra não era sem partido?
  40 sem

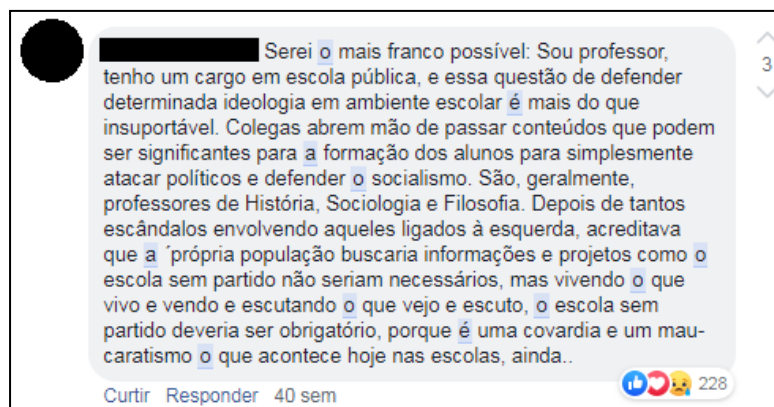
  No Brasil, existe um movimento chamado "Escola Sem Partido."
 Este movimento fala de política e posta vídeos de candidatos.
 O Brasil definitivamente não é para amadores...
  39 sem Editado    4



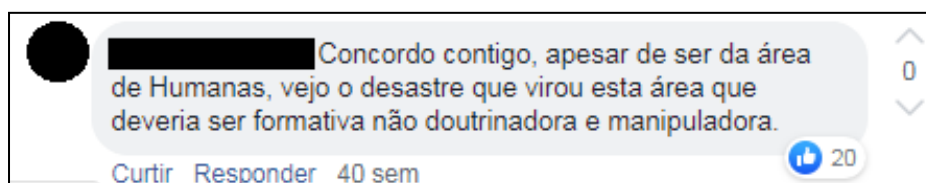
Os comentários acima destacam pessoas que entraram na página pública do Programa ESP para comentarem contra o projeto de lei, uma vez que fica explícito o apoio do ESP ao candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro. O ESP, desde sua fundação, sempre teve partido:

Fundado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, o MESP permaneceu na obscuridade até o início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil. Seu programa foi abraçado por todos os grupos da direita brasileira. É o idealizador de projetos de leis que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional. Com o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff, a proposta do MESP passou a contar com a simpatia do novo ministro da Educação, o administrador e político pernambucano Mendonça Filho (MIGUEL, 2016, p. 595).

Embora algumas pessoas tenham destacado a contrariedade da publicação em questão, a grande maioria dos comentaristas aplaudiu as palavras de Bolsonaro. A seguir, teremos um comentário de um professor de escola pública que defende a implantação do Programa ESP pelo Governo Federal:



Percebe-se que o professor em questão afirma que existe, na escola pública, o que ele chama de doutrinação, principalmente nas disciplinas de História, Sociologia e Filosofia. Ele acredita que o ESP deveria ser obrigatório para acabar com o que ele chama de “mau-caratismo”. Existe uma clara perseguição, principalmente aos/às professores/as das disciplinas mencionadas, por parte da direita conservadora, como se pode confirmar com o ocorrido após quatro meses do atual governo: Jair Messias Bolsonaro elogiou o seu atual ministro da educação pela proposta de redução dos investimentos em cursos de áreas de humanas, dizendo que deveriam ser priorizados os cursos que “geram retorno de fato”⁵². Em resposta ao comentário acima, temos outro professor, que se diz da área de humanas, e que também apóia o Programa ESP:

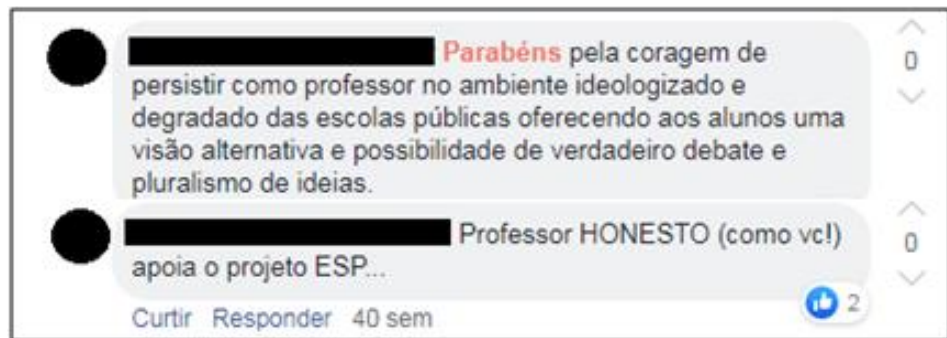


Em seguida, vários seguidores da página exaltam a postura do professor, dizendo que ele deve denunciar as “doutrinações” que presencia, e que é um exemplo de professor para sociedade, por ser honesto e não impor “ideologias esquerdistas”⁵³ aos seus alunos. Abaixo temos dois comentários parabenizando o professor, fica subentendido, no segundo comentário, que professores/as que são honestos/as automaticamente são apoiadores do ESP,

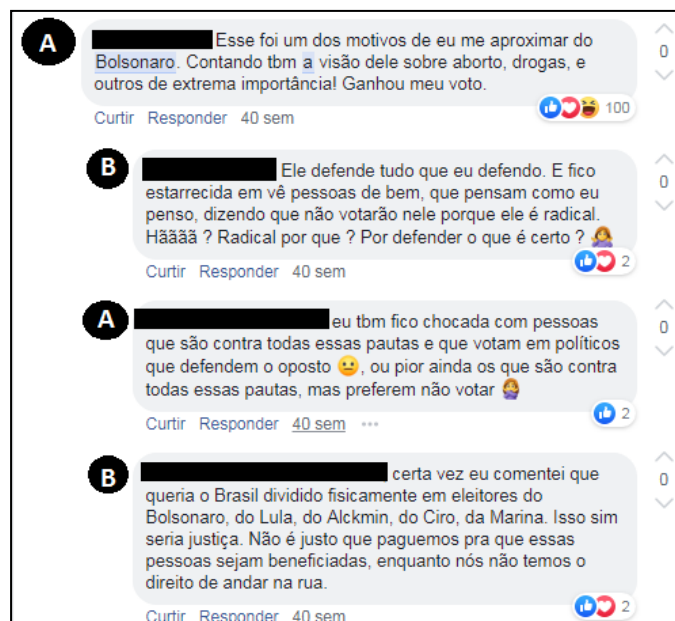
⁵² Matéria publicada no site Correio Braziliense: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_ensinosuperior/2019/04/26/ensino_ensinosuperior_interna,751722/bolsonaro-critica-faculdades-de-humanas-apoia-reducao-de-investimentos.shtml. - Acesso em 16 jun. 2019.

⁵³ Apenas para exemplificar, os apoiadores do Programa ESP, em seus comentários, deixam-nos entender que consideram “ideologias da esquerda”, em sala de aula, quando um professor se presta a discutir diversidade e sexualidade, buscando respeito e igualdade de direitos; quando apresenta o Regime Militar como uma época de censura e crueldade ao povo privado de sua liberdade; e quando apresenta religiões diferentes das cristãs de forma a buscar o respeito e a tolerância às mesmas.

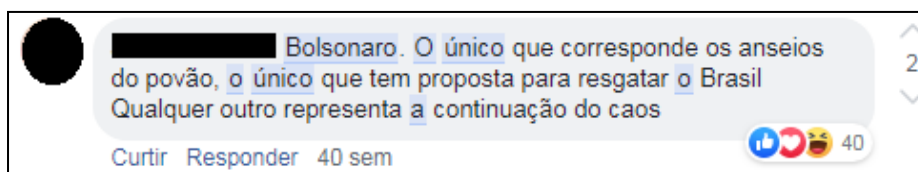
e, no primeiro, os parabéns são pela coragem de persistir num ambiente ideologizado debatendo de forma “verdadeira” o pluralismo de ideias. Aqui fica entendido que, para eles, a forma que se debate assuntos como diversidade e sexualidade respaldados em referenciais teóricos dos Estudos de Gênero não é verdadeira, o que eles apontam como “lavagem cerebral” nas crianças e jovens, querendo “confundi-los/as” e criar uma crise de identidade.



Nos comentários abaixo, temos duas seguidoras da página ESP e admiradoras de Bolsonaro. A comentarista “A” esclarece que o fato mencionado no vídeo – apoio ao ESP e o combate a ideologia de gênero – foi o que a fez se aproximar do candidato, pois ela considera de extrema importância para o país. A comentarista “B” concorda com a primeira e se diz estarecida por ouvir pessoas dizerem que não votarão nele por ele ser muito radical. Para ela, ele defende o que é certo, e isso bastaria para que pessoas “do bem” votassem nele. Elas são exemplos claros de mulheres que se subordinam passivamente à masculinidade hegemônica. Elas defendem um político que sempre se posicionou com ideias machistas e homofóbicas, e acreditam que o sistema educacional deve se posicionar contra as discussões de gênero e sexualidade que poderiam muito favorecer as mulheres em diversos aspectos:

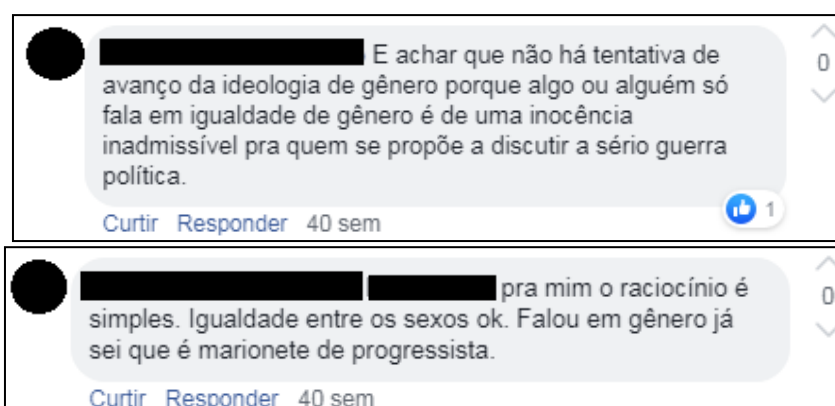


Abaixo, outra mulher exalta Bolsonaro como aquele que corresponde aos anseios do “povão”, e que seria o único que conseguiria resgatar o Brasil do caos:



O resgate do país, em questão, além de sugerir estar envolvendo um retrocesso no que se refere às conquistas dos movimentos LGBT, feministas, negros e de outras minorias, a fim de garantir a continuidade do poder naqueles que pertencem à masculinidade hegemônica e aos padrões heteronormativos, também reverbera de forma geral o sentimento anticorrupção e antipetismo que se estendeu pelos protestos por parte da Direita e seus apoiadores nos últimos anos. No que se refere à continuidade dos padrões hegemônicos de masculinidade como normativos, o discurso do comentário explica essa adoração, por parte dos/as conservadores, pelo Regime Militar, uma vez que se tratava de uma era dominada por homens com características violentas que impunham suas regras e desejos sobre mulheres e homossexuais.

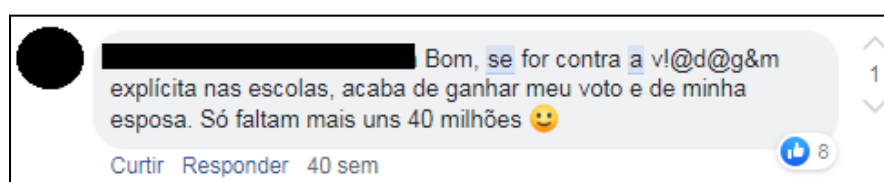
A seguir, dois comentários de um mesmo seguidor e admirador do Programa ESP, nos quais fica evidente o quanto a palavra “gênero” tornou-se símbolo da esquerda e inimiga da direita, na política brasileira:



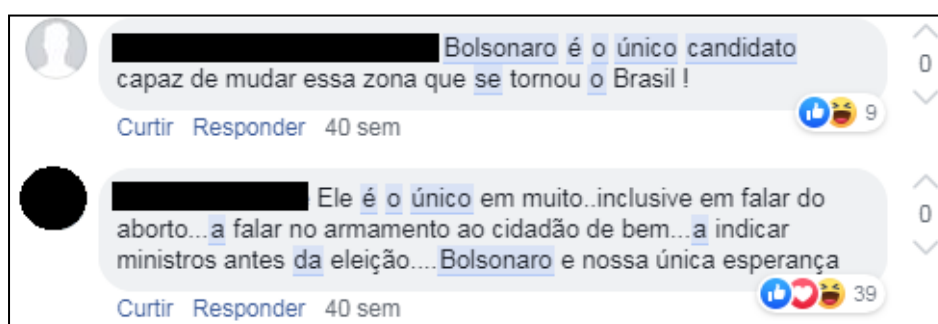
Os comentários acima retratam muito bem o que os/as conservadores/as pensam a respeito dos estudos de gêneros, que erroneamente chamam de ideologia. De acordo com o comentário, igualdade entre os sexos é aceitável, mas se usar a palavra gênero, não. Miguel (2016, p. 595) esclarece quando foi que as discussões acerca dos papéis de gênero tomaram notoriedade por parte do Programa ESP:

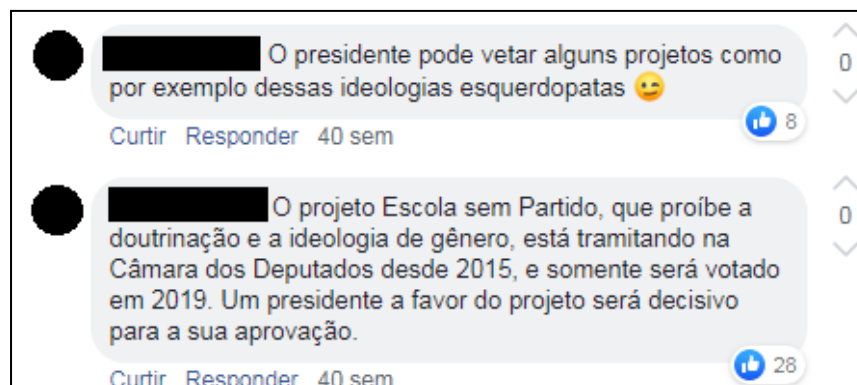
O crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças.

Assim, verifica-se que discutir sobre a igualdade de gênero e o respeito à população LGBT nunca foram políticas públicas importantes para os/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as. Abaixo, um apoiador do ESP deixa claro que Bolsonaro acaba de ganhar seu voto e de sua esposa se o candidato for contra a “viadagem explícita” nas escolas. O discurso preconceituoso demonstra que esses/as conservadores/as não aceitam as discussões visando ao combate à homofobia em sala de aula. No caso do comentário abaixo, fica ainda subentendido que a esposa do comentarista é subordinada a ele, e deve votar no candidato que ele considera o ideal, tendo suprimida a sua voz e poder de decisão:

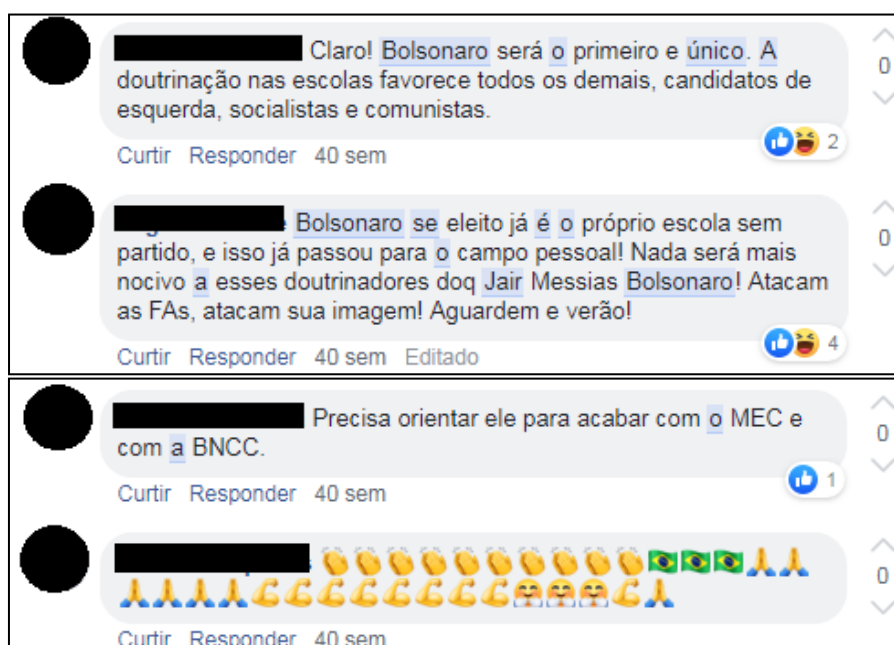


Temos, então, a masculinidade hegemônica exercendo sua autoridade sobre a mulher, e se colocando como superior à homossexualidade, enquanto masculinidade subordinada. Abaixo, outros comentários que demonstram que o fato de Bolsonaro ser a favor do Programa ESP, pela proteção das famílias e das crianças contra à “ideologia de gênero”, é um dos principais motivos para que os/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as tenham nele a esperança de um governo em prol da família:





Abaixo, o primeiro comentarista afirma que o único candidato que acabaria com ideais de esquerda, comunistas e socialistas é Bolsonaro e, logo, subentende-se que ele é o único que conseguirá interromper as discussões, em sala de aula, contra a homofobia, a transfobia e contra o sexismo presente na sociedade. O segundo comentarista já coloca Bolsonaro como a própria personificação do Programa ESP, e o terceiro pondera que, caso Bolsonaro fosse eleito, precisaria ser orientado a acabar com o Ministério da Educação e Cultura e com a Base Nacional Curricular Comum. Um último comentário aparece com bandeiras do Brasil e aplausos ratificando as ideias discursadas a favor do candidato exposto no vídeo defendendo o ESP:



Para entender esse pânico vivenciado pelos/as conservadores/as quando imaginam que os estudos feministas e a tolerância à diversidade sexual possam se tornar cada vez mais discutidos, Miguel (2016, p. 601) ressalta que houve uma guinada no Programa ESP no momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepôs à “doutrinação marxista”:

A defesa de uma educação “neutra”, que era predominantemente até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. O foco principal é a “ideologia de gênero”, mas a regra contempla também as posições políticas sobre outras questões e mesmo a teoria da evolução das espécies ou o heliocentrismo. Se as escolas privadas poderiam incluir cláusulas contratuais que garantissem a possibilidade de apresentação de determinados temas em sala de aula, as públicas teriam que se curvar aos vetos de tantos pais de alunos quantos quisessem se aproveitar da prerrogativa.

Por isso tanto se clama pela manutenção da “família tradicional cristã”. Pais e mães conservadores/as querem criar filhos/as para se tornarem conservadores/as como eles/as, o que provavelmente os/as tornarão intolerantes à diversidade e preconceituosos/as. É preocupante como as questões que envolvem gênero e sexualidade tomaram uma proporção tão grande dentro do Programa ESP, tornando o combate a chamada “ideologia de gênero” um personagem protagonista neste movimento.

Essa onda conservadora vem, na atualidade, com tanta força, que segundo Moura (2019), compara-se, no caso dos professores que estão na mira do Programa ESP, “com a situação de medo vivida por professores no período do macarthismo nos Estados Unidos, na ditadura militar brasileira e no regime nazista”. Ainda relata que mesmo o STF reconhecendo a inconstitucionalidade dos projetos de lei do ESP, muitos professores já se sentem ameaçados:

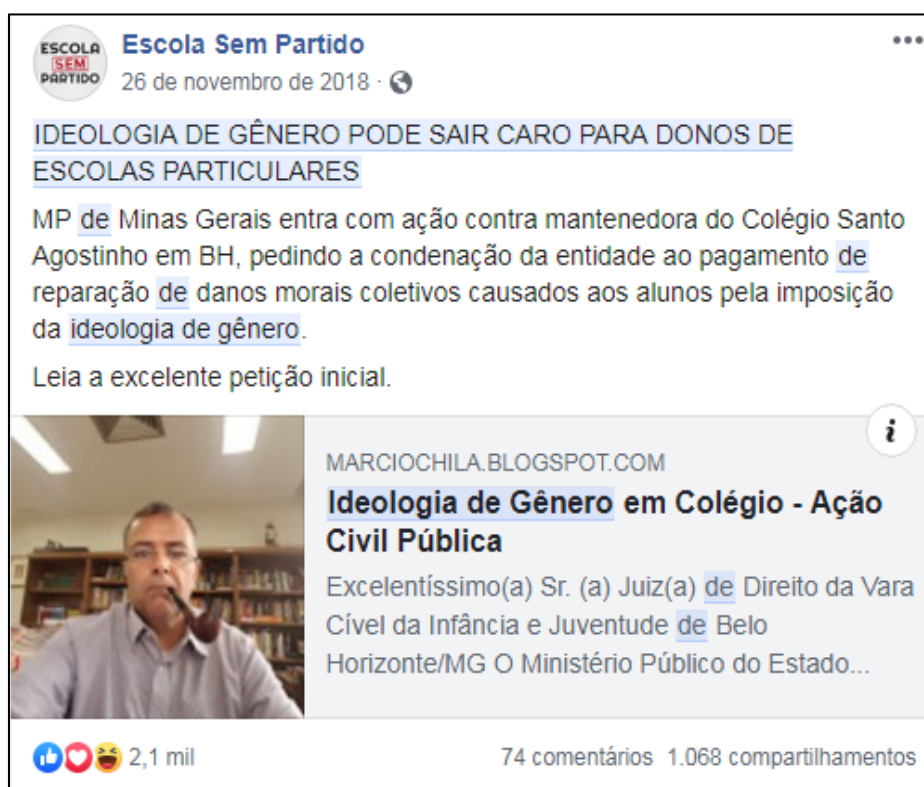
O discurso de ódio contra os professores está difundido e são muitos os docentes que estão sendo perseguidos, filmados e expostos nas redes sociais, linchados virtualmente e ameaçados de agressões, morte e estupro. A categoria já está, nesse momento, sofrendo perseguições típicas de regimes autoritários. (...) § Muitos professores já estão se autocensurando e desistindo de abordar temas polêmicos na visão do ESP, como teoria da evolução, Big Bang, aquecimento global, reforma agrária, inquisição, nazismo, ditadura militar, dentre outros. É a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o saber que está em risco, e, conseqüentemente, a própria democracia. Os ataques, que já haviam se tornado comuns na educação básica, se alastraram também para a universidade no período eleitoral. E a fórmula anunciada como capaz de acabar com a suposta doutrinação na educação é o ensino à distância e a privatização das instituições de ensino públicas, incluindo as universidades. O Escola Sem Partido é também uma estratégia de desmonte da ciência brasileira.

Percebemos, então, no fechamento deste tópico, o quanto o Escola “Sem” Partido tem um papel político importante na atualidade brasileira, em prol do Governo em exercício, se fazendo passar por um simples projeto de lei que visa a anexar avisos nas paredes das salas de aula, evitando “doutrinação” por parte dos professores. Porém, o Programa ESP é muito mais

audacioso, ele quer transformar os/as verdadeiros/as educadores/as em inimigos/as da sociedade cristã e conservadora, em troca de garantir que tudo que favoreça ao atual governo e às religiões a ele vinculadas se concretize, e isso inclui o desmonte da ciência, como foi dito, e também a legitimação da masculinidade hegemônica e a continuidade de todas as suas toxicidades já apontadas no primeiro capítulo.

4.3 Escolas Particulares na mira do ESP

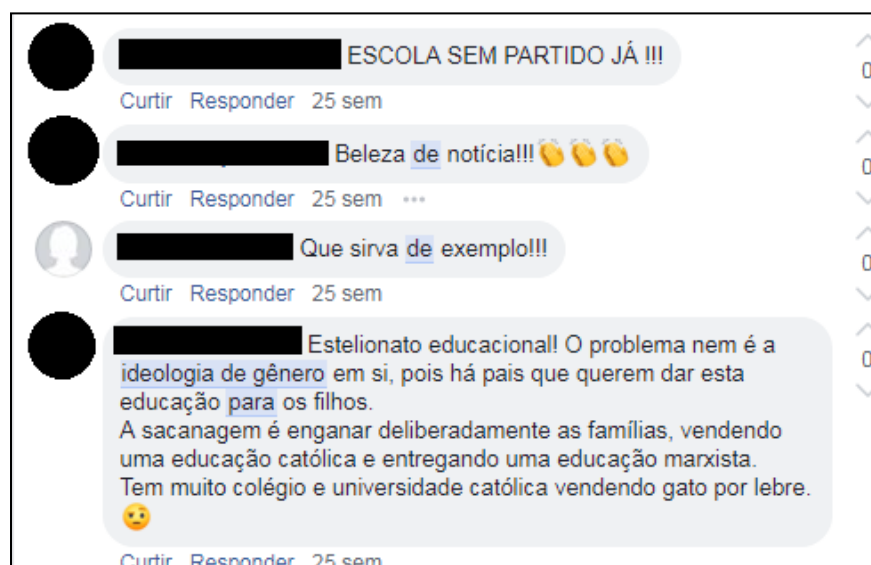
Neste tópico, temos uma publicação de 26 de novembro de 2018 que alcançou mais de duas mil reações, 74 comentários e mais de um mil compartilhamentos a partir da página do Programa ESP. A publicação traz como título “Ideologia de gênero pode sair caro para donos de escolas particulares”, e traz um link⁵⁴ do blog de Márcio Luís Chila Freyesleben, procurador de justiça.



No artigo compartilhado pelo Programa ESP está publicada, na íntegra, uma petição inicial de “Ação Civil Pública Protetiva c/c Ação para Apuração de Infração Administrativa”

⁵⁴ Artigo disponível em: <http://marciochila.blogspot.com/2018/11/ideologia-de-genero-em-colegio-acao.html>. Acesso em: 8 jul. 2019.

contra a Sociedade Inteligência e Coração, encaminhada ao Juiz de Direito da Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte/MG. Resumidamente, trata-se do fato de um grupo de pais/mães de alunos/as do Colégio Santo Agostinho (mantido pela Sociedade Inteligência e Coração) questionar a inclusão, no plano pedagógico da escola, da “ideologia de gênero”, encontrada nos materiais didáticos direcionados às crianças da 3ª a 6ª série do ensino fundamental. Não vamos nos ater ao que diz a petição, visto que não é o foco desta pesquisa, mas sim aos comentários que se desencadearam a partir de tal publicação.



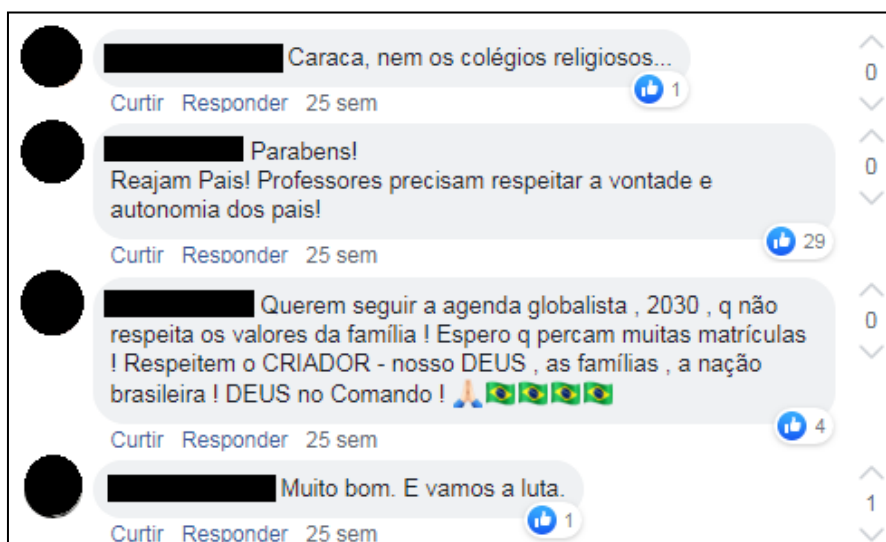
Pelos comentários acima, fica bastante evidente o apoio de quem valida o Projeto ESP na censura que o procurador de justiça, por meio de sua petição, tenta impor a uma escola particular. Um dos comentários chega a dizer que várias escolas e universidades “se passam” por instituições católicas, porém, trazem uma educação marxista. O comentarista chega a dizer que o problema não é a “ideologia de gênero” em si, mas o fato de enganarem as famílias, o que sugere que, se uma família escolhe uma instituição educacional vinculada a uma igreja cristã, espera-se que essa instituição nem cogite tratar de temáticas que se referem à sexualidade e gênero.

Abaixo, mais comentários que aprovam a petição supracitada, e uma crítica ao material didático da disciplina de História, afirmando que mais tem ligação com conteúdos de Sociologia do que propriamente de História. É bastante comum, para os/as conservadores/as, afirmarem que a Sociologia não é uma disciplina bem vista por eles/as e que a mesma tem efeitos nocivos aos jovens. Porém, como pensar em História sem refletir a organização social e seu funcionamento? Os comportamentos sociais sempre marcaram cada período da história de um povo. Na verdade, o que os/as conservadores/as desejam é uma disciplina que conte uma História do ponto de vista deles, sem fazer com que os/as alunos/as questionem e

critiquem a atuação de políticos conservadores ao longo dos anos, fazendo com que essas políticas continuem parecendo ser as normais ideais a serem mantidas na atualidade.



Nos comentários abaixo, mais uma vez a religiosidade aparece trazendo votos de castigo e o verbo no imperativo. O terceiro comentário traz ao mesmo tempo o desejo de fracasso à instituição que trata temas sobre diversidade e exige respeito ao “Criador” em nome da família. Discutir temáticas sobre gênero e sexualidade é o ápice do desrespeito aos valores cristãos que visam à manutenção da família.



O que se destaca, nos comentários acima, é o pânico em torno do que eles/as chamam de “agenda globalista 2030”, que se trata da Agenda desenvolvida pela ONU – Organização das Nações Unidas⁵⁵ – que nada mais é do que um plano de ação que busca fortalecer a paz universal e a liberdade. Entre os 17 objetivos, que trazem, entre eles, a erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, educação de qualidade, energia limpa e

⁵⁵ Para maiores informações sobre a Agenda 2030, acessar o site oficial disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

acessível, ação contra a mudança global do clima e paz, justiça e instituições eficazes, aparecem dois objetivos que amedrontaram demasiadamente os/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as: igualdade de gênero e redução das desigualdades.

A ONU há anos já se tornou uma inimiga de grande parte dos movimentos conservadores e religiosos, por buscar esse compromisso com a igualdade de gênero. Connell (2015, p. 278) aponta muito bem o envolvimento da organização nesse processo de luta pela equidade de gênero:

As organizações da ONU adotaram a estratégia da “femocrata” e designaram várias agências que buscavam a igualdade de gênero, fundidas em 2010, criando a ONU Mulheres. Em geral, agências de auxílio têm programas para mulheres ou que atuam sobre o gênero, e muitas ONGs fazem o mesmo. Há documentos amplamente conhecidos de políticas públicas, em especial a CEDAW, da ONU, a Condenação sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e a Declaração de Pequim, de 1995, adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres.

Em 2016, no site da ONU, foi publicada uma matéria intitulada “UNESCO defende educação sexual e de gênero nas escolas para prevenir violência contra as mulheres”.⁵⁶ Na publicação, o destaque está na urgente necessidade de se aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero nas escolas visando uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. A UNESCO ainda ressaltou seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT, colocando-se contra qualquer forma de discriminação e violação dos direitos humanos, no intuito de atingir alguns dos objetivos da Agenda 2030. Dessa forma, fica totalmente entendível o porquê de todo um pânico criado pelos/as conservadores/as no que diz respeito a essa agenda e a própria ONU.

É importante entendermos que essa preocupação da ONU vai ao encontro do que Castro (2006 apud CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009b, p. 31) compreende sobre a impossibilidade de se fazer uma educação de qualidade sem uma educação cidadã, uma educação que valorize a diversidade, e reflete:

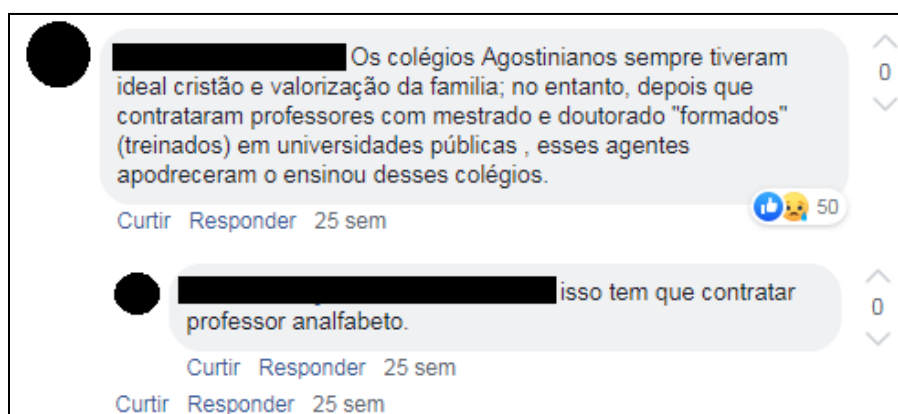
Reconhecemos porém que a escola tem uma antiga trajetória normatizadora e homogeneizadora que precisa ser revista. O ideal de homogeneização levava a crer que os/as estudantes negros/as, indígenas, transexuais, lésbicas, meninos e meninas deveriam se adaptar às normas e à normalidade. Com a repetição de imagens, linguagens, contos e repressão aos comportamentos “anormais” (ser canhoto, por exemplo) se levariam os “desviantes” à integração ao grupo, passando da minimização à eliminação das diferenças (defeitos). E o que seria ser normal? Ser homem-macho? Ser mulher feminina? Ser negro quase branco? Ser gay sem gestos “afetados”? Espera-

⁵⁶ Publicação disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-defende-educacao-sexual-e-de-genero-nas-escolas-para-prevenir-violencia-contra-mulheres/>. Acesso em 19 ago. 2019.

se que o discriminado se esforce e adapte-se às regras para que ele, o diferente seja tratado como “igual”. Nessa visão, “se o aluno for eliminando suas singularidades indesejáveis, será aceito em sua plenitude”

A reflexão acima retrata claramente o cenário que as escolas poderiam vivenciar em seus cotidianos se um programa como o ESP fosse implantando e obedecido nas escolas. Os/as “diferentes” teriam que se adequar de acordo com os padrões considerados adequados pela sociedade conservadora, deixando suas singularidades serem invisibilizadas. Dando sequência aos discursos sobre a publicação, na próxima figura temos um comentário que culpa os programas de Mestrado e Doutorado por “formarem” os/as professores/as, por meio das Universidades “Públicas”, em “agentes” que “apodrecem” o ensino, enfatizando que, quando as instituições de ensino, ligadas às igrejas, não contratavam profissionais com essas titulações, ainda conseguiam pregar os ideais cristãos e valorizar a família.

Embora o comentário tenha recebido, como se vê, uma resposta irônica, é nítido o quanto os/as defensores/as do Programa ESP são contrários às universidades federais e, principalmente, contra os cursos da área de humanas, como já discutido anteriormente. São nas pesquisas científicas dessa área que se reflete sobre os abusos e censuras que a política de extrema direita está tentando impor na sociedade, são nos congressos e encontros promovidos pelos cursos de humanas que se constata, com embasamento científico, o quanto é grave o discurso de uma “ideologia de gênero” que os/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as criaram com respaldo na bíblia para amedrontar a sociedade.



Quando o Presidente da República deixa claro que precisa existir um desinvestimento nos cursos de humanas⁵⁷ para que se invista em cursos que “deem retorno” à sociedade, podemos inferir que se espera que tenhamos professores/as que não despertem o senso crítico

⁵⁷ Matéria publicada no Jornal “O Globo” em 26 de abril de 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980>. Acesso em: 8 ago. 2019.

de seus/as alunos/as e que apenas os/as formem para um mercado de trabalho cada vez mais opressor. Mais uma vez temos a evidência de que a masculinidade hegemônica não quer perder sua posição de vantagem na sociedade, e que uma das formas mais factíveis de se manter é impedindo que se discuta sobre ela e sua toxicidade, fazendo-a parecer o ideal, a norma de uma sociedade adequada, usando-se da religiosidade e de questões morais para garantir sua manutenção e ascensão.

Ainda sobre os cursos da área de humanas, em 15 de junho de 2019, a Folha de São Paulo publicou uma matéria intitulada “*Ciências Humanas levam Brasil à elite da produção científica: Levantamento da Folha mostra que publicações da área de humanidades tiveram crescimento acima da média*”⁵⁸. A matéria vem contradizer, em nome dos/as pesquisadores/as da área, a fala do atual governo que afirmou que produções científicas das ciências humanas são pouco relevantes, quando, de fato, o Brasil ficou entre os 15 maiores produtores de conhecimento no mundo, sendo que as pesquisas na área de humanas tiveram crescimento acima da média.

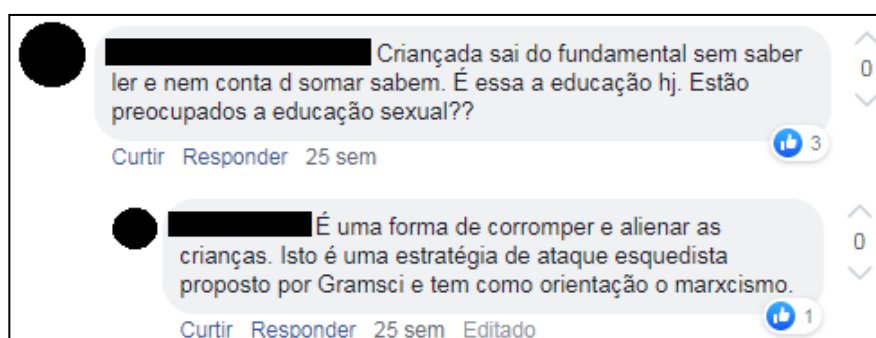
Foi o novo ministro da educação, Abraham Weintraub, que na verdade é economista, que, ao assumir a pasta, fez alguns “estudos” sobre as pesquisas científicas de diferentes áreas e afirmou em audiências com deputados/as e senadores/as, ao longo do mês de maio, que “haveria uma certa improdutividade e uma inutilidade das ciências humanas brasileiras e áreas correlatas em comparação, por exemplo, às ciências exatas”. Sua afirmativa foi endossada pelo presidente Jair Bolsonaro, e sustentou propostas de cortes de verbas públicas específicas para pesquisas nessas áreas. Porém, a matéria da Folha, embasada em dados da base internacional *Web of Science*, a mesma utilizada nos cálculos de produção científica do Ranking Universitário Folha, que avalia universidades desde 2012, ressalta:

Os cientistas brasileiros aumentaram a produção de ciência publicada em periódicos científicos, em todas as áreas do conhecimento, em média 67,3% no período de 2008 a 2017 – o que colocou o Brasil entre os 15 maiores produtores de ciência no mundo. § As ciências sociais aplicadas, as humanidades e a linguística cresceram mais aceleradamente – respectivamente, 77%, 123,5% e 106% no mesmo período. Para se ter uma ideia, o número de artigos acadêmicos em ciências agrárias do país cresceu 51,6% no mesmo período – abaixo da média nacional.

Dando continuidade às análises dos comentários, continuamos a verificar mais críticas à educação em defesa da diversidade, como veremos a seguir, em um comentário que afirma

⁵⁸ Matéria publicada no Jornal “Folha de São Paulo” em 15 de junho de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/06/ciencias-humanas-levam-brasil-a-elite-da-producao-cientifica.shtml>. Acesso em 9 ago. 2019.

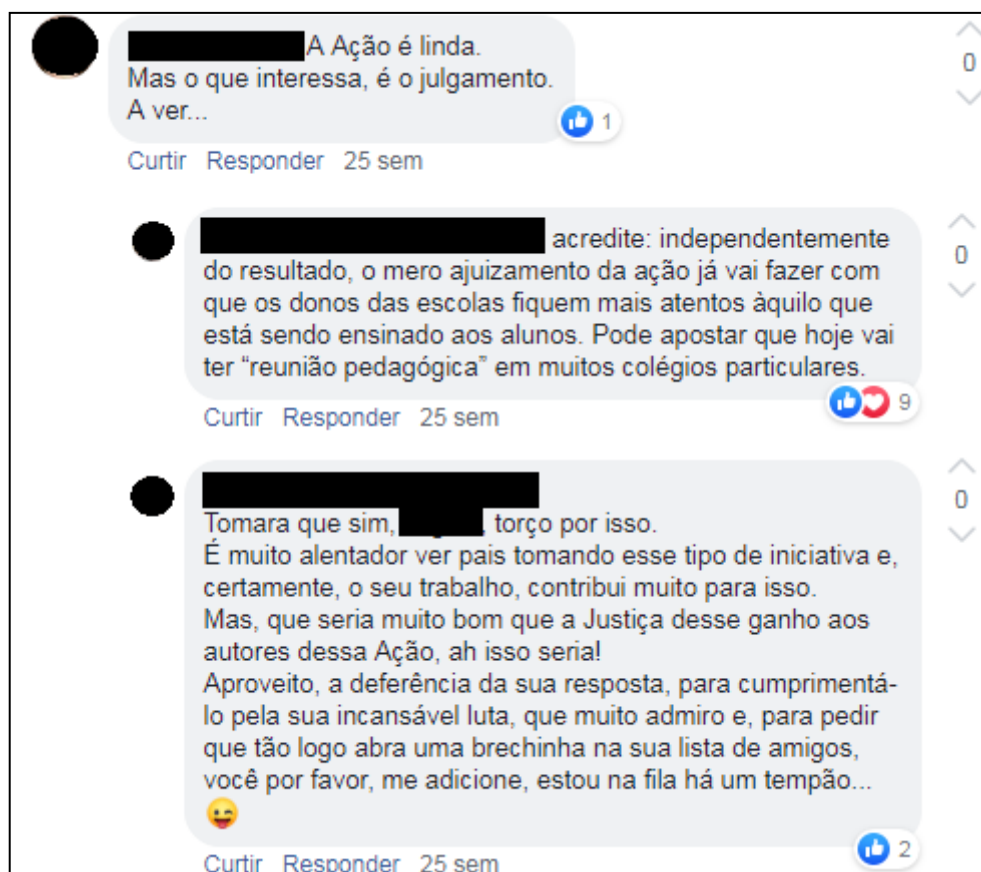
que a educação, atualmente, não capacita a criança em habilidades básicas como ler ou fazer contas simples, mas que se preocupa com a educação sexual.



O discurso contido no primeiro comentário parece tentar influenciar os/as leitores/as e seguidores/as da página que, para trabalhar o que o comentarista chama de “educação sexual”, seria necessário deixar de lado conteúdos programáticos fundamentais. Sabemos que trabalhar respeito às diferenças deve ser interdisciplinar, nos diversos conteúdos e de diversas formas, sem deixar de lado o que se espera de cada disciplina. O comentário teve como resposta o apoio de outro seguidor do programa ESP, que afirma existir uma forma de corrupção e alienação da criança, quando se fala em temáticas de respeito à diversidade em sala de aula. Mais uma vez discussões como essa são relacionadas, sem muitas explicações e sem conexão, à esquerda política e ao marxismo, colocando Gramsci como um proponente, por parte da esquerda brasileira, para introduzir a ideologia de gênero a partir de uma orientação Marxista. Ou seja, há uma insistência, sem sustentação epistemológica alguma, de que a categoria gênero é central ao pensamento marxista que, também, se funda na destruição das famílias.

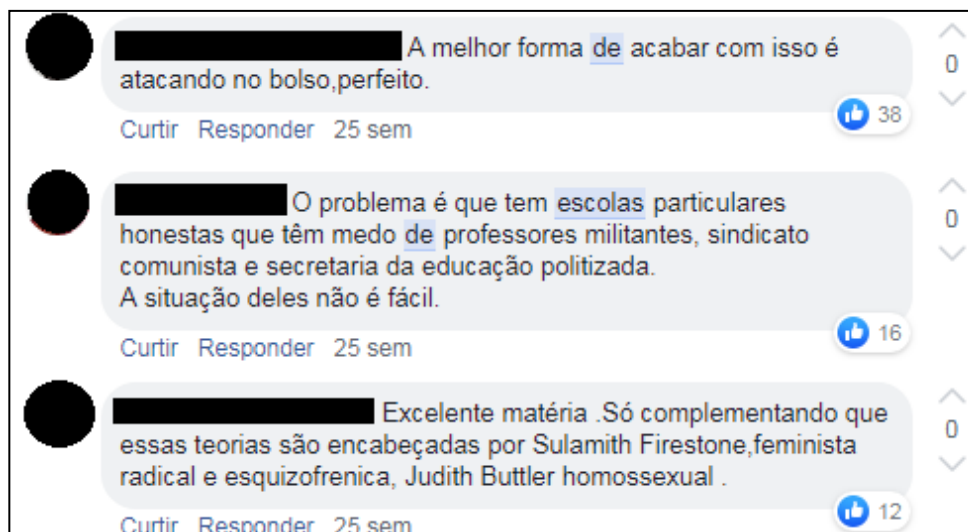
Voltando ao primeiro comentário, o discurso nele contido é muito próximo das palavras do presidente da república, na matéria do Jornal “*O Globo*”, citada anteriormente, quando ele afirma que: “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”. Palavras essas usadas para justificar o desinvestimento nas faculdades brasileiras de ciências humanas.

Abaixo, em meio a elogios ao autor da petição da publicação, mais uma vez um apoiador do Programa ESP esboça sua felicidade com o fato de que, independente do resultado obtido com aquela petição, muitas escolas particulares ficariam amedrontadas e, com isso, provavelmente iria reunir seu corpo docente para rever suas práticas pedagógicas, sugerindo que, após o conhecimento do ocorrido por parte das escolas particulares, temáticas sobre respeito à diversidade deveriam ser abolidas.

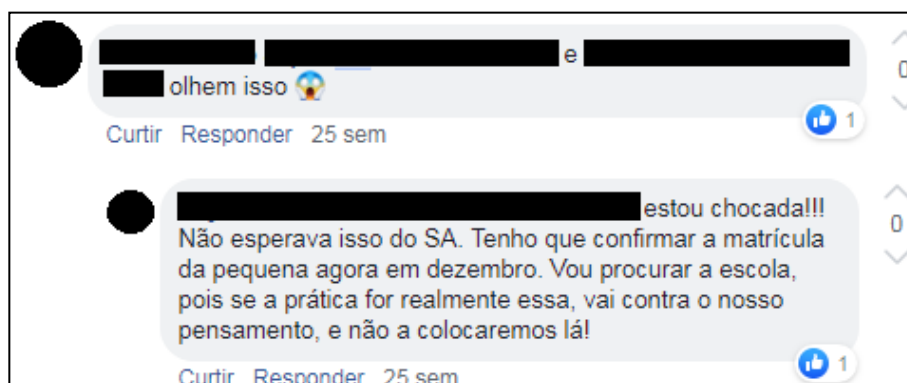


A seguir, outros comentários favoráveis ao teor da publicação. O primeiro destaca que quando a escola particular sentir “no bolso”, com a diminuição de alunos/as proveniente da insatisfação dos pais e mães com as temáticas sobre diversidade discutidas em sala de aula, as coisas podem mudar e a “ideologia de gênero”, como eles dizem, desaparecer do âmbito escolar. O segundo comentário defende que muitas escolas particulares são honestas, porém, acabam sendo “vítimas” de seus/as próprios/as funcionários/as, uma vez que o sindicato e a secretaria da educação sempre estão do lado dos/as professores/as, tornando “difícil” a situação das escolas. E, no terceiro comentário, um apoiador do Programa ESP chama Shulamith Firestone⁵⁹ de feminista radical e esquizofrênica, e Judith Butler de homossexual, considerando-as as cabeças do que eles chamam de “ideologia de gênero”:

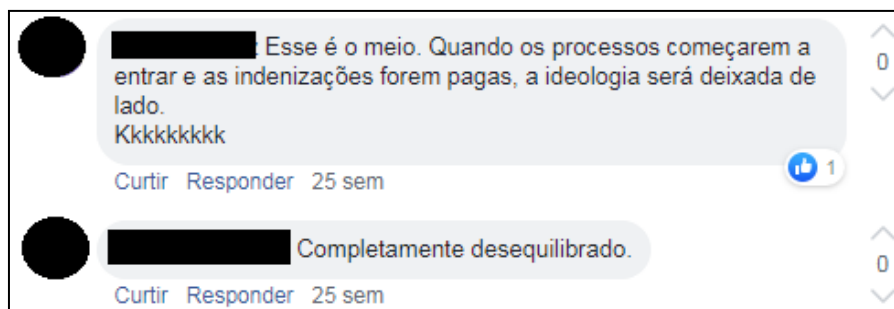
⁵⁹ Shulamith Firestone foi uma feminista canadense-americana que teve importante papel no desenvolvimento inicial da segunda onda feminista. Foi autora da importante obra “Dialética do sexo – um estudo da revolução feminista”.



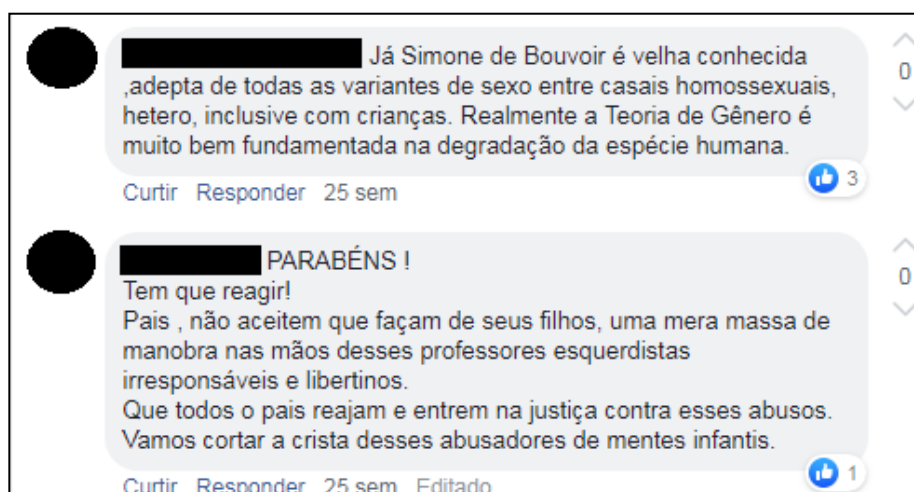
Abaixo, temos um apoiador do Programa ESP que, ao ver a publicação e constatar que se tratava da instituição em que a filha de uma pessoa de seu convívio social, marcou a mãe da criança para que a mesma tivesse acesso à publicação. Ao ver a publicação, a pessoa se diz “chocada” e diante de um dilema ao estar prestes a renovar a matrícula da filha. O fato de a escola discutir respeito às diferenças seria decisivo para que essa pessoa resolvesse o destino escolar da criança:



Na próxima figura, mais um comentário comemorando, inclusive com risadas, o fato de a escola mencionada na publicação poder vir a ser julgada e obrigada a indenizar famílias que se sentirem lesadas pelo conteúdo abordado nos materiais didáticos:



E, por último, um comentário sem muito sentido dentro do contexto discutido no momento de sua publicação, porém, que vem criticar mais um importante nome do feminismo: Simone de Beauvoir. A filósofa feminista é colocada como adepta de “todas as variantes de sexo” entre casais homossexuais, heterossexuais e, inclusive, com crianças. Não há aqui, como em muitas outras afirmações feitas pelos apoiadores do Programa ESP, nenhuma fonte ou referência para respaldar o que é afirmado, mas eles/as, mais uma vez, tentam tratar importantes nomes dos estudos de gênero, principalmente as feministas, como pessoas promíscuas e pedófilas que buscam a “degradação da espécie humana”. O segundo comentário pede reação de pais e mães contra professores/as “esquerdistas irresponsáveis e libertinos/as”, que abusam de mentes infantis.



Os comentários que giraram em torno da publicação exposta no início deste subcapítulo trazem, em maior destaque, o quanto para os/as conservadores/as que defendem o Programa ESP é importante que os pais e as mães façam pressão nas escolas particulares contra as discussões sobre respeito às diversidades aproveitando-se do fato de a escola particular necessitar da manutenção desses/as alunos/as por terem seus fins comerciais. Além disso, fica claro o quanto professores/as capacitados/as e com títulos importantes na área de humanas são mal vistos/as e, de certa forma, temidos/as por serem mais capazes de despertar

o pensamento crítico dos seus/as alunos/as, o que já esclarece o porquê do governo se mostrar tão propenso a cortar verbas dessas áreas. Todos esses comentários ratificam, assim como os outros analisados, que a masculinidade hegemônica quer continuar a garantir seu lugar de destaque na sociedade, impossibilitando a busca por igualdade e respeito por aqueles/as que nela não se enquadram.

A garantia do silenciamento sobre discussões envolvendo temas como a equidade de gênero e o respeito à população LGBT, por exemplo, nada mais é do que uma das formas mais eficazes que uma sociedade tão patriarcal, misógina, lgbtfóbica e heteronormativa, como a brasileira, encontrou para manter essa reprodução da masculinidade hegemônica. Importante entender que até mesmo quando mulheres vítimas de violência, por homens, se silenciam, e também quando as pessoas LGBT sofrem caladas várias formas de preconceito sem se posicionarem contra isso, são cúmplices da masculinidade que as oprime.

É preciso falar sobre masculinidades e repensar sobre os seus padrões normativos, pois silenciar-se é garantir que esses padrões continuem vigorando de forma a se parecerem a maneira mais “adequada” de se posicionar como homem em sociedade. Discutir sobre isso, no intuito de desconstruir modelos tradicionais do que é ser homem, foi o que um grupo de homens passou a fazer, ao se reunir no centro do Rio de Janeiro, em janeiro deste ano, num minicurso intitulado “Entendendo as Masculinidades”. De acordo com matéria⁶⁰ publicada no site “O Globo”, um professor de geografia de 24 anos organizou o minicurso e, já no terceiro encontro, reuniu cerca de 30 homens, numa roda de diálogo que traziam experiências traumáticas na infância, frustrações e decepções na vida adulta, sem tabus, no intuito simplesmente de repensar e transformar os conceitos de masculinidade daqueles participantes. Nas palavras do organizador e professor:

Os homens precisam começar a falar sobre comportamentos tóxicos associados à masculinidade, e como podemos mudá-los. Tanto internamente como no mundo. Por isso, precisamos nos sentir à vontade para lidar com nossos sentimentos e emoções. Só assim podemos sair das nossas zonas de conforto e criar redes de apoio – afirma Caio, que destaca a importância de tirar o fardo dessa desconstrução das mulheres. Para isso, ao longo das quatro aulas que ministrou, Caio apostou na interação entre os homens. § (...) Dou aula de geografia para adolescentes, e é impressionante como eles reproduzem preconceitos como machismo, racismo e homofobia. Ao mesmo tempo, também são extremamente receptivos a provocações, discussões e informações para repensar seu comportamento. Hoje o feminismo é pauta nacional, mas é preciso que os meninos entendam a importância de trabalharem suas masculinidades para que não sejam tóxicas.

⁶⁰ Matéria, na íntegra, disponível no endereço: <https://oglobo.globo.com/sociedade/grupo-de-homens-se-reune-para-repensar-padroes-de-masculinidade-danosos-23404325>. Acesso em 9 ago 2019.

É interessante, na matéria mencionada, a opinião de alguns dos homens participantes do minicurso; um deles comenta o quanto se sentiu bem e à vontade por estar em um lugar onde poderia expor experiências difíceis de sua vida, sem ser vítima de piadas e deboche, como aconteceria no seu círculo de amizades. Uma das atividades do minicurso é treinar a escuta, fazendo com que, em duplas, um pudesse parar para escutar vivências do outro, já que para o organizador, a maioria dos homens ignora a escuta, acostumam-se a querer ter a última palavra, interromper seus interlocutores, principalmente se estes são mulheres. Para um dos participantes, o curso serviu para falar abertamente sobre as emoções que os homens sentem, sem preconceitos:

Cabe a nós nos responsabilizarmos pela criação de uma sociedade que preze pela justiça social, pela liberdade, pela empatia, e que respeite as diferentes masculinidades saudáveis em todas as suas formas de expressão. (...) A masculinidade tóxica cria homens inseguros, depressivos e violentos.

Sobre a importância de se discutir sobre isso nas escolas, há um interessante artigo chamado “O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas”, publicado no periódico “Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação” da UESB, em que Castro (2018) explica que o conservadorismo machista fez com que as identidades de gênero, masculina e feminina, parecessem ter características tanto físicas quanto psicológicas permanentes. Muito parecido com as significações trazidas pelo dicionário, que vimos no primeiro capítulo, naturalizou-se que homens deveriam ser agressivos, corajosos e arrojados, enquanto as mulheres deveriam ser dóceis, passivas e gentis. Aquele que tivesse uma característica condizente com o que era tido como “natural” do sexo biológico oposto seria alvo de críticas, por meio de censura dos pais ou deboches e zombarias por parte da sociedade conservadora.

Castro (2018) ainda enfatiza que é comum do ser humano querer ser aceito em sociedade, amado e reconhecido e, por isso, são poucas as pessoas que ousam a se expressar de maneira divergente ao que se espera do seu sexo biológico. Para o homem, além do medo da censura e do temor da rejeição, existe também o medo de perder o status de “sexo superior”, isso faz com que o homem evite demonstrar até mesmo suas emoções e sensibilidades. Mas numa democracia, a educação tem o dever de lutar contra essa masculinidade tóxica, como Castro (2018, p. 76) aponta:

A educação em uma sociedade verdadeiramente democrática, comprometida com a diminuição das desigualdades, possui a enorme tarefa não só de desestabilizar os paradigmas de identidades femininas subalternizadas ideologicamente pelo machismo, mas também os modelos de identidades masculinas tóxicas, fruto do mesmo machismo (...) § A ideologia patriarcal

nos leva a crer que há uma norma universal que determina o feminino e o masculino como categorias excludentes, isto é, grosso modo, que meninos gostam de carro e são agressivos, enquanto meninas gostam de bonecas e são dóceis. Quem não reproduz a norma de *performance* de gênero própria a seu sexo é visto como um anormal. Assim, na escola, meninas que gostam de brincar de carrinho e andar de calça comprida, e meninos que gostam de brincar de bonecas e deixar o cabelo crescer são repreendidos pelos coleguinhas e pela professora, “isso é coisa de menino” ou “isso é coisa de menina”.

Castro (2018, p. 77) ainda nos traz os postulados principais que constroem a *performance* de gênero da masculinidade hegemônica nos países latino-americanos: “independência financeira e poder de compra, desprezo pelas atividades e ‘virtudes’ femininas, indiferença ao perigo e afirmação de autoridade em todos os níveis – onde estiver, no bar, em casa, na rua, sua presença e voz deve se sobrepôr a de todos os demais”. Essa afirmação confirma o que vimos na matéria sobre o minicurso para homens com intuito de desconstruir a masculinidade tóxica, quando tem por objetivo, em uma das suas atividades, treinar a escuta desses homens, fazê-los ouvir seus/as interlocutores/as.

Sendo assim, fica evidenciado o quanto essa “censura disfarçada de proteção”, espalhada pelo Programa ESP, é perigosa, pois ela legitima a masculinidade hegemônica no ambiente escolar e faz com que ali sejam “formados” homens que vão praticar e transmitir os efeitos nocivos dessa masculinidade tóxica. É preciso urgentemente, nas escolas, desconstruir essa ideia de que exista uma expressão de gênero fixa para cada sexo, já que, quanto mais cedo essas ideias forem reforçadas na criação e educação de crianças e jovens, mais violências e desordens serão causadas na sociedade. E, por fim, é muito importante ressaltar que, nas palavras da pesquisadora, também “precisamos falar sobre formas de combater modelos de masculinidades tóxicas, pois estas não são só prejudiciais às mulheres, elas prejudicam os próprios homens” (CASTRO, 2018, p. 77). Essa afirmativa vai ao encontro dos estudos de Connell sobre a masculinidade hegemônica, conforme já vimos no primeiro capítulo.

4.4 “Militantes” disfarçados de professores

A quarta publicação analisada é um modelo de notificação extrajudicial disponibilizado pelo ESP, no intuito de induzir pais e mães a notificarem o/a diretor/a das escolas em que forem identificados/as professores/as que introduzam temáticas de gênero e sexualidade em suas aulas. Com o título “Não dê moleza para o militante disfarçado de

professor: Primeiro notifique, depois, processe”, a publicação de 20 de outubro de 2017 alcançou 2,4 mil reações, registrou 47 comentários e foi compartilhada por 1.447 perfis do *Facebook*.

ESCOLA SEM PARTIDO Escola Sem Partido
20 de outubro de 2017 · 🌐

NÃO DÊ MOLEZA PARA O MILITANTE DISFARÇADO DE PROFESSOR: PRIMEIRO, NOTIFIQUE; DEPOIS, PROCESSE.

Para ver o modelo de notificação extrajudicial do Escola sem Partido -- que pode ser feito anonimamente -- acesse: <https://goo.gl/mPyAA2>

Ilmo. Sr. Diretor Professor _____
Escola _____
(Estado), (cidade), _____ de _____ de 2017

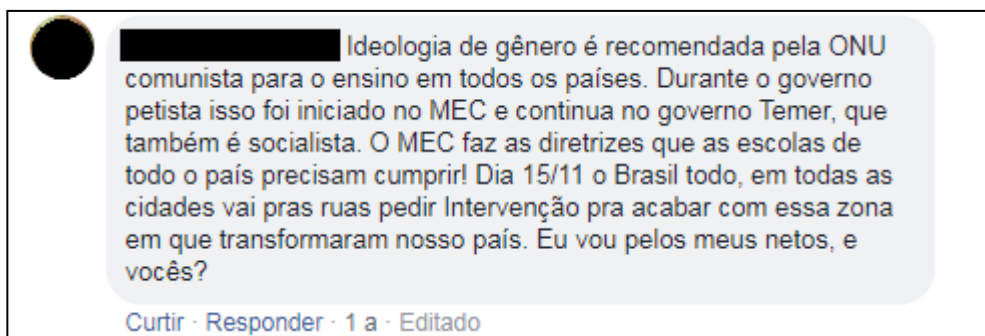
2. É de conhecimento geral, o debate no âmbito nacional de nossa nação, sobre a **IDEOLOGIA DE GÊNERO** e várias outras propostas de apresentação para os alunos da rede de ensino, tanto das instituições públicas quanto das particulares, sobre temas relacionados aos comportamentos sexuais (homossexualismo, bissexualismo, transsexualismo, etc.) e ainda relativos à sexualidade de pessoas adultas, como a prostituição, masturbarção, entre outros.

GAZETADOPOVO.COM.BR i Sobre este site

Pais querem notificar escolas contra ideologia de gênero
Modelo de aviso serve para pais questionarem conteúdos escolares que...

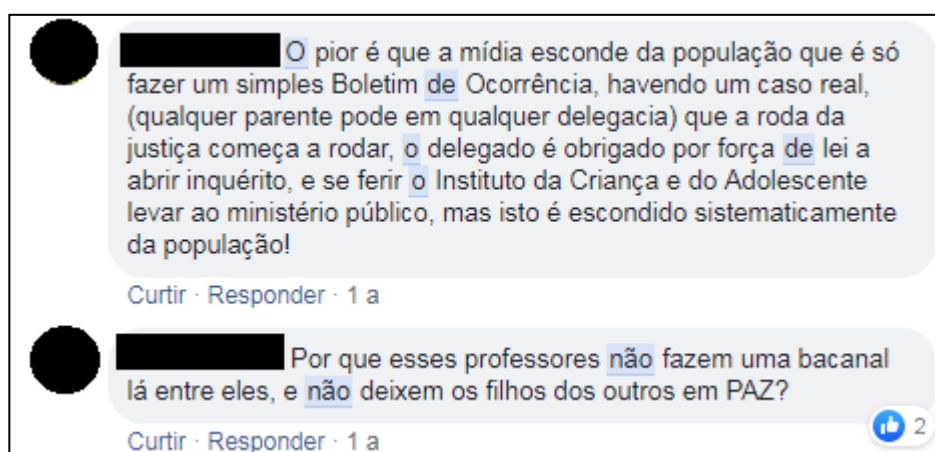
👍❤️😬 2,4 mil 47 comentários 1.447 compartilhamentos

A seguir, teremos um comentário desta publicação que cita, assim como outros já vistos em publicações anteriores, a ONU como uma das disseminadoras da “ideologia de gênero”. A organização internacional é chamada de comunista, e os governos Lula, Dilma e de Michel Temer são considerados também disseminadores dessa ideologia através do MEC no Brasil. O comentarista enfatiza que irá protestar contra o governo pedindo a intervenção contra essa “zona” que dominou o país, e questiona outros/as seguidores/as se estes/as também irão defender suas famílias. Mais uma constatação de que educadores e educadoras em todo país passam a ser vigiados/as e correm riscos caso cumpram seus papéis de contribuírem com a formação de jovens menos preconceituosos/as para uma sociedade menos violenta para as mulheres e para a população LGBT.



Abaixo, outro comentário enfatizando que a mídia também contribui com a disseminação da “ideologia de gênero” quando não esclarece à população sobre como é simples denunciar educadores/as. O comentarista diz que a mídia omite tal informação propositalmente, pois seria fácil levar professores/as aos tribunais caso se comprovasse que estão ferindo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente –, erroneamente chamado no comentário de “Instituto da Criança e do Adolescente”.

Em seguida, outro seguidor e apoiador do Programa ESP compara os projetos em prol da equidade de gênero e visibilidade positiva da diversidade sexual a um “bacanal”. E sugere que, já que eles/as – os professores/as – gostam tanto disso, deveriam deixar as crianças em paz e fazer o que ele considera orgia entre eles/as.



Percebe-se que é comum, para os conservadores e apoiadores do Programa ESP, a associação entre a homossexualidade e as políticas voltadas à população LGBT à promiscuidade. A generalização é muitas vezes discursada nesse sentido, podendo inferir que ser gay, lésbica, bissexual e transexual fossem “condições” que essas pessoas “optassem” praticamente só para ter relações sexuais. Pelos discursos, parece que essas pessoas que estão fora da heteronormatividade não têm sentimentos e cotidianos como qualquer heterossexual: família, um relacionamento monogâmico, trabalho, problemas pessoais, profissionais e de

saúde. São seres promíscuos e sexuais apenas. Em 2008, a Fundação Perseu Abramo, por meio do NOP (Núcleo de Opinião Pública) realizou a pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, Intolerância e respeito às diferenças sexuais nos espaços público e privado”⁶¹. Os dados da pesquisa revelaram que, das 2014 pessoas entrevistadas, 57% acreditavam na afirmação de que “quase sempre os homossexuais são promíscuos, ou seja, têm muitos parceiros sexuais”.

Além disso, a pesquisa também levantou que 29% das pessoas admitiam ser lgbtfóbicas com travestis, 28% com transexuais, 27% com lésbicas e bissexuais, e 26% com gays. A pesquisa também apontou que apenas 24% dos entrevistados concordavam que o Governo deveria criar medidas para combater o preconceito, e também concluiu que a taxa de rejeição que os/as homossexuais sofrem é semelhante à rejeição sofrida por garotos de programa, prostitutas, ex-presidiários e ciganos.

Para refletirmos um pouco mais sobre essa construção do homossexual carregada de estereótipos que faz com que grande parcela da sociedade ainda não consiga imaginar um gay que possa construir uma família e viver uma relação monogâmica, por exemplo, associando gays sempre à promiscuidade e orgias, como citado nos comentários vistos anteriormente, temos a pesquisa de Toledo e Pinafi (2012, p.141), que aponta:

De acordo com Rotello (1988, p. 70), essa “definição da homossexualidade como desvio dos padrões sexuais contribuiu muito para o surgimento da liberação gay” e a criação de uma identidade homossexual. Por isso, para compreender os processos de subjetivação desses sujeitos, se faz imprescindível tecer considerações acerca do entorno social no qual estavam inseridos, isto é, a visão socialmente prevalecente em torno das práticas/relações entre pessoas de mesmo sexo biológico em cada momento histórico. A título de exemplo, uma das crenças correntes é a ideia de promiscuidade entendida como uma das “essências da homossexualidade”, especialmente a masculina, o que possui uma base histórica e com fundamentos diversos

As pesquisadoras, então, trazem ricas contribuições para essa reflexão sobre a construção desse estereótipo. Nos anos 50, por exemplo, somente os homossexuais efeminados se consideravam e eram considerados gays, já nos anos 60 e início dos anos 70, com o crescimento urbano nos Estados Unidos, criou-se uma subcultura que tinha como base a relação homossexual descomedida, e isso ocorreu quando a liberação gay dos anos 70 eclodiu junto com a liberação sexual, fazendo com que tanto heterossexuais quanto

⁶¹ Os dados da pesquisa estão disponíveis na matéria “Pesquisa revela que 57% dos brasileiros consideram homossexuais promíscuos”, publicada no portal “A Capa”, disponível no endereço: <https://acapa.com.br/pesquisa-revela-que-57-dos-brasileiros-consideram-homossexuais-promiscuos/>. Acesso em: 10 ago 2019.

homossexuais se desfrutassem do amor livre, ficando claro que esse desejo era tão latente em heteros quanto em homo, porém, os gays foram julgados à parte, como apontam Toledo e Pinafi (2012, p. 142):

A depravação sexual foi atribuída aos homossexuais como uma essência, enquanto os heterossexuais tiveram-na como uma fase passageira de evolução de costumes da geração pós-guerra. Essa distinção, calcada em preceitos morais mais que científicos, induziu os especialistas da época (médicos, psiquiatras, psicólogos, etc.) a considerarem aqueles que se desviavam da norma heterossexual como doentes a serem curados. Deste modo, o homossexual foi visto como detentor de desejo incontrolável e, por isso, “representava um perigo para a sociedade por causa de seu gosto pela promiscuidade” (Castañeda, 2007, p. 155).

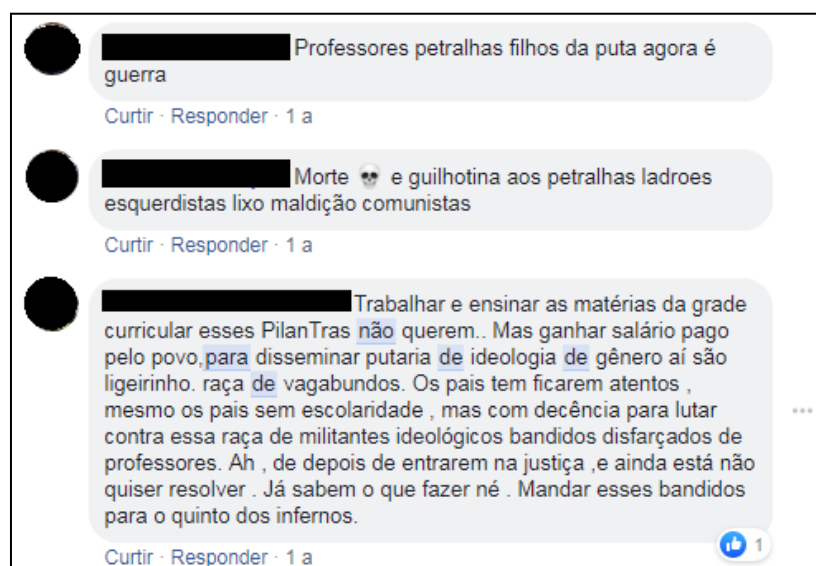
Na pesquisa, também é indicado que fatores socioeconômicos influenciavam no estilo de vida gay e na forma como eram percebidos pela sociedade. Os homens do mundo industrializado desfrutavam de uma maior renda que as mulheres e, quando eram homossexuais, geralmente não tinham despesas com filhos e família, sobrando recursos para os deixarem “expostos ao consumo desenfreado, do qual as conquistas sexuais em série são uma forma exacerbada” (CASTAÑEDA, 2007 apud TOLEDO e PINAFI, 2012, p. 143). Além disso, outro mecanismo que explica esse estereótipo de promiscuidade em referência aos homens homossexuais é sócio-histórico, uma vez que a liberação sexual para as mulheres, em muitos países, até hoje nunca chegou. Homens poderiam encontrar em outros homens prazeres sexuais que as mulheres não admitiam por terem sido criadas dentro de uma moral sexual tradicional, que criavam um imenso tabu sobre sexo anal e oral, por exemplo.

Outros apontamentos da pesquisa são referentes à gravidez e ao casamento forçado, situações que não ocorreriam entre relações homossexuais. O machismo também construiu a crença de que os homens precisavam “acumular continuamente múltiplas conquistas sexuais, homo ou heterossexuais. Nessa visão, a autoestima e o poder diante de seus pares dependeriam de sua capacidade de conquista” (CASTAÑEDA, 2007 apud TOLEDO e PINAFI, 2012, p. 143). Estas pesquisadoras, por fim, trazem uma importante conclusão:

Assim, diante de tudo o que foi exposto, não se pode afirmar que a promiscuidade seja parte de uma natureza ou “essência do homossexual” masculino, pois ela é uma produção cultural sócio-historicamente localizada. Igualmente, qualquer tipo de pré-conceito, estigma ou estereótipo associado à homossexualidade deve ser lido a partir do contexto no qual foi instaurado, pois, deste modo, poder-se-ia melhor compreender tanto as percepções que os heterossexuais têm da identidade homossexual quanto a construção da subjetividade daqueles(as) que se desviaram da norma heterossexual. Muitos homossexuais, diante da discriminação, acabam por adotar alguns estigmas e estereótipos em busca da afirmação de uma identidade e “[...] interiorizam e

interpretam os papéis e as condutas que a sociedade espera deles” (Castañeda, 2007, p. 164), ou seja, assumem para si um tipo de performance identitária sexual.

Como vimos, essa associação entre gays e promiscuidade vem de longa data e possuem marcadores bem precisos, e demonstram que o próprio machismo trouxe uma liberdade sexual para os homens, enquanto as mulheres foram tolhidas dos prazeres. Dando continuidade aos principais comentários sobre a publicação deste tópico, agora temos três comentários que, além de associarem educadores/as que tratam as temáticas sobre diversidade sexual como promíscuos/as, vagabundos/as e esquerdistas, são a favor da violência ativa contra esses professores/as. O primeiro já inicia declarando guerra, seguido de um outro que, de forma inquisitorial, declara morte e guilhotina aos/às educadores/as, e o terceiro, após um extenso discurso aos pais/mães, deixa implícito que, se a justiça não resolver, os pais e as mães devem fazer justiça com as próprias mãos: “mandar esses bandidos para o quinto dos infernos”:

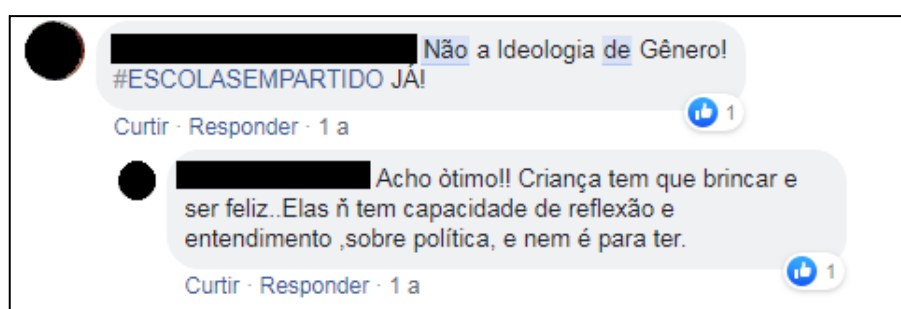


Não é a toa que grande parte dos seguidores do Programa ESP é formada por eleitores/as e grandes “fãs” do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, ex-militar que orgulhosamente defende a Ditadura Militar e homenageou um dos maiores torturadores durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff. Na época, deputado do Partido Social Cristão, Bolsonaro votou a favor do impeachment e discursou:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nesta data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016! Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Folha de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de

Dilma Rousseff; pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e Deus acima de todos, o meu voto é sim! ⁶²

Vale a pena nos aprofundarmos neste pequeno discurso, visto que ele muito diz sobre o porquê o Programa ESP – mesmo se dizendo ser “sem partido” – ser um dos grandes movimentos partidários da Direita que atualmente governa o Brasil. Esse discurso do presidente traz as vozes de muitos/as comentaristas até agora observados/as. Traz a defesa da família, usando a inocência das crianças, para convencer a população de que aqueles/as que fogem da heteronormatividade são uma ameaça ao modelo tradicional familiar, e que a sala de aula não pode ser usada para tratar esse assunto. Traz também a postura dos militares, da Ditadura, como positiva e capaz de “endireitar” quem ousar a destoar dos modelos impostos pela sociedade. A exaltação de um torturador, justo aquele que torturou a mulher que ali estava em votação, mostra a empatia pela violência contra aquilo que não lhe agrada, como nos três comentários observados acima, além de legitimar a violência contra a mulher, que a cada dia se expande nos noticiários por todo país. Por fim, um Deus, protagonista ideal para o Partido chamado Cristão, é usado para ratificar todo o discurso e ganhar a simpatia e apoio de fundamentalistas religiosos/as que acreditam e disseminam a existência da tal “ideologia de gênero”. Abaixo, um comentário de um ano atrás que comunga com o discurso do atual presidente durante a posse do ministro da educação Abraham Weintraub, quando declarou que “Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas (...)” ⁶³.



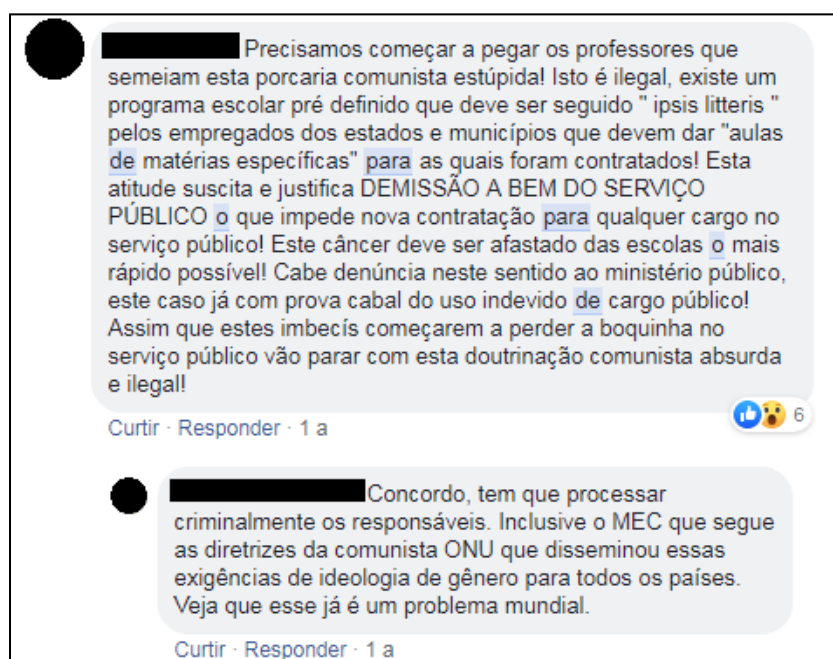
Abaixo, dois comentários a serem analisados. No primeiro, o discurso é de que existe um conteúdo programático específico de cada disciplina pré-definido e que deve ser seguido, porém, os apoiadores do ESP desconsideram totalmente que tratar a temática sobre

⁶² O discurso foi proferido durante a votação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016. O trecho que contém o discurso está disponível em vários vídeos publicados pela internet, sendo um deles: <https://www.youtube.com/watch?v=h3VoCM9Igu4>. Acesso em 6 ago. 2019.

⁶³ Notícia disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,211a9fa2b6c6bb6c9b397689158ea9b65w335k5h.html>. Acesso em 6 ago. 2019.

diversidade, igualdade de gênero e respeito à população LGBT está inserida na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁶⁴ –, de 20 de dezembro de 1996, quando declara, no artigo 3, que o ensino será ministrado com base em treze princípios, sendo um deles o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e outro o respeito à liberdade e apreço à tolerância.

No caso do primeiro comentário abaixo, somente o conteúdo programático exclusivo da disciplina deve ser discutido em sala de aula, e o/a educador/a que insistir nas temáticas comentadas anteriormente deve ser demitido/a “a bem do serviço público”, sendo impedido de ser contratado/a para qualquer outro cargo público. Para o comentarista, só assim se conseguiria afastar o que ele chama de “câncer” – temáticas sobre diversidade – das escolas. Nos discursos desse tipo, fica implícito um desejo por implantar legalmente uma coação contra os/as educadores/as: ou deixem de falar sobre diversidade, ou serão punidos/as, perderão seus empregos e não terão novas oportunidades de trabalho. O segundo comentário vem concordando com o primeiro, que é preciso criminalizar a educação em prol da tolerância à diversidade, e também culpa a ONU, como se a Organização fosse a principal disseminadora da tal “ideologia de gênero” pelo mundo.



É importante ressaltar que, em 06 de fevereiro deste ano, quatro deputadas pelo PSOL apresentaram, na Câmara, o Projeto de Lei nº 502, cuja ementa é a instituição do Programa “Escola Sem Mordça”⁶⁵ em todo território nacional, que entre seus princípios, traz o

⁶⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 27 jul. 2019.

⁶⁵ Projeto de Lei disponível, na íntegra, em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4ADA177198E1A3A60F

princípio elencado na LDB acerca do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e mais:

V - a educação contra o preconceito, a violência, a exclusão social e a estigmatização das pessoas pela cor da pele, origem ou condição social, deficiência, nacionalidade, gênero, orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero ou qualquer outro pretexto discriminatório.

VI – o respeito à pluralidade ética, religiosa, ideológica e política e à livre manifestação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero.

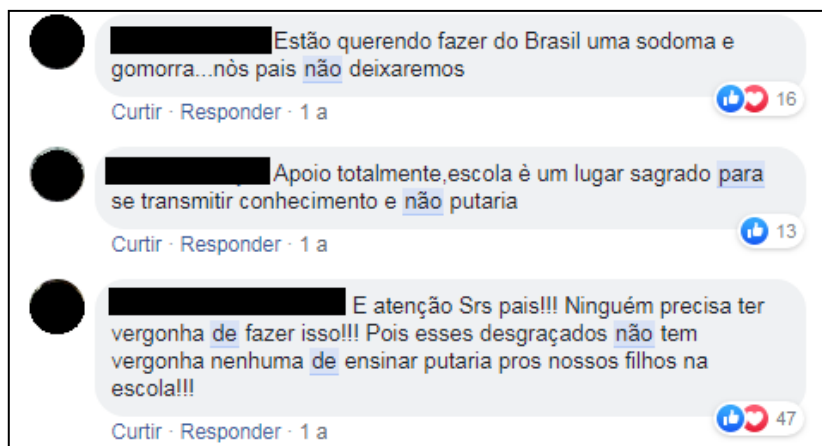
O Projeto “Escola Sem Mordação” ainda visa proteger educadores/as e alunos/as contra a censura que o Projeto “Escola Sem Partido” tenta impor nessas instituições, como se pode ver no artigo 3 deste PL:

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula ou fora dela, em todos os níveis e modalidades de educação da Federação, as práticas de quaisquer tipo de censura de natureza política, ideológica, filosófica, artística, religiosa e/ou cultural a estudantes e docentes, ficando garantida a livre expressão de pensamentos e ideias, observados os direitos humanos e fundamentais, os princípios democráticos e os direitos e garantias estabelecidos na presente Lei, na Constituição Federal e nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

§1º. Os princípios elencados nesta Lei serão interpretados de modo a garantir a liberdade, a pluralidade e respeito aos seres humanos, não podendo ser invocados para permitir a imposição autoritária aos estudantes das ideias e concepções de docentes e autoridades.

§2º. As liberdades de expressão e manifestação serão garantidas a docentes e estudantes, permitindo-se o conhecimento de diferentes pontos de vista e o debate democrático e respeitoso de ideias e visões de mundo, sem confundir liberdade e manifestação do pensamento com preconceito, discriminação e/ou discursos de ódio.

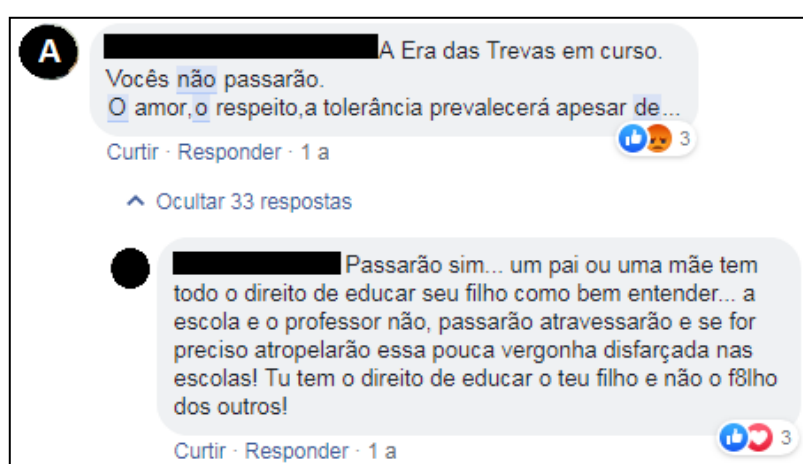
O Projeto “Escola Sem Mordação” deixa bem evidenciado que não deve existir uma imposição autoritária aos/às estudantes, mas sim permitir que diferentes pontos de vistas sejam colocados em debate de forma respeitosa e democrática, garantindo a liberdade e manifestação dos pensamentos sem que isso seja confundido com expressar-se preconceituosamente. Teremos, a seguir, mais comentários que traduzem o que pensam os/as apoiadores/as do Programa ESP sobre educadores/as que tratam das temáticas sobre gênero e sexualidade: são “desgraçados” que querem “putaria” transformando o Brasil em “Sodoma e Gomorra”:



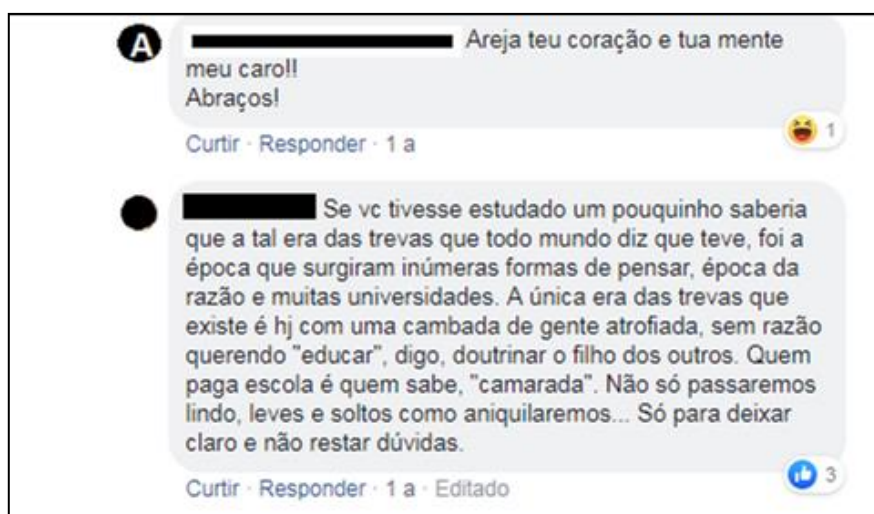
É muito comum, para os/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as, usarem a passagem bíblica que cita Sodoma e Gomorra como uma analogia ao que pode se tornar o Brasil se a população LGBT continuar conquistando direitos e respeito pela sociedade. Essa passagem bíblica é muito usada para fomentar seus discursos de ódio contra gays, lésbicas e pessoas trans, na tentativa de convencer que estas pessoas estão associadas à perversidade e à promiscuidade. Para entender melhor sobre as passagens bíblicas utilizadas pelos fundamentalistas religiosos lgbtfóbicos, trago Natividade (2009, p. 138-139):

A conhecida passagem de Sodoma e Gomorra, localizada em Gênesis – capítulo 1, a partir do versículo 19 – é possivelmente a mais citada. Conforme esta leitura, a cidade de Sodoma teria sido destruída em razão do “pecado” do “homossexualismo”: a casa de Ló, sobrinho do patriarca Abraão, é invadida por “varões daquela cidade” que exigem manter relações sexuais com dois anjos do Senhor, que se encontravam ali hospedados. Deus teria destruído a cidade de Sodoma em decorrência da prática deste pecado, e desde então enviaria pestes, epidemias e morte de modo a dizimar homossexuais, nações idólatras e outros pecadores. A citação do livro de Levítico é também recorrente. Os versículos 19 a 30 tratam das uniões “abomináveis”. O versículo 22, especificamente, instruiria que o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo constitui uma abominação, visto que Deus reprovava o comportamento de “varão que se deita com outro varão”, “como se fosse mulher”. De acordo com esta interpretação da “Lei de Deus”, relações sexuais consideradas legítimas e não-condenáveis só poderiam se dar entre pessoas de sexos opostos. As passagens de Romanos, capítulo 1, e a Primeira Epístola aos Coríntios comparecem também para legitimar este ponto de vista. A primeira compreende uma exortação do apóstolo Paulo – Romanos, capítulo 1, versículos 26 e 27 – contra as “paixões infames”. Ato sexuais divergentes da heterossexualidade constituiriam uso “antinatural” do corpo. Homens e mulheres que se deitam com pessoas do mesmo sexo cometeriam “torpeza”, estando sujeitos ao “castigo” de Deus. Já a passagem da Primeira Epístola aos Coríntios, conforme esta visão conservadora, afirma que “efeminados” e “sodomitas”, do mesmo modo que “ladrões”, “avarentos” e “prostitutas”, não teriam acesso ao “Reino de Deus”. Este trecho, em particular, é usado como prova de que gays e lésbicas estariam destinados à “danação eterna”. Tais passagens bíblicas constituem justificações religiosas para o interdito da homossexualidade, nesse contexto religioso, imbricadas a códigos de santidade e a definições rituais de estados de pureza e impureza.


Dessa forma, veremos abaixo um comentarista (usarei a letra “A” no círculo que esconde sua foto de perfil para evidenciar suas falas) que vem contrariar os comentários dos/as apoiadores/as do Programa ESP. Ele traz ironicamente a frase “A Era das Trevas em curso, Vocês não passarão”, tipo de discurso muito comum proferido pelos/as conservadores/as, para afirmar que, mesmo com tanto ódio e preconceito, o amor, o respeito e a tolerância prevalecerão, mostrando ser otimista, mesmo num cenário tão obscuro. A primeira resposta já vem à tona dizendo que o comentarista “A” tem o direito de educar o filho dele como quiser, mas o filho dos outros não:



O comentarista “A” mantém um diálogo com os/as comentaristas/as que rebatem seu primeiro comentário, e tenta usar de frases leves para respondê-los/as; mas as reações vêm contra sua postura. A seguir veremos um apoiador do ESP que já responde dizendo que é certo o fim dos “professores doutrinadores”, afirmando que estes serão aniquilados. Mais uma afirmativa com forte teor de violência:




Durante os comentários, acerca da publicação do modelo de notificação extrajudicial a ser emitido aos diretores de escolas para denunciar professores/as, considerados pelo ESP como “doutrinadores/as”, surgem discussões acerca do anonimato ou não dessas denúncias, como vemos abaixo:



[REDACTED]. Nenhuma notificação dessa pode ser feita anonimamente. A pessoa precisa se identificar. Primeiro porque judicialmente depois não vai ter validade nenhuma sem a devida identificação. Segundo porque a escola precisa saber se foi realmente um pai de aluno ou um doido da rua que deixou o papel na escola.

Curtir · Responder · 1 a 👍 13


[^ Ocultar 12 respostas](#)


[REDACTED] Isso é óbvio mesmo. Fora q é uma covardia não se identificar. Quem deve é a escola e não os pais que denunciam! Adicionando agora (basta ver em "editado") - Filhos fortes é o que devemos criar, para a vida, para desafios e essa palhaçada atual. A família deve se posicionar contra essa lambança. Caso a escola faça uma bosta dessa, devemos esclarecer, da força e apoiar nossos filhos. E podemos retirar imediatamente da escola. Eu meto um processo BONITO! E com prazer! 😊 E vou adorar desfilhar com a minha face pra cima e pra baixo. Sou professora e contra esse câncer!

Curtir · Responder · 1 a · Editado 👍👎 5


[REDACTED] Primeiro: quem age "na moita" é o professor doutrinador, pois ninguém lhe deu autorização para doutrinar seus filhos. Segundo: é ingenuidade denunciar um tipo desses e passar recibo, dando a ele toda a oportunidade de se vingar nos filhos de quem denuncia enquanto a escola apura o caso.

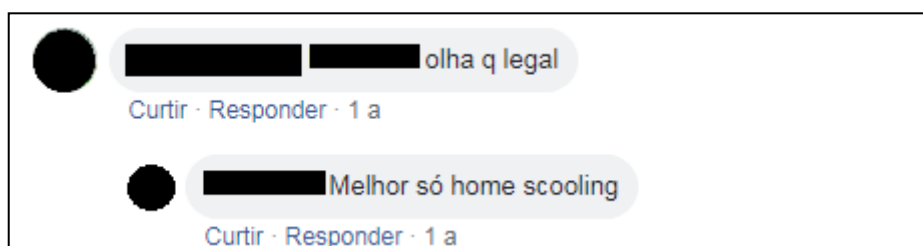
Curtir · Responder · 1 a 👍 3


Escola Sem Partido O autor da notificação só precisa se identificar se quiser fazer a notificação via cartório de notas. Se mandar pelo correio, por exemplo, não precisa. A notificação é uma formalidade inteiramente desnecessária para o ajuizamento de uma ação ren reparação de danos. É só uma "chance", por assim dizer, que o pai está dando ao professor para mudar de conduta em sala de aula.

Curtir · Responder · 1 a · Editado 👍👎 12

Acima, uma das poucas vezes que o administrador da página pública e oficial do ESP no *Facebook* se manifesta. Ele vem esclarecer que a notificação exposta na publicação é dispensada se um pai/mãe quiser processar a escola ou um/a professor/a, que a notificação seria mais uma forma de dar uma oportunidade para que os/as professores/as e as escolas mudem suas condutas em sala de aula, o que podemos entender como uma forma de intimidação. Por fim, temos abaixo, um seguidor da página que marca um amigo para que

veja sobre a publicação e, este amigo, ao visualizar, mostra que é favor da *homeschooling*, uma forma de educação domiciliar.



No Brasil, em 2015, o deputado Eduardo Bolsonaro apresentou um Projeto de Lei (3261/2015)⁶⁶ visando autorizar o ensino domiciliar na educação básica. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal não reconheceu o ensino domiciliar de crianças, pois a Corte entende que a Constituição prevê apenas as modalidades de ensino público ou privado, sendo necessária a matrícula obrigatória numa instituição de ensino. Atualmente o assunto ganhou mais destaque, sendo bastante defendido pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves; e em abril de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro assinou projeto de lei⁶⁷ visando regular a educação domiciliar. Um dos grandes motivos, quiçá o único, pelo qual o atual governo apóia a modalidade *homescholling* é que, assim, as crianças e os/as adolescentes estarão isoladas da instituição escolar que pode disseminar ideias de tolerância à diversidade, o que os/as conservadores/as tanto temem. Esse seria o sonho da maioria dos pais e das mães tão temerosos/as da “ideologia de gênero”: proteger seus/as filhos/as desse “mal”, educando-os/as da forma que a tradicional família cristã prevê. Esse medo, que foi disseminado principalmente pelo Programa ESP e seus/as apoiadores/as, utilizando-se do discurso assustador sobre a tal “ideologia de gênero”, transforma o/a professor/a considerado “transgressor/a” em um “vilão/ã” da instituição escolar. Como aponta Moura e Salles (2018, p. 156), o/a professor/a deve ter papéis bem definidos e um posicionamento neutro, na visão do Programa ESP:

Para o MESP, a única autoridade do professor é aquela que garanta a reprodução dos valores familiares. Essa atuação deve ocorrer sempre dentro dos limites pré-estabelecidos pela fronteira família educa/escola instrui. O que resta disso é, de acordo com Nagib, um "professor burocrata" que transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e que foi aprovado pelas autoridades competentes. “Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral”. Em outras

⁶⁶ Projeto de Lei disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1397655&filename=PL+3261/2015. Acesso em: 16 ago. 2019.

⁶⁷ Notícia publicada em: <https://www.otempo.com.br/pol%C3%ADtica/bolsonaro-assina-projeto-de-lei-que-regula-a-educa%C3%A7%C3%A3o-domiciliar-1.2166863>. Acesso em: 16 ago. 2019.

palavras, "[o] programa Escola Sem Partido propõe, portanto, um projeto de escolarização completamente destituído de qualquer caráter educacional" (PENNA, 2016c, p. 46).

Sobre essa fabricação do medo e a construção do ódio ao/à professor/a, Penna (2017, p. 256) ressalta que o Programa ESP posiciona os/as alunos/as como “prisioneiros em sala de aula e vítimas de um professor que se aproxima de um abusador de menores”, fazendo com que as pessoas temam que seus/as filhos/as sofram esse tipo de “abuso”. Existe um movimento em prol de “demonizar” o/a professor/a e isso gerou e tem gerado uma forte mobilização. Para Penna (2017, p. 258):

A ideia principal é a de que há uma conspiração de esquerda que chegou ao poder com os governos recentes de presidentes do Partido dos Trabalhadores. Eles teriam chegado ao poder graças a uma mudança de estratégia adotada pela esquerda mundial e a referência para essa mudança seria o pensamento de Antônio Gramsci que, segundo essa narrativa, recomendaria o fim de um conflito direto e uma lenta infiltração nas instituições.

Penna também traz o discurso do Deputado Eduardo Bolsonaro, em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, em 14 de fevereiro de 2017, para ratificar sua afirmativa. Nesse discurso, o deputado cita Paulo Freire, Karl Marx e Antônio Gramsci:

O projeto Escola Sem Partido tem que prever uma criminalização, uma pena, porque eles sabem o que eles estão fazendo! E estão fazendo de tão ruim, tão ruim que esses treze anos de PT vão ser difíceis de ser recuperados. A economia a gente corre atrás, corrupção a gente pode debater um projeto de lei, mas a molecada formada na escola – nesse pensamento de Paulo Freire – isso aí vai demorar décadas. Eles na verdade estão aqui é mudando a estratégia: passaram do Marx – tentaram tomar os quartéis no passado e não conseguiram graças aos militares, obrigado aos militares de 64 – e tentam agora através de Gramsci, filósofo italiano, que prega o seguinte: não tomem quartéis, tomem escolas. E tem feito esse trabalho.⁶⁸

Esse discurso, do então filho do atual Presidente da República, é ratificado e compartilhado pelo Programa ESP e seus/as apoiadores/as e, para Penna (2017, p. 258), se fortalece num momento de total polarização no país, facilitando essa demonização do/a professor/a, como se fosse parte de uma conspiração:

⁶⁸ De acordo com Penna (2017), essa Audiência Pública ocorreu na Câmara dos Deputados no dia 7 de fevereiro de 2017. A fala em questão ocorreu às 17:52:55. Disponível, na época da pesquisa realizada por Penna – 01 de março de 2017 – no endereço <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/videoArquivo?cod-Sessao=58813#videoTitulo>. Hoje conteúdo não está mais disponível.

(...) os professores tornam-se um inimigo palpável e facilmente localizável frente ao medo difuso de uma conspiração de esquerda. Para demonizá-los ainda mais, os professores são responsabilizados por todos os fracassos educacionais, especialmente os resultados ruins em avaliações. Nenhum outro fator é considerado, por exemplo, falta de estrutura, baixos salários, violência escolar etc. O único problema, segundo eles, são os professores e a ideologia que domina a toda esta categoria profissional.

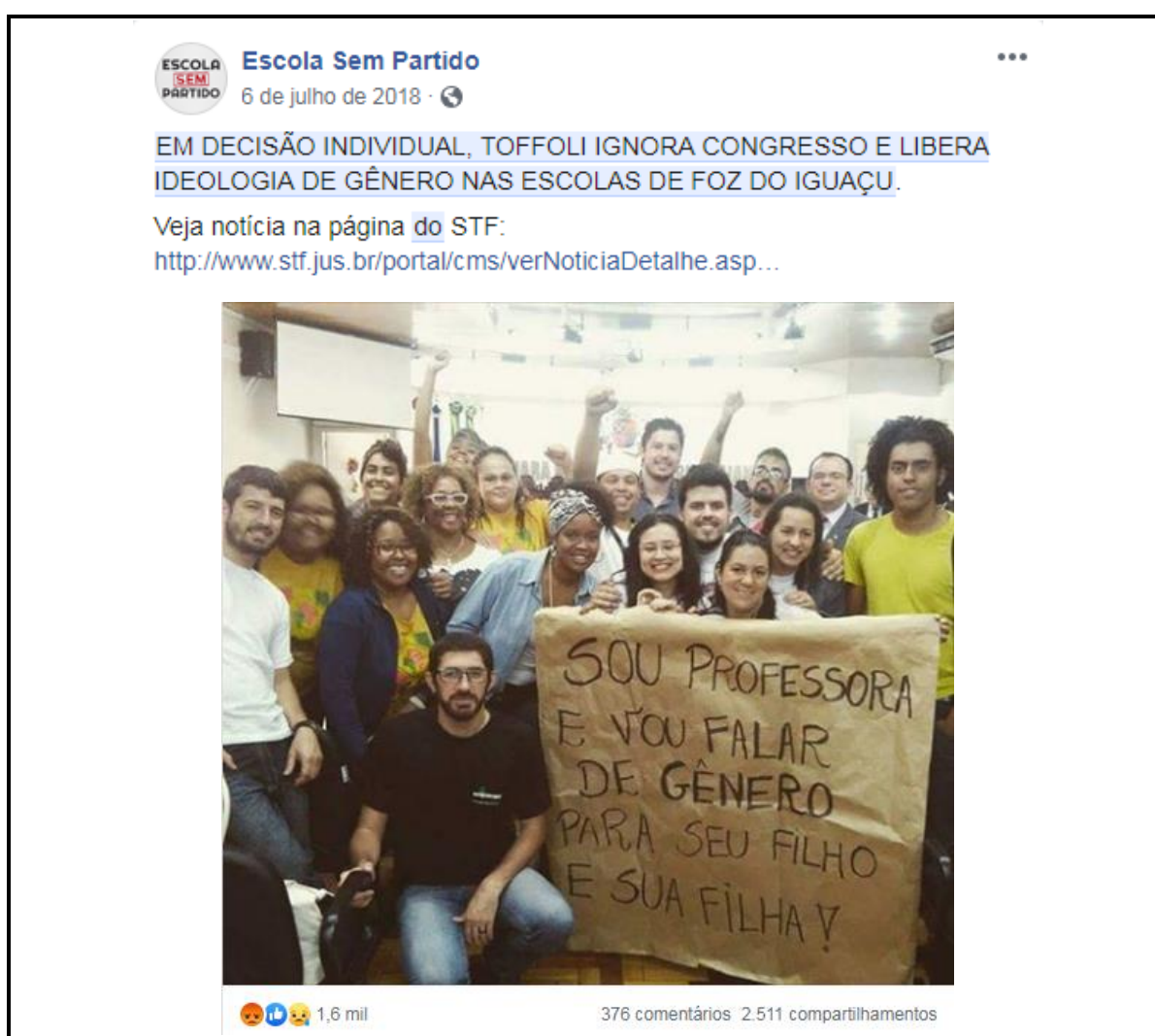
Penna (2017, p. 260) traz diversas considerações importantes sobre essa ameaça à educação democrática que o Programa ESP constitui. Ele ressalta que, conforme muito se viu nas audiências públicas da Câmara dos Deputados, todas as mazelas da educação passam a ser culpa dos/as professores/as, existindo uma defesa escancarada de criminalização dos/as mesmos/as; porém, “sem a valorização dos professores, nenhum projeto educacional pode prosperar, seja ele voltado para a educação democrática ou não”. E conclui:

Será que as escolas não poderiam ser um espaço de interface entre a vida privada e a pública, no qual os jovens convivem – talvez pela primeira vez – com uma pluralidade característica do espaço público? Espaço público no qual os jovens poderiam perceber quais de seus problemas privados são compartilhados por outras pessoas e serem estimulados a agir coletivamente com relação a eles? Os gregos antigos diferenciavam os termos *koinós*, referente ao que é comum ou público, e *ídios*, indicando o que é pessoal ou privado. A escola pode ser essa interface, na qual os alunos entram em diálogo com o que é comum a todos que ocupam aquele espaço ou podem continuar presos em suas vidas privadas, sem aprender com a diferença. De *ídios* deriva a palavra *idiótes*, de onde vem o nosso termo idiota, para se referir à pessoa privada que não se preocupa com os assuntos públicos. Neste sentido, o projeto “Escola Sem Partido” seria o melhor caminho para a formação de idiotas (PENNA, 2017, p. 260).

Diante de toda essa bem estruturada tentativa de “demonizar” o/a professor/a, é preciso lutar e resistir não permitindo que o Programa ESP e seus/as apoiadores/as solidifiquem essa imagem dos/as professores/as como antagonistas da educação, sendo percebidos/as como ameaças sociais quando, na verdade, são os principais pilares de uma sociedade mais justa, capaz de despertar o pensamento crítico sobre diversos aspectos sociais, incluindo a tolerância e o respeito pela população LGBT e pelas diversas masculinidades que divergem do padrão hegemônico.

4.5 Reboição nas escolas de Foz do Iguaçu

A publicação deste tópico é uma das que mais receberam comentários com diversas formas de preconceito e repúdio por parte dos/as conservadores/as seguidores/as do programa ESP. Trata-se da publicação de um *link* para uma notícia do Supremo Tribunal Federal, acompanhado da frase “*Em decisão individual, Toffoli ignora Congresso e libera ideologia de gênero nas escolas de Foz do Iguaçu*”⁶⁹. Juntamente com o *link* e o título, uma foto de diversas pessoas – prováveis professores – segurando um cartaz com os dizeres “*Sou professora e vou falar de gênero para seu filho e sua filha!*”. A publicação alcançou 1,6 mil reações, 376 comentários e 2.511 compartilhamentos.



⁶⁹ O link traz a notícia publicada no site do STF em 05 de julho de 2018 – “Ministro suspende lei em Foz do Iguaçu (PR) que proíbe abordagem sobre gênero nas escolas municipais”. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=383353&fbclid=IwAR2_uUZsf7_L3h4xKF_wlv_wjcvEDi2cWGcT--PaKv-4-A9dPmN9TKJlxik. Acesso em 23 ago. 2019.

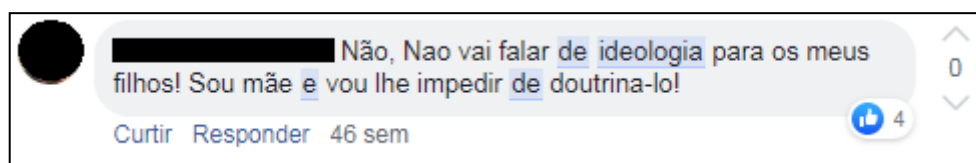
Na notícia, então criticada pelo Programa ESP e seus/as apoiadores/as, é explicado que a liminar deferida pelo Ministro Dias Toffoli, ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), suspende a Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu, que proíbe a veiculação de conteúdos que utilizem o termo “gênero” e assuntos voltados à orientação sexual em sala de aula. Para o ministro, essa ação viola diversos preceitos da Constituição da República, como:

(...) o princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I), o direito à igualdade (artigo 5º, *caput*), a vedação à censura em atividades culturais (artigo 5º, inciso IX), a laicidade do Estado (artigo 19, inciso I). Também sustenta que a lei usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, inciso XXIV) e atenta contra o pluralismo de concepções pedagógicas e o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206, incisos I e II).

O relator deixa explícito que os temas relacionados ao conteúdo curricular e orientações pedagógicas são importantes ferramentas para a consecução do plano nacional de educação que, de acordo com a Constituição Federal, deve se desenvolver visando à melhoria da qualidade de ensino e a formação humanística dos/as alunos/as, e que municípios e estados não podem agir contrários ao que é estabelecido em legislação federal, apenas podem suplementar a legislação federal e adaptá-la à realidade local. Na decisão, o Ministro ainda assinalou, ao analisar os requisitos para a concessão da liminar, que:

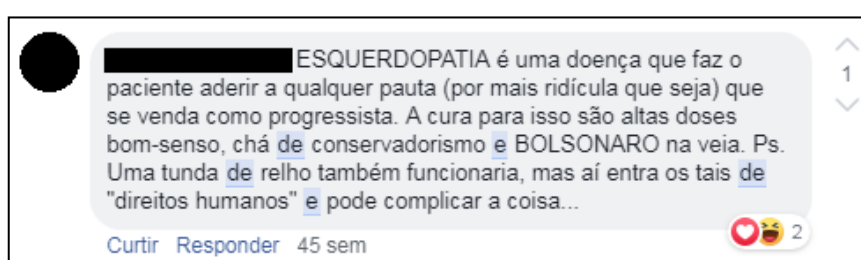
a supressão de conteúdo curricular “é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores na rede municipal de ensino com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem parte indispensável de seu direito de saber”.

Mesmo embasada na Constituição e no plano educacional de educação, a decisão do Ministro Dias Toffoli causou bastante polêmica e indignação por parte dos conservadores. Iniciarei com um comentário publicado que se assemelha com dezenas de outros nessa mesma publicação:

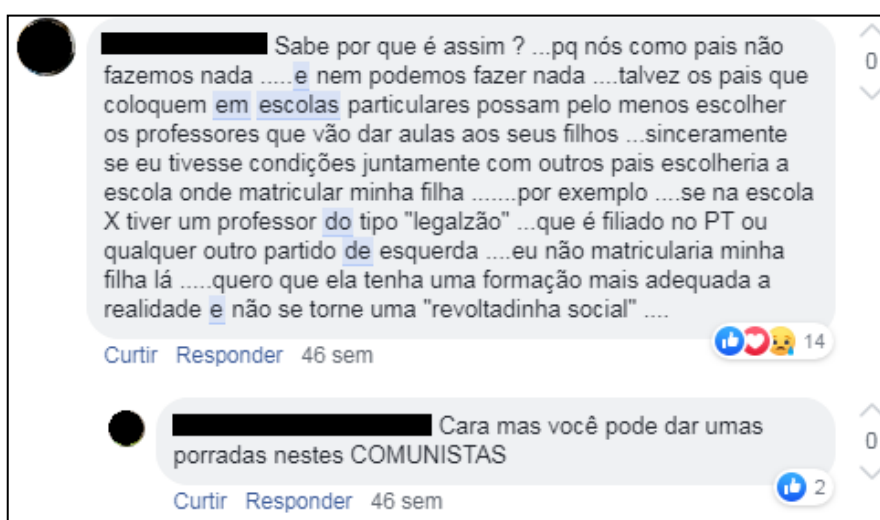


Comentários como este espalharam-se ao longo da publicação: mães e pais desesperados/as com a possibilidade de “doutrinadores/as” falarem sobre “gênero” para seus/as filhos/as. O pânico é tão grande que foram diversos os comentários com ameaças

contra os/as professores/as que aderissem ao que a foto da publicação propõe. Logo abaixo, o comentarista afirma que os/as professores/as que discutem diversidade em sala de aula sofrem da doença chamada “esquerdopatia”, e que a tal doença só pode ser curada com altas doses de bom senso, chá de conservadorismo e Bolsonaro na veia. Percebemos o quanto, antes das eleições, os/as apoiadores/as do Programa ESP já viam no atual presidente o “herói” contra o que eles/as chamam de “esquerdopatia” e suas vertentes, como a “ideologia de gênero”. Continuando, no mesmo comentário, a insinuação à violência contra os/as educadores/as vem explicitamente quando diz que “uma tunda de relho⁷⁰ também funcionaria”, porém, ele lembra que a existência de defensores dos “direitos humanos” poderia complicar as coisas.



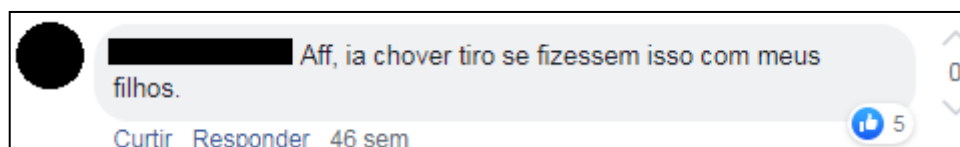
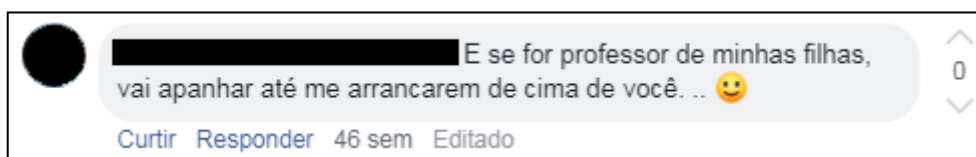
Em seguida, temos um pai que diz que os pais que não podem pagar uma escola particular não podem fazer muita coisa, e que se uma escola tiver um/a professor/a filiado/a a um partido de esquerda, ele não matricularia sua filha, porque não quer que ela tenha uma educação que considera inadequada para a realidade e que a tornaria uma “revoltadinha social”:



Outro seguidor responde que ele pode espancar os “comunistas”, maneira como se refere aos/às professores/as que abordam temáticas sobre diversidade. Esse diálogo retrata

⁷⁰ Tunda de relho é uma expressão aparentemente muito usada na região sul. A palavra “tunda” significa “surra”, e “relho” é uma tira de couro torcida usada para chicotear animais.

muito bem a postura do homem que se enquadra no modelo ideal de masculinidade hegemônica, não só pela violência explícita como forma de resolver as coisas, mas quando o primeiro tenta “proteger” sua filha não permitindo que ela tenha acesso às informações que possam fazê-la questionar comportamentos machistas e preconceituosos. Para o pai, a filha se tornaria uma “revoltadinha social” se tivesse acesso a assuntos relacionados a gênero e à sexualidade. Pode-se dizer que o pai teme que a filha se simpatize com os estudos feministas, por exemplo, e se dê conta da situação de subordinação – e até mesmo dominação – a que ela e demais pessoas da sua família possam estar submetidas. Quando ele diz que deseja uma educação mais voltada para a realidade, esta realidade é a da sociedade heteronormativa e cissexista na qual a masculinidade hegemônica se estabelece como padrão ideal de ser homem, e desclassifica mulheres e outras masculinidades. A seguir, outros comentários com apologia à violência contra professores/as:

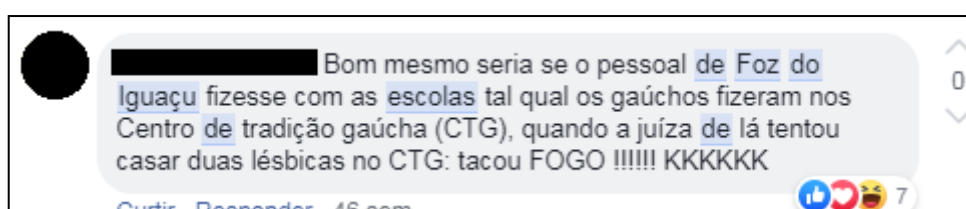


A grande maioria dos autores desses comentários com discurso pró-violência é do sexo masculino. A violência parece ser entendida, pelos/as conservadores/as, como inerente à masculinidade. Muszkat (2006, p. 39) analisa, no que diz respeito a práticas de violência cometidas por homens contra suas companheiras, que elas “não se esgotam na violência física, e estão inseridas dentro de um código perpetuado na cultura, que associa estas mesmas

práticas a valores e concepções de masculinidade”. Esses homens que comentam em uma página pública, para quem quiser ler, que são capazes de agredir professores e professoras, falam com tamanha naturalidade que, de fato, parece estar no DNA do sexo masculino essa postura violenta, porém, a pesquisa aponta o quanto os estudos feministas foram importantes para desmistificar isso:

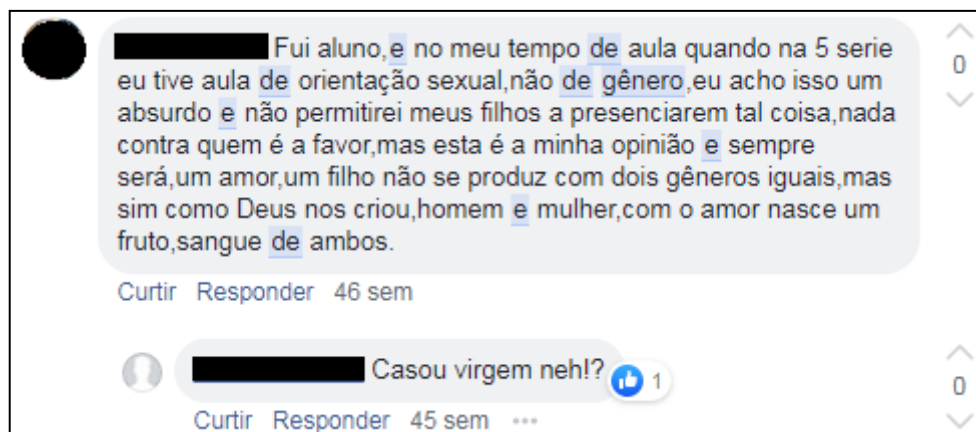
Observamos também como determinados valores hegemônicos estão a serviço da manutenção da hierarquização de poderes, frequentemente definidos como naturais. Os estudos de gênero, iniciados com o movimento feminista e amplamente teorizado desde o final dos anos 70 por cientistas sociais do campo construcionista tais como Gayle Rubin, Carol Vance, Jeffrey Weeks, Maria Luiza Heilborn, Joan Scott, contribuem de forma significativa na desconstrução deste caráter essencialista que vem justificando e perpetuando tanto a adoção de práticas violentas como o desequilíbrio de poderes nas relações conjugais e familiares.

Para concluir a análise dos comentários a favor de violência, temos um discurso claramente homofóbico. O seguidor do Programa ESP, em tom de deboche, e recebendo sete reações positivas, incluindo risadas e reações de pessoas que “amaram” o comentário, disserta que bom seria se os gaúchos – devido ao fato de a publicação ser a respeito do ocorrido nas escolas municipais de Foz do Iguaçu – fizessem, nas escolas em que os/as professores/as “doutrinadores/as” atuassem, o mesmo que foi feito no Centro de Tradição Gaúcha de Santana do Livramento, em 2014⁷¹, quando incendiaram o local que sediará um casamento coletivo que incluía um casal homoafetivo.



Como se vê, o desejo de incendiar um local por puro preconceito é compartilhado em tom de deboche e ratificado pelos/as seguidores/as do Programa ESP. Contraditório é que, no mesmo espaço em que se deseja a morte e faz alusão à violência, aparecem comentários trazendo posicionamentos religiosos e usando Deus para justificar a reprovação quanto à notícia publicada, como veremos a seguir:

⁷¹ Notícia sobre o caso de homofobia citado disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/09/ctg-que-tera-casamento-homoafetivo-e-atingido-por-incendio-no-rs.html>. Acesso em: 19 ago. 2019.



No comentário acima, em que o seguidor da página se diz não ser contra quem é a favor dos estudos de gênero e diversidade em sala de aula, mas disfarça seu preconceito em forma de opinião, afirmando que amor só existe entre um homem e mulher, da mesma forma que filhos/as só são possíveis da maneira como Deus criou, ou seja, numa relação heterossexual, vemos uma justificativa muito usada por alguns/as religiosos/as, embasada no livro bíblico Levítico, do Antigo Testamento. Livro este carregado por passagens extremamente machistas, sexistas, homofóbicas e violentas, comportamentos que correspondiam muito bem às demandas da sociedade da época em que foi escrito. No caso acima, o comentarista se refere ao capítulo 20, versículo 13, que afirma: “o homem que se deitar com outro homem como se fosse uma mulher, ambos cometeram abominação, deverão morrer, e seu sangue cairá sobre eles”.

Porém, alguém responde seu comentário questionando se ele também casou virgem, trazendo à tona outro apontamento do livro bíblico mencionado, no capítulo 21, versículo 14: “A viúva, a mulher repudiada ou desonrada por atos de prostituição, não a tomará por esposa, somente uma virgem dentre seu povo tomará por esposa”. Percebemos que a resposta, em tom irônico, vem como uma forma de mostrar que a virgindade já deixou de ter a mesma preocupação pelos/as religiosos/as do que a orientação sexual. Embora muitos homens ainda considerem uma mulher virgem como troféu, e isso é uma característica bastante marcante da masculinidade hegemônica, já não é uma questão que o Programa ESP e os/as propagadores/as da ideia de que exista uma “ideologia de gênero” colocam em discussão.

Fazendo um último comentário sobre a passagem bíblica mencionada, podemos perceber que a exigência é apenas sobre a virgindade da mulher. Não se fala que o homem deve se casar virgem. A mulher, até mesmo no Antigo Testamento, já era marcada e sofria com a hegemonia da masculinidade que detinha o poder. As prostitutas não tinham o direito ao matrimônio, e nem mesmo as viúvas poderiam ser consideradas mulheres dignas de um

novo relacionamento. Percebe-se o quanto a religião foi uma peça importante na manutenção e ascensão da masculinidade hegemônica, reforçando, assim, comportamentos machistas, sexistas e homofóbicos.

Para entendermos um pouco melhor como a religião reforçou o preconceito contra a mulher e legitimou sua submissão ao homem, utilizo-me da interessante tese de Bezerra (2018), intitulada “Da espiral de violência em desproveito da mulher: submissão bíblica, religiosa, social e jurídica”, em que ele avalia a violência sofrida pela mulher, no Antigo Testamento, e que “serviu de amálgama para alijamento dela, no meio social, de dominação masculina”, abordando desde a história hebraica e fazendo uma contextualização dos antigos códigos hebreus, conduzindo-se à opressão histórica feminina, “pela conotação patriarcal bíblica, religiosa e social para a promulgação de leis que, notoriamente, inibiram na gênese humana o desvalor pela condição feminina”. Na pesquisa, há um momento em que se traz diversas passagens bíblicas em que a mulher é a vilã da história:

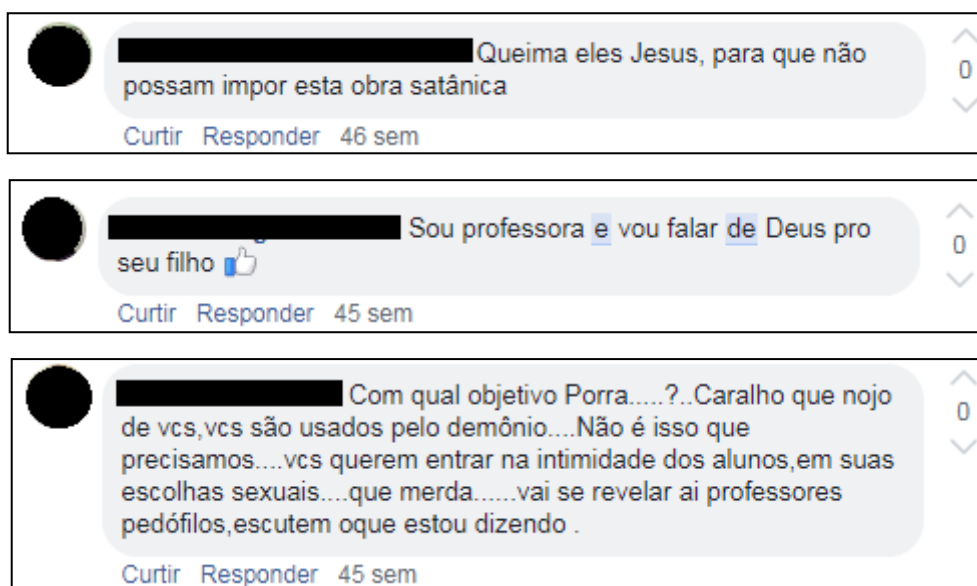
(...) além da expulsão do paraíso, por causa de Eva (Gn 3); a tentativa de sedução de José pela mulher de Putifar (Gn 39, 7-20); a traição de Sanção por Dalila (Jz 16, 4-21); a maldição de Rubem por causa do seu incesto com a concubina de seu pai (Gn 35, 21-22; 49, 3-4); a murmuração de Miriã e Aarão contra Moisés (Nm 12, 1-2); o pecado de Davi com Betsabeia (2Sm 11); o episódio de Ammon e Tamar (2Sm 13); o desvio de Salomão por mulheres estrangeiras (1Rs 11, 1-3); os maus conselhos da mulher de Jó (Jó, 2-9); a morte de João Batista por causa da filha de Herodíades (Mt 14, 3-12) (BEZERA, 2018, p. 53-54).

Como se vê, a mulher quase sempre foi tratada na Bíblia como aquela que trouxe algo de negativo para a sociedade, sendo muitas vezes o objeto utilizado pelo Mal para atingir os filhos de Deus, como afirma Bezerra (2018, p. 54) em continuidade à citação anterior:

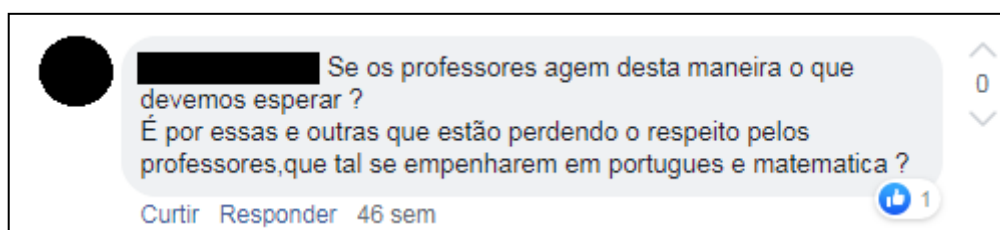
Em quaisquer dos casos supracitados, é a mulher responsável por algo nefasto, a aumentar o preconceito negativo em relação a ela, com o escopo de que o inimigo a utiliza para provocar desgraças no mundo ou no imaginário masculino.

Entendo ser bastante oportuna essa reflexão, neste momento, para que tenhamos maior percepção do quanto a Igreja teve papel importante na construção dessa masculinidade hegemônica que até hoje traz danos tanto para mulheres como para homens, e o quanto a religião ainda se mostra interessada na manutenção desse fenômeno social, quando apóia programas como o ESP e ratifica discursos que defendem a existência de uma “ideologia de

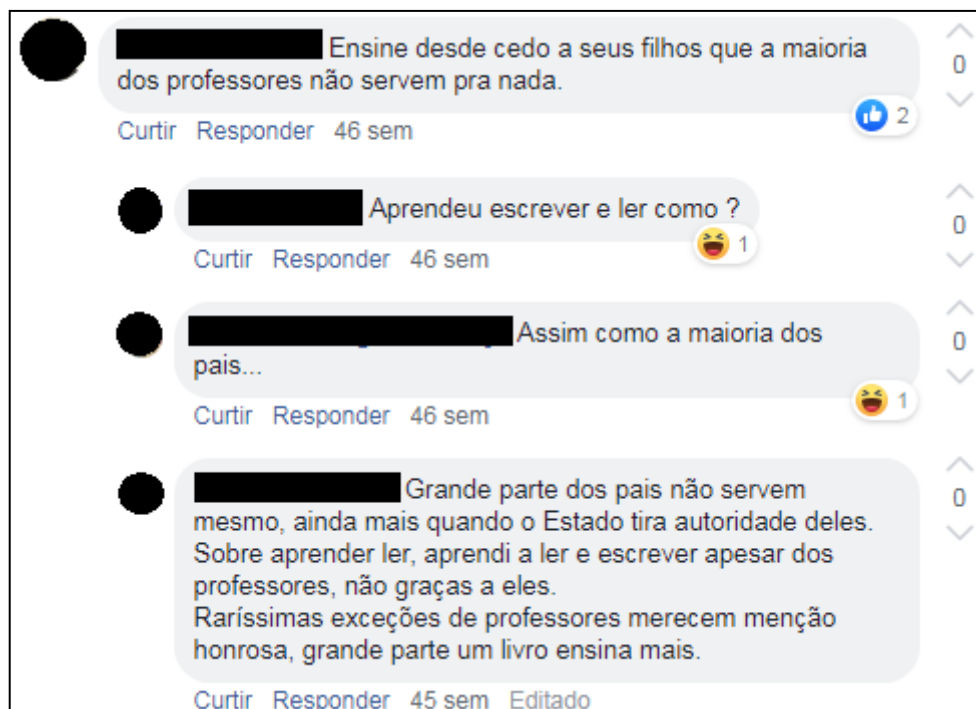
gênero” com o pretexto de impedir a destruição da família cristã. Enfim, seguem outros comentários que se utilizam de Deus para justificar o preconceito de quem os discursa:



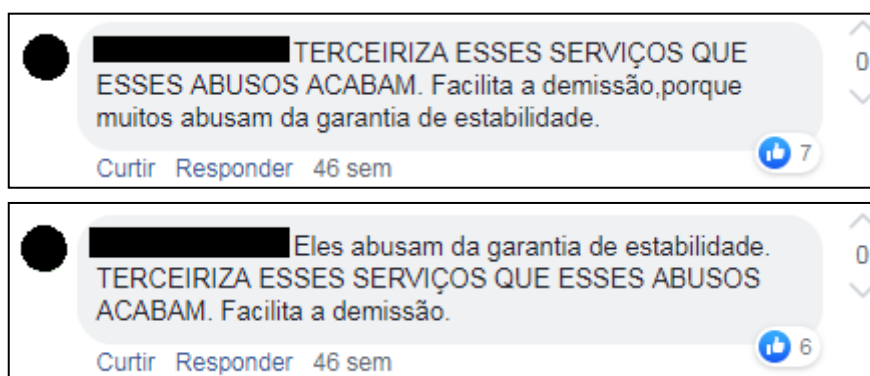
Nesse momento, passaremos a analisar comentários que mostram o que os/as seguidores/as do Programa ESP pensam sobre os/as professores/as que estão abertos/as a discutir as temáticas sobre diversidade em sala de aula. O comentário abaixo tenta justificar que o desrespeito e a violência que professores/as sofrem por todo país se deve porque os/as professores/as não tratam apenas dos conteúdos programáticos lhes cabem, mas também trazem conteúdos considerados impróprios, como gênero e sexualidade:



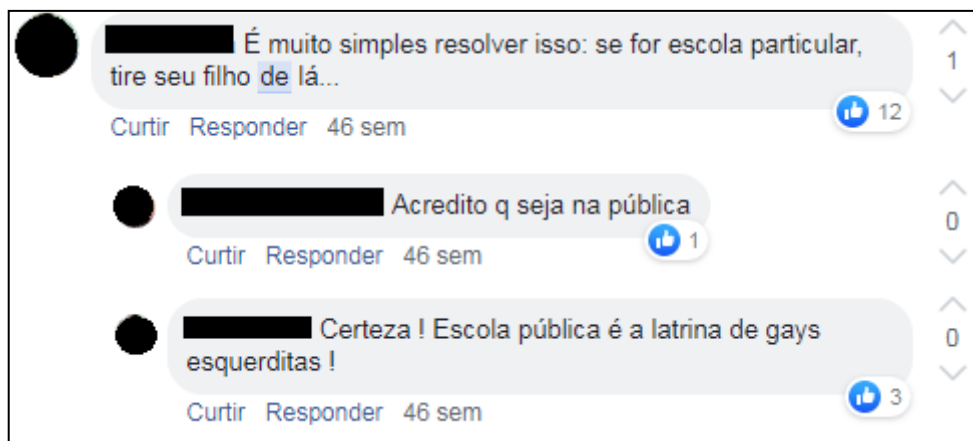
Em seguida, outro apoiador do Programa ESP afirma que a maioria dos/as professores/as não servem para nada e, quando indagado de como foi alfabetizado, responde que às vezes um livro ensina mais que um/a professor/a, e que ele aprendeu a ler “apesar dos professores”, e não graças a eles:



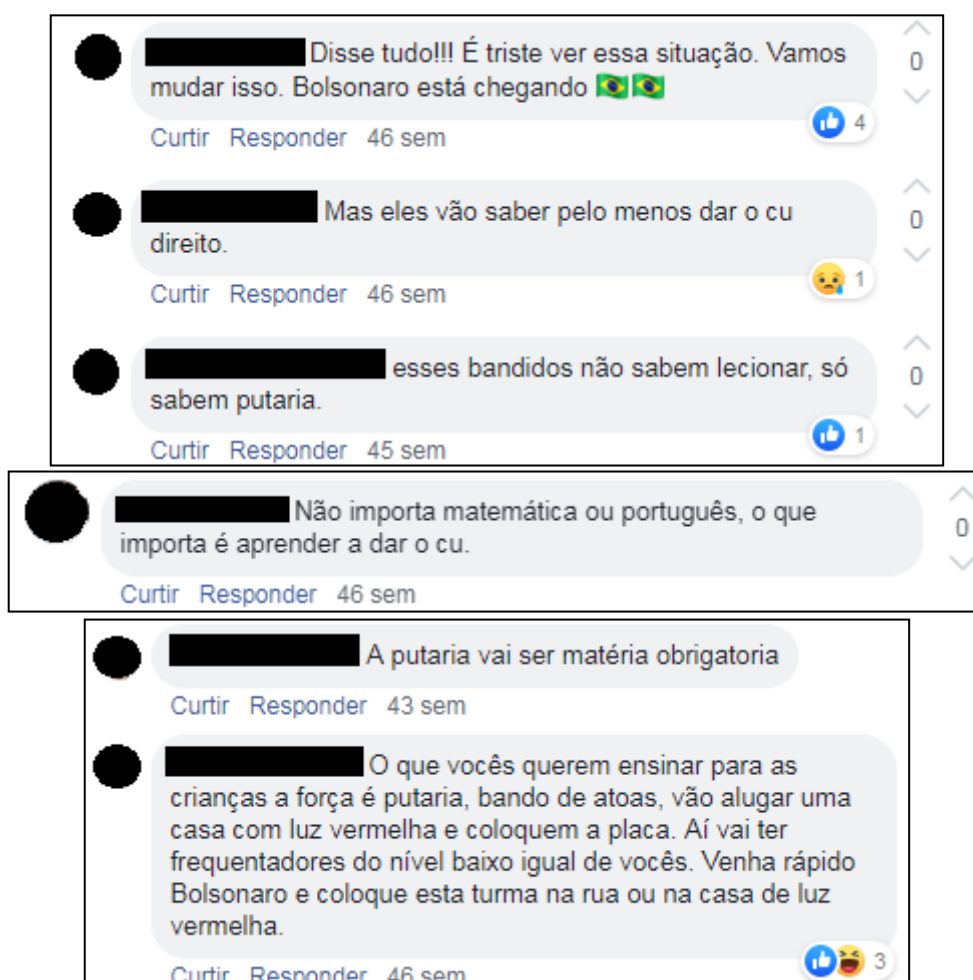
Posteriormente, o ataque aos professores vem em forma de protesto pró-terceirização, alegando que professores “abusam” em sala de aula por terem a estabilidade de concursos públicos, e que, com a terceirização dessa área, a demissão resolveria os problemas do que eles chamam de “doutrinação”:



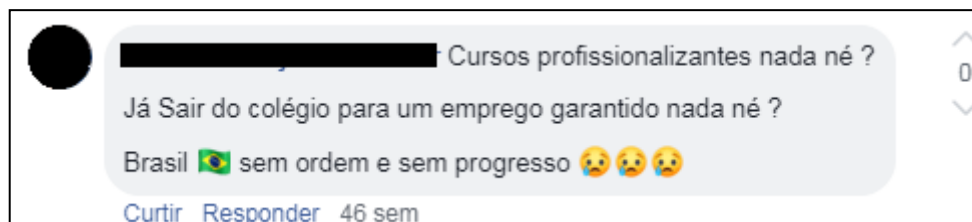
Dando continuidade a esse ódio declarado aos/às professores/as de escola pública, uma comentarista sugere, como resolução do caso citado na publicação, transferir os filhos para uma escola particular, afirmando que o fato só pode ser em uma escola pública, já que, para ela, a instituição é a “latrina de gays”:



Dando sequencia aos insultos contra os/as professores/as, vários são os comentários com discurso pró-Bolsonaro e excessivo palavreado vulgar, associando estudos de gênero e sexualidade com promiscuidade, como já discutimos em outras publicações:



Por fim, um comentário que se alinha muito bem aos discursos de Jair Messias Bolsonaro⁷², durante suas campanhas para presidência da república, sendo a favor de mais cursos profissionalizantes do que cursos de graduação:



Para refletirmos sobre todos os comentários expostos acima, que inferiorizam e agridem diretamente professores/as, principalmente de escolas públicas e que fazem um trabalho voltado para inclusão e tolerância à diversidade, precisamos entender que o amplo acesso à educação e a inserção de temáticas sobre a diversidade, com intuito de diminuir a intolerância social sobre as minorias, se tornaram figuras marcantes da democracia no Brasil e, em contrapartida, grandes ameaças aos/às mais conservadores/as, fundamentalistas religiosos/as e os/as pertencentes e apoiadores/as da extrema Direita. Seffner (2016, p. 13) destaca que, muito antes do Governo Lula, outros períodos da democracia no Brasil já marcaram importantes fatos para Educação:

(...) é possível perceber que os três períodos de democracia no Brasil foram marcados por grandes avanços em termos das políticas públicas de educação, e foram também momentos de campanhas que sacudiram a sociedade com temas de educação, como aquela do direito à alfabetização liderada por Paulo Freire nos anos anteriores a 1964, e que resultaram na sua prisão e posterior exílio. Situamos o período de avanço progressista atual em políticas públicas de educação com a Constituição Federal de 1988, denominada de “Constituição Cidadã”. Aqui temos um fio histórico importante. É com a Constituição Federal de 1988 que o Brasil insere no texto da lei uma das mais importantes marcas republicanas: a escolaridade pública obrigatória. A constituição de 1988 foi a primeira a estabelecer em nossa história a obrigatoriedade do ensino fundamental, comprometendo-se também com a progressiva universalização do acesso ao ensino médio, afirmada com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, de implantação progressiva até 2016. Numerosos decretos posteriores trataram de questões conexas a este princípio constitucional, mas o rumo da

⁷² Em entrevista ao Jornal das Dez, da *GloboNews*, em 28 de agosto de 2018, Jair Messias Bolsonaro declarou: “*Há uma certa tara por parte da garotada em ter um diploma. É importante? Sim. Eu fiz, como tenente do Exército, curso de máquina de lavar roupa e de geladeira, aqui em Madureira. Te garanto, Heraldo, se hoje em dia quiser viver disso, eu vou ganhar no mínimo uns 12 mil por mês (...)* Então essa tara por diploma superior não pode existir. É bom? Sim, vamos ter nossos mestres, nossos doutores, sim. Mas se você no Ensino Médio colocar algo técnico, você melhora nossa economia”. Matéria completa publicada em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-jovem-brasileiro-tem-tara-por-formacao-superior/>

inclusão de todos e todas na ensino fundamental e também no ensino médio foi mantido ao longo dos anos. O sistema de cotas e a ampliação da rede universitária pública junto com o financiamento de vagas em instituições privadas provocou também no ensino superior um acesso de jovens cujos pais não tinham vivido isso.

Aqui vale ressaltar que Paulo Freire foi tão importante, sendo reconhecido internacionalmente como um dos maiores nomes da Educação no país, que hoje ele é repudiado pela extrema Direita que assume o governo e seus apoiadores. Em abril deste ano, o presidente Jair Bolsonaro⁷³ demonstrou interesse em mudar o patrono da Educação brasileira, título este conferido a Paulo Freire em lei sancionada em 2012. Vale ressaltar que o educador, que dedicou grande parte de sua vida à alfabetização e à educação da população pobre, tem reconhecimento internacional, sendo o brasileiro com maior quantidade de títulos de doutor honoris (46) e, num estudo⁷⁴ feito pelo professor Elliot Green, associado da *London School of Economics*, foi divulgado que o educador é o terceiro pensador mais citado em trabalhos acadêmicos de língua inglesa, com 72.359 menções na época da pesquisa, em 2016.

Como se vê, parece que a extrema Direita busca romper com todos os avanços no campo da Educação, ao longo de anos de democracia, sendo até capaz de desvalorizar educadores/as como Paulo Freire, em busca de uma nova Educação, com novos/as pensadores/as e pesquisadores/as que compactuem com os pensamentos conservadores e moralistas tão adequados aos interesses políticos da Direita. Sendo assim, se até Paulo Freire ameaça o governo Bolsonaro, podemos imaginar como estudos e pesquisas sobre equidade de gênero e respeito à diversidade da população LGBT, na Educação, possam ser um pesadelo para os apoiadores do ESP, sendo, então, tão necessário a implantação desse programa e, por isso, os/as professores/as, chamados por eles/as de “doutrinadores/as” são tão repudiados/as e desvalorizados/as, como podemos acompanhar nos vários comentários até aqui analisados.

⁷³ Foi em uma entrevista, no canal do YouTube “Esther e famosos”, que o Presidente disse: “*Quem sabe nós temos uma patrona da Educação e não mais um patrono muito chato, não precisa falar quem é, que nós temos até o momento. Ele vai ser mudado, estamos esperando alguém diferente*”. Matéria sobre o ocorrido disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-vai-mudar-patrono-da-educacao-brasileira-titulo-conferido-paulo-freire-23630439>. Acesso em: 07 jul 2019.

⁷⁴ Dados contidos na matéria “Entenda quem foi Paulo Freire e as críticas feitas a ele pelo governo Bolsonaro”, publicada em 17/04/2019 no Jornal “O Globo”, disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/entenda-quem-foi-paulo-freire-as-criticas-feitas-ele-pelo-governo-bolsonaro-23604772>. Acesso em: 07 jul 2019.

4.6 A insistência na existência de uma “ideologia de gênero”

Teremos agora uma publicação disponibilizada na página oficial do programa ESP em 11 de outubro de 2017, atingindo 1,1 mil compartilhamentos, 64 comentários e 3,4 reações. Na publicação, utilizando-se do imperativo “Leiam e Compartilhem”, o ESP traz um link para um artigo intitulado “Homossexualidade não é crime, mas a ideologia de gênero é⁷⁵”, de autoria de Percival Puggina⁷⁶:



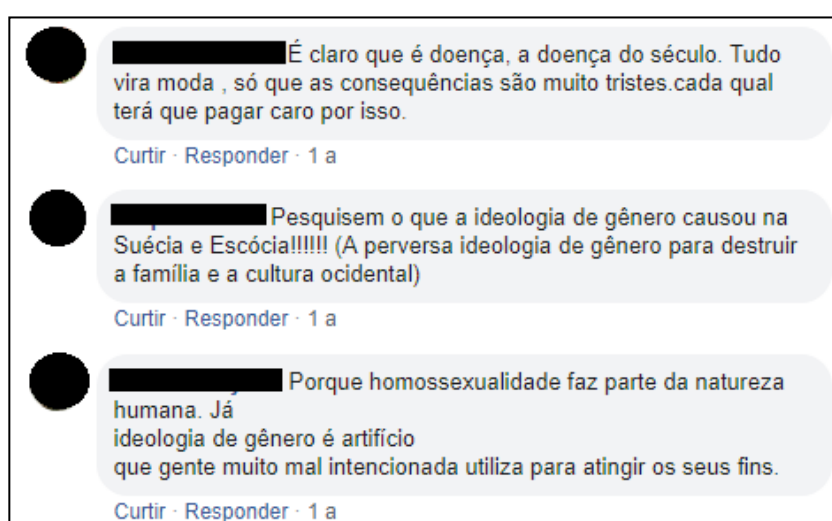
O artigo traz um discurso muito semelhante ao que foi apresentado pelo Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, discutido no capítulo 1.4 – “Os perigos da narrativa ‘Ideologia de Gênero’”, desta pesquisa. O autor do blog em momento algum falou sobre a questão da despatologização da homossexualidade, como o título de seu artigo poderia também sugerir, ele apenas se deteve a fazer observações equivocadas sobre os estudos de gênero, como Furlani (2016) descreveu muito bem no que foi discutido também no primeiro capítulo. Ele inicia seu artigo dizendo que a “ideologia de gênero” é uma doença grave, disseminada por

⁷⁵ Artigo disponível no Blog de Puggina: <http://www.puggina.org/artigo/puggina/homossexualidade-nao-e-doenca-mas-ideologia-d/10779>. Acesso em: 07 jul. 2019.

⁷⁶ Na sua página oficial, chamada “Puggina.org – Conversadores e Liberais”, ele se apresenta como membro da Academia Rio-Grandense de Letras, arquiteto, empresário, escritor e titular do site www.puggina.org, colunista de dezenas de jornais e sites no país. Autor de “Crônicas contra o totalitarismo”; “Cuba, a tragédia da utopia”; “Pombas e Gaviões”; “A tomada do Brasil”; e integrante do grupo Pensar+. Mais informações sobre ele disponíveis na seção “Sobre Percival Puggina”, disponível em: <http://www.puggina.org/sobre-o-percival-puggina/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

agendas culturais, no meio artístico, com o aval da Rede Globo, do ambiente educativo e da militância LGBT.

A publicação na página oficial do ESP, no *Facebook*, recebeu diversos comentários, que iremos analisar a partir de agora. Os três primeiros, logo abaixo, tratam a então “ideologia de gênero” como uma “moda” que seria o mal do século. Um dos comentários até afirma ser natural a homossexualidade, porém a “ideologia de gênero” seria uma forma mal intencionada de atingir sua finalidade de destruir a sociedade. O segundo comentário exemplifica a destruição da família com as conseqüências geradas pela “ideologia de gênero” em países como Escócia e Suécia:



A crítica feita no comentário acima, contra a Escócia, é devido ao fato de o país ter sido a primeira nação do mundo a aprovar a educação sobre LGBT nas escolas, conforme matéria⁷⁷ publicada pelo Portal *Yahoo Notícias*, em 09 de novembro de 2018. De acordo com o artigo, as escolas públicas escocesas passariam a ter a obrigação de discutir com seus/as alunos/as conceitos e dados sobre igualdade, identidade de gênero, casamento igualitário, combate à homofobia e transfobia e a história de lutas dos movimentos LGBT. Sobre a Suécia⁷⁸, vale ressaltar que o país foi o primeiro a legalizar a mudança de gênero, em 1972, e

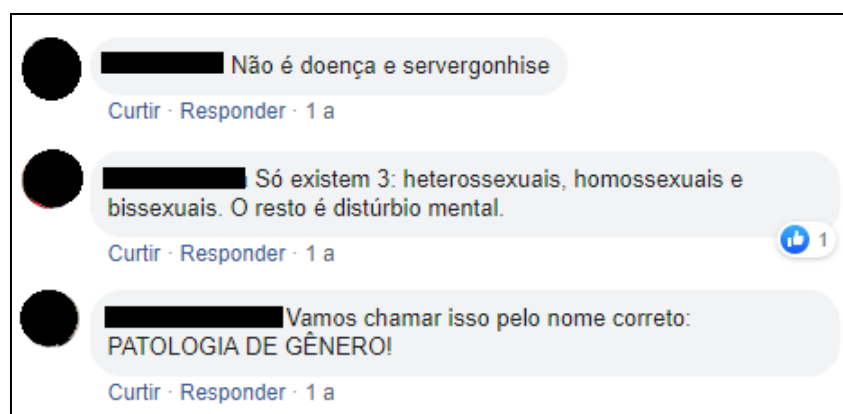
⁷⁷ Matéria “Escócia é o primeiro país do mundo a aprovar educação sobre LGBTI+ nas escolas”, publicada no Portal *Yahoo Notícias*, em 09 de novembro de 2018, disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/escocia-e-primeiro-pais-mundo-aprovar-educacao-sobre-lgbti-nas-escolas-203309995.html>. Acesso em: 10 ago. 2019.

⁷⁸ Os dados sobre a Suécia foram retirados no artigo “A vida de um LGBT brasileiro na Suécia. Por Claudia Nascimento Ekström”, publicado em 18 de fevereiro de 2016, no “Diário do Centro do Mundo”, disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-vida-de-um-lgbt-brasileiro-na-suecia-por-claudia-nascimento/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

se tornou um dos centros mais *gay-friendly*⁷⁹ de todo mundo, além disso, a adoção homoafetiva é lei desde 2003, o casamento homoafetivo foi conquistado em 2009, e a proibição de discriminação por orientação sexual foi incluída na constituição em 2011.

No campo da educação, as escolas também são obrigadas, na Suécia, a incluir assuntos referentes à diversidade de gênero e sexual logo no início da vida escolar, o que eles chamam de “plano de igualdade de tratamento”. Países de primeiro mundo, como a Suécia e Escócia, entendem tão bem a necessidade de discutir questões que abominem a intolerância e o preconceito contra pessoas LGBT, que as políticas em prol da igualdade são tratadas nas escolas desde os anos iniciais e, por isso, para os/as defensores/as do ESP, soam como um monstruoso plano contra a família tradicional cristã.

Voltando a questão apontada na publicação, os comentários abaixo trazem discursos que, primeiramente, dizem que a “ideologia de gênero” é “sem-vergonhice”, falta de caráter, no caso. Outro comentário aceita a existência das orientações sexuais homo, hetero e bi, mas subentende-se que identidades de gênero trans são consideradas distúrbios mentais. Por fim, o comentarista prefere chamar a “ideologia de gênero” de “patologia de gênero”, deixando explícita a sua posição quanto aos estudos de gênero:



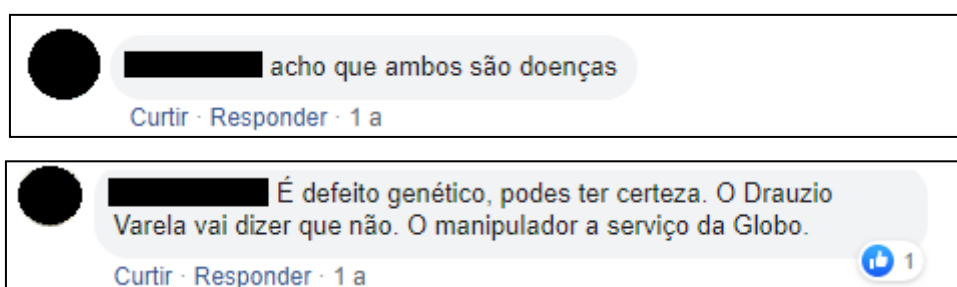
Essa patologização da homossexualidade, no Brasil, foi muito marcante, como apontado por Trevisan (2018) em diversas passagens de sua obra, e várias entidades religiosas e profissionais da medicina se aproveitaram desse entendimento equivocado para buscar a “cura gay”:

(...) Em São Paulo, no próprio Hospital Emílio Ribas, principal centro de referência para aids no país, a capela evangélica Eleny Vassão de Paula tentava colocar em prática sua convicção de que “homossexuais têm cura, é a boa notícia que tenho para lhe dar”. Em seu jornal oficial, a Igreja

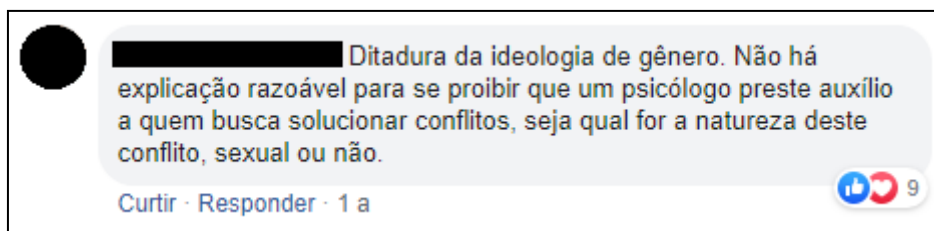
⁷⁹ *Gay-friendly* é um termo usado para referir-se a lugares, políticas, pessoas ou instituições que procuram ativamente a criação de um ambiente confortável para as pessoas LGBT.

Universal do Reino de Deus passou a publicar testemunhos regulares de homossexuais “reabilitados”. Entre evangélicos de várias tendências, criou-se uma organização chamada Exodus, especializada em “curar” homossexuais, que realizou seu 3º Encontro Cristão sobre Homossexualismo em 1997. § Em Salvador, (...) um vereador evangélico organizou um centro para “recuperar” homossexuais, onde era proibida até mesmo a formação de grupos, para evitar “conversas vãs”. “Aqui nós ensinamos homem a ser homem”, dizia ele, e dava como receita uma férrea disciplina, misturada com leitura bíblica e terapia ocupacional. No estado do Rio de Janeiro, um núcleo de pastores criou um centro para “reverter” a homossexualidade, com métodos semelhantes aos dos Alcoólicos Anônimos, em que o paciente passava por várias etapas, batizadas com nomes bíblicos, até voltar totalmente à prática heterossexual. As pressões, ficavam, naturalmente, pesadas. Em 1995, um fiel da Igreja Universal do Reino de Deus, temeroso de não suportar suas tentações sexuais, decepou o próprio pênis e, orgulhosamente, afirmou aos jornalistas no hospital: “Fiz como Cristo: derramei sangue por amor à humanidade”. No mesmo ano, o ex-pastor da Igreja Universal do Reino de Deus Mário Justino, homossexual confesso, contou em livro suas aventuras sexuais com outro pastor e como acabou expulso da igreja, depois de confessar-se portador do vírus da aids. Também médicos vieram a público garantir que podiam “reverter” homossexuais, com “tratamento progressivo até a heterossexualidade” – apesar de a Organização Mundial da Saúde ter excluído a homossexualidade do seu quadro de doenças. Assim, em Salvador o psiquiatra Ricardo Chequer Chemas afirmava ter obtido sucesso com um composto à base de platina – “substância de ação imunológica” [sic] – no combate aos impulsos homossexuais de 70% dos seus pacientes (TREVISAN, 2018, p. 417).

Como vimos, os casos citados ocorreram na década de 90, porém, ainda nos dias atuais é bastante comum ouvirmos de conservadores/as e alguns/as religiosos/as que homossexuais e pessoas trans são “doentes”. Abaixo, um comentário traz sua opinião bem clara: tanto homossexualidade quanto a “ideologia de gênero” são doenças e, em seguida, outro comentário afirmando ser a homossexualidade um “defeito genético”, e ainda criticando um médico que sempre foi contrário à patologização da homossexualidade:

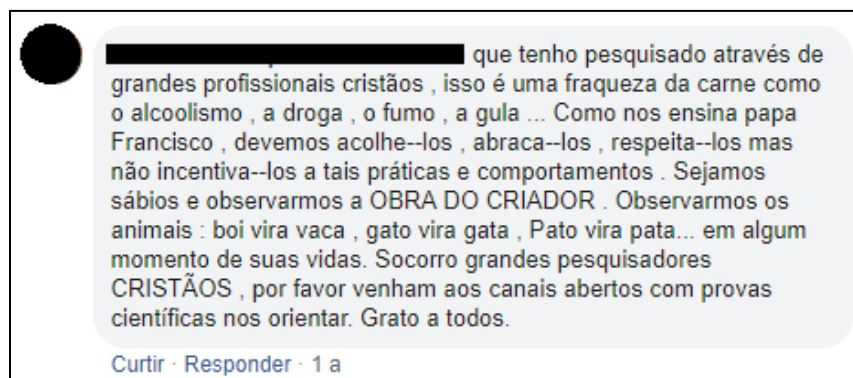


Outro comentário surge inconformado com o fato de se proibir psicólogos/as de prestarem atendimento na busca da “reversão” à heterossexualidade ou à identidade cisgênero:



Para os/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as, a utilização de psicólogos/as em busca da cura gay parece necessária, mesmo que o próprio Conselho Federal de Psicologia proíba psicólogos/as de oferecerem este tipo de tratamento desde 1999. Vale ressaltar que em setembro de 2018, o juiz federal Waldemar Claudio de Carvalho, da 14ª Vara Federal no Distrito Federal, permitiu, em decisão provisória, que psicólogos/as tratassem homossexuais como doentes, em terapias de reversão sexual, sem que pudessem ser censurados pelo conselho de classe. Porém, em 09 de abril deste ano, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, concedeu uma liminar cassando a decisão que permitia esse tipo de terapia. Mesmo a Organização Mundial da Saúde deixando de classificar a homossexualidade como doença desde 17 de maio de 1990, retirando-a da Classificação Internacional de Doenças (CID), é ainda comum que representantes de igrejas defendam a prática da cura gay por psicólogos/as e, muitas vezes, até mesmo pelos/as seus/as próprios/as pastores/as, em seus templos.

Finalizo, então, com o comentário abaixo, que traz o discurso de um seguidor do Programa ESP que diz estar pesquisando por meio de “grandes profissionais cristãos” que a homossexualidade seria uma “fraqueza da carne”, um vício, assim como o alcoolismo, o cigarro e outras drogas. Tenta trazer um discurso de paz e caridade, dizendo que se deve seguir os ensinamentos do Papa, acolhendo essas pessoas – no caso, os que fogem dos padrões heteronormativos –, porém, sem incentivá-los/as a aceitar essas práticas como naturais. Subentende-se, então, que se deve buscar uma “reversão” desse comportamento que foge do “natural”. Por fim, conclui sua opinião dizendo que basta observarmos os animais para entendermos que eles não mudam de sexo, e roga por auxílio dos/as grandes pesquisadores/as cristãos/ãs, para que estes/as tragam provas científicas em canais abertos de televisão para orientar a população:



Como se vê, para os/as seguidores/as do Programa ESP, que acreditam na “ideologia de gênero” e afirmam que ela é o grande mal que pode destruir a família tradicional cristã, orientações sexuais divergentes da heterossexual e identidades de gênero divergentes da cisgeneridade são patologias, precisam de auxílio tanto psicológico quanto espiritual. Muitas vezes, em alguns comentários, parece que se trata de uma doença acompanhada de espíritos do mal, influências negativas, ausência de Deus, afinal, parecia necessário exorcizar a homossexualidade do indivíduo, como aponta Trevisan (2018, p. 452), quando fala da obsessão por parte de evangélicos fundamentalistas na cura gay:

A preocupação quase obsessiva dos evangélicos fundamentalistas com a cura de homossexuais vinha de longa data, e não apenas nos Estados Unidos, onde a prática nasceu. Um dos métodos consistia no exorcismo ritual, partindo da convicção de que uma pessoa LGBT estaria possuída pelo demônio. Também no Brasil vieram multiplicando os centros religiosos para tratamento de reversão homossexual. Os nomes variavam com falso rigor científico: Terapia da Reorientação Sexual, Terapia da Conversão ou Terapia Reparativa. Mas dentro das clínicas religiosas era mais diretamente chamado de “trabalho de libertação”, ou seja, liberar das garras do demônio. As técnicas psicoterapêuticas e comportamentais incluíam tratamentos de ordem clínica e de cunho religioso.

Como apontado por Trevisan, as igrejas se aproveitaram de seus templos para criarem verdadeiras clínicas de reabilitação para homossexuais, transformando a orientação sexual em uma patologia com aspectos de possessão demoníaca. A seguir, continuando com a pesquisa de Trevisan (2018, p. 452), veremos um caso ocorrido dez anos atrás, e dados que apontam o quanto é comum esse tipo de prática disfarçada até mesmo dentro de clínicas para reabilitação de usuários de drogas:

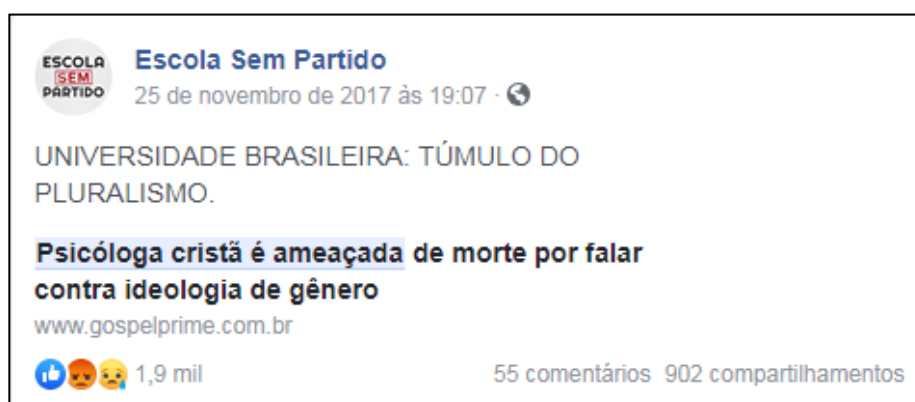
Em 2009, causou escândalo o caso de um jovem atleta de Belo Horizonte, enviado pela família em estado de sedação para uma clínica de reabilitação no interior de São Paulo, mesmo não sendo usuário de drogas. Só quando seu namorado foi impedido de visitá-lo revelou-se que o motivo da

internação era a homossexualidade do rapaz. Em 2013, um relatório produzido em conjunto pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pela Ordem de Advogados do Brasil (OAB) denunciou que certas instituições dissimulavam o tratamento de reversão sexual sob pretexto de tratar dependentes químicos. As unidades visadas, na maioria evangélicas e católicas, estavam sediadas em Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, além de outras já existentes em São Paulo e Rio de Janeiro. Constatou-se que em várias delas os casos de homossexualidade “são estimulados a ser libertados”, tanto em homens quanto em mulheres. Numa clínica no Mato Grosso, lésbicas eram induzidas a deixar a homossexualidade através do trabalho de libertação que incluía vários cultos diários. Como relatou uma funcionária: “Aí vai trabalhando, vai libertando”. Em muitas dessas instituições, foi constatada a ausência de profissionais da saúde e psicólogos, havendo apenas orientadores religiosos.

Sendo assim, podemos pensar que para a masculinidade hegemônica se garantir no poder é bastante cômodo fazer com que aquelas masculinidades que se subordinam a ela, e as orientações sexuais e identidades de gênero desviantes das normativas pela sociedade sejam tratadas como doenças. Podemos pensar que a masculinidade hegemônica seria o ideal de modelo saudável para um homem, quanto mais ele conseguisse adquirir as suas características, mais curado ele estaria. Da mesma forma, a mulher que quanto mais se distanciava das características masculinas e mais subordinada ao homem se tornasse, também ela estaria mais próxima da cura. Patologizar gays, lésbicas e pessoas trans é também uma forma de garantir a hegemonia dessa masculinidade, fazendo-a ser aceita como o modelo “normal” de ser homem, induzindo a sociedade a acreditar que somente suas características e condutas sejam “naturais”. É preciso que sempre tenhamos a clareza – e façamos a ampliação desse entendimento enquanto educadores/as – de que, na verdade, não existe uma construção única de masculinidade, é preciso reconhecer os vários tipos de masculinidades, e que todas elas são legítimas e, por isso, é tão importante não permitirmos que homens pertencentes a essa masculinidade hegemônica perpetuem um discurso patologizante contra a população LGBT.

4.7 Psicóloga cristã não é bem recebida em evento da UFRN

A publicação a seguir, de 25 de novembro de 2017, obteve 55 comentários, 902 compartilhamentos e alcançou 1,9 mil reações. Trata-se do compartilhamento de uma notícia do portal Gospel Prime com a manchete “Psicóloga cristã é ameaçada de morte por falar contra ideologia de gênero: Marisa Lobo diz que enfrentar a ideologia de gênero com ciência requer coragem⁸⁰”:



A matéria do portal Gospel Prime se inicia apresentando Marisa Lobo⁸¹ como uma psicóloga muito conhecida por ser uma das maiores defensoras da “terapia de reversão da orientação de sexual” de gays e lésbicas, que havia sido convidada para palestrar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Como vimos no tópico anterior, o Conselho Federal de Psicologia proíbe, desde 1999, esse tipo de tratamento realizado por psicólogos/as.

Segundo a notícia, a participação da psicóloga no “1º Ciclo de Estudos sobre Corpo Humano, Filosofia e Sociedade: Reflexões sobre aborto, drogas e gênero” geraram a ira de ativistas LGBT, que passaram a fazer diversas ameaças contra a psicóloga pelas redes sociais, inclusive ameaças de morte. Além disso, houve desistências de participantes do evento, devido à presença da “psicóloga cristã”, além de nota de repúdio contra ela:

⁸⁰ Notícia publicada no portal Gospel Prime, em 25 de novembro de 2017, disponível em https://www.gospelprime.com.br/psicologa-crista-e-ameacada-de-morte-por-falar-contra-ideologia-de-genero/?fbclid=IwAR3LXIP2ePBmvdY-bX-0NPm-hWyD2EFLN4f60nZWqzTXV2Z6p_IVJCHsKA. Acesso em 14 ago. 2019.

⁸¹ De acordo com o Portal Gospel Mais, onde Marisa Lobo é colunista, ela é psicóloga clínica, escritora, pós-graduada em saúde mental, conferencista que realiza palestras pelo Brasil sobre prevenção e enfrentamento às drogas e toda forma de bullying, transtornos psicológicos, sexualidade da família, entre outros assuntos. Teóloga, ela é promotor e organizadora da ExpoCristo realizada no Paraná. Marisa é casada, tem dois filhos e congrega na IBB em Curitiba. Disponível em: <https://colunas.gospelmais.com.br/author/marisalobo>

A palestra da psicóloga cristã também gerou uma série de desistências por parte dos palestrantes. O organizador do evento, Bento Abreu, anunciou que o Conselho do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) emitiu uma nota de repúdio à discussão sobre uma terapia conhecida como “cura gay” na Universidade. O documento segue com as assinaturas do Consec e de outros órgãos signatários.

Cabe ressaltar que a UFRN possui o Departamento de Psicologia (DEPSI), e mantém cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia. Assim sendo, e não só o curso de Psicologia, seria esperado uma reação contrária à presença de uma então “psicóloga cristã” que viesse a palestrar sobre um tratamento que não é permitido pelo conselho de classe. Abaixo, o posicionamento da palestrante convidada sobre o ocorrido:

“É lamentável que os que mais dizem defender a democracia, que dizem lutar contra a opressão e a ditadura de opinião, sejam os que mais perseguem o contraditório e, portanto, a democracia. É exatamente assim que o marxismo e a esquerda trabalha, ameaçando, desfilando ódio com ameaças de morte” (...) “Não tenho medo, não vou desistir de ocupar este espaço que me foi dado por alunos e professores conservadores que estão lutando pela ciência, que estão cansados da esquizofrenia coletiva que está gerando esta ditadura ideológica de gênero. Eles estão com medo do meu discurso? Sabe por quê? Porque é científico e não impositivo nem proselitismo” (...) “A ciência está ao meu lado, não podemos mais aceitar sermos pautados pelo que uma minoria de acadêmicos querem como sociedade. Direitos humanos é para todos, não uma bandeira ideológica das minorias contra as majorias. Enfrentar a ideologia de gênero com ciência requer coragem e bom senso. Eu tenho os dois”.

Marisa Lobo afirma ser perseguida pelos que se dizem defensores da democracia e pondera não ter medo de tomar os espaços públicos acadêmicos para lutar junto com professores/as e alunos/as conservadores/as contra o que ela chama de “ditadura ideológica de gênero”, promovida pela esquerda. Ela afirma que seu discurso é científico e que isso amedronta os/as acadêmicos/as que levantam uma bandeira ideológica das minorias contra as majorias. Se ela diz que seu discurso que defende a terapia de cura gay é científico, então podemos inferir que, para ela, o Conselho Federal de Psicologia e a Organização Mundial da Saúde, ao retirar o status de doença da homossexualidade, tomou tal atitude sem respaldo científico. Ou, se ambos dizem ter respaldo científico, poderíamos pensar que uma psicóloga com posicionamento religioso, possui um arcabouço científico tão respeitável que seria capaz de derrubar o que um conselho de classe e a OMS concluiu.

Essas inferências são apenas reflexões para pensarmos o quanto os/as fundamentalistas religiosos/as estão engajados/as numa disputa pelo que eles/as acreditam ser o ideal de uma sociedade, baseada no conservadorismo e na moral cristã, desconsiderando totalmente a

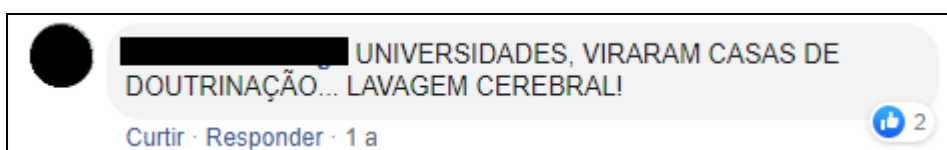
laicidade do Estado e a busca por uma sociedade mais harmônica e respeitosa para com os grupos considerados minoritários. Essa disputa, para eles/as, acarretará em uma sociedade que valoriza o patriarcado, estimula a masculinidade hegemônica e aumenta as diferenças e o preconceito para com as demais masculinidades, estimula a “naturalização” do machismo e todas as violências a ele associadas e, gradativamente, silenciará cada vez mais as vozes das mulheres, dos negros, da população LGBT e demais minorias.

No caso ocorrido na Universidade com a “psicóloga cristã”, não se tratava de ativistas LGBT proibindo que a mesma discursasse sua opinião, na verdade eram pessoas que sabiam que a então “profissional” tentava defender uma prática, num evento de uma universidade pública e mantenedora de um curso de psicologia, que é proibida pelo Conselho Federal de Psicologia. Para finalizar, em 01 de junho de 2016, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia divulgou nota de repúdio acerca de declarações feitas pela psicóloga Marisa Lobo que tratam das experiências de gênero e sexualidade das crianças:

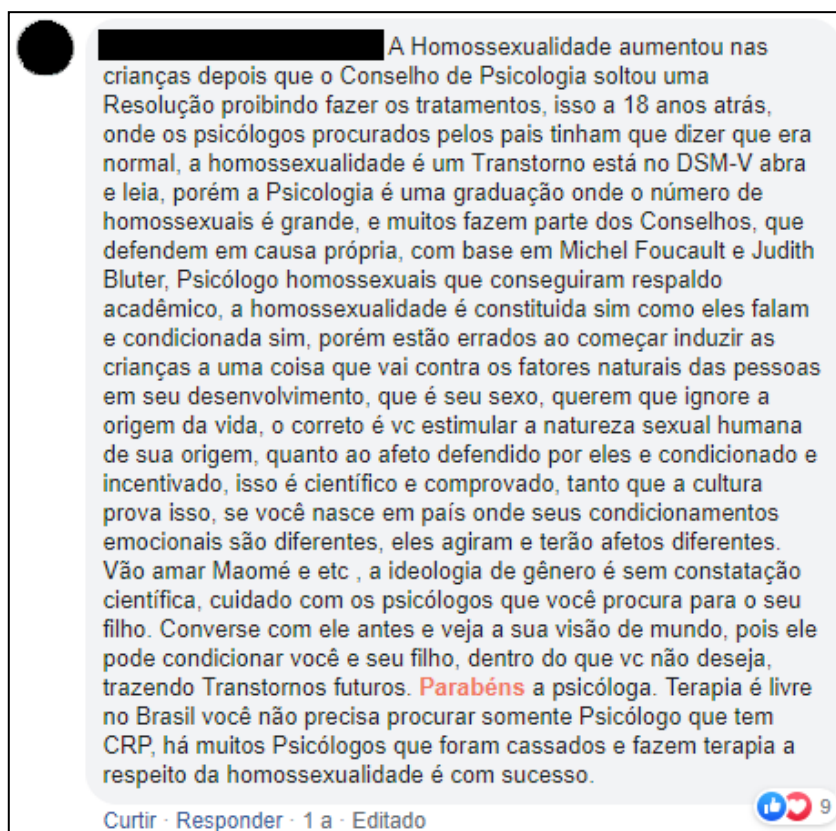
A prática da Psicologia deve respeitar o imperativo da laicidade nos processos de produção de conhecimento. A confusão entre ciência e religião torna o trabalho técnico-científico da Psicologia incongruente em seus próprios parâmetros de confiabilidade e de validade e com a ética profissional estabelecida. (...) Essa confusão é o que a psicóloga Marisa Lobo defende. Sua pedra angular é um conjunto de fundamentos religiosos dogmáticos que desconsidera os fundamentos e uso adequados da grande virada epistemológica do final do século XX que estabeleceu gênero como categoria de análise; desconsidera também a ética profissional que, no Brasil e para todas as categorias profissionais, constitucionalmente, devem se orientar pela régua do estado laico – considerar e respeitar a diversidade religiosa e aos que não têm religião. Uma visão religiosa não pode se impor às outras crenças nem falsear a produção técnica nem a produção científica, muito menos a ética profissional. § A virada do “gênero” contribuiu para a diminuição do sofrimento de milhões de mulheres, desnaturalizando a sua esperada subordinação, interpelando visões que transformavam as diferenças entre homens e mulheres em desigualdade e a violência intrínseca a estas. § Contribuiu também para interpelar as práticas pedagógicas que proporcionam o aumento da estigmatização e discriminação de crianças e adolescentes que não correspondem à normatividade cultural de gênero e para a orientação sexual e garantiu, por exemplo, o direito à educação de mulheres e jovens homossexuais, travestis e transexuais. O Conselho Federal de Psicologia coaduna com a construção de estratégias que visem suprimir as desigualdades vivenciadas pelas mulheres e pessoas trans em seu cotidiano, que violam seus direitos fundamentais, inclusive o direito à vida.⁸²

⁸² Trechos da nota de repúdio divulgada pelo CFP acerca das declarações de Marisa Lobo. A nota, na íntegra pode ser acessada diretamente no site do Conselho Federal de Psicologia, disponível em: <https://site.cfp.org.br/comissao-de-direitos-humanos-do-cfp-repudia-declaracoes-sobre-genero-e-sexualidade-das-criancas/>. Acesso em: 11 ago. 2019.

Sendo assim, entendo que Marisa Lobo se coloca na posição de vítima do que ela chama de ditadura de esquerda, como se fosse censurada pelos militantes e defensores da diversidade, quando, na verdade, ela age de forma antiética, desobedecendo à classe de psicólogos/as que lutam pela diminuição do sofrimento das pessoas que não se enquadram nos padrões heteronormativos. Na sequência, teremos alguns comentários sobre essa publicação. O primeiro deles, um posicionamento contra as universidades, chamando-as de “casas de doutrinação”. Um tipo de apontamento que já vimos em tópicos anteriores:



A seguir, um comentário mais extenso, porém, ele deixa bem claro diversos pontos que muitas vezes são ratificados nos diversos discursos analisados. Vamos observar o que este apoiador do Programa ESP e defensor da psicóloga Marisa Lobo discursa:



Primeiramente, o autor do discurso afirma que houve um aumento do número de crianças homossexuais após o Conselho de Psicologia proibir os tratamentos de cura gay. Para ele, isso obrigou os/as psicólogos/as a terem que dizer para os pais e as mães que os/as procuravam que a homossexualidade era “normal”, quando na verdade é um transtorno – e

ainda indica que basta consultar o DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Ele entende que o grande problema de tudo isso ter acontecido é um conjunto de diversos fatores que irei esmiuçar e discutir a seguir.

O primeiro fator que ocasionou a proibição dos tratamentos de cura gay e, conseqüentemente, o aumento de homossexuais, de acordo com o comentarista, é a quantidade exacerbada de homossexuais nos cursos de graduação em Psicologia e o fato de muitos dos psicólogos que compõem o CFP serem homossexuais, fazendo com que eles defendessem em causa própria. Sobre essa afirmação, não existe nenhuma pesquisa encontrada que traga um levantamento estatístico sobre a orientação sexual do corpo discente dos cursos de psicologia ou de membros do conselho de classe. O segundo fator apontado é o fato de Michel Foucault e Judith Butler serem psicólogos homossexuais que conseguiram respaldo acadêmico. Acerca disso, Nem Foucault e nem Butler são psicólogos. Aquele foi um importante filósofo francês, e esta uma filósofa pós-estruturalista. Sobre o que ele discorre serem considerações dos filósofos anteriormente citados, trata-se também de um equívoco, pois nenhum dos dois, em suas pesquisas, induziam crianças a irem contra o que ele chama de “fatores naturais”, ignorando a origem da vida – o que fica bastante confuso de entender.

Por fim, ele parabeniza a psicóloga cristã Marisa Lobo, e aconselha pais e mães, que precisam de um/a psicólogo/a para seus/as filhos/as, que conversem antes com o/a profissional/a e verifiquem se não há divergências de pensamentos e visões de mundo que possam causar transtornos futuros. Além disso, ele finaliza afirmando que os pais e as mães não precisam procurar apenas psicólogos/as que estejam em dia com o Conselho Regional de Psicologia, pois na opinião dele, existem vários/as psicólogos/as que foram cassados pelo conselho e fazem excelentes tratamentos com homossexuais. Esse comentário e todo seu discurso deixa bem evidente como pensam os/as fundamentalista religiosos/as, que mais se importam com o que a religião prega do que com o que anos de estudos na Psicologia chegaram à conclusão para o bem-estar da sociedade.

Vários comentários de apoio à psicóloga estão como resposta à publicação trazida neste tópico, reforçando o posicionamento da sociedade manipulada pelo poder exercido pela masculinidade hegemônica, como discutimos também no tópico anterior. Finalizo citando um comentário que resume bem o apoio dos/as conservadores/as ao que é exposto nesta publicação, em que um seguidor e apoiador do Programa ESP traz apenas uma imagem⁸³ da

⁸³ A imagem foi publicada como comentário na publicação citada neste tópico, na página oficial do Programa Escola Sem Partido, do *Facebook*.

psicóloga com os dizeres: “A psicóloga da família brasileira: O Brasil está com você contra a ideologia de gênero”.

Esses discursos analisados, que expõem os pensamentos dos/as apoiadores/as do ESP e dos próprios idealizadores do movimento, deixam bem evidentes o quanto para eles/as é importante a desqualificação da produção científica. Eles despejam afirmativas com amparo em pressupostos não-científicos, que não passam de puros achismos e mero exercício opinativo. Com o Programa ESP, o senso comum passa a ganhar um reforço extra quando seu discurso vem amparado em dogmas religiosos, acreditando que estes se sobreponham aos fatos científicos.

Um exemplo muito atual disso foi o discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro, em 11 de agosto de 2019, durante a “Marcha para Jesus” em Brasília. Ele afirmou, durante o evento, que a “ideologia de gênero é coisa do capeta” e que “existem leis para proteger as maiorias”. A reportagem⁸⁴ esclarece que, enquanto o Presidente da República usa “ideologia de gênero” como um ataque ao conceito tradicional e cristão de família, a expressão utilizada “não é reconhecida pelo mundo acadêmico, [e] normalmente é utilizada por grupos conservadores que se dizem contrários às discussões sobre diversidade em termos de identidade de gênero e da orientação sexual”. A reportagem ainda esclarece:

Bolsonaro faz uso frequente do conceito para criticar governos de esquerda e políticas educacionais que estariam, na visão dele, desviando da concepção tradicional cristã da família, composta por um homem e uma mulher. [...] § O termo “ideologia de gênero” foi criado pela Igreja Católica e citado pela primeira vez em 1998, em uma nota da Conferência Episcopal do Peru. Ele acabou adotado por grupos radicais de direita.

Imaginemos o quanto é sério quando uma pessoa, no cargo de maior importância de uma nação, usa as palavras a seguir num evento público que é transmitido para todo o mundo:

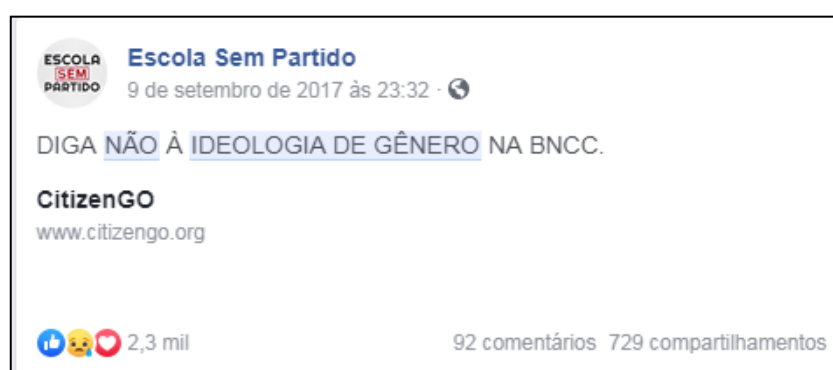
Não discriminamos ninguém, não temos preconceito. E deixo bem claro, as leis existem para proteger as maiorias. O que a minoria faz sem prejudicar a maioria, vá ser feliz. Não podemos admitir leis que nos tolham, que firam os nossos princípios. [...] Se querem que eu acolha isso [variações de famílias que não são formadas por um casal de homem e mulher] apresente uma emenda à Constituição e modifique o artigo 226. Lá está escrito que família é homem e mulher. Mesmo mudando isso, como não dá para emendar a Bíblia, vou continuar acreditando na família tradicional.

⁸⁴ Matéria “Ideologia de gênero é coisa do capeta, diz Bolsonaro na Marcha para Jesus”, publicada na Folha de São Paulo, em 10 de agosto de 2019, disponível no endereço <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-diz-bolsonaro-na-marcha-para-jesus.shtml>. Acesso em: 11 ago 2019.

Por fim, o discurso do Presidente é o retrato fiel de cada um/a dos/as apoiadores/as do Programa ESP que, provavelmente, tenham sido, em grande maioria, seus/as eleitores/as. Fica evidente também que a Bíblia se sobrepõe não só sobre a Ciência, mas também sobre as Leis, o que está em concordância com a campanha presidencial do atual governo: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos [grifo meu]”. Neste caso, um Deus opressor, machista, lgbtfóbico e que espalha ódio e preconceito em uma nação. O Presidente afirma que “as leis existem para proteger as maiorias”, uma forma explícita de negar igualdade de direitos às chamadas minorias, e ainda deixa a entender que, para ele, se houver leis em prol dessas minorias, os princípios da maioria serão feridos e estes se sentirão tolhidos. Essa afirmativa implicitamente deixa claro que o próprio presidente, assim como seus/as admiradores/as, acredita ser legítima a violência e o preconceito contra essas minorias, como se elas fossem merecedoras, principalmente por infringirem “leis bíblicas”.

4.8 Manifestações contra os estudos de gênero na BNCC

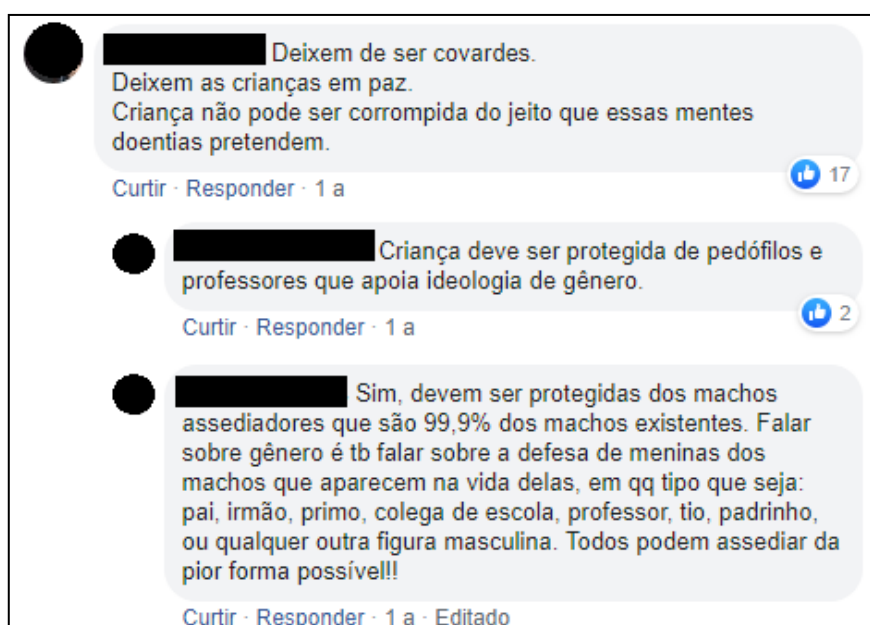
A publicação deste tópico é de 09 de setembro de 2017, e alcançou 729 compartilhamentos, 92 comentários e 2,3 mil reações. Porém, o *link* para o artigo publicado no portal *CitizenGo.Org*, na data da consulta para essa pesquisa, encontrava-se indisponível⁸⁵ para acesso. Mesmo assim, infere-se que se trata de temáticas sobre diversidade, envolvendo o temido vocábulo “gênero”, na Base Nacional Comum Curricular, que também discutimos no primeiro tópico deste capítulo. Vamos nos ater aos comentários mais relevantes dessa publicação:



⁸⁵ Mensagem de erro ao clicar no link: “A página requisitada não pôde ser encontrada”. Disponível em: https://www.citizenngo.org/pt-pt/42179-com-ideologia-genero-nao-havera-base-curricular?fbclid=IwARIXingQKQsMsgHgrNIDiWG3kuW__N68GqnJV5IQOglkBNKsHXksUFPBYXk. Acesso em: 19 ago. 2019.

É possível inferir que no *link* (não mais disponível)⁸⁶, da publicação, continha algum abaixo assinado para que os/as conservadores/as e apoiadores/as do Programa ESP pudessem, virtualmente, assinar contra o que eles/as chamam de “ideologia de gênero” na BNCC, pois há inúmeros comentários apenas confirmando a assinatura. Abaixo temos um comentário em que se pede para que educadores/as que tratem de temáticas sobre a diversidade deixem de ser “covardes”, deixando as crianças em paz, afirmando que tratar sobre respeito às diferenças em sala de aula é corromper as crianças de forma doentia. Outro apoiador responde a este comentário dizendo que é preciso defender as crianças de professores/as e “pedófilos” que apóiam a “ideologia de gênero”.

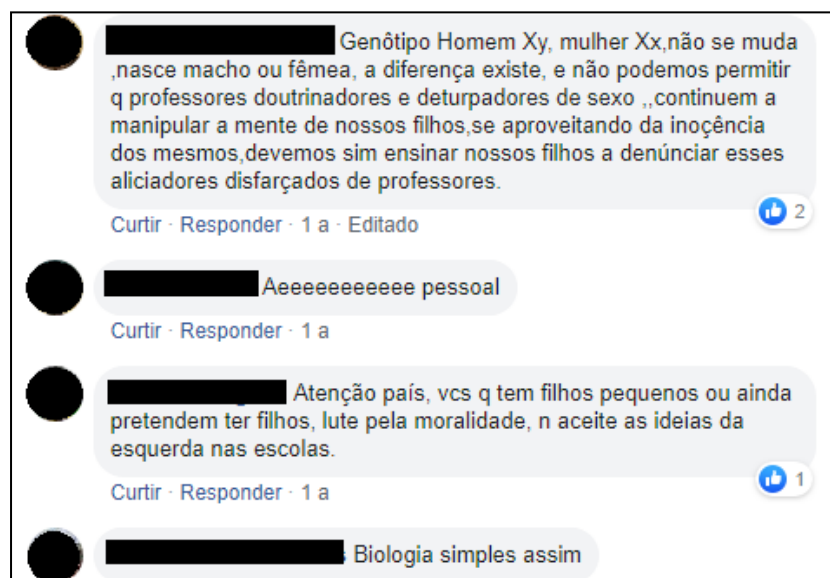
Verificamos aqui, mais uma vez, a associação que muitos conservadores fazem das pessoas LGBT com pedofilia. O que surpreende, nesta discussão, é a segunda resposta a esse comentário, quando surge uma pessoa que diz ser necessário defender as crianças não dos LGBT, mas sim dos 99,9% dos assediadores que são homens, chamados por ela de “machos”. A afirmação não vem embasada por nenhuma pesquisa, mas percebemos ser uma resposta contra o abuso do Programa ESP em difundir ideias tão conservadoras que posicionam os/as professores/as que estão abertos/as a diminuir a intolerância contra os LGBT como verdadeiros/as criminosos/as e pervertidos/as.



Mas essa voz, que tenta defender a educação em prol da diversidade, se abafa, solitária em meio a tantos discursos de ódio. Continuando, um comentário traz a clichê frase tão

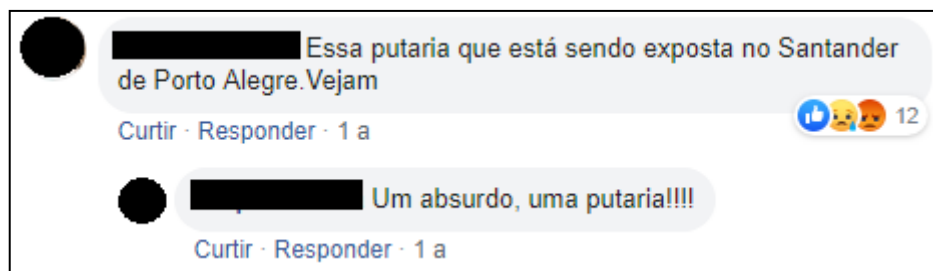
⁸⁶ Não encontrei nenhum motivo que explicasse o porquê do conteúdo não estar mais disponível no link citado.

discursada pelos/as conservadores/as – afirmando que ou se nasce macho ou fêmea – e chama os/as professores/as, além de doutrinadores/as, de “deturpadores/as de sexo”. Seu comentário vem seguido de frases de apoio e favoráveis à denúncia contra professores/as, ação esta que consideram luta pela moralidade e contra as ideias de esquerda nas escolas:



Dentro dessa publicação, surge um comentário contra o Banco Santander, sobre o episódio que mencionei no capítulo 1.2, sobre a homossexualidade masculina no Brasil, acerca do episódio ocorrido durante a exposição “*Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*”, apresentada em agosto de 2017, em Porto Alegre, no espaço Santander Cultural:





Como discutido no primeiro capítulo, a exposição exibiu algumas obras que ilustravam a diversidade sexual nas artes brasileiras, em que algumas faziam alusão ao preconceito sofrido por crianças efeminadas em nossa sociedade. Os comentários acima classificam a exposição como “putaria”, e um deles chega a dizer que o banco patrocinador deveria consultar seus/as clientes se são a favor do que ele chama de “pouca vergonha”. Percebemos que a masculinidade hegemônica, neste caso e em tantos outros analisados, para se reafirmar, em vez de apresentar suas qualidades e características positivas, tenta atacar o que ela considera como “inimigo”. A publicação, que era sobre questões de gênero na BNCC, acabou sendo um espaço para menosprezar e repudiar tudo que busca maior respeito pela população LGBT. Esse “inimigo” da masculinidade hegemônica, que precisa o tempo todo ser atacado e colocado em público como imoral e perverso, é o que Oliveira (2004, p. 70) chama de “o outro da masculinidade”, em sua pesquisa sobre a construção social da masculinidade:

Seria impossível pensar a masculinidade abstraído-se de refletir sobre o seu outro, pois para que esse lugar simbólico se destacasse como símbolo social valorizado fez-se necessária a emergência de sombras e faces que desempenharam o papel de antípodas, alvos de depreciação e anátema, signos do vil, abjeto, desprezível, verdadeiros *alter egos*⁸⁷.

Oliveira (2004, p. 70) nos esclarece que, para a masculinidade hegemônica, esses *alter egos* não tinham apenas uma função negativa de expor outras masculinidades, mas eles serviam como exemplos a não serem seguidos, eram formas que advertiam, no intuito de reforçar “a autoconfiança daqueles que se empenhavam para satisfazer as prescrições sociais, favorecendo o fortalecimento do estereótipo masculino no qual os ‘normais’ encontravam refúgio”. O pesquisador, doutor em Sociologia pela USP, ainda nos esclarece sobre a

⁸⁷ “Ser um *alter ego* significa servir como depósito de entulho dentro do qual todas as premonições inefáveis, os medos inexpressos, as culpas e autocensuras secretas, demasiadamente terríveis para serem lembrados, se despejam; ser um *alter ego* significa servir como pública exposição do mais íntimo privado, como um demônio interior a ser publicamente exorcizado, uma efígie em que tudo o que não pode ser suprimido pode ser queimado. O *alter ego* é o escuro e sinistro fundo contra o qual o eu purificado pode brilhar”. Oliveira, nesta definição, faz referência à obra “O mal-estar da pós-modernidade”, de Zygmunt Bauman (1998, p. 119).

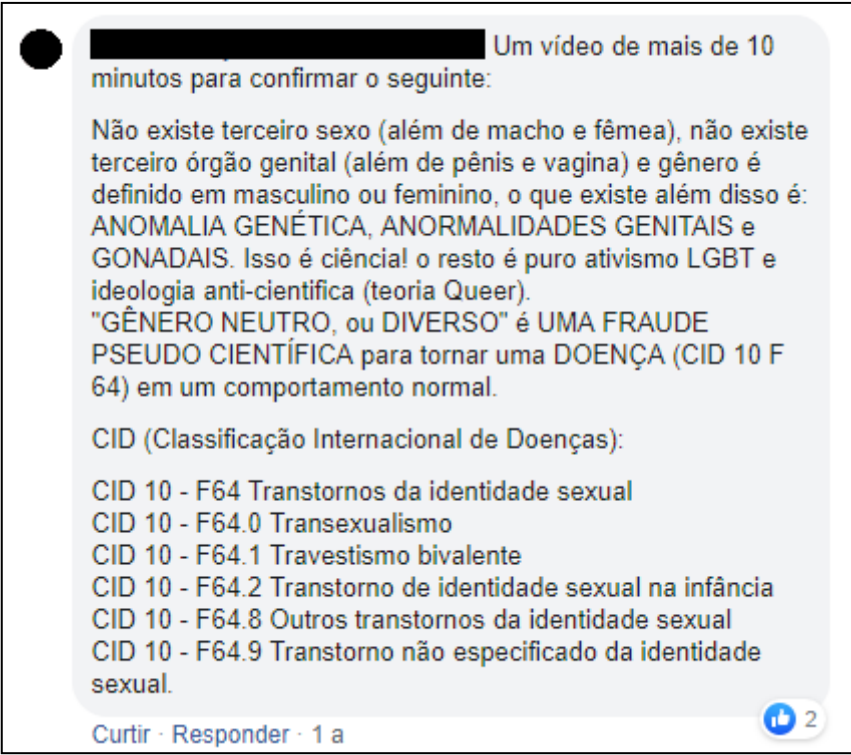
importância de se eleger um inimigo para valorização do grupo que se sente pertencente ao ideal moderno de masculinidade:

Muitas vezes, torna-se importante eleger um inimigo para que se possa criar um grau de coesão grupal e a consequente “identificação coletiva [juntamente com] as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos”. Da mesma maneira que o ideal moderno de masculinidade destacava alguns agentes específicos e os tornava modelos pela adequação ao paradigma proposto, assim também ocorria no caso inverso, isto é, construía-se a imagem do antiparadigma, mais notadamente do agente homo-orientado, como aquele baseado nas piores qualidades encontradas em alguns desses agentes masculinos que cumpriam à risca o receituário da feminilidade exacerbada e afetada. (OLIVEIRA, 2004, p. 70-71).

O homossexual, então, era rebaixado por se encontrar escasso das qualidades consideradas masculinas e mais adequado às qualidades consideradas femininas, pela sociedade. Então, como esclarece Oliveira (2004, p. 71): “Para que o masculino fosse valorizado, seria necessário realizar uma operação inversa em que o feminino fosse, explicitamente ou não, posto em segundo plano, visto como algo menor, inferior, subalterno”. E ainda esclarece que, ao longo da história moderna e com a ascensão da burguesia, “a autêntica feminilidade surgia como o inverso da masculinidade: delicadeza, beleza, sensual, comedimento público e fragilidade”. Essa ideia fez com que se consagrasse, como uma sociedade saudável, aquela em que o homem precisasse ser o mais masculino possível, e a mulher o mais feminina também. Para Oliveira, foi nessa construção de um ser feminino representando delicadeza, fragilidade, insegurança e instabilidade que se elaborou, no agente masculino dotado dessas características então consideradas femininas, um ser sinônimo de infâmia, desonra e desclassificação social:

A demonização de uma orientação sexual não convencional surgia de forma explícita em algumas propagandas de guerra, no primeiro conflito mundial do século XX, como no caso de postais franceses que mostravam soldados alemães sodomizando uns aos outros. Os contratipos de masculinidade ideal apareciam como inimigos públicos, dignos de desprezo, escárnio e ódio. O partido comunista alemão gostava de chamar seus adversários de dóceis e afeminados, isso quando fazia uso de eufemismos; já os conservadores viam os esquerdistas como imorais frouxos, lassos e não viris. Assim a homo-orientação tinha um lugar à parte no panteão dos contratipos. Evidenciava-se como a maior desonra que um varão poderia sofrer. Era vista como uma aberração, uma ameaça à família e ao casamento (...) Ela foi sempre o insulto maior que um grupo (masculino) poderia lançar contra seus adversários e isso não mudou. (OLIVEIRA, 2004 p. 73).

O excerto acima é o retrato muito atual de nossa sociedade, em que homens heteronormativos se ofendem com palavras que os associem a homossexuais, e por ainda ser muito comum, como podemos ver em diversos comentários analisados neste capítulo, afirmarem que os homens que desviam do modelo ideal de masculinidade são uma ameaça à família tradicional. Oliveira ainda afirma que para se atingir esse “ideal moderno de masculinidade”, a construção do tipo homo-orientado, “baseado num discurso médico, psicológico e jurídico, que permite submetê-lo a observação, policiamento e exame”, foi de grande valia. E também esclarece que a “psicologização” e “medicalização” da homossexualidade surgiu com a sexologia, especialidade médica que surgiu no século XIX. Foi por inúmeras pesquisas insistindo que a homossexualidade era uma doença que, até hoje, os/as fundamentalistas e conservadores/as insistem em defender terapias que possam reverter homossexuais em heterossexuais, como vimos em comentários de publicações anteriores e nesta próxima, em que o seguidor do programa ESP vem afirmar que assistiu um vídeo de 10 minutos que comprova que só existe o macho e a fêmea (por não existir um terceiro órgão sexual, apenas o pênis e a vagina), e que gênero é só masculino e feminino, e todo o “resto” são anomalias genéticas e anormalidades genitais que tentam ser ocultadas por ativismo LGBT e ideologia “anti-científica” (a teoria queer):




Um vídeo de mais de 10 minutos para confirmar o seguinte:

Não existe terceiro sexo (além de macho e fêmea), não existe terceiro órgão genital (além de pênis e vagina) e gênero é definido em masculino ou feminino, o que existe além disso é: ANOMALIA GENÉTICA, ANORMALIDADES GENITAIS e GONADAIS. Isso é ciência! o resto é puro ativismo LGBT e ideologia anti-científica (teoria Queer). "GÊNERO NEUTRO, ou DIVERSO" é UMA FRAUDE PSEUDO CIENTÍFICA para tornar uma DOENÇA (CID 10 F 64) em um comportamento normal.

CID (Classificação Internacional de Doenças):

- CID 10 - F64 Transtornos da identidade sexual
- CID 10 - F64.0 Transexualismo
- CID 10 - F64.1 Travestismo bivalente
- CID 10 - F64.2 Transtorno de identidade sexual na infância
- CID 10 - F64.8 Outros transtornos da identidade sexual
- CID 10 - F64.9 Transtorno não especificado da identidade sexual.

Curtir · Responder · 1 a  2

Por fim, um comentário que repete o desejo de muitos pais e mães que são seguidores/as do ESP, que também vimos em outras publicações: o direito de lecionar para os/as próprios/as filhos/as em casa, sem o contato com a escola e com os/as professores/as que possam vir a discutir temáticas consideradas contrárias à moral e à família:



O *homeschooling* parece ser, para os/as conservadores/as, uma das melhores opções para blindar seus/as filhos/as do acesso à discussão crítica sobre a sociedade e os seres sociais que a compõem, no caso, a população LGBT, e todas as formas de violência que estes sofrem. Ao longo das leituras de centenas desses comentários, na página do Programa ESP, refleti e pensei muito sobre essa aversão, por parte dos/as conservadores/as, para com gays, lésbicas e pessoas trans, e finalizo este capítulo com essa minha percepção: os/as conservadores/as e fundamentalistas religiosos/as são contra qualquer tipo de discussão ou programa que busque conscientização do grande mal causado pela lgbtfobia em nosso país. Eles não aceitam que se fale em medidas que visem menos intolerância e violência contra a população LGBT, porém, foram décadas de programas de TV, por exemplo, dando visibilidade e fazendo chacotas e piadas sobre gays, principalmente programas de humor, que colocavam o gay ou lésbica como um personagem caricata e menosprezado, às vezes até mesmo num processo de zoomorfismo, como se fossem animais inferiores ao homem. Esses personagens ganharam destaque, como Vera Verão⁸⁸ e Pit Bicha⁸⁹. Os/as conservadores/as nunca pediram a proibição desses programas e da difusão de personagens como esses. Nas escolas, crianças que não se

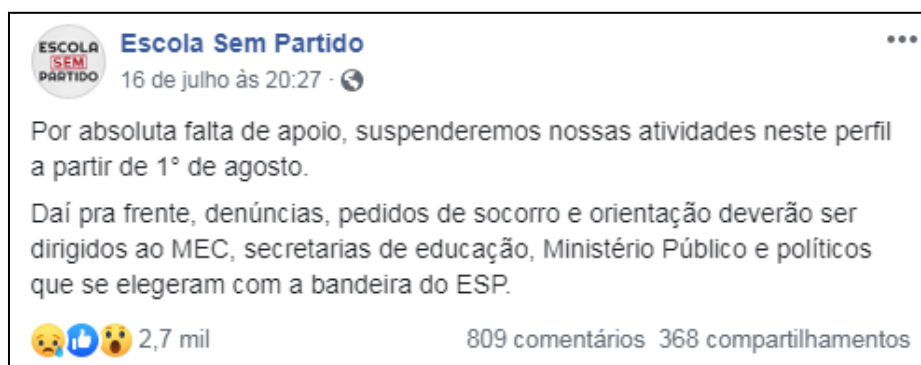
⁸⁸ Vera Verão foi o principal personagem interpretado pelo ator Jorge Lafond, no humorístico “A Praça é Nossa”, do SBT, entre os anos de 1992 a 2003. Seu personagem sempre era chamado de “bicha”, de forma ofensiva, e respondia com o bordão “Êpa! Bicha não! Eu sou uma quase mulher!”.

⁸⁹ Pit Bicha foi um dos muitos personagens interpretados por Tom Cavalcanti entre os anos de 2001 a 2004 no programa “Zorra Total”, da Rede Globo. O personagem era um super-herói com características semelhantes aos músicos do Village People, que levava rapazes em perigo para sua casa. Um famoso bordão do personagem era “Sou homem com H, mano. H de homossexual”. Houve muitas críticas sobre o personagem, algumas salientando que o mesmo ressaltava um estereótipo gerador de violência, uma vez que era um homossexual que desejava incessantemente homens, o que alimentaria o medo de alguns heterossexuais serem “atacados” por homossexuais. Essa crítica e outras podem ser consultadas numa matéria sobre o personagem na Folha de São Paulo, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/tvfolha/tv1507200106.htm>. Acesso em: 07 ago. 2019.

adequavam (e ainda hoje, que não se adéquam) ao modelo ideal de masculinidade sempre sofreram (e sofrem) preconceitos, foram (e são) alvos de violência física e verbal. Os/as conservadores/as nunca tentaram fazer algo para minimizar essa crueldade. O problema não é, e nunca foi, falar sobre homossexuais, mas sim tratá-los como humanos, no mesmo nível em que os heterossexuais são tratados, e isso é só uma das formas que a masculinidade hegemônica tem de continuar no poder e garantir o seu legado para as gerações futuras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término desta dissertação parecia vir a confluir simultaneamente com o encerramento das atividades do Programa Escola Sem Partido, já que no dia 16 de julho de 2019, a página oficial do movimento, no *Facebook*, fez a seguinte publicação:

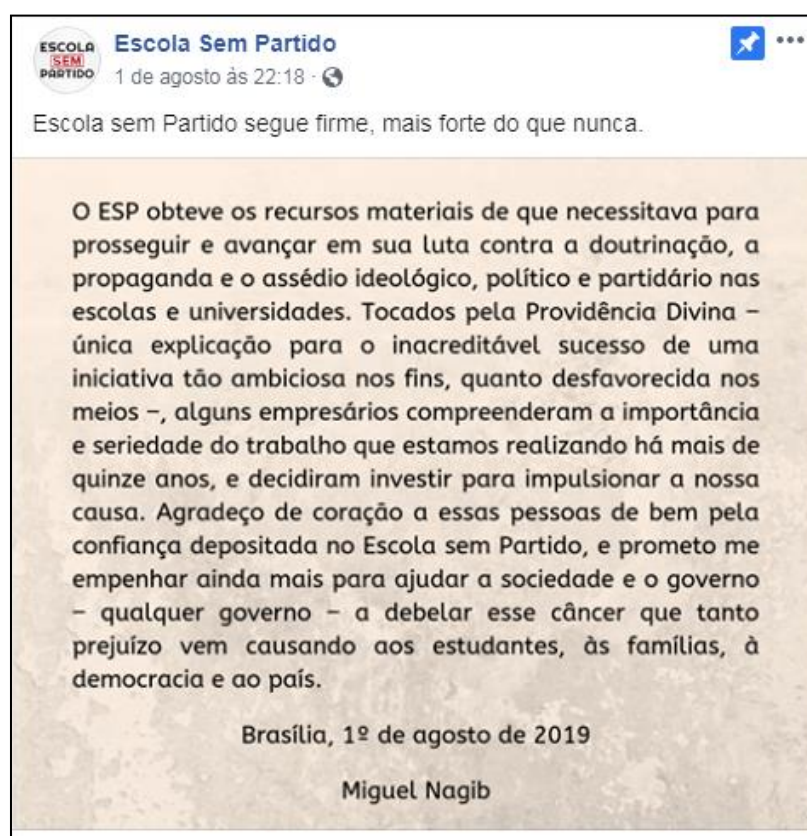


A publicação ganhou notoriedade em diversos sites de notícias. A revista “Carta Capital” publicou uma matéria sobre o fim das atividades do ESP, no dia 19 de julho de 2019. A matéria traz em destaque que, para o criador do movimento, “falta de apoio do presidente Jair Bolsonaro é um dos motivos para o encerramento⁹⁰”. A matéria esclarece posicionamentos do fundador do ESP:

Nagib falou sobre os porquês da decisão também em um *post* nas redes sociais e relatou acúmulo de funções e sufocamento financeiro. “Quem produz o conteúdo, cuida das páginas, lê e responde e-mails, escuta os áudios, edita os vídeos, analisa o material didático que nos é enviado; redige petições, denúncias e pareceres; orienta os estudantes, pais e políticos, dá palestras e entrevistas, sou eu. Além disso, sou eu que pago todas as despesas relacionadas à nossa associação, às nossas páginas e aos eventos realizados em Brasília. Se necessário, pago também as minhas passagens e hospedagens quando sou convidado para dar uma palestra fora de Brasília. Não cobro para dar palestras (só fiz isso duas vezes). Se somarmos todas as doações em dinheiro e material (como camisetas, por exemplo) recebidas pelo ESP nos últimos 15 anos, o valor não chega a R\$ 10 mil”, declarou. § Ele também relatou “frustração” em relação ao tema ter sumido das atuais propostas presidenciais. Nagib comenta que o presidente Jair Bolsonaro não mais tocou no assunto depois de eleito e que as tentativas de pautar o movimento com o ministro Abraham Weintraub também não tiveram sucesso. A continuidade do projeto, coloca, dependeria de apoio político, mas também de financiamento.

⁹⁰ Matéria publicada na Revista Carta Capital em 19 de julho de 2019, disponível no endereço <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>. Acesso em: 11 ago. 2019

O Jornal “O Tempo” também trouxe uma matéria dizendo que “a lua de mel com o presidente Jair Bolsonaro, uma das principais figuras a favor do movimento, parece ter acabado⁹¹”. Porém, quando chegou, então, o dia 1º de agosto, veio uma publicação oficial, na página do ESP, assinada pelo seu criador, Miguel Nagib, seguida da legenda “Escola sem Partido segue firme, mais forte do que nunca”:



O dia programado para o então encerramento veio com a notícia de que o Programa ESP havia conseguido investimentos de empresários para dar continuidade em seu trabalho. O criador afirma que o fato se deve à “providência divina”, e que agora estará ainda mais empenhado na sua luta contra o que ele chama de “câncer” que prejudica estudantes, famílias e a democracia do país.

Independente de encerrar ou não as suas atividades, e independente de dizer que o atual governo apóia ou não, fato é que todo o movimento criado de perseguição e censura, durante os últimos anos em que o ESP ganhou destaque, já está implantado indiretamente pelo atual Governo. Basta observarmos as falas do Presidente da República, as demissões e trocas de cadeiras de cargos importantes no Ministério da Educação, como o INEP, as

⁹¹ Matéria publicada no Jornal “O Tempo” em 18 de julho de 2019, disponível em <https://www.otempo.com.br/brasil/projeto-escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades-1.2211597>. Acesso em: 11 ago. 2019.

nomeações de reitores impopulares em várias universidades, e a forma como os mais conservadores se vêem no direito de vigiar os/as educadores/as como se estes/as fossem criminosos/as. A existência de um Movimento como o ESP parece não ter mais necessidade para atingir os objetivos do mesmo, uma vez que o próprio Governo parece ter englobado em suas medidas para a educação estes objetivos.

Quando o próprio presidente escancarou a intenção de mudar o patrono da Educação⁹², título designado atualmente a Paulo Freire, por qualquer outro educador “menos chato”, insinuando que até o filósofo direitista Olavo de Carvalho teria feito mais pela Educação do que Freire, já temos aí um posicionamento do ESP. Quando o presidente, em 16 de julho de 2019, suspendeu⁹³ o vestibular exclusivo para transexuais, travestis, intersexuais e não-binários da Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira, ele também se posicionou junto e a favor dos objetivos do ESP. Outros exemplos de como o presente Governo atua em consonância com o ESP já foram anteriormente citados ao longo dessa pesquisa, como a questão do desinvestimento dos cursos da área de humanas. Para certificarmos, basta navegarmos na página oficial do ESP e perceber como tudo que o presidente decide sobre a Educação é aplaudido e validado pelo movimento e seus/as apoiadores/as.

Sobre o intuito dessa pesquisa, em analisar os discursos e comentários encontrados nas publicações compartilhadas na página oficial do ESP, no *Facebook*, em busca de verificar se os mesmos corroboram, reforçam, acentuam e investem na legitimação do padrão de masculinidade hegemônica, pode-se afirmar que existe uma manipulação social por todos os agentes envolvidos nesses discursos em prol do ESP que estão vinculadas às práticas políticas e ideológicas de cunho conservador e religioso, e que a preposição “sem” realmente não faz nenhum sentido na nomenclatura do movimento abordado.

Fica confirmada a hipótese de que os discursos envolvendo questões de gênero e sexualidade são construídos no intuito de “naturalizar” a masculinidade hegemônica como o padrão ideal de masculinidade, legitimando-a e, ao mesmo tempo, considerando todas as outras como “desviantes” e “impróprias” para um homem. Também fica confirmado que esses discursos ganham ainda mais força quando apoiados por religiosos e políticos em atuação. Confirma-se também o quanto a “ideologia de gênero” é algo concreto, forte e visto como

⁹² Matéria publicada no Jornal “Extra”, em 30 de abril de 2019, disponível no endereço <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-quer-tirar-paulo-freire-do-posto-de-patrono-da-educacao-brasileira-23632381.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

⁹³ Matéria publicada no “Congresso em Foco”, em 16 de julho de 2019, disponível no endereço <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-suspende-vestibular-voltado-para-transexuais/>. Acesso em: 11 de ago. 2019.

“destruidor” pelos/as apoiadores/as do movimento ESP, mesmo que a ciência afirme não reconhecê-la. Dessa forma, temos um importante papel em sempre enfatizar que a comunidade acadêmica não reconhece a “ideologia de gênero” como uma categoria analítica. Como destaca Junqueira (2018, p. 458), a “ideologia de gênero” – ou “teoria de gênero”, como às vezes também é chamada – não passa de rótulos políticos e pânico moral:

Tal como empregado pelos polemistas antigênero, o sintagma neológico “teoria de gênero” não corresponde ao que academicamente se constituiu e se consagrou, a partir dos anos 1980, como o campo dos estudos de gênero e afins, e nem tampouco leva em conta a sua pluralidade e complexidade. Estudos, pesquisas, reflexões e debates inesgotáveis que contemplam diferentes disciplinas, matrizes teóricas e políticas são reduzidos a uma “teoria”, declinada sempre no singular – assim como ocorre com o *gender* (Carnac, 2014; Favier, 2012). Apropriar-se, homogeneizar, descontextualizar e referir-se a um campo por meio de um termo redutor visa extinguir seu vigor teórico, minar seu potencial político (Garbagnoli, 2014a, 2014b) e, ao mesmo tempo, criar a ilusão de um inimigo comum e personificado: único, organizado e a ser demonizado (Husson, 2012, 2015b). § Em vez de debater abertamente o tema com os/as especialistas do campo dos estudos de gênero, esses cruzados dedicam-se ao registro apologético de suas posições (sobretudo católicas oficiais e tradicionalistas) e, ao mesmo tempo, polêmico, hiperbólico e alarmista, a denunciar uma conspiração mundial do *gender* contra a família e o ser humano. (...) O propósito é também o de promover a rejeição completa e imediata dos conteúdos e a abjeção dos formuladores da “teoria do gênero”. Além disso, nas intervenções antigênero é frequente o artifício de se apresentar a produção dos estudos de gênero e afins por meio de citações fragmentadas e descontextualizadas, falseadas, acompanhadas (e direcionadas) por apreciações simplificadoras e desqualificadoras (Garbagnoli, 2014a). Ao mesmo tempo, sublinha-se que a “teoria de gênero” seria “um erro da mente humana”, sem validade científica (Carnac, 2014) e, por isso, completamente confutada por especialistas: suas formulações seriam meramente ideológicas; e suas premissas, falsas, desmentidas pela biologia. § O discurso antigênero insiste em atribuir à “teoria do gênero” um caráter especulativo, incerto e não científico, opondo-a à certeza daquilo que considera “ciência”. (...) § “Teoria de gênero”, “ideologia de gênero” e suas variações não são meras locuções. São sintagmas neológicos fabricados na forma de rótulos e slogans políticos e, enquanto tais, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização.

É entendível que a sociedade conservadora, após mais de dez anos de um governo progressista, que buscou diminuir as diferenças e aumentar a visibilidade da população LGBT, esteja agora extremamente preocupada com a possibilidade de a “Masculinidade Hegemônica” estar um pouco “fragilizada” e, por isso, a necessidade tão grande de atacar as masculinidades subordinadas e as pessoas LGBT, pois a ascensão destas, embora não inferiorize aqueles pertencentes à masculinidade hegemônica, causa ainda muito incômodo aos mais conservadores e religiosos.

Algumas observações importantes merecem destaque ao término dessa pesquisa. A primeira delas é o quanto a dimensão religiosa se faz presente nas ideias do Programa Escola Sem Partido, fazendo com que lideranças religiosas e seus/as apoiadores se coloquem numa posição de patrulhas da moral e da família, buscando sempre se mostrarem aliados/as do Governo contra o que eles chamam de “esquerdopatia”, que englobam as ideias progressistas, incluindo a equidade de gênero e respeito à diversidade.

Outra observação importante é no que tange à violência, e não só a física, que em alguns casos infelizmente ocorreram e ainda ocorrem, mas principalmente na esfera do simbólico, como ocorreram quando as novas matizes de direita se organizaram para protestarem, por meio de surtos autoritários de explícita vigilância e censura, em plena vigência da democracia, como fizeram alguns grupos como, por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL)⁹⁴ que, com o intuito de censurar e fiscalizar, agiram como se fossem patrulhas em defesa da moral e da integridade da família brasileira.

Mas junto dessa dimensão religiosa, nesse objetivo de ir contra tudo que possa beneficiar a população LGBT por meio de políticas públicas, é preciso também destacar o papel importante da elite brasileira, passando então pela dimensão de classe social. Não se pode negar a importância dessa elite na ascensão da Direita com todos esses ideais antiprogressistas, e a sua participação ativa e seu grande investimento para manutenção da mesma. Mesmo que a elite não se declare explicitamente contra a população LGBT, como faz grande parte dos/as fundamentalistas religiosos/as, ela indiretamente apóia quando investe em trazer e manter a Direita no poder com outros interesses, como beneficiar os banqueiros, as agroindústrias, as grandes empresas – mesmo que para isso seja preciso “rasgar” direitos trabalhistas conquistados pelos/as trabalhadores/as –, além de outros nichos elitizados.

Ao término dessa dissertação, já passamos oito meses do atual Governo, e é possível percebermos que as elites econômicas, juntamente com a bancada evangélica, conseguem claramente persuadir grande parte da população pobre e assalariada, como fizeram quando criaram todo o ódio contra o Partido dos Trabalhadores e seus/as líderes, desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff culminando na eleição de Jair Bolsonaro. Isso pode ser confirmado nos discursos analisados, quando a maioria que defende o Programa ESP e o atual governo aparenta ser constituída de cidadãos e cidadãs trabalhadores/as e de classe média, longe de serem pertencentes às elites tão beneficiadas com o atual governo.

⁹⁴ Trevisan (2018, p. 472).

Por fim, uma última observação que faço, e talvez a mais importante, principalmente por estarmos discutindo questões de gênero, é o fato de grande parte dos comentários analisados serem discursos de mulheres. Elas compactuam com todo discurso machista e sexista que as colocam como coadjuvantes e inferiores aos homens. Elas também reforçam a legitimação da masculinidade hegemônica em seus discursos, colocando-se como cúmplices desse fenômeno social. Numa entrevista, Bernardo Ajzenberg⁹⁵ foi questionado sobre qual a importância que o machismo ainda tem no Brasil atual, e ele respondeu que, de acordo com sua opinião:

Absolutamente predominante. No Brasil mesmo as mulheres são machistas, grande parte delas. Existe a ideia do domínio masculino em praticamente todos os campos. Acho que há um atraso muito grande no Brasil em relação a isso, com algumas exceções em grandes centros urbanos (GRUNNAGEL, 2015, p. 373).

Se analisarmos atentamente os discursos das mulheres que apóiam o ESP, poderemos afirmar que Ajzenberg tem razão. As mulheres que ali opinam são machistas e totalmente contra as feministas e todas as suas lutas, sendo cúmplices da masculinidade hegemônica. Elas ratificam todos os ideais conservadores que as colocam como inferiores aos homens, justificando agirem assim a favor do bem-estar da família e/ou em nome de Deus e do que prega a Bíblia.

E, assim, se a linguagem não é simplesmente um instrumento, nem meramente uma estrutura, mas sim um agente efetivo na sociedade, “isso implica que o discurso tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 66). Então, os discursos refletem exatamente o que seus/as interlocutores/as pensam sobre a realidade do que se discute e, quando reverberados, passam a fazer parte da realidade de outras pessoas que absorvem essas ideias e irão transmiti-las para outras pessoas. Esse poder do discurso é perceptível nas discussões analisadas nesta pesquisa quando as pessoas presentes naquele espaço virtual tentam convencer cada vez mais pessoas de que os ideais do Programa ESP são importantes para o bem-estar da sociedade, mesmo que especialistas e dados científicos mostrem o contrário.

⁹⁵ Bernardo Ajzenberg foi um dos seis escritores brasileiros que concederam entrevistas que foram reunidas em um dossiê. As primeiras discussões dessas entrevistas centraram-se em assuntos relacionados com os estudos de gênero, nomeadamente os diferentes conceitos de masculinidade(s) e feminilidade(s) na sociedade e na literatura brasileira, partindo da teoria elaborada pela socióloga australiana R. W. Connell.

Percebe-se que, mesmo com todo o avanço das pesquisas sobre gênero, ainda não se têm muitas pesquisas científicas no Brasil sobre masculinidades, principalmente na área de Educação. Por isso, e sendo o Programa ESP um movimento que ajudou a dar destaque à “ideologia de gênero”, entendo necessária e importante esta pesquisa, uma vez que foi possível identificar melhor como as pessoas, que apóiam o movimento, idealizam o padrão ideal de masculinidade, e porque rejeitam os demais. Por fim, a intenção dessa pesquisa, além de compreender esses discursos, é também a de auxiliar em pesquisas futuras sobre o tema, podendo despertar questionamentos mais complexos e, também, despertar ações que possam auxiliar os homens – e também as mulheres – a se posicionarem em sociedade sem rótulos, buscando uma vivência menos tóxica e mais harmônica entre todos/as.

REFERÊNCIAS

BAGDONAS, Alexandre; AZEVEDO, Hernani Luiz. O Projeto de Lei “Escola Sem Partido” e o Ensino de Ciências. **Alexandria: R. Educ. Ci. Tec.**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 259-277, nov. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1982-5153.2017v10n2p259>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BEZERRA, Luís Antônio Alves. **Da espiral de violência em desproveito da mulher: submissão bíblica, religiosa, social e jurídica**. 2018. 184f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n.193 de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido"**. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>>. Acesso em: 27 maio 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CALDAS, Renan Rubim. **Narrativas em movimento: do “Escola sem Partido” à “Educação Democrática”: história pública e trajetórias docentes**. 2018. 339f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

CALDAS, Renan Rubim. O antimovimento social “Escola Sem Partido” e a negação da produção de subjetividades nos espaços públicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502744165_ARQUIVO_TextocompletoEncontroNacionalAnpuh2017.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

CARDOSO, Isabela Cristina Barros. **Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/19213>>. Acesso em: 04 out. 2018.

CASTRO, Susana de. O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [s.l.], n. 20, dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4552>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação Sexual e relações étnico-raciais: caderno de atividades. Rio de Janeiro, RJ: CEPESC, 2009a. 226 p.

CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais: livro de conteúdo. Rio de Janeiro, RJ: CEPESC, 2009b. 266 p.

CONNELL, Robert William. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 186-206, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>>. Acesso em: 08 abr. 2018

CONNELL, Robert William; MESSERCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1 p. 241-282, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 02 dez. 2017.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos Editora, 2016.

COSTA, Décio Bessa da. **Charges eletrônicas das eleições 2006: uma análise de discurso crítica**. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3032>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenadora de tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. [s.l.:s. n.], 1913. Disponível em: <<http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

FREITAS, Eduardo Pacheco. O Movimento Escola Sem Partido e “Escola Com Religião”: aproximações a partir da série Star Trek: Deep Space Nine. **Revista Acadêmica Licência&acturas**, v. 6, n. 1, p. 76-85, jan./jun., 2018. Disponível em: <<http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/177/147>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

FURLANI, Jimena. **Ideologia de Gênero – Parte 1/6 – Quem criou, por que e para que?**. Youtube, 14 jul. 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O1010v8>>. Acesso em: 30 maio 2018.

FURLANI, Jimena. Carta Mundo de Mulheres. **13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=595>. Acesso em: 11 jul. 2018.

GATTI, Márcio Antônio; MENDONÇA, Viviane Melo de. O estereótipo e a necessidade de (contra)dizer em tempos de conservadorismo político-religioso. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 81-91, jan./abr. 2018.

GREEN, James Naylor; et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GRUNNAGEL, Christian. “No Brasil, mesmo as mulheres são machistas”: entrevista com Bernardo Ajzenberg. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 45, p. 373-381, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182015000100373&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, Marcelo M.; NICOLI, Pedro A. G.; ALKMIN, Gabriela C. (org.). **Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares**. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. Disponível em: <<http://goo.gl/JgyPzN>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004>. Acesso em: 21 ago. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 34-78.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, set. 2016.

MOURA, Fernanda; SALLES, Diogo da Costa. O Escola sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Revista Periódicus**, n. 9, vol. 1, maio/out. 2018. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasepartido.files.wordpress.com/2018/07/moura-e-salles-o-escola-sem-partido-e-o-c3b3dio-aos-professores.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MOURA, Fernando Pereira. Escola Sem Partido: origens e ideologias. **Ciência Hoje**, fev. 2019. Disponível em: <<http://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MUSZKAT, Susana. **Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero**. 2006. 207f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo. 2009. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino Americana**, n. 2, p. 121-161.

NERY, Rodrigo Luiz. Facebook e homossexualidade: enunciados e preconceito na rede social. In: PEREIRA, Denise (Org.) . **Diversidade: Diferentes, não desiguais**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. cap. 14, p. 136-150. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/02/E-book-Diversidade-4.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OROFINO, Paula Santos. **Concepções de educadores da área de ciências da natureza associadas ao Programa Escola sem Partido e à Ideologia de Gênero**. 2018. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2018.

PENHA, Ariane Rafaela Brugnollo. Adoção por casais homoafetivos. **Intertemas**, v. 16, n. 16, 2008. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Juridica/article/viewFile/677/699>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

PENNA, Fernando. “Escola sem Partido” como ameaça à educação democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, Andre Roberto; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (org.) **Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez: 2017. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/07/penna-fernando-escola-sem-partido-como-ameac3a7a-c3a0-educac3a7c3a3o-democrc3a1tica-fabricando-o-c3b3dio-aos-professores-e-destruindo-o-potencial-educacional-da-escola.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP): tensões e discurso nas redes sociais**. 251f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. 2017. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p.9-26, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2018.

SANTOS, Carla Cristina Braga dos. **Identidade docente em mudança social: contribuições da análise de discurso crítica com foco em consciência linguística crítica**. 2013. 232f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15093>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

SANTOS, Thiago Pereira dos. **Corpo, sexualidade e resistências: o contraste entre as propostas dos projetos denominados Escola sem Partido e as perspectivas foucaultianas**. 2017. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, Paranaíba, 2017.

SARAIVA, Marcio Sales. **Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT**. Rio de Janeiro: Metanóia, 2017.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPED, 2016. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

SCHNOOR, Eduardo. “Riscando o chão”: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary del. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 85-117.

SYLVESTRE, Ana Paula Melo. **O eu e o outro online: discurso, poder e identidade nas redes sociais**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TERTO JÚNIOR, Veriano. Homossexualidade e saúde: Desafios para a Terceira Década de Epidemia de HIV/AIDS. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n17/19080.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicol. Clin.** [online]. 2012, v. 24, n. 1, p. 137-163, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v24n1/10.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 107-128.